**Universidade Federal de Ouro Preto**
Reitor: João Luiz Martins

**Instituto de Ciências Humanas e Sociais**
Diretor: Ivan Antônio de Almeida

**Departamento de História**
Chefe: Fábio Faversani

**Coordenação do Laboratório de Pesquisas Históricas**
Francisco Eduardo de Andrade

**Conselho Editorial**
Andréa Lisly Gonçalves,
Francisco Eduardo de Andrade
Marco Antônio Silveira

**Conselho Consultivo**
Ângelo Alves Carrara (UFJF)
Antônio Carlos Jucá de Sampaio (UFRJ)
Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)
Iris Kantor (USP)
Júnia Furtado (UFMG)
Lúcia Maria Paschoal Guimarães (UERJ)
Luiz Carlos Villalta (UFMG)
Stuart Schwartz (Yale University)

**Editora:** Helena Miranda Mollo

**Projeto Gráfico e Diagramação:** Editora UFOP

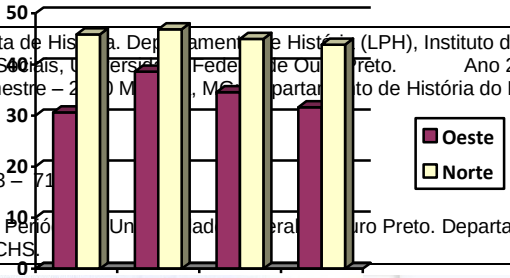
FICHA CATALOGRÁFICA

LPH – Revista de His[illegible]a. Dep[illegible]amen[illegible]e Histó[illegible] (LPH), Instituto de Ciências Humanas e S[illegible]rais, U[illegible]ersid[illegible] Fede[illegible] de Ou[illegible]reto. Ano 20 –n.20/01- primeiro semestre – 2[illegible] M[illegible], M[illegible]partam[illegible]to de História do ICHS UFOP.

Semestral

ISSN – 0103 – 71[illegible]

1. História – Peró[illegible] Un[illegible]ad[illegible]eral[illegible]uro Preto. Departamento de História do ICHS.




LIBRARY OF CONGRESS
HLAS Online
HANDBOOK OF LATIN AMERICAN STUDIES

Sumários.org
SUMÁRIOS DE REVISTAS BRASILEIRAS

# SUMÁRIO

Apresentação..... 04

Dossiê História do livro e da leitura

Entrevista com o professor Luiz Carlos Villalta ..... 08

O inquérito das letras; a formação universitária e a composição das bibliotecas de advogados em Minas Gerais no século XVIII.
*Álvaro de Araújo Antunes*..... 94

Entre a casa e a rua: práticas de leitura na província de Minas Gerais (1828-1842)
*Luciano da Silva Moreira*..... 147

*O Recreador Mineiro* (Ouro Preto: 1845-48): Formas de Representação do Conhecimento Histórico na Construção de uma Identidade Nacional.
*Guilherme de Souza Maciel* ..... 176

SEÇÃO LIVRE

O Sacerdote de Direito e a mentalidade religiosa colonial: estratégias episcopais de conversão em Mariana no século XVIII
*Patrícia Ferreira dos Santos*.....215

“Ele valia um exército...”. Carreira, trajetória social e governação de Francisco Barreto de Meneses, governador geral do Estado do Brasil.
Caroline Garcia Mendes
*Francisco Carlos Cosentino*.....257

Elite regional nos trilhos: fazendeiros e comerciantes da Praça de São João del-Rei nas últimas décadas do Império
*Welber Santos*.....312

SOBRE OS AUTORES ..... .346

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO.....351

# APRESENTAÇÃO

## História do Livro e da Leitura.

A **LPH–Revista de História** em seu número 20, primeiro semestre, dedica-se às reflexões, através de um dossiê, da História do Livro e da Leitura. A partir da entrevista com o professor Luiz Carlos Villalta, tem-se uma visão ampla e, sobretudo, densa deste campo de estudos. O texto oferece ao leitor um rol de informações e reflexões que vai dos autores principais – e alguns formadores – aos temas e tendências atuais da história do livro e da leitura. A reflexão sobre o papel do livro e o lugar da leitura é das mais importantes no horizonte historiográfico contemporâneo. Objetos, personagens e atos transitam entre o universo amplo da sociedade, e, ao mesmo tempo, revelam o indivíduo dedicado ao exercício silencioso de fabricar-se no mundo.

Três artigos seguem a trilha aberta pela entrevista com Luiz Carlos Villalta. O primeiro deles, de autoria de Álvaro de Araújo Antunes, tem como objeto de estudo a formação das bibliotecas de um grupo de advogados atuantes em Mariana no século XVIII. Como bem diz o autor, este grupo não é

objeto de estudo por qualquer feito heróico, mas pelo comum de suas existências, pela tessitura cotidiana de suas vidas e ver esta trama revela as mais diversas realidades, entre elas, as reformas pombalinas na educação e a cultura jurídica em Minas no setecentos.

No segundo artigo, “Entre a casa e a rua: práticas de leitura na província de Minas Gerais (1828-1842)”, Luciano da Silva Moreira evidencia o lastro que possui a atividade da leitura. A presença da oralidade, que remete à tradição cultural, convive com uma prática social nova, a do impresso, consumido pelos leitores da Província em seus mais variados gêneros.

O terceiro artigo, também dedicado ao contexto mineiro, adentra um pouco mais pelos oitocentos. “*O Recreador Mineiro* (Ouro Preto: 1845-48): Formas de Representação do Conhecimento Histórico na Construção de uma Identidade Nacional”, de Guilherme de Souza Maciel, apresenta uma reflexão a respeito da formação do leitor/cidadão no Império. O autor analisa como os redatores do periódico **O Recreador Mineiro** tinham como valores a universalidade da cultura e a importância da leitura na construção do cidadão.

Patrícia Ferreira dos Santos busca investigar em “O Sacerdote de Direito e a mentalidade religiosa colonial: estratégias episcopais de conversão em Mariana no século

XVIII", que abre a seção livre deste número, as formas de expressão religiosa da população que existiam concomitantemente à oficial, e como a Igreja lidava com os casos de desvio. Patrícia F. dos Santos investiga um litígio interessantíssimo em que os agentes eclesiásticos intervieram, entrelaçando as práticas religiosas e judiciárias, no arraial do Piranga, em fins dos setecentos.

No artigo de Francisco Carlos Cosentino e Caroline Garcia Mendes, vê-se como a história das instituições vem traçando novos rumos para a pesquisa historiográfica. Lançando-se à análise dos governos gerais, os autores analisam a trajetória de Francisco Barreto de Meneses, servidor régio mais elevado, esclarecendo os traços da intricada rede política e social do Antigo Regime, na segunda metade do século XVII. Tal estudo vem contribuir para o período ainda pouco estudado da América portuguesa, sendo, assim, bem-vindo ao conjunto de textos e preocupações da **LPH–Revista de História**.

Encerramos o número 20– primeiro semestre, que inaugura a segunda década da Revista, com o texto de Welber Santos "Elite regional nos trilhos: fazendeiros e comerciantes da Praça de São João del-Rei nas últimas décadas do Império". O artigo trata da "febre ferroviária" que marca o oitocentos brasileiro. Tendo em vista a expansão dos trilhos em Minas

gerais, o autor se concentra no movimento realizado na região do rio das Mortes, logo após esse ter lugar na Zona da Mata.

Em 2010, a **LPH–Revista de História** completa vinte anos. Esperamos que o leitor partilhe conosco mais esta experiência e participe do debate aqui proposto.

Helena Miranda Mollo

# Entrevista com o professor Luiz Carlos Villalta

**1– Que mudanças no fazer historiográfico tornaram possível a emergência da história do livro e da leitura? Como esta última tem se transformado?**

Podemos pensar a questão sob um duplo ponto de vista. Primeiramente, no âmbito da historiografia estrangeira, particularmente a francesa. Depois, em termos da historiografia brasileira, que, obviamente, tem seu desenvolvimento conectado ao que se passa no exterior, ainda que não haja uma estreita sincronia, que os ritmos sejam diferentes lá e cá. Nesta resposta, irei me ater à historiografia estrangeira, deixando para focalizar a historiografia brasileira ao responder à pergunta seguinte.

As modificações pelas quais passou a historiografia francesa no século XX tiveram um papel muito importante. Tanto aquelas definidas pela *École des Annales*, com a fundação, em 1929, da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, quanto as dadas mais recentemente pela chamada *Nouvelle Histoire*, das décadas de 70 e 80 do século XX. Alguns estudos, ademais, não se atrelando diretamente nem

a uma nem a outra vertente, compartilharam alguns pressupostos e questões, na França e fora dela, como nos Estados Unidos, na Espanha, na Inglaterra e na Itália, por exemplo.

Grosso modo, tais “tendências historiográficas” ampliaram os objetos de estudo e as fontes do historiador, fazendo o mesmo com os métodos de pesquisa, abrindo aos pesquisadores as possibilidades de se afastarem de uma história exclusivamente política, centrada nas ações dos chamados “grandes homens”, nos Estados nacionais. Levaram-nos a romper com a crença numa história pretensamente objetiva, única e absoluta, e com a confiança excessiva na chamada comprovação empírica, dada principalmente pelos documentos oficiais – e isso não significou, é claro, uma negação de sua importância, muito menos dos documentos em geral. As tendências em questão deram ênfase aos métodos utilizados para analisar a documentação e ao papel do historiador e do seu tempo ao interrogá-la. Alteraram consideravelmente a própria noção de documento, estendendo o campo das fontes aos relatos orais e aos objetos materiais, ou ainda à fotografia e ao cinema, por exemplo, além de desenvolverem metodologias específicas para a análise das novas fontes, considerando as especificidades de suas linguagens. Métodos quantitativos disseminaram-se, ao mesmo tempo em que se tomou cuidado para não se confiar excessivamente neles. Deu-se lugar a

uma história-problema. A própria noção de tempo histórico sofreu uma alteração substancial. Neste sentido, é imprescindível, aqui, mencionar a chamada tríade braudeliana: isto é, os três tempos de Fernand Braudel, o do evento (tempo curto), o da conjuntura (tempo médio) e o das estruturas (tempo longo). É importante, ainda, não se esquecer das discussões que tais tempos braudelianos suscitaram entre os representantes da Nova História ou da História Marxista. Houve quem questionasse a priorização de um desses tempos na análise (Michel Vovelle, por exemplo, defende que eles sejam entrelaçados). Outros denunciaram o caráter conservador de uma história calcada no tempo longo (segundo Jean Chesneaux, de formação marxista, por exemplo, uma história calcada na longa duração seria conservadora, uma vez que não daria espaço para se enfocarem as rupturas, para se compreender a Revolução).

Os livros e as práticas de leitura passaram a merecer a atenção sob o influxo do desenvolvimento de trabalhos afinados com essas tendências, modificando-se – e contribuindo – com as mesmas. Dos inícios do século XX aos dias de hoje, a historiografia do livro e da leitura moveu-se no sentido de considerar a tensão – que Roger Chartier toma como básica – entre o poder do livro sobre o leitor e a liberdade e inventividade deste último na produção de

sentidos no contato com os textos[1]. Veio, assim, a compreender, de um lado, a linha dos estudos sobre as estratégias usadas pelos autores e editores para impor uma ortodoxia do texto, uma leitura forçada; e, de outro, aquela das pesquisas que se voltam para a diversidade de leituras antigas[2]. É possível dizer que, cada vez mais, os historiadores foram se interessando e se aproximando do leitor, dos procedimentos concretos pelos quais ele lê os textos, das formas pelas quais ele se apropria dos mesmos e das condições culturais mais amplas que orientam essa apropriação. Isto pode ser constatado no exame de obras de Daniel Mornet, Robert Darnton e Roger Chartier, três autores muito importantes para a história do livro e da leitura. Refiro-me especificamente aos estudos em que tais autores procuraram relacioná-la com a Revolução Francesa.

*Les origines intellectuelles de la Révolution Française (1715-1787)*, de Daniel Mornet (1878-1954), publicado em 1933, pode ser tomado como ponto de partida para que discutamos a correlação entre mudanças historiográficas e história do livro e da leitura. Segundo Robert Darnton, esse livro serviu de base para boa parte dos pesquisadores ligados aos *Annales* após a Segunda Guerra Mundial[3]. Nesse livro, o autor se propõe a fazer um estudo das origens intelectuais da

---

[1] CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 121.
[2] *Ibidem*, p. 123.
[3] DARNTON, Robert. **Os best-sellers proibidos da França Revolucionária**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 187.

Revolução Francesa – e não das idéias revolucionárias (liberdade, igualdade, fraternidade, contrato social etc.), que, segundo o autor, existiriam, ainda que de modo mais ou menos confuso, desde que os homens vivem em sociedade e pensam.[4] Interrogando-se sobre as fontes intelectuais da Revolução, ele, em decorrência, faz uma história dos livros e dos escritores (de diferentes categorias, das grandezas superiores às inferiores) e da circulação das idéias das Luzes no interior da sociedade francesa. Assim, vai dos homens de letras à burguesia e pequena burguesia, até chegar ao povo; vai de Paris às localidades das províncias mais distantes. Parte de 1715, estendendo-se até meados do século XVIII – quando se deu a publicação de obras importantes das Luzes, como *Do Espírito das Leis* (1748), de Montesquieu, o primeiro volume do Discurso Preliminar da *Enciclopédia* (1751) e o *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade* (1755), de Jean-Jacques Rousseau –, chegando até os inícios da década de 1770, quando as idéias se radicalizaram e ganharam uma difusão mais geral. Pára em 1787, momento em que, das idéias, passou-se para a ação: nesse ponto, cessa o interesse do autor, restrito, como ele insiste, às "origens intelectuais da Revolução".[5]

---

[4] MORNET, Daniel. **Les origines intellectuelles de la Révolution Française (1715-1787)**. Lyon: Éditions La Manufacture, 1989. Disponível em: <http://classiques.uqac.ca/classiques/mornet_daniel/origines_intel_revol_fr/origines_intel_revol_fr.html>. Último acesso aos 18 de janeiro de 2009, p. 6.
[5] *Ibidem*, p. 7-9.

Essa perspectiva de Mornet se relaciona com o modo como ele compreende a Revolução Francesa. Ao mesmo tempo, implica uma cronologia, uma temporalidade histórica, e, além disso, uma geografia, uma difusão das Luzes pelo espaço geográfico da França e, de resto, pelo universo social: uma dada disseminação das idéias pela sociedade francesa, pela escala social, no sentido descendente, conquistando a "opinião pública", no curso do intervalo que vai de 1715 a 1787. Em sua concepção, a Revolução Francesa é um tipo de movimento revolucionário que envolve, senão uma maioria, ao menos uma grande minoria, mais ou menos esclarecida, que percebe os defeitos do regime político, delineia as reformas que quer realizar; depois, entranha-se pouco a pouco na opinião pública; e, por fim, ascende ao poder mais ou menos legalmente e prepara as massas para entender e abraçar as idéias em nome das quais se faz a Revolução[6]. Portanto, em *Les origines intellectuelles de la Révolution Française (1715-1787)*, como bem observa Roger Chartier, Daniel Mornet, no esforço de auxiliar a compreender a Revolução Francesa, aborda suas "origens intelectuais", estabelecendo um laço entre o surgimento do acontecimento revolucionário e um movimento de progressão de idéias novas, identificadas com as Luzes, que teria se desenvolvido segundo três princípios de irradiação: um primeiro, que partiu das classes elevadas e educadas na direção da burguesia,

---

[6] *Ibidem*, p. 6-7.

dos pequenos burgueses e do povo; um segundo, do centro, Paris, à periferia, às Províncias; e, um terceiro, de aceleração ao final do século, depois de 1770, vindo a se tornar algo generalizado. Para Mornet, desse modo, seriam as idéias que teriam determinado a Revolução Francesa: a pré-condição para sua realização foi a existência de um pensamento esclarecido, crítico e reformista, ou seja, as Luzes teriam levado à Revolução, cuja eclosão teria sido selada por uma "opinião pública geral".[7] Como diz Robert Darnton, Daniel Mornet relaciona Iluminismo e Revolução Francesa num movimento unilinear, imaginando a causa a partir do efeito, encarando as "origens" a partir de 1789, *isto é, as idéias de Voltaire e outros grandes pensadores a partir da Revolução Francesa*. Seu modelo funciona como uma "cafeteira francesa", supondo que as idéias surgem de uma elite intelectual, dela escoando para o público e, então, enraizadas no país, estimulam um movimento revolucionário, agindo como causa necessária e, talvez, suficiente, da Revolução Francesa.[8]

Não vale a pena, neste momento, esmiuçar as críticas que se fazem ao autor. Cumpre apenas sublinhar que Mornet, certamente em contraposição à história metódica (ou positivista), fez questão de expressar, no livro em exame, os

---

[7] CHARTIER, Roger. **Les origines culturelles de la Révolution française**. [3 ed.]. Paris: Éditions du Seuil, 2008. p. 14. Há uma edição brasileira, lançada somente neste ano: CHARTIER, Roger. **As origens culturais da Revolução Francesa**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
[8] DARNTON, Robert, *op. cit., loc. cit.*

juízos prévios que o orientavam, sua sensibilização com os sofrimentos dos franceses da época do Antigo Regime e seu horror ao Terror e à guilhotina, que se fizeram presentes em parte do período revolucionário. Ele explicitou, ademais, que a quantidade de documentos não define, por si só, a qualidade de uma pesquisa histórica e, ainda, que sua própria pesquisa era incompleta e abria portas para novas investigações (como de fato sucedeu). Com isso, implicitamente, imputou ao método um papel essencial na construção do conhecimento histórico: com efeito, ele alertou para o fato de que o acesso que tivera aos jornais provinciais teria sido limitado e, por conseguinte, pesquisas regionais, em prosseguimento à sua, seriam oportunas.

Tudo o que acabo de expor sobre o trabalho de Mornet, uma sinopse bastante esquemática, mostra como as mudanças mais amplas, que então se processavam no fazer histórico, de algum modo, também se evidenciavam em *Les origines intellectuelles de la Révolution Française (1715-1787)*. Seu autor explicitava a relatividade dos seus trabalhos. Desprezava a crença pura e simples no documento como definidor da qualidade da pesquisa histórica, enfatizando o papel dos métodos de análise. Colocava-se frente ao objeto de estudo, afastando-se das pretensões de objetividade, de alcançar uma verdade absoluta. Em seu trabalho, exprimia uma compreensão dos “fatos históricos” e demarcava um manejo do tempo, do espaço e da circulação das idéias que

envolvia sujeitos históricos distintos, durações que ultrapassavam o tempo curto, ritmos diferenciados espacialmente. A análise das idéias políticas que fazia, por fim, não se reduzia ao domínio estrito dos fatos políticos, mas ultrapassava-o, comportando uma história mais ampla das idéias, no esforço de explicá-lo.

Os estudos do norte-americano Robert Darnton são também marcos na história do livro e da leitura e, de algum modo, correlacionam-se à historiografia sobre a Revolução Francesa, desenvolvendo-se em chave próxima à de Daniel Mornet. Vou me ater ao livro *Boemia Literária e Revolução: os submundos das letras no Antigo Regime*, tecendo algumas considerações mais superficiais a respeito de *Os Best-Sellers proibidos da França Pré-Revolucionária*, ambos editados nos Estados Unidos, respectivamente, em 1982 e 1995 (no Brasil, em 1987 e 1998). Entre a abordagem de um e de outro, inserirei a discussão de um livro muito importante, *As origens culturais da Revolução Francesa*, de Roger Chartier, com o qual dialoga a obra *Os Best-Sellers proibidos da França Pré-Revolucionária*.

Em *Boemia Literária e Revolução*, o renomado historiador norte-americano volta-se para os submundos das Luzes na França do Antigo Regime, lançando alguns *flashes* sobre o próprio período da Revolução. Darnton segue as pegadas de Mornet e – talvez por isso mesmo – vai além dele. Como Mornet, preocupa-se em correlacionar as Luzes à

Revolução Francesa, acompanha a difusão das idéias ilustradas no interior da sociedade francesa e distingue os grandes pensadores daqueles de expressão mais secundária. As linhas de irradiação, assim como o próprio conteúdo das Luzes que se disseminavam na França pré-revolucionária e de inícios da Revolução, a partir do trabalho de Darnton, contudo, ganham cores e tons novos em relação ao esquema de Mornet, além de se destacarem novos pontos de procedência. Essas inovações são indissociáveis da modificação pelas quais a historiografia no geral passou nas décadas de 70 e 80 do século XX e da quais o próprio Robert Darnton foi um ator.

Darnton, como ele próprio declara, propõe-se a ver as Luzes a partir do que pensavam seus próprios autores: encara-as, segundo os próprios termos que ele utiliza, a "partir de baixo".[9] Aqui, cabe uma breve e útil interrupção na análise da obra de Darnton em questão. A expressão "de baixo" faz parte do título de um ensaio de Jim Sharpe, "A história vista de baixo", inserido por Peter Burke na coletânea *A Escrita da História: novas perspectivas*, editada em 1991 na Inglaterra. Nesse ensaio, significativamente, Jim Sharpe menciona, como um exemplo de "história vista de baixo", *O Queijo e os Vermes* (1976), de Carlo Ginzburg. Trata-se de um clássico da história do livro e da leitura, obra que teve uma

---

[9] DARNTON, Robert. **Boemia Literária e Revolução**: os submundos das letras no Antigo Regime. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 14-5.

repercussão imensa, no estrangeiro e no Brasil. Nessa obra, o citado historiador italiano investiga o mundo intelectual e espiritual de um simples moleiro no Friuli, na Itália do século XVI, Domenico Scandella (Menochio). Analisa a relação de Menochio com a cultura escrita, alguns livros e a cultura oral, patrimônio de um vasto segmento da sociedade do século XVI[10]: Ginzburg dá voz (e torna fatos dignos de exame do historiador!) às experiências de leitura e à compreensão de mundo de um simples moleiro. Além disso, demonstra que esta última não era redutível aos livros que Menochio lera. Com sua abordagem, enfim, expressa a tendência crescentemente presente na história do livro e da leitura no sentido de enfatizar o papel do leitor e das condições em que ele atua para a atribuição de sentidos aos livros. Retornando a Robert Darnton, cabe dizer que ele, de fato, integra-se a esse movimento, tanto no sentido de dar voz a novos atores individuais e sociais, como também por fazer um esforço para se aproximar da figura do leitor, ainda que não na intensidade observada no citado livro de Ginzburg.

Em *Boemia Literária e Revolução*, o “de baixo”, no uso que faz Robert Darnton, implica, primeiramente, o enfoque do submundo das letras da França do século XVIII, isto é, dos subliteratos das Luzes: há, aqui, uma aproximação com o que fez Ginzburg, ainda que o alvo de Darnton, nesse primeiro

---

[10] GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

momento, sejam os autores de menor grandeza, e não propriamente os leitores ou um leitor, como sucede com o citado historiador italiano. Aos subliteratos das Luzes, destaco, Darnton concede um papel decisivo para a eclosão da Revolução Francesa, como mostrarei a seguir, rompendo com a centralidade ocupada pelos grandes pensadores dentro do esquema de Mornet.

Em congruência com essa perspectiva, Darnton delineia uma nova geografia (propriamente espacial e também social) e outra cronologia para a disseminação das Luzes. Mostra que, à geração dos grandes filósofos, como Voltaire e Montesquieu, representantes do Alto Iluminismo, sucedeu outra, a dos subliteratos. Os “filósofos”, das primeiras décadas do século XVIII até fins da década de 1770, lograram ascender social e culturalmente na França. Disso seria um exemplo Voltaire. Objeto, em 1726, de uma surra, que lhe foi dada por seguidores de um cavaleiro (e que mereceu o aplauso dos que a assistiram), Voltaire, décadas depois, em 1778, foi ovacionado ao retornar triunfalmente a Paris. A ascensão dos “filósofos”, sua entrada no “*le monde*” (isto é, na elite sociocultural da França), compreendeu a conquista não só de boa reputação e a aceitação de suas idéias, mas também de proteção por parte de figuras importantes e de pensões concedidas pela monarquia. Implicou, ademais, uma domesticação e um comprometimento, na medida em que os “filósofos” não se propunham a alterar a ordem social. É

exemplo disso o mesmo Voltaire, para o qual as massas não deveriam ser ensinadas a ler – ademais, à época da sua consagração, na verdade, suas idéias já tinham sido absorvidas. O Antigo Regime, assim, não teria sido abalado pelas idéias dos grandes pensadores das Luzes: segundo Darnton, este papel teria cabido aos subliteratos, aos "Rousseau de sarjeta"; *na eclosão da Revolução, a "culpa" não foi de um Voltaire, mas de personagens como Jacques-Pierre Brissot de Warville*.

Incensando a Jean-Jacques Rousseau e sonhando em alcançar a reputação dos filósofos, os subliteratos – de que são exemplos o citado Brissot e mais Jean Paul Marat e Jean-Louis de Carra – sonhavam alcançar a fama, a projeção e as benesses auferidas pelos "filósofos", enfim, entrar no "*le monde*". Fracassando na concretização de seus intentos, merecendo o desprezo e críticas ácidas de homens como Voltaire, eles se dedicaram, quase que como numa espécie de revide, a escrever libelos e panfletos, nos quais atacavam a Corte, a Igreja, a nobreza, as academias, os salões e as próprias pessoas dos monarcas. Nesses escritos, recorriam ao sensacionalismo sexual, à denúncia da corrupção e da decadência moral, da corrupção política, males que grassariam na sociedade francesa de alto a baixo. Expondo o que julgavam serem as entranhas podres da sociedade francesa, tais subliteratos minaram os valores que sustentavam a monarquia e a ordem social, cultural e religiosa

da França do Antigo Regime. Antes de falar sobre como se deu a difusão das idéias desses subliteratos, é importante destacar que, com o êxito da Revolução Francesa, eles se tornaram os novos "filósofos" no novo "*le monde*", com o que o movimento revolucionário se constituiu para tais homens como uma oportunidade de ascensão: nos termos de Darnton, a Revolução afigurou-se aos mesmos como uma "carreira"[11].

A inflexão do esquema de Mornet operada por Darnton, em *Boemia Literária e Revolução*, não se resumiu à centralidade que ele conferiu aos subliteratos e às suas obras, não se limitou a contestar que "a culpa" pela Revolução tivesse sido de Voltaire e outros grandes pensadores. Ele trouxe mudanças também no que se refere a dois outros aspectos (senão mais). De um lado, sobre os pontos de irradiação das idéias que colaboraram para a ruína do Antigo Regime. De outro, para o mapeamento mais preciso dos livros em circulação (porque contou com os subsídios de novas fontes e de novos estudos, produzidos na esteira do livro de Mornet) e das leituras de que eram objetos (ainda que, sob este último aspecto o livro, Darnton não dê maiores contribuições).

No que se refere à geografia da irradiação das idéias corrosivas das Luzes, Darnton focaliza o papel da *Société Typographique de Neuchâtel* (STN), localizada na cidade de mesmo nome, na Suíça, para além das fronteiras francesas.

---

[11] *Ibidem*, p. 75-6.

Ele analisa o funcionamento interno desta casa editorial, isto é, as relações entre patrões e empregados, as práticas de recrutamento dos operários (na Suíça e fora dela, na França e na Renânia), as condições e os ritmos de trabalho, os pagamentos e as relações estabelecidas entre os trabalhadores, seu processo de aprendizado etc.[12] Somando, à documentação sobre a STN, outras fontes relativas ao trabalho dos tipógrafos, Darnton apresenta novos elementos sobre a cultura da oficina de impressão: rituais (entre eles, o massacre de gatos), o jargão e as piadas.[13] Sublinha o ritmo irregular e instável desse trabalho pré-industrial, o desenvolvimento do trabalho por tarefa (o que nos remete aos estudos de Thompson), a dificuldade de se encontrar emprego regular numa única tipografia e a rotatividade nos empregos.[14] Com tudo isto, o autor abriu espaço para atores sociais aos quais se dera até então pouca atenção na história do livro e da leitura, atores que também vêm de baixo: os trabalhadores das tipografias. Com o trabalho de Darnton, portanto, a geografia social da história do livro e leitura se estende um pouco mais.

Darnton detém-se também nos vínculos da STN com autores, comerciantes de livros e leitores. Mostra, assim, a ampla rede de produção e circulação clandestina de livros por ela montada e usada, a complexa relação estabelecida por

---

[12] *Ibidem*, p. 149-65.
[13] *Ibidem*, p. 160.
[14] *Ibidem*, p. 166-7.

esses atores, como, por exemplo, Le Senne, personificação dos subliteratos. Protegido de D'Alembert, tendo vivido na obscuridade, ele exerceu, tal como outros de sua condição, papéis diferenciados: padre, professor, autor de artigos, panfletos e livros, compilador de obras alheias, comerciante de livros, intermediário de autores e proponente de edição de livros e de periódicos. Focando as relações entre editores e autores, Darnton analisa o papel de subliteratos como Le Senne na difusão das Luzes: atuar como intermediários culturais, como popularizadores das obras dos "filósofos". Revela que os "filósofos" se valeram dos subliteratos em sua guerra contra "a infâmia" (isto é, a tirânica ortodoxia), na busca da conquista da opinião pública. Mostra também que a STN recorreu a homens como Le Senne para furar os bloqueios das guildas e da polícia francesas, comercializando clandestinamente na França os livros que produzia.[15] Na verdade, a STN empregou uma rede de livreiros clandestinos. Disso também é exemplo Mauvelain. Vivendo em Tonnerre e Troyes, sua trajetória revela "que material era servido a leitores comuns de uma cidade comum", como esse material saía de Neuchâtel para localidades do interior da França, como Troyes, as regras e os procedimentos desse comércio. Aqui, se evidencia novamente a perspectiva "de baixo" adotada por Darnton: ele se volta, ainda que por vias indiretas, também para "leitores *comuns*", de "cidades

[15] *Ibidem*, p. 115.

*comuns*", alvos da ação de comerciantes *comuns*, os quais, lutando pela sobrevivência, colaboraram para a queda do Antigo Regime.[16]

Darnton identifica a linha editorial da STN. Ela tinha predileção por editar obras de autores consagrados, livros por encomendas e piratear livros com aceitação no mercado, ao invés de publicar manuscritos de autores desconhecidos.[17] Seu objetivo maior, na realidade, era o lucro. Tendo editado obras religiosas protestantes no século XVI, uma Bíblia confiscada pelas autoridades francesas no século XVII, seu diretor Fréderic-Samuel Ostervald, que compartilhava das idéias dos "filósofos" e editou obras das Luzes, na segunda metade do século XVIII, propôs-se a publicar um breviário católico, desde que pago para isto.[18] Se algumas das editoras que funcionavam fora da França se especializaram em editar "livros filosóficos", denominação sob a qual se reúnem "as obras obscenas, contra a religião ou sediciosas", a STN fazia um pouco de tudo.[19] Portanto, sua atuação – e também do trabalho de Darnton, que a revela ao público leitor – não se pautava por maniqueísmos, muito menos ideológicos.

A geografia e os atores iluminados por Darnton são ainda mais plurais e complexos em suas práticas e conflitos. Partindo da idéia de que havia duas formas de produzir e

---

[16] *Ibidem*, p. 123-4.
[17] *Ibidem*, p. 87.
[18] *Ibidem*, p. 106.
[19] *Ibidem*, p. 124.

distribuir livros na França no século XVIII, uma legal e outra ilegal, Darnton mostra que tais formas entrecruzavam-se com os interesses conflitantes dos mestres-impressores de Paris e dos livreiros das províncias. Os parisienses eram detentores do privilégio-monopólio de impressão (e, nessa posição, via de regra, publicavam apenas o que agradava o regime), antagonizando-se com os livreiros das províncias, onde, desde a segunda metade do século XVII, a atividade editorial estava arruinada. Os livreiros das províncias se aliavam com impressores estrangeiros, associando-se aos últimos no comércio legal e no contrabando de livros, sociedade esta florescente até 1783.[20] Nessa data, estabeleceu-se que todos os livros estrangeiros ficavam sujeitos à inspeção prévia da Câmara Sindical da Corporação de Paris, com o que os livreiros das províncias foram forçados a deslizar ainda mais para o contrabando[21], com isso favorecendo os impressores estrangeiros.[22] Havia, nesse quadro, certa convergência entre os métodos comerciais de que se valiam os editores estrangeiros e os temas esclarecidos que publicavam, tais como “individualismo, liberdade e igualdade perante a lei”, em oposição ao corporativismo e às restrições mercantilistas.[23] A STN, como se disse, ia além desses temas.

---

[20] *Ibidem*, p. 187-91.
[21] *Ibidem*, p. 193.
[22] *Ibidem*, p. 198.
[23] *Ibidem*, p. 198.

Robert Darnton dá uma contribuição inestimável para se responder a uma pergunta feita por Daniel Mornet em outro trabalho que não o livro aqui citado, um artigo publicado em 1910, intitulado “Les enseignements des bibliothèques privées, 1750-1780” e escrito com base em catálogos de bibliotecas particulares, em sua maioria, destinados para vendas em leilões, na região de Paris: “O que liam os franceses?”. Robert Darnton, ao responder à questão, primeiramente, faz críticas ao trabalho de Mornet: sua pesquisa se interrompe em 1780, data em que saíram muitas edições de Rousseau em versões popularizadas, como a incorporada no livro V do *Emílio*; e Mornet usou como fontes os catálogos de bibliotecas destinadas a leilão, que eram submetidos à censura e, por isso, não traziam títulos censurados. Darnton, além disso, ampliou o universo documental utilizado por Mornet e incorporou os estudos publicados desde que os trabalhos desse último saíram à luz. Assim, ora examinou a documentação da STN referente à atuação de Mauvelain em Troyes, ora analisou os dados compulsados por diferentes historiadores que se debruçaram sobre bibliotecas francesas (com base em catálogos de bibliotecas particulares, inventários *post morten* etc.). Mornet detectara uma presença surpreendentemente diminuta de clássicos do Iluminismo, como o *Contrato Social.* Robert Darnton avalia que, com isso, Mornet enfraqueceu a idéia segundo a qual a obra de Rousseau aplainara o caminho para

Robespierre.[24] Essa afirmação, de algum modo, pavimenta o caminho para que Darnton desenvolva sua tese sobre o papel dos subliteratos para a eclosão da Revolução. E, para tanto, ele busca identificar e classificar os títulos e autores mais presentes na circulação livreira e nas bibliotecas. Seu objetivo é, dentro do possível, identificar os livros mais lidos pelos franceses. Dentre as obras comercializadas por Mauvelain, Darnton detecta a pequena presença de tratados das Luzes e a ausência de encomendas, em dois anos, de obras de quatro grandes filósofos: Montesquieu, Voltaire, Diderot e Rousseau. Ao mesmo tempo, observa a preferência por vulgarizadores do iluminismo, como Raynal, Mercier e Mirabeau fils. Constata a circulação de uma imensa maioria de textos que eram "opúsculos anônimos de subliteratos obscuros", dentre eles, Imbert, Manuel, Luchet, Buffonidor, d'Angerville, Pidansant de Mairobert e Théveneau de Morande.[25] Darnton conclui, então, que eram esses os autores dos *best-sellers* das Luzes, nomes esquecidos pela história da literatura. Raras eram as exceções de autores que nos são familiares, tais como: La Mettrie, Helvetius e Holbach. Ao mesmo tempo em que percebe que as demandas de livros ilegais em Troyes comportavam obras ateístas, ultrapassando o deísmo de Voltaire, Darnton adverte para o fato de não se poder confundi-las com a adesão ao ateísmo por parte dos

---

[24] *Ibidem*, p. 169.
[25] *Ibidem*, p. 142.

leitores.[26] Aliás, das demandas do livreiro de Troyes, deduz-se que o furor anti-religioso e por imoralidade dos leitores era moderado (correspondia a 2/5 das encomendas, o que não é, contudo, desprezível).

Livros sem temas específicos, classificados como "Obras Gerais" nas encomendas de Mauvelain, compreendiam, em 1/3 dessa categoria, tratados e, no restante, as chamadas "crônicas escandalosas", que "eram relatos jornalísticos de casos amorosos, crimes momentosos e eventos sensacionais", feitos em tom de mexerico e tendo por objeto os altos membros da aristocracia, cujos nomes faziam a notícia.[27] Dentro da categoria "Política", figuravam três gêneros: teoria política, panfletos sobre assuntos do momento e libelos, os dois últimos gêneros aqui já mencionados. Se os panfletos tinham um tom sensacionalista e prometiam revelar segredos, os libelos, por sua vez, eram virulentos ataques a pessoas que ocupavam posições de destaque e prestígio, como ministros, cortesãos e membros da família real, no que é possível encontrar paralelos com as crônicas escandalosas.[28] Tais libelos, segundo Darnton, enfocavam "aquela área nevrálgica em que a decadência privada virava tema público e, difamando torpemente os indivíduos, dessacralizavam todo o regime".[29] O campeão das

---

[26] *Ibidem*, p. 142.
[27] *Ibidem*, p. 143.
[28] *Ibidem*, p. 145.
[29] *Ibidem*, p. 145.

vendas dentre os libelos tinha por alvo o rei Luís XV, *Les fastes de Louis XV*, cuja mensagem era clara: enquanto o monarca vivia enfurnado na corrupção e na luxúria, o povo se submetia à fome e às calamidades públicas e, se o soberano tivesse demorado a morrer, sua amante teria arrasado o reino com sua rapinagem sem freio.[30] Libelos, crônicas escandalosas e panfletos, enfim, noticiavam que a monarquia degenerara em despotismo e, embora não clamassem pela revolução, preparavam-na ao dessacralizar, aos olhos dos súditos, os símbolos e esvaziar os mitos que a legitimavam.[31]

Em relação às bibliotecas francesas, Darnton observa que, a partir dos dados encontrados nas pesquisas de diferentes autores, não é possível definir nenhum padrão, com algumas poucas exceções, tais como: "os franceses liam muitos livros de história" e perderam o interesse pela literatura religiosa; a "leitura de obras científicas provavelmente aumentou, mas pode ser que tenha se mantido estável" (grifos meus).[32] Acrescenta, ainda, que se poderia dizer que certa dessacralização cresceu entre os leitores no século XVIII, ainda que aí talvez tenha se dado apenas uma aceleração de tendências que vinham desde a Idade Média. [33] Conclui, enfim, que os denominados "livros filosóficos", com sua linguagem, pediam para solapar e derrubar; obras dos

---

[30] *Ibidem*, p. 145-6.
[31] *Ibidem*, p. 147.
[32] *Ibidem*, p. 181.
[33] *Ibidem*, p. 181.

subliteratos que mergulharam a filosofia nos infernos e não tinham apego às classes superiores, correspondendo a uma contracultura, incitavam a uma revolução cultural, abrindo o caminho para se "atender ao chamado de 1789".[34]

Se, nas passagens supracitadas, o uso por Darnton do verbo "ler" ou do substantivo "leitura" denota um deslize, na medida em que se tem por referência a circulação e a posse de livros, é importante reconhecer que o autor, explicitamente, enfatiza um princípio caro à história do livro e da leitura: a apropriação que os leitores fazem dos livros não se confunde com as idéias que esses mesmos contêm.[35] Ele, ademais, diz, com todas as letras, que não "se pode senão especular a respeito do que se passava nas mentes de leitores tão primitivos [isto é, os leitores não pertencentes às elites]. Mas podia perfeitamente ser a *désacralisation* fazendo sua obra em escaninhos bem abaixo da elite".[36] Além disso, ele sustenta a existência, no interior do Reino da França, de públicos leitores diversos, de camadas culturais distintas.[37] Do conjunto de suas obras (não me fiando apenas no livro em exame), na verdade, infere-se que ele compartilha de outro princípio caro à história do livro e da leitura: aquele que define a necessidade de se distinguir a leitura dos livros da sua circulação e posse. Afinal, muitos livros presentes no

---

[34] *Ibidem*, p. 207.
[35] *Ibidem*, p. 142.
[36] *Ibidem*, p. 204.
[37] *Ibidem*, p. 182.

comércio livreiro não se conservavam nas bibliotecas; ao mesmo tempo em que muitos dos livros presentes nessas últimas não eram lidos e, inversamente, livros que eram lidos não eram de propriedade de seus respectivos leitores. Os deslizes de Darnton, contudo, não escaparam da crítica precisa de Roger Chartier.

Chartier, em 1990, publicou um livro fundamental, tanto para a história da Revolução Francesa quanto para a história do livro e da leitura: *As origens culturais da Revolução Francesa*, editado em português apenas neste ano de 2009, o que me parece incompreensível, pela importância da obra. Esse livro, como o título sugere, versa sobre as origens culturais da Revolução Francesa.[38] Nele, Chartier insere a revolução em um processo de dessacralização, mas o compreende de forma diversa daquela manifestada por Darnton. O modo como usa a noção de dessacralização permite a Roger Chartier não cair na armadilha de pensar que os livros fazem a revolução; pelo contrário, leva-o a considerar as condições que regularam as apropriações dos livros pelos leitores, os modos como esses homens leram os livros e seu mundo. Com isso, Chartier, quando se pensa naquela tensão entre os livros e os leitores, pende para os últimos e, mais precisamente, para *as condições culturais em*

---

[38] CHARTIER, Roger. **Les origines culturelles de la Révolution française**. [3 ed.]. Paris: Éditions du Seuil, 2008. p. 265.

*que os leitores desenvolvem a leitura* (e, de resto, apreendem sua vivência do mundo).

O processo de dessacralização, segundo Chartier, não foi sinônimo de descristianização. Para tanto, teria de ter sido bem-sucedida a cristianização, e esta última, como mostra Jean Delumeau, resumiu-se a uma mistura de práticas e de doutrinas que tinham apenas um longínquo contato com a mensagem evangélica.[39] Constituiu-se, na verdade, por uma nova relação com as autoridades, "desrespeitosa e alternadamente seduzida e decepcionada pela novidade e, sobretudo, pouco inclinada à crença e à adesão", marcada por uma "atitude crítica, descolada das dependências que fundavam as representações antigas".[40] Esse processo de dessacralização teria provocado uma erosão da autoridade na família, no Estado, na Igreja e o desenvolvimento de um ceticismo que corroeu, pouco a pouco, a fé nos valores e hierarquias tradicionais, instituindo uma verdadeira crise de confiança. Ao falar dos progressos da mentalidade crítica que sapam a autoridade absoluta, Chartier distingue o que se passa com o homem da rua – que, na imediaticidade das reações espontâneas, se recusa a se conter – daquilo que se passa nas formas intelectualizadas da "opinião pública".[41] Logo, por "opinião pública", entende não a opinião do povo em geral, mas aquela de um grupo restrito, nos termos de

---

[39] *Ibidem*, p. 136-7.
[40] *Ibidem*, p. 133.
[41] *Ibidem*, p. 192.

Emmanuel Kant (reafirmados por Jürgen Habermas, como explicarei mais à frente): isto é, de indivíduos privados que, na qualidade de sábios e eruditos, usam livremente de sua razão pública quando se expressam como membros da “sociedade civil universal” (e não no exercício dos deveres específicos de seus cargos).[42] Este uso livre da razão significa que ela não será limitada pelo respeito à autoridade religiosa e do Estado, afastando-se da perspectiva defendida no século XVII por René Descartes.[43]

As origens desse processo de dessacralização verificado na França estariam no século XVII. Mas sua maturação deu sinais proximamente à eclosão da Revolução. Para Chartier, a Revolução inscreveu-se num movimento de transformação que ultrapassou a curta duração do evento e, até mesmo, a do âmbito conjuntural, envolvendo, assim, modificações e a continuidade de tendências que vinham do século XVII (ao lado de outras, aguçadas ou que se deram no próprio século XVIII).

Em termos políticos, Chartier faz menções aos ensinamentos de Alexis de Tocqueville, que fala de uma continuidade entre o Antigo Regime e a ordem inaugurada pela Revolução. Por isso mesmo, parte da hipótese de que a queda do Antigo Regime dar-se-ia de qualquer forma, num movimento de continuidade, não fosse a Revolução Francesa,

---

[42] *Ibidem*, p. 45.
[43] *Ibidem*, p. 39.

que realizou um movimento que congregou ao mesmo tempo continuidade e ruptura. Em consonância com tal perspectiva, observa que, na França, houve um movimento de centralização político-administrativa, um processo pelo qual o Estado monárquico estabeleceu seu monopólio sobre a violência, ressaltando que, como reverso desse processo, deu-se uma politização da aldeia, referente a objetos próximos e particulares, no século XVIII. Por um lado, as revoltas camponesas mudaram de alvo, passando a atacar os senhores e os clérigos (em relacão a esses, por exemplo, do século XVII a 1789, passou-se de uma recusa ao pagamento das conhecenças à negação do pagamento do dízimo ou ao pedido para que ele fosse diminuído)[44], a chamar pela intervenção da monarquia. Por outro lado, elas assumiram um conteúdo político mais claro e denotaram que se rompia com a idéia de uma ordem imutável.[45] No curso do tempo, essa politização fez com que se percebessem como intoleráveis as dependências anteriormente aceitas.[46] Aí estaria o pedestal da mentalidade largamente compartilhada e que compreendia como desejável e necessária uma profunda refundação do corpo social e político, operada, na urgência, em 1789.[47]

Em termos culturais, Chartier parte da leitura da obra de Hippolyte Taine, que associava a Revolução ao uso de

---

[44] *Ibidem*, p. 210-211.
[45] *Ibidem*, p. 206-7.
[46] *Ibidem*, p. 215.
[47] *Ibidem*, p. 215.

certa racionalidade que remonta à cultura clássica francesa do século XVII, muito mais do que ao pensamento tributário das Luzes. Assim, a matriz do espírito revolucionário estaria no classicismo francês: em Boileau, Descartes, Lemaistre de Sacy, Corneille, Racine, Fléchier. Esses seriam os ancestrais de Saint-Just e Robespierre. Os autores clássicos, como René Descartes, é certo, estavam atados pelo seu respeito aos dogmas religioso e monárquico. Uma vez que este dogma foi usado em excesso e, além disso, derrubado pela visão científica do mundo, vinda de Newton (cujas idéias foram levadas à França por Voltaire), o espírito clássico produziu fatalmente a teoria do homem natural abstrato e do contrato social. Seria, assim, longe das Luzes, no classicismo do século XVII, que se enraizaria a Revolução: ele abalou as bases históricas e costumeiras da monarquia e, ao mesmo tempo, a armadura do pensamento filosófico ao substituir "a plenitude e multiplicidade das coisas reais" por um "mundo abstrato", e o indivíduo real, tal como ele existia na natureza e na história, pelo homem em geral.[48]

Sem claramente referendar todas as considerações de Taine, Chartier afirma que elas ajudam "a pensar o processo cultural em que se inscreve a Revolução **em uma duração mais longa que aquela levada em conta tanto antes quanto depois de [Daniel] Mornet**" (grifos meus)[49] – aqui, se

---

[48] *Ibidem*, p. 21.
[49] *Ibidem*, p. 22.

vê a referência a uma nova temporalidade, que distingue o estudo de Chartier dos livros de Mornet e de Darnton supracitados. E aqui também se insere o processo de dessacralização, referido anteriormente e que teria tido variações regionais. Tal processo passou pela modificação nas crenças relativas ao pós-morte (nos testamentos, entre 1730 e 1780, legados deixados para as missas e determinações sobre o lugar do sepultamento, assim como demandas de missas por um lugar no Purgatório diminuíram, denunciando um afastamento em relação à crença no Purgatório e suas terríveis penas, e convivendo com um respeito à desobriga pascal e a freqüência à missa aos domingos);[50] pelo avanço, depois de 1760, dos índices que denotam as práticas contraceptivas, as concepções pré-nupciais e os nascimentos ilegítimos (tudo isso assinalando uma maior liberdade das gentes em relação à teologia moral cristã);[51] e pela crise nas vocações religiosas, entre 1750 e 1775.[52] Derivou também da divisão da Igreja em função da reforma católica, que levou à formação de um clero dotado de uma cultura teológica mais sólida, cioso de constituir um corpo social separado e distinto do conjunto dos fiéis, com os quais entrou em conflito aberto em torno das peregrinações, confrarias e exorcismos etc., em função do que, na França e em outros países, bispos e párocos saíram a denunciar “os

[50] *Ibidem*, p. 140-142.
[51] *Ibidem*, p. 143-146.
[52] *Ibidem*, p. 147-150.

abusos e superstições de uma religião irredutível a seus cânones".[53] Isto afastou os fiéis de uma apreensão religiosa do mundo. Efeito similar tiveram os debates suscitados pelos jansenistas, sobretudo a partir da Bula *Unigenitus,* de 1733. Os jansenistas defendiam a teologia da graça, o rigorismo sacramental (só admitiam que os fiéis comparecessem à comunhão e fossem absolvidos após uma verdadeira preparação interior, com conhecimento dos mistérios da fé e verdadeiro arrependimento) e a instituição de uma eclesiologia Galicana (em que a infalibilidade da Igreja reside no consentimento unânime da comunidade dos fiéis, e não nas decisões da hierarquia eclesiástica, com o que se enfraquecia a última).[54] Além disso, eram partidários de um constitucionalismo parlamentar, tomando as cortes de justiça como as guardiães da lei e o rei como mero mandatário. Por sua vez, os debates em torno dos jansenistas dividiram os fiéis e as instituições entre seus aliados (os parlamentos) e seus opositores (o rei, seu Conselho, os jesuítas e alguns bispos). Assim, os debates concernentes aos jansenistas minaram a hierarquia eclesiástica, fizeram que o caráter absoluto da crença se desvanecesse (uma vez que ela se transformava, em simples opinião e, logo, discutível e rejeitável)[55] e, em última instância, enfraqueceram o poder monárquico: a referência religiosa do jansenismo escorava-se

---

[53] *Ibidem*, p. 152-153.
[54] *Ibidem*, p. 243-244.
[55] *Ibidem*, p. 150-153.

numa “crítica radical de um duplo despotismo, eclesiástico e ministerial”, o que habituou os espíritos a desconfiar das autoridades.[56]

Roger Chartier identifica também mutações da percepção da pessoa real na França do século XVIII, em associação aos desprendimentos em relação às crenças antigas, à menor presença do rei em meio aos súditos e à rarefação dos rituais de Estado (que afetam o sentimento de participação em uma história comum).[57] Assim, sem hostilidade alguma em relação à monarquia, verificou-se um uso corriqueiro de certas expressões na fala, referidas à realeza, que veio a dessacralizar os seus símbolos, privando-os, com isso, de toda a sua significação transcendente.[58] A dessacralização pôde se instaurar no imediato das práticas ordinárias e dos gestos, assim como nas falas tornadas lugares comuns, sem que se nelas se pensasse. Chartier, reiterando o que dizia Louis Sébastien Mercier, em fins do século XVIII, considera que os descolamentos mais profundos seriam aqueles não resultantes de reflexão. A desafeição ao soberano, com efeito, não teria sido necessariamente o resultado de uma operação intelectual, da leitura de determinados livros: estes não seriam os produtores da

---

[56] *Ibidem*, p. 244.
[57] *Ibidem*, p. 192 e 265.
[58] *Ibidem*, p. 124-125.

dessacralização, do desinvestimento simbólico e afetivo da realeza, mas, pelo contrário, produtos dela.[59]

Em crítica explícita a Robert Darnton, justamente àquele ponto em que seu trabalho apresenta maior vulnerabilidade, Chartier diz não acreditar no poder totalmente aculturante do livro em relação ao leitor e, mais especificamente, põe em dúvida o efeito corrosivo dos "livros filosóficos" na França. Primeiramente, Chartier refuta a indissociabilidade entre Luzes e Revolução Francesa, alegando que essa relação foi feita pelos próprios revolucionários no sentido de legitimar as ações que desenvolviam. Tomando as considerações críticas de Michel Foucault e Nietzsche, Chartier considera teleológica a interpretação da história que toma a Revolução como um desdobramento das Luzes. Para Roger Chartier, é preciso pensar que "a Revolução inventou as Luzes querendo enraizar sua legitimidade em um *corpus* de textos e autores fundadores, reconciliados para além das diferenças vivas que tinham, unidos na preparação da ruptura com o antigo mundo".[60] O procedimento adotado pelos revolucionários implicou "fazer escolhas severas no interior da herança literária e filosófica e reduzi-la a uma significação única de opiniões e posições, as quais eram bastante diversas".[61] As Luzes, em outras palavras, não podem ser resumidas ao

---

[59] *Ibidem*, p. 126.
[60] *Ibidem*, p. 17.
[61] *Ibidem*, p. 284.

pensamento revolucionário nem lidas unicamente a partir dele. Traziam um manancial heterogêneo, no qual os revolucionários beberam seletivamente e, sobretudo, procuraram fincar a legitimidade de suas ações. No entendimento Roger Chartier, em segundo lugar, inexistiria uma ligação automática entre livros e Revolução. Com efeito, ele observa que os livros dos emigrados e condenados pela Revolução a partir de 1792, livros esses confiscados, mostram que havia, da parte desses inimigos e vítimas dos revolucionários, uma ligação forte com os escritos dos filósofos. Suas "leituras" não eram diferentes das feitas pelos revolucionários mais engajados. Assim, na prisão, o Marechal de Broglie, tinha Buffon e a *Enciclopédia*, enquanto Luís XVI, o próprio monarca, lia Montesquieu e Voltaire, ao mesmo tempo em que se debruçava sobre autores do século XVII como Corneille e La Fontaine.[62] Isto permite a Chartier retomar Tocqueville, para quem os homens de elite, no fundo, compartilhavam as mesmas idéias, hábitos, gostos, prazeres e "'*liam os mesmos livros*, falavam a mesma linguagem'".[63] Além disso, Chartier recusa aquela relação estabelecida por Robert Darnton, direta e obrigatória, entre a literatura panfletária, agressiva e desrespeitosa, e a destruição da imagem da monarquia.[64] Para ele, as estampas dos panfletos

---

[62] *Ibidem*, p. 124.
[63] Alexis de Tocqueville. *Apud. Ibidem*, p. 124.
[64] CHARTIER, Roger. **Les origines culturelles de la Révolution française**, *op. cit.*, p. 119-121.

e dos libelos não se gravariam nos espíritos dos leitores como se eles fossem ceras moles, *pois a leitura não supõe necessariamente a adesão do leitor à crença*. O impacto desse tipo de escrito seria epidérmico, não movendo as consciências e não se constituindo como impulso à ruptura. Além disso, seria muito diferente conforme o tipo de leitor. A própria escritura dos "livros filosóficos", misturando gêneros, motivos e registros, contribuiria para o estabelecimento de uma pluralidade de sentidos. A desafeição ao soberano, enfim, não teria sido necessariamente o resultado de uma operação intelectual: *os livros não foram os produtores da dessacralização, do desinvestimento simbólico e afetivo da realeza, mas, pelo contrário, produtos dela.*[65] Menos do que assentada numa compreensão do mundo pelos súditos-leitores, portanto, a dessacralização enraizava-se na *vivência* dos últimos.

A geografia de Chartier, em suma, em termos de espaço, comporta a consciência de uma diversidade regional e, em termos sociais e/ou dos sujeitos da história, envolve a consideração dos leitores no plural (ainda que ele não estude de forma sistemática os procedimentos concretos de leitura usados pelos diferentes tipos de leitores que menciona). Sua relação com a temporalidade também o difere de Darnton. As transformações por ele sublinhadas, aos meus olhos, remetem a aspectos conjunturais e estruturais, em meio aos

---

[65] *Ibidem*, p. 126-128.

quais os acontecimentos revolucionários vieram a se dar (e tais eventos não constituem objeto de seu estudo). Os eventos da Revolução, ademais, dentro do esquema de Chartier, não parecem se desenvolver sob o mero ditame daqueles elementos conjunturais e estruturais. Chartier combina os tempos braudelianos de forma complexa, tomando os aspectos conjunturais e estruturais como elementos que tornaram *possíveis e pensáveis* os eventos revolucionários, sem, contudo, os determinar. Com efeito, afirma Chartier: "não se trata tanto de saber se o evento está já presente nessas idéias que o anunciam, o prefiguram ou o reclamam, mas de reconhecer as mutações de crença e de sensibilidade que tornam decifrável, aceitável, a destruição tão rápida e tão profunda da antiga ordem política e social. Nesse sentido, atribuir origens culturais à Revolução não é de nenhum modo estabelecer suas causas, mas na verdade encontrar algumas *condições que a tornaram possível, possível porque pensável".*[66]

O livro de Roger Chartier é objeto de críticas de Robert Darnton, em *Os Best-sellers proibidos da França Pré-Revolucionária*. Nesse livro, Darnton retoma alguns temas abordados em *Boemia Literária e Revolução*, acrescentando outros. Quanto às críticas ao livro de Chartier, Darnton questiona, de um lado, o fato do primeiro não relacionar "as origens culturais" com a "eclosão da Revolução". De outro,

---

[66] *Ibidem*, p. 10.

afirma que as modificações de atitude sublinhadas por Chartier teriam ocorrido em outros países que não a França, como a Alemanha e a Inglaterra, sem que, contudo, houvesse aí uma Revolução.[67] Reafirma o nexo entre Luzes e Revolução, sublinhando que ele, em si, não é enfraquecido pelo fato dos revolucionários usarem as primeiras como forma de legitimar o movimento. Acrescenta que, para explicar as origens culturais da Revolução, seria preciso relacionar as "atitudes e padrões de comportamento", de um lado, e a "ação revolucionária", de outro.[68] Por fim, ele crítica o uso da noção de "esfera pública burguesa", retirado de Habermas, lembrando tanto o caráter metafórico da expressão na obra deste último, quanto seu uso no sentido de apontar para a vitória da classe burguesa, associação esta atualmente refutada pelos historiadores como explicação para a Revolução Francesa – logo, haveria, o que não é dito com todas as letras, impropriedades no uso do conceito de Habermas por parte de Chartier, além de um descompasso com a historiografia sobre a Revolução.

As obras, assim como o debate travado por Robert Darnton e Roger Chartier, mais do que demarcar especificidades no que se refere aos sujeitos, aos tempos e à geografia do livro e da leitura na França Pré-Revolucionária, mostram aspectos importantes para a historiografia do livro e

---

[67] DARNTON, Robert. **Os best-sellers proibidos da França Revolucionária**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 288-9.
[68] *Ibidem*, p. 189.

da leitura, até mesmo nos pontos em que revelam fragilidades. Uma das críticas de Darnton a Chartier, por exemplo, tem um efeito bumerangue e nos serve de alerta: se Chartier não avança na correlação entre “origens culturais” e “eclosão da Revolução” (e esta cobrança me parece um tanto indevida, pois Chartier diz explicitamente que não a faria, que isto fugiria a seus propósitos), Darnton também não desenvolve profundamente a correlação entre subliteratura ilustrada e Revolução Francesa. Outra crítica instiga a realização de pesquisas comparativas para verificar se o esquema de Darnton é funcional ao ser deslocado para outros países: aquela segundo a qual o esquema de Chartier não explica a ausência da Revolução em outros países, onde se observavam mudanças de atitudes similares às encontradas na França (crítica que obscurece a complexa articulação que Chartier estabelece entre estruturas, conjunturas e eventos).

Mais importante do que isso, porém, é reconhecer que os procedimentos analíticos, pressupostos, teses e esquemas interpretativos, tanto de Darnton quanto de Chartier, indicam a tendência da historiografia em exame no sentido de se aproximar mais e mais das leituras, dos leitores (no plural, em suas diferenciações) e das condições culturais sob as quais ambos se encontravam. Revelam os desafios teóricos, metodológicos e documentais para se concretizar essa aproximação. Demonstram que tal aproximação é essencial e que, quando se pensa em livro e leitura em associação com

movimentos políticos, cumpre considerar os discursos e as propostas dos que os protagonizam, confrontando-os com os livros em circulação e as leituras citadas, realizadas ou inferidas (até mesmo pelo referido cotejo). Sem os leitores, suas leituras, suas ações, sem as indicações de como se deram as apropriações que fizeram dos livros, penso, a história do livro e da leitura se fragiliza.

Contribui para uma melhor compreensão da história do livro e da leitura, além disso, outra das ponderações reforçadas por Darnton em *Os best-sellers proibidos da França Revolucionária*: a necessidade de se considerar a historicidade do contexto cultural mais amplo em que o livro se inscreve. No mundo de hoje, o livro se insere num sistema de comunicações em que veículos de tipos diferentes (manuscritos, orais, visuais e impressos no geral) se entrecruzam e ligam, com destaque para o rádio e a TV. Na França do Antigo Regime, os livros também se associavam a elementos impressos (que não livros), orais, visuais e manuscritos – isto é, mexericos, boatos, piadas, canções, grafites, cartazes, pasquins, folhetos, cartas e jornais – que, em alguns casos, eram portadores de especificidades históricas ou tinham mais espaço do que possuem hoje[69]. É importante, nos estudos sobre o livro e a leitura no Antigo Regime, não esquecer as especificidades desses tipos de

---

[69] DARNTON, Robert. **Os best-sellers proibidos da França Revolucionária**, *op. cit.*, p. 14.

veículos orais, visuais e manuscritos (e, além deles, os outros impressos que não os livros) com os quais a cultura livresca dialogava, como mostrarei adiante. Tratava-se de sociedades em que a habilidade de ler era menos disseminada e em que se cultivava o hábito da leitura oral (até mesmo entre homens das elites sociais e intelectuais). Nessas sociedades, ao mesmo tempo, a comunicação oral e os manuscritos eram usados com mais freqüência (seja para driblar a censura, seja por causa da menor acessibilidade aos prelos). Por essas razões, é importante também ter em vista os intercâmbios e as intercessões entre os livros, os outros impressos, o oral e o manuscrito. Com isso, evita-se o risco de supervalorizar e isolar os livros. Se os livros, em si, não fazem as Revoluções sem os leitores, sem que esses as considerem pensáveis, necessárias e possíveis, sem que haja condições culturais para tanto, sem que os eventos também desempenhem seu papel, é importante considerar que outros veículos de comunicação reforçam, reiteram, amplificam e/ou combatem e destroçam as idéias trazidas pelos livros. Tais veículos, portanto, também têm um papel na conservação ou na superação da ordem estabelecida. Essa perspectiva, ao que me parece, está consagrada na historiografia internacional. A propósito, gostaria de citar, para encerrar, alguns nomes que me parecem representativos dessa perspectiva historiográfica: Melissa Calaresu[70], Jordana Dym[71] e Sara

[70] CALARESU, Melisa, Coffee, culture and construction: reconstructing the

Nalle[72], de origem anglo-saxã; e Antonio Castillo Gómez[73], Carlos Alberto González Sánchez[74], Pedro J. Ruedas Ramírez[75], José Luis Betrán Moya[76] e Manuel Peña Diaz[77], dentre outros, de origem hispânica. Tais autores, no conjunto, dedicam-se a investigações que contemplam os temas aqui assinalados como cruciais na história do livro e da leitura: tipografias, impressos que não estritamente os livros

---

public sphere in late eighteenth-century Naples, In: GATTI, Andrea; ZANARDI, Paola. **Filosofia, Scienza, Storia**: Il dialogo fra Italia e Gran Bretagna. Pádua: Il Poligrafo, 2005. p. 135-176.

[71] DYM, Jordana. Conceiving Central America: A Bourbon Public in the *Gazeta de Guatemala* (1797–1807). In: PAQUETE, Gabriel. (Org.). **Enlightened Reform in Southern Europe and its Atlantic Colonies, c. 1750-1830**. Farnham: Ashgate, 2009. p. 99-118.

[72] NALLE, Sara. Litteracy and culture in Early Modern Castile. **Past & Present**, Oxford, (125): 65-96, nov. 1989.

[73] CASTILLO GOMES, Antonio. Panfletos, coplas y libelos injuriosos. Palabras silenciadas en el siglo de Oro. In: PEÑA DÍAZ, Manuel. **Las Españas que (no) pudieron ser. Herejías, exilios y otras conciencias (S. XVI-XX)**. Huelva: Universidad de Huelva, 2009. p. 59-73.

[74] GONZÁLEZ SÁNCHEZ, Carlos Alberto. **Atlantes de papel**: adoctrinamiento, creación y tipografía en la Monarquia Hispânica de los siglos XVI e XVII. Barcelona: Ediciones Rubeo, 2008 e Idem, Cerco a La Imaginación: lectura y censura ideológica en la España del siglo XVI. In: GÓMEZ, Antonio Castillo (ed.). **Libro y Lectura en la Península Ibérica y América (siglos XIII a XVIII)**. Salamanca: Junta de Castilla y León/ Consejería de Cultura y Turismo, 2003. p. 71-106.

[75] RUEDA RAMIREZ, Pedro J. El contrabando de libros en la Carrera de Indias: una faceta poco conocida del comercio del libro. In: FERNÁNDEZ, Manuel F.; GONZÁLEZ SÁNCHEZ, Carlos Alberto; GAILLARD, Natalia. (Org.). **Testigo del Tiempo, Memoria del Universo**: Cultura escrita y sociedad en el mundo ibérico (siglos XV-XVIII). Barcelona: Rubeo, 2009. p.153-174.

[76] MOYA, José Luis Betrán. La producción impresa de los autores jesuitas españoles durante los siglos XVI y XVII: un análisis cuantitativo. In: FERNÁNDEZ, Manuel F.; GONZÁLEZ SÁNCHEZ, Carlos Alberto; GAILLARD, Natalia. (Org.), *op. cit.,* p. 23-58.

[77] PEÑA DÍAZ, Manuel. El espejo de los libros: lecturas y lectores en la España del Siglo del Oro. In: PEÑA DÍAZ, Manuel; RUIZ, P.; SOLANA, J. (Org.). **La cultura del libro en la edad moderna**: Andalucía y América. Córdoba: Universidad de Córdoba, 2001. p. 145-158.

(periódicos, panfletos etc.), posse e comércio de livros, composição de bibliotecas, habilidades de ler e escrever, práticas de leitura, esfera pública e público leitor. A figura dos leitores e suas ações detêm um lugar central nessa produção, sobretudo na historiografia espanhola, que me parece ser a mais promissora e, atualmente, a vanguarda, mas isto é outro "capítulo", que aqui não é possível abordar.

**2– Como esse campo tem se transformado e quais as especificidades que adquire no Brasil?**

Ao fazer um balanço a respeito da historiografia sobre o livro e a leitura, por comodidade, vou me ater aos estudos sobre o período colonial, extrapolando, em um ou noutro momento, essa demarcação temporal. Ao mesmo tempo, não repetirei as informações dadas na resposta anterior que se relacionem a essa pergunta.

Primeiramente, quero citar os historiadores que foram pioneiros no campo, em termos das preocupações e das fontes: Alcântara Machado (1929), Carlos Rizzini (1946), Marcelo de Ipanema (1949), Eduardo Frieiro (1957), Sílvio Gabriel Diniz (1959) e Luís Henrique Dias Tavares (1959). Em seus estudos, eles mostraram os documentos úteis para a realização de estudos na área. Revelaram a riqueza contida em fontes diversas: legislação, seqüestros dos bens das

pessoas envolvidas nas Conjurações do século XVIII, depoimentos prestados pelos diversos conjurados nas devassas, inventários *post morten*, obras literárias coevas, relatos de viajantes e cronistas, relatórios governamentais, catálogos de livros, listas de obras submetidas ao aparato censório português após 1768, róis de livros retidos nas alfândegas, documentos inquisitoriais e correspondências.

Desses pioneiros, pode-se dar um salto para a historiografia brasileira mais recente. Desde fins dos anos 1980, nossa historiografia vem sendo influenciada pela historiografia estrangeira sobre o livro e as práticas de leitura. A partir de então, as investigações continuaram a recorrer às fontes empregadas nos estudos dos pioneiros. Porém, em alguns casos, serviram-se também das listas de livros enviados de Portugal para o Brasil e vice-versa e de outros documentos que fazem parte dos fundos dos tribunais censórios e da Inquisição, nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, em Lisboa, e, ainda, ampliaram o universo de inventários *post morten* examinados. Muitas pesquisas têm uma feição mais monográfica e, ao mesmo tempo, verticalizada. Esses trabalhos mais recentes partem daquele pressuposto aqui citado, mais ou menos comum, sintetizado com muita clareza por Roger Chartier: a compreensão de que a história dos livros e da leitura requer que se focalize atentamente a tensão entre o poder do livro sobre o leitor e a liberdade e inventividade deste último na produção de

sentidos no contato com os textos. Na verdade, essa perspectiva, apontada por Roger Chartier, se faz presente nos estudos desenvolvidos no Brasil mesmo antes da década de 80, portanto, quase *avant la lettre*. Desde fins da década de 60, vêm se realizando trabalhos que a consagram, em menor ou maior grau. Nesse período, foram publicados os livros e/ou artigos de Katia de Queirós Mattoso, Rubem Borba de Moraes e Maria Beatriz Nizza da Silva. Kátia Mattoso, em *Presença Francesa no Movimento Democrático Baiano* (1969), localizou as edições francesas dos textos que influenciaram diretamente os conjurados baianos de 1798: *O Orador dos Estados Gerais de 1789*, de Jean-Louis Carra (aqui já citado, como um dos subliteratos das Luzes francesas), *Fala de Boissy d'Anglas – 30 de janeiro de 1795*, *Aviso de Petersburgo – Fevereiro de 1796* e *Les ruines ou méditation sur les révolutions des empires*, de Volnay. Mattoso comparou-as com as apropriações feitas pelos leitores-conspiradores na Bahia. Rubem Moraes, em *Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial* (1979), percorreu parte do amplo circuito investigado por Darnton em relação à França pré-revolucionária, analisando as bibliotecas, o comércio livreiro, a censura e as tipografias no período colonial. Maria Beatriz Nizza da Silva tem várias publicações na área, tais como "A livraria pública da Bahia em 1818: obras de história" (1971), "Livro e sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821" (1973), "Uma biblioteca científica brasileira no início do século

XIX" (1973) e *Cultura e sociedade no Rio de Janeiro - 1808-1821* (1979). Ela desenvolveu uma reflexão teórica sobre a história do livro e, ainda, estudos sobre bibliotecas na Bahia e no Rio de Janeiro e sobre o comércio livreiro nessa última cidade.

O que se deu de novo, então, a partir da década de 1980? Verificou-se um aprimoramento teórico e metodológico. Desenvolveram-se reflexões teóricas sobre a história do livro e da leitura. Incorporaram-se novos aparatos conceituais e interpretativos, dentre os quais destaco os referentes à esfera pública de poder e à opinião pública, cujas origens históricas, conforme Jürgen Habermas, encontram-se nos processos de ascensão do capitalismo e de afirmação dos modernos Estados Nacionais, em meio aos quais se constituiu um público (composto por "homens cultos", pequenos e grandes burgueses), envolvido, primeiramente em discussões literárias e, depois, políticas: entre o setor privado e o poder público (Estado), formou-se a esfera pública de poder, que fazia a intermediação, "através da opinião pública, entre o Estado e as necessidades da sociedade".[78] A partir da década de 1980, assistiu-se também a uma maior sofisticação no emprego de métodos quantitativos, o que foi facilitado pelo desenvolvimento ímpar da informática e pela democratização do acesso aos microcomputadores. Jorge de Souza Araújo foi

---

[78] HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 33-51.

pioneiro nesse sentido, defendendo, em 1988, uma gigantesca tese de doutorado sobre as bibliotecas, o comércio livreiro e o perfil do leitor em toda Época Colonial, tese essa publicada como livro em 1999 (*Perfil do leitor colonial.* Salvador, UFBA, Ilhéus). Para realizar esse estudo, Araújo consultou uma diversidade e uma quantidade enorme de fontes. Nele, demonstra vasta erudição.

As pesquisas desenvolvidas nos últimos 20 anos têm privilegiado o estudo da censura, da circulação de livros e das bibliotecas coloniais, nesses dois últimos casos restringindo-se a uma circunscrição geográfica menor que a totalidade representada pela América Portuguesa ou a acervos de propriedade de figuras ou instituições eminentes do passado colonial. Vêm focalizando igualmente, de um lado, os textos, sua materialidade, as especificidades dos gêneros (por exemplo, romances, catecismos etc.), o seu processo de produção, as práticas de leitura e, de outro, as apropriações dos textos pelos leitores, sobretudo correlacionando-as às lutas políticas. As investigações não se restringem aos livros, em estrito senso, debruçando-se também sobre os impressos em geral, muitas vezes correlacionando-os a manuscritos e às formas de comunicação oral. Nessas pesquisas, sobressai a preocupação em estabelecer conexões entre o universo do livro e os sistemas ou movimentos políticos que lhes são coevos, ou então, a preocupação em demarcar o perfil do leitor e o lugar dos livros. Grande atenção tem sido dada aos

livros de Belas Letras (aos romances, em particular), aos livros utilizados no ensino e na vivência da fé e, ainda, às obras jurídicas e, em menor grau, de artes plásticas.

Maria Beatriz Nizza da Silva, pioneira das abordagens modernas e a referência principal na área, em 1999, em *Cultura Luso-Brasileira: da reforma da Universidade à Independência do Brasil* (Lisboa, Estampa, 1999), tem dois capítulos relacionados à história da leitura e do livro no Brasil Colonial. No primeiro, "A cultura religiosa", ao focalizar os libertinos e os pedreiros-livres, mostra exemplos de leituras de livros de ilustrados, como Voltaire e Bielfeld. Noutro, "Livros e Leituras", com base em documentação variada, analisa a composição de algumas bibliotecas privadas e públicas e de uma biblioteca institucional, a impressão e o comércio de livros, destacando as novelas editadas pela Impressão Régia do Rio de Janeiro e os folhetos publicados por uma tipografia da Bahia, finalizando a abordagem com as gazetas e os periódicos. Sobre a imprensa periódica na época colonial, Nizza da Silva lançou, em 2007, o livro *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822)*: *Cultura e Sociedade* (Rio de Janeiro, Eduerj) e, neste final de 2009, o capítulo "A imprensa periódica na época joanina", em livro organizado por Lúcia Bastos Pereira das Neves (*Livros e Impressos: Retratos do Setecentos e do Oitocentos*, pela Eduerj, do Rio de Janeiro). Com relação aos trabalhos referentes à imprensa periódica,

não de autoria de Nizza da Silva, irei me estender ao responder à questão seguinte.

Um nome que é outra referência na área da história do livro e da leitura é Lúcia Maria B. P. das Neves. Em conjunto com Tânia Bessone da Cruz Ferreira, em 1989, publicou o artigo "O medo dos 'abomináveis princípios franceses': a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil", na Revista *Acervo,* do Arquivo Nacional, sobre a censura nos inícios do século XIX. Entre 1989 e 2002, agora isoladamente e atendo-se ao período que se estende da chegada do Príncipe Regente D. João aos primeiros anos do Império, publicou vários ensaios em que evidencia a preocupação com a questão da esfera pública de poder, dentre eles "Um silêncio perverso: censura, repressão e o esboço de uma primeira esfera pública de poder (1820-1823)", no livro *Minorias silenciadas: História da Censura no Brasil,* organizado por Maria Luísa Tucci Carneiro (São Paulo, Edusp/Imprensa Oficial/ FAPESP, 2002). Anos antes, em 1992, Lúcia Bastos Pereira das Neves publicou o artigo "Comércio de livros e censura de idéias no Brasil: a atividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822)", na revista portuguesa *Ler História*. O objeto, em si, do artigo, o comércio livreiro, particularmente o desenvolvido por livreiros franceses, então carente de estudos, já lhe concede importância, mas esta deriva também do emprego de métodos quantitativos na

análise dos dados, colhidos na documentação da censura no Brasil joanino. Nos últimos anos, a autora vem se dedicando ao estudo de panfletos (relacionando-os às lutas políticas coevas), de livreiros e de bibliotecas, em alguns casos trabalhando em co-autoria, ora com Guilherme Pereira das Neves, ora com Tânia Bessone da Cruz Ferreira, podendo ser citados: sem co-autoria, o livro *Napoleão Bonaparte: imaginário e política em Portugal – c.1808-1810* (São Paulo, Alameda, 2008), que traz o texto de sua tese de professora titular, com algumas modificações; com Guilherme Pereira das Neves, o artigo "A biblioteca de Francisco Agostinho Gomes: a permanência da ilustração luso-brasileira entre Portugal e o Brasil" (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* Rio de Janeiro, v. 165, n. 425, p. 11-28, 2004), e, com Tânia Bessone da Cruz Ferreira, a comunicação "Livreiros no Rio de Janeiro: intermediários culturais entre Brasil e Portugal" (*Atas do 3º Colóquio do Pólo de Pesquisas de Relações Luso-Brasileiras - Entre Iluminados e Românticos*, Rio de Janeiro, Real Gabinete Português de Leitura, 2006).

Leila Mezan Algranti, da Unicamp, também tem um lugar reservado na historiografia brasileira sobre os livros e à leitura, campo de pesquisa em que atua há mais de uma década. Em "Os livros de devoção e a religiosa perfeita: normatização e práticas religiosas nos recolhimentos femininos no Brasil colonial", capítulo editado em 1995, no

livro *Cultura portuguesa na Terra de Santa* Cruz, organizado por Maria Beatriz Nizza da Silva (Lisboa, Estampa), ela estuda o conteúdo e a composição de bibliotecas nos recolhimentos carmelitas no Brasil. Seu propósito é identificar a ortodoxia do texto e as condutas que se queriam impor às mulheres, ao mesmo tempo em que se aproxima da diversidade das leituras passadas. Em outro estudo. "Política, religião e moralidade: a censura de livros no Brasil de D. João VI", publicado em 2002, no supracitado livro *Minorias silenciadas: História da Censura no Brasil,* organizado por Maria Luísa Tucci Carneiro (São Paulo, Edusp/Imprensa Oficial/ FAPESP, 2002), Leila Mezan Algranti analisa a censura no período joanino. Em 2004, publicou *Livros de Devoção, atos de censura* (São Paulo, Hucitec), uma coletânea de ensaios em que discorre sobre a censura, a circulação e a posse de livros religiosos no período joanino no Brasil; os livros de devoção, a leitura, a escrita e as bibliotecas nos conventos e recolhimentos femininos; e as possibilidades e os significados da leitura de livros religiosos, particularmente de teologia. Como se vê, na referida coletânea, cobrem-se quase todos os aspectos do circuito de comunicação que vai do livro ao leitor, o que mostra a sintonia da autora (e seu fôlego!) com as tendências da historiografia do livro e da leitura.

Em Minas Gerais, é impensável falar na história do livro e da leitura sem mencionar o historiador Paulo Gomes Leite,

pesquisador de rigor e de erudição ímpares. Ele desenvolveu vários estudos, publicados entre 1989 e 2007, sobre bibliotecas mineiras coloniais, procurando associá-las com movimentos filosóficos e/ ou políticos, como o Iluminismo, a maçonaria e a Conjuração Mineira de 1789, sem perder de vista as marcas da repressão às heterodoxias religiosas e políticas e, muito menos, quando possível, as apropriações dos leitores. Como eles são muitos e, em boa parte, de difícil acesso, com exceção de "A Inquisição em Minas Gerais: denúncias", capítulo do livro que Maria Efigênia Lage de Resende e eu organizamos, *História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas* (Autêntica, 2007, vol. 2), preferirei dar as referências completas dos textos em nota de rodapé.[79] Também em Minas, Álvaro de Araújo Antunes, realizou estudos sobre a biblioteca do Dr. José Pereira Ribeiro, importante advogado em Mariana, nas Minas Gerais do final

---

[79] LEITE, Paulo Gomes. Leitores e Leituras em Mariana nos séculos XVIII e XIX. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte (24): 217-226, ago. 2001; *Idem*, Pornografia, subversão e ateísmo na biblioteca de um cientista do Tijuco. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte (23): 222-236, abr. 2000; *Idem*, As relações entre a Maçonaria do Brasil e de Portugal no século XVIII (mimeo); *Idem*, Revolução e heresia na Biblioteca de um advogado de Mariana. *Acervo,* **Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, 8 (1-2): 153-166, jan./ dez. 1995; *Idem*, A propagação do Iluminismo em Minas Gerais. **Revista Minas Gerais**, Belo Horizonte, 2 (13): 24-27, jan. 1989; *Idem*, A cultura no Tijuco no resgate do Iluminismo em Minas. **Revista Minas Gerais**, Belo Horizonte, (14): 22-26, mar. 1989; *Idem*, A maçonaria, o Iluminismo e a Inconfidência Mineira. **Revista Minas Gerais**, Belo Horizonte, (33): 18-23, jan. 1991; *Idem*, Contestação e revolução na biblioteca de Vieira Couto. **Revista Minas Gerais**, Belo Horizonte, (27): 23-29, jul. 1990; e *Idem*, Um Iluminista holandês na biblioteca de Vieira Couto. **Revista Minas Gerais**, Belo Horizonte, (32): 24-29, 1990.

do Setecentos, como o livro *Espelho de Cem Faces: O Universo relacional de um Advogado Setecentista* (São Paulo, Annablume, 2004), além dos artigos “Considerações sobre o domínio das letras nas Minas setecentistas” (*Lócus: Revista de história*, 2000) e “Ver-me-ás folhear os grandes livros e decidir os pleitos’: a leitura desvelada nos processos judiciais” (*Relações Luso-Brasileiras,* Rio de Janeiro, 2002). Mais recentemente, estendeu sua análise a bibliotecas de outros advogados, relacionando as práticas advocatícias aos livros possuídos pelos “doutores” e, ao mesmo tempo, à formação acadêmica dos mesmos na Universidade de Coimbra. Merece destaque sua tese de doutorado, defendida em 2005, na Unicamp, intitulada *Fiat Justitia: os advogados e a prática da justiça em Minas Gerais (1750-1808)*. Thábata Araújo de Alvarenga, outra estudiosa do livro em Minas Gerais, em 1999, defendeu, na UFOP, a monografia de bacharelado *O Universo das Letras em Vila Rica Colonial (1750-1800)* e, em 2003, a dissertação *Homens e Livros em Vila Rica (1750-1800)*. Analisou, na monografia, a composição das bibliotecas em Vila Rica e, na dissertação de mestrado, o comércio livreiro, a posse de livros e o acervo das bibliotecas na antiga capital de Minas Gerais. Mostrou em que medida, à tradição, mesclava-se a inovação: de um lado, havia a pouca presença numérica de livros de pensadores das Luzes, convivendo com textos da Segunda Escolástica e, de outro, a difusão de obras

que tinham um sentido eminentemente prático para seus leitores.

Também se voltando para uma circunscrição geográfica mais limitada, agora no Nordeste, Gilda Maria Whitaker Verri publicou o livro *Tinta sobre Papel: Livros e Leituras em Pernambuco no século XVIII* (Recife, Editora da UFPE, 2006), em 2 volumes, um deles trazendo um catálogo dos livros enviados àquela capitania. A maior contribuição da obra está na análise dos livros enviados de Portugal para Pernambuco ao final do século XVIII, dos mecanismos de censura e da atuação dos mercadores.

Também de produção recente, mas conectando livro e política, há, ainda, *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis*, de Lilia Moritz Schwarcz, Paulo César Azevedo e Ângela Marques da Costa. O livro centra-se na biblioteca dos soberanos lusos. A obra supracitada apresenta o mérito de pensar as bibliotecas, os livros, a leitura, os saberes livrescos, inscrevendo-os em estratégias de poder protagonizadas pelos que controlaram o aparelho de Estado. Restringindo-se à biblioteca dos reis portugueses, evidencia seu uso como ornamento-emblema do poder monárquico. Afina-se com as preocupações encontradas na historiografia mais recente sobre o livro e a leitura (ainda que não se detenha nas práticas de leitura e nas apropriações dos livros pelos leitores) e, simultaneamente, trata os dilemas centrais de nossa história política, da emergência do Brasil como Estado

imperial e politicamente independente. Com iconografia rica, que impressiona pela qualidade, quantidade e pelas novidades que apresenta; baseado em ampla pesquisa bibliográfica e de fontes primárias, com uma linguagem fácil e acessível, 'A Longa Viagem' percorre o caminho da biblioteca dos reis portugueses, antes e depois do terremoto de Lisboa de 1755, situando sua reconstituição, após a destruição provocada pelo sismo, como parte do esforço da Coroa para imprimir novos rumos a Portugal. Focaliza as vicissitudes dessa história, numa conjuntura revolucionária aberta pela Independência dos EUA, radicalizada pela Revolução Francesa e pela expansão napoleônica, perseguindo-as nos reinados de D. José I, D. Maria I e de D. João VI, chegando à Independência e aos anos iniciais do Reinado de D. Pedro I, no Brasil.

As pesquisadoras da literatura Marisa Lajolo, Regina Zilberman e Márcia Abreu desenvolveram importantes estudos sobre a história do livro e das práticas de leituras. Lajolo e Zilberman, no livro *A leitura rarefeita: livro e literatura no Brasil* (São Paulo: Brasiliense, 1991), preocupadas com a inserção social da literatura, vasculharam as estratégias editoriais e os textos dos próprios livros de literatura produzidos na Época Colonial e no início do Império. Retiraram dos livros informações preciosas sobre o público leitor e as práticas de leitura, por eles muitas vezes retratadas, ao longo de todo esse período: na medida em que

tinham sempre em mira atingir os leitores, os livros propunham-lhes modos e práticas de ler. O tema da construção do leitor, da formação da leitura no Brasil, foi retomado pelas autoras numa perspectiva temporal mais larga, chegando até a República, em *A formação da leitura no Brasil* (São Paulo, Ática, 1996). Na mesma perspectiva e ultrapassando os marcos cronológicos que eu fixei para esta resposta, Marisa Lajolo publicou *Como e por que ler o Romance Brasileiro* (São Paulo, Objetiva, 2006), obra em que encanta pela leveza e sabedoria, e em que a questão do livro, e também da leitura, comparece.

Márcia Abreu é outra pesquisadora que merece um lugar de destaque na história do livro e da leitura no Brasil. Com formação e atuação no campo da literatura, aproxima-se enormemente das pesquisas desenvolvidas na área de história, tanto pelos objetos e preocupações metodológicas, como pelo domínio de uma vasta documentação, sobretudo manuscrita, por ela analisada sempre com muita sensibilidade e cuidado. Desenvolve pesquisas na área desde o doutorado. *História de cordéis e folhetos*, sua tese defendida em 1993, foi publicada como livro em 1999 (Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil) e volta-se para o estudo da literatura de cordel (dos cordéis portugueses do período colonial aos do Nordeste dos dias hoje). Em trabalhos subseqüentes, veio a debruçar-se sobre a circulação de livros, as bibliotecas e as práticas de leitura no final do período

colonial, priorizando os livros de cunho literário e recorrendo, sobretudo, as seguintes fontes: os próprios livros, os inventários *post morten* do Rio de Janeiro, os processos inquisitoriais, as listas de livros submetidas aos tribunais censórios e os pareceres dos censores portugueses. Centra sua atenção nos livros de Belas Letras, especialmente os romances; nos últimos três anos, vem concentrando sua pesquisa, em grande parte, na censura e nos romances libertinos, nas suas apropriações pelos leitores. Dos livros de sua autoria ou por ela organizados, destaco a obra *Os Caminhos dos livros* (Campinas: Mercado de Letras/ALB/FAPESP, 2003) e as coletâneas *Leitura, História e História da Leitura* (Campinas: Mercado de Letras/ALB/FAPESP, 2000), *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas* (co-organizada com Nelson Schapochnik, Campinas: Mercado de Letras, 2005) e *Trajetórias do romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX* (Campinas / São Paulo: Mercado de Letras / FAPESP, 2008). Cumpre realçar que Márcia Abreu tem dado enormes contribuições para a compreensão das leituras em duas pontas: aquelas feitas pelos censores portugueses e as realizadas por outros súditos luso-brasileiros. De igual valor são também suas análises sobre os romances, especialmente os libertinos, com destaque para os estudos sobre as imagens que os mesmos traziam, sem perder de vista as correlações entre a lubricidade da narrativa e as idéias propriamente

filosóficas que inundavam as obras do gênero. Esses aportes podem ser observados em: “Sob o olhar de Príapo narrativas e imagens em romances licenciosos setecentistas”, capítulo do livro *Imagens na História* (São Paulo, HUCITEC, 2008), organizado por Alcides Freire Ramos, Rosângela Patriota e Sandra Jatahy Pesavento, e “As mais infames e abomináveis obras livros licenciosos dos dois lados do Atlântico”, outro capítulo, agora do livro organizado por Eduardo França Paiva, *Brasil-Portugal*: *sociedades, culturas e formas de governar no mundo português, séculos XVI-XVIII* (São Paulo, Annablume, 2006).

Das letras vêm também alguns estudos muito importantes, que, ainda que não sejam propriamente de história do livro e da leitura, são imprescindíveis para compreendê-la e escrevê-la tendo-se em mira a Época Colonial, constituindo-se como referências importantes para os historiadores do livro e da leitura. Refiro-me aos livros e aos inúmeros capítulos de livros e artigos etc. de João Adolfo Hansen, Alcir Pécora e Marcello Moreira. A relevância dos estudos desses autores está, em boa parte, por se concentrarem nos preceitos retóricos e poéticos que norteavam a produção de escritos de diferentes gêneros na época em análise e, ainda, nos próprios textos que eram produzidos sob essas condições. Nos objetos diversos examinados por esses pesquisadores, também há enorme importância: Alcir Pécora vai dos jesuítas em geral ao grande

padre Antônio Vieira, sobre o qual tem um livro sem igual (*Teatro do Sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira*, co-edição da Edusp e da Edunicamp, de 1994*)*; João Adolfo Hansen, ainda mais amplo no tempo e no gênero, vai da sátira de Gregório de Matos (*A sátira e o engenho*: *Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*, Companhia das Letras, 1989) aos poemas dos árcades "mineiros" do século XVIII (destaco o excepcional artigo "Ilustração católica, pastoral árcade & civilização", publicado pela *Oficina do Inconfidência*, em 2004); e Marcello Moreira, que se detém em textos de vários autores do século XVII e XVIII, cabendo destacar, ademais, seus estudos sobre a produção e circulação de manuscritos entre os sediciosos da Bahia de 1798 (dentre os estudos, "Litterae Adsunt: cultura escribal e os profissionais produtores do manuscrito sedicioso na Bahia do século XVIII (1798)", publicado na revista *Politeia*, de 2004). Deste último autor, quero guardar algumas palavras que convergem com o que eu disse antes a respeito das reflexões que Robert Darnton faz sobre os veículos de comunicação manuscritos, impressos, visuais e orais, marcadamente sobre o que afirmei relativamente ao lugar ocupado pela circulação manuscrita. As palavras de Marcello Moreira indicam que a produção manuscrita, na Bahia de fins do século XVIII, amplificou a difusão de impressos, sobretudo no caso de textos proibidos, escritos originalmente em língua estrangeira. A tradução do francês para o português

conjugava-se à prática de produção de manuscritos, copiados e recopiados; entre os sediciosos da Bahia, “o mecanismo de copiar um caderno enquanto outros cadernos são copiados por outros sediciosos aumenta a velocidade de reprodução dos papéis de francesia, pois se a obra está dividida em, por exemplo, vinte cadernos, vinte diferentes copistas podem copiá-los ao mesmo tempo, fazendo-os posteriormente circular entre o conjunto de copistas” (“Cultura escribal e o movimento sedicioso de 1798: *A Pecia*”, no livro *Império por Escrito: Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico, séc. XVI-XIX*, organizado por Ana Paula Megiani e Leila Mezan Algranti, pela editora Alameda, 2009, p. 503).

Aníbal Bragança é outra referência de grande relevância na história do livro e da leitura, no Brasil e em Portugal, particularmente no campo da edição. Destacam-se suas contribuições sobre a ação editorial do frei José Mariano da Conceição Veloso, no Brasil e em Portugal, na passagem do século XVIII para o século XIX, especialmente na Casa Tipográfica do Arco do Cego, podendo ser citados os seguintes trabalhos: “Arco do Cego e Impressão Régia, Lisboa e Rio de Janeiro: sobre rupturas e continuidades na implantação da imprensa no Brasil” e “Antônio Isidoro da Fonseca, Frei Veloso e as origens da história editorial brasileira”, ambos os ensaios publicados nos Anais da *INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*, respectivamente de 2008

e 2007, além do capítulo “Antônio Isidoro da Fonseca, um precursor na história do livro brasileiro”, publicado no livro organizado por José Marques de Melo, *Imprensa brasileira - Personagens que fizeram história* (São Paulo, Imprensa Oficial; Universidade Metodista de S. Paulo, 2009).

Sobre a Casa do Arco do Cego, há também “Política e edição: os naturais do Brasil nas reformistas oficinas do Arco do Cego”, um texto instigante, de autoria de Caio César Boschi, um ícone da historiografia mineira, publicado em *Política, nação e edição*: *o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX,* coletânea organizada por Eliana de Freitas Dutra e Jean-Yves Mollier (São Paulo, Annablume, 2006), além do monumental *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801): Bicentenário*, organizado por Fernanda Maria Guedes de Campos e outros (Lisboa: Biblioteca Nacional/ Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1999). A propósito, para encerrar, gostaria de ao menos mencionar alguns historiadores portugueses que, direta ou indiretamente, trazem contribuições para a história do livro e da leitura em Portugal na Época Moderna e na passagem do século XVIII para o século XIX, sendo, por conseguinte, referências fundamentais para a história do livro e da leitura no Brasil Colonial: Ana Cristina Araújo, Antônio Camões Gouveia, Diogo Ramada Curto, Fernando Augusto Machado, Fernando Guedes, Graça Almeida Rodrigues, João Luís Lisboa, João Carlos Brigola,

João Pedro Ferro, José Augusto dos Santos Alves, José Sebastião da Silva Dias, Luís Alberto de Oliveira Ramos, Manoela Domingos, Margarida Ortigão Ramos Paes, Maria Adelaide Salvador Marques, Maria de Fátima Nunes, Maria Teresa Esteves Payan Martins, Miguel Figueira Faria, Olímpia Loureiro, Rita Marquilhas, Tiago dos Reis Pinto Miranda e Vanda Anastácio, dentre outros. Dentre os brasileiros, destaco ainda: Maria Lígia Prado, Maria Lucília Viveiros Araújo, Maria Aparecida de Menezes Borrego e, sobretudo, Ana Maria de Almeida Camargo.

**3 – Seria este um dos *loci* privilegiados da interdisciplinaridade na História?**

Com certeza. A história do livro e da leitura requer um trato interdisciplinar, ao mesmo tempo em que chama a atenção de pesquisadores de áreas as mais distintas. Por que requer um trato interdisciplinar? Primeiramente, pela própria natureza do objeto, o livro, que pode pertencer a distintos campos do conhecimento e, por conseguinte, seus leitores e as leituras de que pode vir a ser objeto remetem também a diferentes áreas do saber. Em segundo lugar, mas não de menos importância, por causa da própria forma de abordar o livro e a leitura. Uma vez que a história do livro e da leitura, como bem explica Robert Darnton, compreende um amplo circuito de comunicação, que vai do autor ao leitor (condição esta que é também do próprio autor), passando pelo editor,

pelos tipógrafos, pelos governos e instituições sociais, pelo livro como objeto material, pelos comerciantes etc., ela envolve o enfoque de diferentes aspectos: o processo de produção do livro, sua materialidade, sua comercialização, as condições culturais e educacionais que regulam sua composição e leitura, os mecanismos de controle utilizados pelo Estado e por diferentes instituições sociais, como a Igreja e as escolas, por exemplo.

Logo, o livro, por sua natureza e pelas possibilidades de abordá-lo, requer do historiador um trânsito por diferentes áreas: filosofia, ciência política, botânica, medicina, astronomia, teologia, política, pedagogia, economia etc. Sem isto, fica impossível desenvolver procedimentos básicos, como, por exemplo, identificar títulos e autores de livros, que aparecem truncados nos documentos; classificar os livros por área de conhecimento; compreender as idéias que eles trazem etc.; e entender o processo econômico de produção e circulação, os objetivos e as bases teórico-políticas que regem os controles exercidos pelo Estado, as condições de legibilidade e os processos de leitura, as apropriações feitas pelo leitor, dentre outros aspectos.

Poderia listar vários outros procedimentos analíticos que também requerem o trânsito por áreas afins ou mesmo mais ou menos distantes da História. É impossível, por exemplo, desenvolver uma investigação sobre a posse, a circulação e a leitura de romances na passagem do século

XVIII para o século XIX, sem recorrer à história da literatura. Para usar o romance, como livro que é, como objeto e/ou testemunho, é preciso, portanto, estudar sua constituição como gênero, saber diferenciar um romance moderno de um romance romanesco, identificar as especificidades de sua linguagem, considerar os ditames retóricos que interferiram em sua produção, perceber as correlações que existiram entre a emergência do romance moderno e a ascensão do capitalismo e do Estado moderno, compreender as identidades e as especificidades existentes entre o mundo da ficção romanesca moderna e o chamado "mundo real", atentar para como o próprio gênero aludia e procurava embaralhar as fronteiras entre esses dois universos. Márcia Abreu, Sandra Vasconcelos, Nelson Schapochnik e eu, assim como nossos orientandos, deparamo-nos com questões como essas ao desenvolvermos o projeto temático *Caminhos do Romance no Brasil* (www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br), entre 2003 e 2008, com financiamento da FAPESP e do CNPq. Uma síntese dos esforços desenvolvidos e dos desafios encontrados pelo referido projeto temático encontra-se em *Trajetórias do Romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX*, livro organizado por Márcia Abreu (Campinas: Mercado de Letras, 2008) e que reúne textos de todos os pesquisadores envolvidos.

Outros exemplos de interdisciplinaridade (e do quanto ela é necessária para a concretização dos estudos) são: a

tese de doutorado *Usos e impactos de impressos europeus na configuração do universo pictórico mineiro (1777-1830)*, de Camila Santiago, e a dissertação de mestrado *A física teológica e o projeto político-pedagógico do padre oratoriano Teodoro de Almeida, em 'Recreação Filosófica' (1751–1800*), de Diogo Lúcio Pereira Vieira, ambos os trabalhos defendidos na UFMG, em 2009. A tese de Camila Santiago cruza a história do livro e da leitura à história da arte, ao fazer um estudo sobre os usos de impressos por artistas mineiros na passagem do século XVIII para o século XIX. Centra-se na análise da produção de impressos europeus, principalmente, livros e gravuras, e nos impactos de seus usos no fazer artístico. Mostra que tais usos não se limitavam às "tarefas cognitivas de leitura", na medida em que os leitores mesclavam a leitura dos ensinamentos textuais à observação das imagens, tomadas, com maior ou menor fidelidade, como modelos das pinturas que tais leitores-artistas (ou artistas-leitores) realizavam em Minas Gerais. Um trabalho como este seria impossível a um historiador que não transitasse pelos dois campos, que não dominasse as discussões, os conceitos e os métodos da história da arte, que não tivesse uma familiaridade mínima com as linguagens das artes plásticas, conhecimentos estes que são muito específicos. A dissertação de mestrado de Diogo Lúcio Vieira, por sua vez, tendo por objeto a *Recreação Filosófica*, obra do ilustrado português Teodoro de Almeida, padre da Congregação do

Oratório, publicada em vários volumes de 1751 a 1800, requereu uma pesquisa sobre a filosofia e a história da ciência nos séculos XVII e XVIII. Essa pesquisa foi indispensável para que se analisassem a concepção de física teológica e o projeto político-pedagógico do referido clérigo oratoriano lusitano.

Eu poderia multiplicar os exemplos e as citações de trabalhos que apontam para a natureza interdisciplinar dos estudos sobre a história do livro e da leitura. Penso particularmente naqueles que mostram inter-relações da história com a literatura (de que são exemplos, no Brasil, os vários trabalhos de Marisa Lajolo, Márcia Abreu e de seus orientandos, do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, dentre os quais cito especialmente a tese de doutorado orientada pela segunda, de autoria de Simone Cristina Mendonça de Souza, intitulada *Primeiras Impressões: os romances publicados pela Impressão Régia do Rio de Janeiro, 1808-1822*, defendida em 2007).

Penso também nos inúmeros trabalhos que relacionam a história da leitura com a história da educação. Geralmente, a história da educação, por preconceito dos “historiadores”, desenvolve-se como um ramo à parte da história, distanciamento que eu vejo cada vez mais sendo diminuído, ao menos no Brasil. Essa mudança deve-se, sobretudo, ao esforço dos pesquisadores da área de História da Educação, dentre os quais eu faço questão de destacar aqueles que

atuam na Faculdade de Educação da UFMG e na Faculdade de Educação da USP. Não poderia deixar de mencionar os nomes de Maria Helena Câmara Bastos, da PUC do Rio Grande do Sul, e de Maria Tereza Santos Cunha, da Universidade Estadual de Santa Catarina, ambas, historiadoras de formação, mas com atuação em Faculdades de Educação e pesquisas que fazem também a intersecção da história da educação e da história do livro e da leitura, ainda que em período que vai além da Época Colonial. Há esforços feitos por outros autores que possuem uma longa trajetória no campo da história, como Ângela de Castro Gomes, uma das maiores historiadoras brasileiras da atualidade (senão a maior), que tem produzido estudos muito interessantes, entrelaçando história, livro, leitura e educação (mais precisamente o ensino de história), no âmbito do projeto *Viriato Correa: História, historiografia e ensino de história.* Dentre os trabalhos que cruzam história da educação e história, estrito senso, eu cito a tese de doutorado *Posse e usos da cultura escrita e difusão da escola: de Portugal ao Ultramar, Vila e Termo de São João del-Rei, Minas Gerais (1750-1850)*, defendida em 2009, na FAFICH-UFMG, por Christianni Cardoso Morais, professora da UFSJ, que tive a honra de orientar, tendo como parceiro o professor Rogério Fernandes, da Universidade de Lisboa. Na tese, desenvolve-se toda uma discussão sobre a habilidade, os aparatos e as técnicas de escrita, aspectos esses insondáveis a um

pesquisador que não tenha trânsito na área da pedagogia. Destaco igualmente a tese *Gênero, Cultura Impressa e Educação - Lições de política e moral pelo periódico mineiro 'O Mentor das Brasileiras' (1829-1832)*, de Mônica Yumi Jinzenji, defendida também em 2009, na Faculdade de Educação da UFMG, em que se entrelaçam história política, história da educação, história da imprensa e história da mulher no Brasil Imperial. Aliás, existem duas frentes de pesquisa importantes presentes no trabalho de Yumi e em relação às quais há estudos a serem mencionados. No que se refere à correlação entre história do livro e história da imprensa, temos uma longa tradição, que vem desde Carlos Rizzini (*O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822: com um breve estudo geral sobre a informação.* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.), passando por Maria Beatriz Nizza da Silva (*A Primeira Gazeta da Bahia*: Idade d'ouro do Brasil. São Paulo: Cultrix, 1978), que também utilizou a imprensa periódica como fonte, além de objeto (*Cultura e sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.), Marco Morel (*Cipriano Barata na Sentinela da Liberdade*. Salvador: Academia de Letras da Bahia/ Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2001 e *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial, 1820 - 1840.* São Paulo: Hucitec, 2005.), uma referência fundamental, em termos teórico-metodológicos,

Lúcia Bastos Pereira das Neves (de quem cito, aqui, *Corcundas e Constitucionais: a Cultura Política da Independência, 1820-1822*. Rio de Janeiro, Faperj/Revan, 2003.) e Isabel Lustosa (dentre vários estudos, menciono *Insultos Impressos: a guerra dos jornalistas na Independência, 1821-1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.), dentre outros. Eu mesmo orientei, na UFMG, dissertações de mestrado que julgo trazerem contribuições sobre o tema, como são as de: Guilherme de Souza Maciel (*O "Recreador Mineiro" e a construção da nação, Ouro Preto: 1845-48: formas de representação do conhecimento histórico na Construção de uma Identidade Nacional*, 2005.), Luciano da Silva Moreira (*Imprensa e Política*: *espaço público e cultura política na província de Minas Gerais, 1828-1842*, 2006.), Raphael Rocha de Almeida (*Imprensa e patriotismo nos primórdios do Império*, 2008.) e André Pedroso Becho (*Em nome do Império e da Ordem: a imprensa e as representações da política externa no período Joanino, 1808-1821*, 2009.).

No que se refere ao cruzamento de história do livro e história da mulher, são de grande relevância os estudos de Leila Mezan Algranti, aqui já citada, uma das referências da historiografia brasileira no campo do livro e da leitura, como já salientei.

Leila Mezan Algranti, Maria Beatriz Nizza da Silva, Lúcia Bastos Pereira das Neves (juntamente com Tânia

Bessone, sua parceira em muitos trabalhos), Eliana de Freitas Dutra (dentro do *Projeto Brasiliana*, na UFMG), Marisa Lajolo e Márcia Abreu vêm formando inúmeros pesquisadores na área, dinamizando-a de forma sensível e projetando-a no Brasil e no exterior.

A formação interdisciplinar, advirto, não é dada pelos cursos de História (nem pelos de Pedagogia ou de Letras). Essa situação exige dos que se voltam para o campo da história do livro e da leitura um esforço contínuo e demorado no sentido de se munir dos conhecimentos que vêm de outras áreas e sem os quais as pesquisas se tornam inviáveis. Quanto mais distante no tempo esteja o objeto, mais difícil o trabalho se torna, porque o universo literário pesquisado guarda poucas conexões com aquele que faz parte do nosso presente. Só no curso de anos de pesquisas é que os livros, os autores e títulos do passado vão se tornando identificáveis e familiares com maior facilidade, assim como as relações dos mesmos com os veículos de comunicação manuscritos, visuais e orais (além dos outros tipos de impressos, que não sejam propriamente livros).

**4 – Por favor, fale-nos um pouco de suas pesquisas desenvolvidas até aqui e sobre a questão das relações entre leitura, heresia e sedição no mundo luso-brasileiro.**

Meu envolvimento com a história do livro e da leitura começou em fins da década de 80 do século passado. Em 1986, ingressei no mestrado em História Social, na USP, sob a orientação da professora Eni de Mesquita Samara, tendo como tema a sexualidade, a família e o poder na Capitania de São Paulo. Em 1988, fui aprovado em concurso na Universidade Federal de Ouro Preto, na área de Didática da História, no Departamento de Educação. Em razão da entrada na UFOP e da mudança para Minas Gerais, das próprias leituras e releituras que fiz nas disciplinas do mestrado, desloquei minha pesquisa de São Paulo Colonial para as Minas Setecentistas, mudando meu projeto para *Os "pecados" dos clérigos - Educação e Moralidade nas Minas Gerais (1748-1822).* Escolhi como fontes os processos de habilitação ao sacerdócio, os testamentos, os inventários *post morten* e os documentos relativos ao seminário de Mariana (inclusive os livros que a ele pertenceram e que se encontravam na Biblioteca do Palácio dos Bispos da Leal Cidade). Assim, a educação e a vida sexual dos clérigos em Minas Gerais, no período colonial, passaram a constituir objetos de minhas pesquisas. Em função do próprio enfoque na educação e também de outros fatores, comecei a me interessar pelas bibliotecas mineiras coloniais. Os vários livros de Robert Darnton foram extremamente inspiradores, além do livro seminal de Eduardo Frieiro e dos estudos de Carlo Ginzburg e Maria Beatriz Nizza da Silva, todos eles já citados

aqui. Os Inconfidentes Mineiros de 1788-9, também se tornaram meus objetos de estudo, para o que foi essencial a obra *A devassa da devassa*, de Kenneth Maxwell.

Contribuiu decisivamente para essa alteração de rumo um convite, intermediado pela professora Laura de Mello e Souza, feito, em 1991, por Adauto Novaes. Ele me convidou para proferir uma conferência dentro do Ciclo Internacional "Tempo e História", inicialmente promovido pela Prefeitura de São Paulo. Cabia-me falar sobre as bibliotecas dos Inconfidentes Mineiros. Isso exigiu de mim uma imersão maior no tema das bibliotecas do que meu próprio projeto de mestrado previa. Meses de pesquisa foram consumidos, para que eu produzisse meu primeiro capítulo de livro, "O Diabo na Livraria dos Inconfidentes", publicado em 1992, na coletânea *Tempo e História*, organizada pelo citado Adauto Novais e editada pela Companhia das Letras. Desde essa publicação, mantive-me ligado à área da história do livro e da leitura, com ramificações na história política e, de resto, na história cultural e religiosa, com destaque para a educação. Hoje, vejo esse primeiro artigo com ressalvas, encontro nele afirmações precipitadas, mas foi meu começo, motivo pelo qual me absolvo parcialmente. Os possíveis excessos e os equívocos do primeiro capítulo de livro que publiquei, creio eu, foram corrigidos quando saiu, em 1994, na Revista *Acervo*, do Arquivo Nacional, o artigo "Os clérigos e os livros nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII". Em 1993,

defendi minha dissertação de mestrado: *A "torpeza diversificada dos vícios": celibato, concubinato e casamento no mundo dos letrados de Minas Gerais (1748-1801).* Nela, fundi as preocupações e os objetos supracitados, abordando a moralidade dos letrados mineiros coloniais e centrando-me, de um lado, na habilitação dos sacerdotes nas Minas da Época Colonial e, de outro, nos Inconfidentes de Minas Gerais e suas bibliotecas – para cuja análise, eu recorri a métodos quantitativos – e sua moralidade sexual. Ao final, na dissertação, admito, pouco restou sobre os "pecados" dos clérigos.

Em 1994, ingressei no curso de doutorado, também na USP, sob a orientação da professora Laura de Mello e Souza. Meu objeto inicial de estudo era a censura e os usos do livro na América portuguesa, marcadamente a partir de 1768. Minha tese de doutorado, *Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura: Usos do Livro na América Portuguesa* (por minha negligência, desde 1999, no prelo, à espera de um corte de 100 páginas, que eu venho adiando fazer) traz reflexões sobre a censura e os usos do livro no período colonial, sua circulação e sua posse, sob o Reformismo Ilustrado português (com recuos no tempo, em algumas partes do trabalho). Apresenta análises sobre o funcionamento da censura e a apropriação das idéias encontradas nos livros; nesse caso, focalizando sujeitos mais específicos, a saber: alguns hereges e os Inconfidentes de

Minas Gerais, de 1788-9. Na análise da posse de livros e das bibliotecas, usei métodos quantitativos. Para o desenvolvimento da tese, foram fundamentais sucessivas estadias que fiz em Portugal, uma delas sob a orientação do professor Luís Reis Torgal, da Universidade de Coimbra, autor de um livro (*Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração.* Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1982, 2 v) que alterou totalmente as interpretações que até então eu fazia da Inconfidência Mineira, vinculando-a unicamente às Luzes. As análises de Luís Reis Torgal, Roger Chartier, Kenneth Maxwell e Fernando Novais foram fundamentais na organização da tese – e gostaria, aqui, de registrar esse débito que tenho com eles. Outras influências importantes no meu doutorado foram exercidas por Maria Beatriz Nizza da Silva, Marisa Lajolo, Márcia Abreu e Lúcia Bastos Pereira das Neves (que acompanhou de perto o processo de redação da tese), sem falar, é claro, da própria orientadora, Laura de Mello e Souza, que teve um papel decisivo na minha formação, mesmo no campo da história do livro e da leitura: embora ela não seja objeto de seus estudos, sua produção sobre a história cultural e a política colonial trouxe-me parâmetros teóricos e metodológicos que eu julgo de enorme valia. Além disso, a orientação, em si, foi de inestimável valor, pois Laura de Mello e Souza dispõe de um vasto conhecimento bibliográfico e de um olhar crítico refinado. É, ademais, muito paciente, dedicada e generosa. Minha tese de

doutorado, quero registrar, demarca uma virada decisiva nos meus interesses de pesquisa: ela é, em grande parte, sobre a História de Portugal na passagem do período moderno para o contemporâneo. A História de Portugal desse período é, hoje, o centro das minhas investigações.

Ainda antes de encerrar o doutorado, um segundo convite foi decisivo para os rumos das minhas pesquisas, reafirmando e consolidando seu direcionamento para a história do livro e da leitura. Ele foi feito ainda em 1994, pela professora Laura de Mello e Souza, para que eu escrevesse um capítulo do volume referente à Época colonial, na Coleção *História da Vida Privada no Brasil*, coordenada por Fernando Antônio Novais. A elaboração do capítulo, intitulado "O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura", exigiu muita pesquisa. Com cortes e modificações, o texto foi publicado em 1997. Estou ciente de que é o trabalho mais conhecido dentre os que eu publiquei. Hoje, eu o reescreveria em boa parte. Usaria uma linguagem mais leve, eliminaria algumas repetições e alteraria algumas coisas da parte final, sobretudo as relativas às Inconfidências e à idéia de Império Luso-Brasileiro. Corrigiria o erro que consta na legenda de uma das imagens, relativa à obra *Anecdotes sur mme. la comtesse Du Barry*, que não figurou entre as mais enviadas ao Brasil (por lapso na revisão, deixei-o escapar). Eliminaria também a passagem que dá a entender que Tomás Antônio Gonzaga escreveu unicamente poemas para seduzir sua Maria

Dorotéia, ambigüidade surgida dos cortes sucessivos feitos no texto para que o mesmo se enquadrasse no tamanho estipulado. Suprimiria também a informação de que o Padre Vieira tinha domínio sobre línguas nativas africanas, erro que cometi com base na afirmação categórica de um renomado africanista.

Quando estava no doutorado, publiquei alguns textos sobre a história do livro e da leitura no passado colonial e, entre a defesa da tese, em 1999, e meu ingresso no Departamento de História da UFMG, em 2002, alterei parcialmente o rumo das minhas pesquisas sobre a história do livro e da leitura. Minhas análises deixaram as bibliotecas em segundo plano. Passei a centrar-me na censura e nas práticas de leitura. Ao mesmo tempo, busquei conectar mais a história da leitura à história política, notadamente no que se refere aos movimentos de contestação na América Portuguesa ao final do Antigo Regime. Os textos que produzi nessa época, todavia, guardam relação com a minha tese de doutorado, seja por trazerem resumidamente análises contidas em alguns de seus capítulos, seja por versarem sobre temas e fundos documentais que eu pesquisei ainda no doutorado, mas que não abordei na tese. Citarei, aqui, apenas os ensaios “Governadores, bibliotecas e práticas de leitura em Minas Gerais no século XVIII” (publicado na revista *Oficina do Inconfidência*, em 2001) e “Liberdades Imaginárias” (que saiu no livro *O Avesso da Liberdade*, organizado por Adauto

Novaes, pela Companhia das Letras, em 2002.), e o livro *1789-1808: O Império Luso-brasileiro e os Brasis*, publicado pela Companhia das Letras, em 2000.

Entre 2003 e 2009, minha produção foi redefinida em grande parte pelo desenvolvimento do Projeto Temático *Caminhos do Romance no Brasil – séculos XVIII e XIX*, coordenado por Márcia Abreu, do IEL-Unicamp, com financiamento da FAPESP, entre 2003 e 2007, e do CNPq, de 2006 a 2008. Nos inícios de 2008, dentro do referido projeto, pude realizar pesquisas na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, com recursos do CNPq, encontrando documentos muito interessantes. Grande impulso também foi dado pelos estágios pós-doutorais que fiz com bolsa da CAPES: em 2005, sob a supervisão de Maria Beatriz Nizza da Silva, em Lisboa, nos Arquivos da Torre do Tombo; e entre março de 2008 e março de 2009, na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, também em Lisboa, sob a supervisão de Rogério Fernandes, e na École des Hautes Études en Sciences Sociales, de Paris, sob a supervisão de Roger Chartier, que foi também o supervisor geral de todo esse segundo estágio. Aprendi muito com meus supervisores: Maria Beatriz Nizza da Silva e Roger Chartier, grandes expoentes da história do livro e da leitura, e Rogério Fernandes, profundo conhecedor da história da educação e da cultura portuguesa, particularmente no século XVIII, de erudição, generosidade e rigor raríssimos. Nos dois estágios,

pude consultar uma grande quantidade e diversidade de documentos na Torre do Tombo, na Biblioteca Nacional e na Biblioteca da Ajuda, em Lisboa, além de ter acesso a uma bibliografia mais especializada na Biblioteca Nacional de Paris.

A partir dessas pesquisas, entre 2003 e 2009, produzi alguns textos. Entre 2007 e 2008, organizei dois livros: um, em parceria com Maria Efigênia Lage de Resende (*História de Minas Gerais: As Minas Setecentistas*, em dois volumes, pela Editora Autêntica, de Belo Horizonte, em 2007, que recebeu o Prêmio Jabuti, como o terceiro melhor livro na área de Ciências Humanas), e outro, em parceria com Lúcia Bastos Pereira das Neves (*Quatro novelas em Tempos de D. João*, pela Casa da Palavra, do Rio de Janeiro, em 2008.), que reúne romances publicados pela Impressão Régia. Nesses dois livros, escrevi ensaios, dois deles em co-autoria. Nos capítulos do livro *História de Minas Gerais* (um deles, "Lugares, espaços e identidades coletivas na Inconfidência Mineira", em co-autoria com André Pedroso Becho), revisitei temas anteriormente pesquisados (como as bibliotecas) e aprofundei reflexões feitas em outros textos sobre as origens intelectuais e políticas da Inconfidência Mineira, a habilidade de ler e a educação. Em *Quatro novelas em Tempos de D. João*, no texto "A Impressão Régia e as Novelas", escrito em parceria com Lúcia Bastos Pereira das Neves, os objetos são os romances publicados pela citada casa tipográfica, instalada

no Rio de Janeiro com a transferência da Corte. O maior domínio sobre as obras das Luzes, os romances e os documentos manuscritos da Inquisição portuguesa, da Intendência Geral de Polícia de Lisboa e Reino e dos órgãos censórios portugueses, além da ampliação da bibliografia, tudo isso me possibilitou fazer relações impossíveis quando iniciei minhas pesquisas na área, em fins da década de 80 do século passado.

Entre 2003 e 2009, publiquei outros capítulos de livros, além de artigos em periódicos científicos nacionais e estrangeiros (em Portugal, Inglaterra e Espanha), comunicações e conferências sobre o assunto. Desses textos, eu citarei apenas alguns, de 2008 e 2009, unicamente para dar uma idéia sobre quais são meus interesses e objetos de estudo atuais: em 2008, "Romances e Leituras proibidas no mundo luso-brasileiro (1740-1802)", no livro *Trajetórias do Romance: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX* (organizado por Márcia Abreu, pela Mercado de Letras); e, em 2009, "Libertinagens e livros libertinos no mundo luso-brasileiro (1740-1802)", no livro *O Império por Escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico – séculos XVI-XVIII* (organizado por Leila Mezan Algranti e Ana Paula Megiani, pela Alameda); "Os livreiros, os livros proibidos e as livrarias em Portugal sob o olhar do Antigo Regime (1753-1807)", em *Livros e Impressos: retratos dos setecentos e dos oitocentos* (organizado por Lúcia Bastos Pereira das Neves,

pela Eduerj); “Montesquieu’s Persian Letters and reading practices in the Luso-Brazilian World”, no livro *Enlightened Reform in Southern Europe and its Atlantic Colonies, c. 1750-1830* (organizado por Gabriel Paquete, pela Ashgate, de Farnham, Reino Unido) e “As imagens e o controle da difusão de idéias em Portugal no ocaso do Antigo Regime” (conferência proferida no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa).

Em parte desses textos, preocupei-me com a ação da Inquisição, dos órgãos censórios e da Intendência Geral de Polícia de Lisboa e, ainda, com a orientação geral do governo lusitano, que acompanhei também por meio de documentos do Ministério do Reino, colhidos em Lisboa e no Rio de Janeiro (nesse último caso, referentes exclusivamente ao período joanino). Em outros deles, minha atenção se fixou nos romances, sua circulação de Portugal para a América Portuguesa e vice-versa, a distribuição de sua posse e sua presença nas bibliotecas coloniais, as idéias e valores que traziam e as práticas de leitura de que eram objeto, principalmente em contextos educativos, formais ou informais. Em boa parte, dei especial atenção às práticas de leitura desenvolvidas pelos hereges e contestadores da ordem monárquica absolutista.

Nos últimos anos, estudei os livros pensando também em sua materialidade (sobretudo na forma como ela parece descrita na própria documentação), analisando o lugar

ocupado pelas imagens, os limites e possibilidades das línguas em que vinham impressos e como as autoridades e os leitores encaravam a questão da barreira lingüística. Interessei-me igualmente pela transposição dos mesmos livros para manuscritos, muitas vezes com a tradução para o português, por sua leitura ou debate em situações de oralidade. Percebi convergências entre as idéias contidas nos livros e aquelas presentes nas conversas e disputas. Nos romances, em tratados filosóficos, na legislação censória portuguesa, nos pareceres dos censores, nos documentos expedidos pelas autoridades policiais e censórias (em alguns casos, até mesmo da Inquisição), em textos manuscritos clandestinos, nas falas e conversas de fiéis e súditos lusitanos, vim a encontrar temas comuns, preocupações afins e, para a minha surpresa, algumas posições recorrentes e similares. De certa forma, deparei-me com a dessacralização, de que falam Robert Darnton e Roger Chartier (neste caso, em sua versão intelectualizada, menos do que na vivenciada), e, para o contexto luso-brasileiro, também a historiadora Anita Novinsky. Deparei-me igualmente com a amplificação da difusão do impresso via produção e circulação de cópias manuscritas, do todo ou de parte, algo também detectado por Marcello Moreira, aqui já citado.

Sem querer me alongar mais nesta entrevista, cito quatro temas muito presentes nos domínios dos impressos, dos manuscritos e da oralidade, na passagem do século XVIII

para o século XIX: a religião como um freio que conteria os homens em sociedade e os faria obedientes ao Estado; o Inferno como um dos elementos centrais para que a religião servisse como freio; as imagens religiosas como representação dos elementos da corte celeste (mas sem poder ser confundidas com eles); e a diferenciação do acesso aos livros e às leituras conforme o perfil social do indivíduo. Em relação a esses temas, no geral, havia uma concordância, que ia dos filósofos ilustrados franceses aos libertinos e hereges luso-brasileiros, dos romances aos tratados filosóficos, passando, ainda, pelos censores, inquisidores e oficiais da Intendência Geral de Polícia (que não parecem ter se preocupado com a questão do Inferno), pelos manuscritos, debates e falas. Havia, é claro, variações: alguns libertinos, como José Anastácio da Cunha, lente de Geometria da Universidade de Coimbra, nos idos de 1778, citava Pierre Bayle – pensador francês que muito influenciou os filósofos das Luzes – e dizia que era possível haver sociedade e Estados constituídos por ateus, enquanto alguns ilustrados apenas denunciavam que a religião era um freio e, por sua vez, os censores e inquisidores lusos diziam que era um “freio necessário”. Houve, ainda, casos mais extremos: homens como Cipriano Barata (na Bahia, na América) e D. André de Morais Sarmento (em Bragança, no norte de Portugal), na passagem do século XVIII para o século XIX, que inscreviam a denúncia da religião e do Inferno como freios em iniciativas

sediciosas. Eles faziam da crítica religiosa, da ruptura com o “freio”, a porta para a construção política de um mundo de felicidade, não após a morte, mas na existência terrena. Para tanto, Sarmento e Barata não se furtavam a difundir suas idéias junto a um público mais amplo, ao qual procuravam atingir por várias formas. Recorreram a manuscritos, copiados e recopiados (ao que parece), a conversas com os rústicos e, no caso do primeiro, até mesmo, a montagem de uma peça (*O fanatismo, ou Maomé, o profeta*, tragédia publicada em 1741, por Voltaire, fina crítica à religião e que, aparentemente mirando o Islã, atingia de forma certeira o catolicismo, obra traduzida pelo citado José Anastácio da Cunha). Outros homens, de que é exemplo Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Silva, irmão de José Bonifácio, em 1794, nas cercanias de Coimbra – antes de vir a ser um dos tradutores de que se valeu o frei José Mariano Veloso, na Casa do Arco do Cego, empreendimento editorial régio criado sob o patrocínio de D. Rodrigo de Souza Coutinho e que funcionou em Lisboa entre 1799 e 1801; antes de ser um dos líderes da Revolução Pernambucana de 1817 e de apoiar a Independência do Brasil sob a liderança de D. Pedro – negava a existência do Inferno, dizendo que se tratava de uma mentira, utilizada para se fazer com que os homens rústicos fossem humildes e obedientes. Ao mesmo tempo, construía uma imagem de Deus como um ente benfazejo, que, longe de querer que os homens reprimissem seus

desejos, aprovaria que eles fruíssem livremente os prazeres. Obviamente, não se tratava de defesa do amor livre. Mesmo porque ele defendia que se respeitassem as mulheres casadas e que a fruição dos prazeres se daria com as *solteiras* (na época, esse termo não remetia propriamente às celibatárias, mas àquelas que, sendo solteiras, por algum motivo, haviam caído na desonra). Essas máximas encontram-se num romance, *Tereza Filósofa* (1748), do Marquês d'Argens, aparecendo também em vários outros textos da época, não só de prosa de ficção. Antônio Carlos não foi o único a defender tais idéias no mundo luso-brasileiro, sublinhe-se. Quanto às imagens dos santos, enquanto alguns libertinos luso-brasileiros as tomavam como meros pedaços de pau e/ou pedra e os processos de canonização como farsas, adjetivo também empregado em relação aos milagres, censores insistiam na necessidade de reverenciar as imagens, ressaltando, todavia, que elas eram apenas representações, não os próprios santos, e que esses eram de menor importância na corte celeste, na qual Jesus ocupava um lugar crucial.

Com esses exemplos acabo por explicar o significado do termo libertino. O libertino é alguém que possui isoladamente uma das características a seguir, ou as reúne todas: ser livre pensador, não se submetendo ao jugo de qualquer autoridade não justificada racionalmente; ser herético ou questionador das religiões estabelecidas; ser

monarcômaco, isto é, defender idéias e atuar contra a ordem política estabelecida, particularmente a monarquia. Na passagem do século XVIII, houve vários personagens, nos dois lados do Atlântico, que juntaram essas três características. Tais homens, assim como parte, significativamente, dos que os perseguiam no mundo luso-brasileiro, sob o influxo do reformismo ilustrado português, contribuíram para que se intensificasse, também nos domínios de Sua Majestade Fidelíssima, um processo de dessacralização, de racionalização do mundo, cujo reverso era a crença na possibilidade de mudá-lo de alguma forma. Havia mais coisas em comum entre, de um lado, o censor, o Inquisidor e o Intendente Geral de Polícia e, de outro, os hereges e os monarcômacos, que seus posicionamentos pró e contra o Antigo Regime nos permitem ver. As Luzes e os livros participaram desse processo de dessacralização, mas não o selaram, por si sós. Além disso, a dessacralização e a contestação à ordem deram-se de modo muito mais similar em Portugal e no Brasil do que poderíamos supor há 30 anos, cegos pela perspectiva de que haveria uma antinomia irredutível e absoluta entre metrópole e colônia. Isso não significa, é claro, que eu penda para a posição oposta, a de desconhecer que havia a percepção, na própria época, de especificidades *coloniais*, percepção esta que tem em Joaquim José da Silva Xavier uma de suas expressões (aliás,

ele era mais crítico face a essas especificidades, do que ao Antigo Regime no geral).

Um último aspecto me permite retomar uma crítica que Robert Darnton faz a Roger Chartier, usando-a para questionar a validade do modelo estabelecido pelo próprio Darnton e, ao mesmo tempo, para estabelecer um problema de pesquisa. Darnton questiona o fato de, em outros países europeus, também se fazerem presentes as atitudes dessacralizadoras observadas por Chartier na França e tomadas por ele como origens culturais da Revolução Francesa, sem que nesses países tenham eclodido revoluções. Transformemos um pouco esse questionamento de Robert Darnton, não nos atendo apenas às atitudes dessacralizadoras, mas pensando também na possível presença, nos países supracitados, de uma subliteratura similar àquela que circulava na França às vésperas da Revolução Francesa. A partir desse redirecionamento do problema, pensemos em Portugal, na passagem do século XVIII para o século XIX. Eu indiquei a presença de discursos dessacralizadores na cultura portuguesa e na cultura em circulação em Portugal no período em questão (faltaria enumerar as posturas e comportamentos dessacralizadores). O então Intendente Geral de Polícia Diogo Inácio Pina Manique descrevia essa situação de modo muito similar ao que Robert Darnton faz em relação à França pré-revolucionária. Aliás, o próprio Intendente via similitudes entre

a situação portuguesa e a da França desde o final do reinado de Luís XV até 1784, detectando indícios disso que classificamos como processo de dessacralização: livros irreligiosos, ataques à monarquia, conversas sediciosas em vários espaços, circulação de imagens e manuscritos libertinos... Em carta ao ministro mordomo-mor, datada de 17 de dezembro de 1794, ele evocava o exemplo do sucedido na França e alertava para a necessidade da Coroa tomar providências em Portugal:

> em Paris e em toda a França, cinco anos antes do ano de 89, pelas tavernas, pelos cafés, pelas praças e pelas assembléias, [notavam-se] a liberdade e indecência, com que se falava nos Mistérios mais Sagrados da Religião Católica Romana e na Sagrada Pessoa do Infeliz Rei e da Rainha. E lendo as *Memórias* do Delfim, pai deste Infeliz Rei, do *Memorial* que apresentou a seu pai, Luiz XIV, já no ano de 1755, que foi estampado em 1777, digo a Vossa Excelência que julgo ser necessário e indispensável que Sua Majestade [a Rainha D. Maria I] haja de mandar tomar algumas medidas, para que de uma vez se tire pela raiz este mal, que está contaminando o todo e insensivelmente [em Portugal].[80]

---

[80] Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, Intendência Geral de Polícia, Livro 4, p. 234-234.

Malgrado os temores de Pina Manique, a Revolução não visitou Portugal, senão sob a forma pálida da Revolução do Porto, em 1820: como explicar, então, segundo o esquema de Darnton (e também de Chartier?), que a dessacralização observada em território lusitano não tenha levado à Revolução? Para responder essa questão e verificar a validade ou não dos referidos esquemas interpretativos, é preciso, antes, pesquisar um pouco mais, para corroborar ou não o que dizia o Intendente Pina Manique e, ainda, encontrar explicações para as especificidades da história lusitana. É preciso mergulhar no estudo do próprio processo "revolucionário". Esse é o meu desafio atual, com certeza, demasiadamente ambicioso.

# O inquérito das letras; a formação universitária e a composição das bibliotecas de advogados em Minas Gerais no século XVIII.

*Álvaro de Araújo Antunes*

**Resumo:** O artigo avalia a formação acadêmica e a composição das bibliotecas de um grupo de advogados que atuaram nos auditórios de Vila Rica e Mariana, na segunda metade do século XVIII. Partindo da hipótese de que houve uma ruptura no universo das letras ocasionada pelas reformas pombalinas no ensino, o artigo busca analisar os reflexos dessa mudança na composição das bibliotecas e na cultura jurídica em Minas Gerais.

**Palavras-chave:** Advogados. Bibliotecas. Reformas pombalinas.

***The letters' inquiry: the academic instruction and the composition of lawyers' libraries in the 18th century in Minas Gerais***

***Abstract:*** *This work aims to evaluate the academic instruction and the composition of the libraries of a set of lawyers, which have their activities in Vila Rica and Mariana's auditoriums, in*

*the second half of 18th century. We have as hypothesis that there was a breakdown in letters' universe, triggered by Pombal's Reform in education. We try to analyze the effects of this change in the composition of the libraries and the legal culture in Minas Gerais.*

***Keywords:*** *Lawyer. Libraries. Pombal's reforms.*

Este artigo busca avaliar a formação acadêmica e, principalmente, a composição das bibliotecas de um grupo de advogados que atuaram nos auditórios de Vila Rica e Mariana, na segunda metade do século XVIII.[1] Nada de especial caracteriza esse grupo, nenhum grande evento heróico, nenhuma contribuição substancial para o direito, enfim, nada além do cotidiano exercício da prática jurídica. Trata-se de um grupo comum de doze advogados cuja importância extraordinária está em revelar o ordinário de suas vidas e da justiça em Minas Gerais. O critério para a seleção do grupo foi simples: a existência de algum registro nos

[1] O presente artigo é parte remodelada de minha tese de doutorado defendida em 2005, na Unicamp, sob orientação da Professora Leila Mezan Algranti e financiamento da Fapesp. A intenção da pesquisa era pensar a justiça para além da lei e enquanto prática e estruturante de dimensões de controle (metropolitano e/ou local) e estruturada pelo universo de relações socioculturais dos advogados ou letrados. Com esse objetivo, buscou-se revelar como a educação, as leituras, as livrarias e as relações sociais dos advogados intervinham na prática jurídica e, conseqüentemente, na conformação da administração e da justiça local e da coroa portuguesa. ANTUNES, Álvaro de Araújo. **Fiat Justitia**: os advogados e a prática da justiça em Minas Gerais (1750-1808). Campinas: UNICAMO, 2005. Tese (Doutorado em História) – Pós-graduação do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

inventários *post-mortem* de advogados que fizesse menção à posse de livros. Nesse artigo, proponho apresentar uma análise quantitativa e qualitativa das bibliotecas desses advogados à luz da hipótese de uma ruptura no universo das letras promovida pelas reformas pombalinas no ensino. Proponho fazer uma breve, porém detalhada, inquirição das letras desses letrados, desses advogados.

Segundo António Manuel Hespanha e Ângela Barreto Xavier as reformas pombalinas promoveram a constituição de novos paradigmas educacionais, um verdadeiro "corte no plano dos paradigmas das doutrinas sociais e políticas" que levaria a uma ruptura no plano da "tradição literária", diferenciando os "modernos" dos "tradicionais". A reforma educacional da Universidade de Coimbra em 1772 seria um marco para intelectualidade setecentista, uma vez que promoveria uma verdadeira "separação no universo das leituras". (HESPANHA; XAVIER, 1993. p. 121-122.) Em acordo com essa hipótese, António Camões Gouveia considera que com as reformas promovidas no consulado pombalino "nada voltou a ser no sistema de ensino e, sobretudo, nas matérias e autores ensinados como fora até aí". Juntamente com a valorização do pensamento racionalista e o empirismo inglês, promover-se-ia um afastamento, senão a negação, do sistema folosófico-teológico escolástico. Mas, pondera Gouveia, as alterações na concepção do mundo seriam palpáveis, em consistência e

volume, somente mais tarde, no início do século XIX (GOUVEIA, 1993, p. 440.). As inegáveis mudanças promovidas por Pombal não atingiram seus objetivos com a prontidão que, normalmente, se apregoa ou deixa supor as análises mais apressadas do tema. É preciso avaliar seus resultados não apenas no nível dos eventos ou das leis, mas também em média e longa duração, ao sabor das práticas, dos avanços e resistências.

A hipótese da ruptura lançada por Hespanha e Xavier merece ser testada e ponderada em temporalidades diversas, pela imensidão do império, em campos diversos. Pretendo aqui, apenas, testá-la pela análise das bibliotecas de um conjunto de advogados que viveram distante do centro do metropolitano português, mas que se formaram na Universidade de Coimbra e em períodos distintos. Ponderá-la ao contrapô-la às forças de uma tradição escolástica que se manteve, frágil ou obstinada, no gosto dos “tradicionais” ou na curiosidade crítica dos “modernos”, apesar das mudanças promovidas por Sebastião Carvalho de Melo, ministro de Dom José I e Marquês de Pombal.

De início, considero que a prática de leitura ou o “universo de leitura” não é o único índice e nem o mais adequado, metodologicamente falando, para abalizar uma ruptura promovida pelas reformas pombalinas. Não se trata, bem entendido, de afirmar que as reformas deixassem incólumes os gestos, as práticas e as predileções dos leitores

setecentistas. Considero, contudo, que a leitura não permite deslindar com clareza ou prontamente essa cizânia, pois sua natureza é fugaz e de difícil acesso. O movimento dos olhos e a construção dos sentidos quase sempre não deixam registros e, quando legam algum indício, ele é secundário, como, por exemplo, uma citação, explícita ou implícita, de alguma obra. Talvez por causa dessa característica hermética das práticas de leitura, Hespanha e Xavier não se aventuraram a fazer uma análise desse teor. Aliás, não é o objetivo do texto produzido pelos autores aprofundar numa discussão acerca de livros e leituras, permanecendo no campo das referências mais generalizantes sobre a "tradição literária". Isso, contudo, não invalida a hipótese lançada, que bem poderia ser colocada em novos termos.

Uma forma viável de se identificar as marcas das formações dos egressos da universidade coimbrã é o inquérito minucioso da composição das livrarias. Mas a escolha desse índice também traz implicações. Primeiramente, há de se considerar que a posse de um livro não é a comprovação cabal de sua leitura. Muita gente lia livros que não possuía e possuía livros que não lia, como já alertaram à exaustão os historiadores dos livros. Em um segundo momento, deve-se considerar o caráter instável das bibliotecas e os limites dos inventários *post-mortem*.[2] A

[2] A tese de que a formação diferenciada dos advogados implicaria em composições das livrarias igualmente distintas, não parte da certeza da leitura, mas sim da posse, embora temporária, de livros. Este estudo

confecção do inventário *post-mortem* é um procedimento jurídico em que se arrolam os bens e dívidas legados após a morte de um indivíduo. Entre os bens arrolados, o inventário poderia trazer uma listagem de livros, discriminando, variavelmente, o título das obras, seus autores, a quantidade dos títulos e volumes, o formato e, vez ou outra, o estado de conservação. Raramente os inventários apresentam as modificações que uma biblioteca privada sofreu ao longo de sua existência, as aquisições dos livros e as subtrações. São essas duas questões centrais que merecem ser avaliadas mais detidamente.

Uma biblioteca não é um conjunto inerte de livros. Cristian Jacob e Marc Baratin consideram que "a acumulação de livros não é uma mecânica sem conseqüências" e destituída de vida, ao contrário do que normalmente se imagina. (JACOB; BARATIN, 2000, p.13.). A concepção corriqueira e estanque das bibliotecas pode ludibriar o pesquisador desavisado quando se depara com uma relação de livros nos inventários. Aliás, os inventários *post-mortem* tendem a fortalecer ainda mais essa imagem estática de algo que é pulsante. Os inventários revelam muito pouco sobre o processo de composição de uma biblioteca, sobre as

---

acompanha a perspectiva de Daniel Roche e outros historiadores da leitura e dos livros que apontam para a impropriedade de se deduzir da posse de livros a sua leitura. ROCHE, Daniel. **Les republicans des lettres**: gens de culture et lumières au XVIII$^{e}$ siècle. França: Fayard, 1988.

correlações de forças viscerais que fazem das bibliotecas não "máquinas", mas "organismos".

Entre os livros que compõem uma livraria podem se estabelecer relações de negação, complementaridade, retificações, remissões... Saber como essas relações se estabelecem demanda uma dose de sensibilidade e erudição que servem ao conhecimento do processo de constituição de uma livraria, o qual está intimamente associado às idiossincrasias de seus proprietários. Para se pensar a composição de uma livraria, por exemplo, é necessário explorar o comércio de livros, os contrabandos, a censura, os empréstimos, as relações pessoais, os legados testamentais e, sobretudo, os "ânimos" diversos que dirigiam as escolhas, a conservação e a acumulação das obras.[3]

Talvez os "ânimos" sejam um dos elementos mais cruciais para a compreensão da composição de uma biblioteca.[4] Apesar de algumas ressalvas, os "ânimos" são

---

[3] Um livro traz varias obras no seu conteúdo, como bem revelam as "seletas" e os dicionários encontrados nos inventários de Vila Rica e Mariana. Dentro dos próprios livros um universo se desdobra, como uma construção no infinito. Jorge Larrosa, tratando de uma das obras mais conhecidas de Cervantes, observa que "o *Quixote* não é apenas um livro suscetível de infinitas interpretações, segundo distintas intenções leitoras e segundo distintos contextos históricos, mas é o livro da infinitude mesma do livro, do livro como infinito". LARROSA, Jorge. Os paradoxos da repetição e da diferença; notas sobre o comentário de texto a partir de Foucault, Bakhtin e Borges. In: ABREU, Márcia. **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas: Mercado das Letras/Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999. p.147.

[4] Sobre os ânimos e a composição das bibliotecas em Minas Gerais escrevi um capítulo para um livro que trata da cultura material e da escrita no Império Português e está no prelo. ANTUNES, Álvaro de Araújo. "Uma biblioteca, um estado d'alma: posse de livros em Vila Rica, Minas Gerais (1750-1808)". In:

ainda um aspecto pouco explorado e quase nunca teorizado pela historiografia especializada.[5] E suas potencialidades são promissoras, pois se não é legítimo deduzir da posse de um livro a sua leitura, como já se afirmou, ao menos é possível divisar ânimos encobertos na composição de uma biblioteca. É preciso pensar a biblioteca como resultado de cálculos e impulsos que levam a sua conformação. É preciso entender a biblioteca como um monumento formado por ânimos. Um monumento inacabado, por certo, uma vez que é um desafio constante às *táticas* dos proprietários e dos leitores que, a cada leitura, encontram um livro diferente, conforme seu estado de espírito, necessidade, formação e vivências diferenciadas.[6] Um monumento que se altera pelas aquisições e pelas subtrações de seus donos, conforme os interesses e "ânimos" que os guiam.

---

**Escrita, memória e vida material** - formas de transmissão da cultura letrada no Império Português (sécs. XVI-XIX). São Paulo: Alameda Editora, 2009, v.1 (no prelo)

[5] Dentre os autores que associaram os livros com seus proprietários podemos citar: VILLALTA, Luiz Carlos. Os clérigos nas Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.8, n.1/2, jan./dez., 1995. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro** (18081821). 2.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978. ALGRANTI, Leila Mezan. **Livros de Devoção, Atos de Censura**: ensaios de história do livro e da leitura na América Portuguesa (1750-1821). São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004; FRIEIRO, Eduardo. **O Diabo na livraria do Cônego**; como era Gonzaga?; e outros temas mineiros. 2 ed. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981.

[6] Sobre as livrarias, Ana Cristina Araujo, considera que: "por mais importante ou especiosa que seja a sua concepção e composição, é sempre um eterno monumento inacabado e um tremendo desafio ao poder e à inventividade do leitor". ARAÚJO. Ana Cristina. Livros de uma vida: critérios e modalidades de constituição de uma livraria particular no século XVIII. **Revista de História das Idéias**. Coimbra: Editora do Instituto de História e Teoria das Idéias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v.20, 1999, p.167.

Diante do que foi ponderado, serão avaliados os livros que os advogados possuíam, os ânimos e as relações firmadas entre os proprietários e seus livros, cujos índices podem ser estabelecidos a partir da profissão e da formação dos advogados, entre outros.

## OS LIVROS DOS LETRADOS

Após a análise de mais de quatro mil fichas e cerca de oitocentos documentos, foram selecionados doze advogados.[7] Para Vila Rica, todo o esforço investigativo em torno dos inventários levou a seleção de somente quatro nomes: José Pita Loureiro, João Caetano Soares Barreto, Manoel Teixeira Carvalho e Agostinho Monteiro de Barros. Para Mariana, foram selecionados os seguintes advogados: José Pereira Ribeiro, António da Silva e Souza, Manoel da Silva Araújo, Manoel Braz Ferreira, António Pires da Gaia, Francisco Xavier dos Santos; João da Silva Pereira de Carvalho e Manoel Guerra Leal de Souza e Castro. Vale lembrar que todos esses advogados tiveram seus livros arrolados e especificados em

[7] Na já referida tese de doutorado foram incluídos dois outros advogados, Tomás António Gonzaga e Cláudio Manuel da Costa, dos quais se conhecem alguns livros que possuíram e leram, por meio de registros lacunares nos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira e de algumas obras escritas por eles. Nesse artigo, contudo, não incluímos esses dois doutores com a finalidade de dar mais homogeneidade à análise, nos restringindo somente a um tipo documental, os inventários *post-mortem*.

inventários *post-mortem*, conforme o critério que foi apresentado.[8]

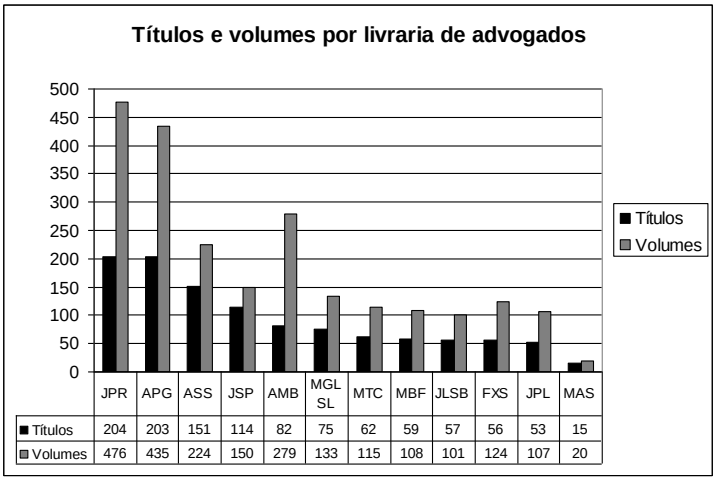
Dentre os inventários, o do Dr.José Pereira Ribeiro (J.P.R.) registrava a maior livraria do grupo e, diga-se de passagem, a maior arrolada nos inventários do segundo ofício de Mariana. Sua biblioteca era composta por 476 volumes e 204 títulos. Essa livraria superava em número a dos demais companheiros de profissão que tiveram seus bens arrolados no cartório de primeiro ofício desta cidade entre os anos de 1750 e 1808. Em Mariana, a livraria do Dr.António Pires da Gaia (A.P.G.) chegava rivalizar em tamanho com a do Dr.Ribeiro, sendo formada por 203 títulos e 435 volumes. Em Vila Rica, a maior livraria era do Dr.Agostinho Monteiro de Barros (A.M.B.), sendo composta por 279 volumes e 82 títulos.[9] Uma livraria mais modesta se comparada a dos advogados de Mariana. O quadro a seguir traz os números de volumes e títulos destas e das demais livrarias do grupo dos

---

[8] Utilizamos as abreviaturas dos nomes dos advogados para facilitar a apresentação gráfica das livrarias. Assim, temos: Francisco Xavier dos Santos (F.X.S.); João Pita Loureiro (J.P.L.), João da Silva Pereira (J.S.P.); Manoel Teixeira Carvalho (M.T.C.); Manoel Brás Ferreira (M.B.F.), Manoel Guerra Leal de Souza e Castro (M.G.L.S.C.); João Caetano Soares Barreto (J.C.S.B.); Agostinho Monteiro de Barros (A.M.B.); António da Silva e Souza (A.S.S.); Manoel da Silva Araujo (M.S.A.); António Pires da Gaia (A.P.G.); José Pereira Ribeiro (J.P.R.).

[9] Arquivo da Casa Setecentista de Mariana (ACSM). 1º Ofício, Códice 208, Auto 3943e 2º Ofício. Códice Inconfidência Mineira (CIM). Auto. 1162. Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Casa Setecentista do Pilar (AHMI/CSP). 1º Ofício, Códice 16, Auto 149.

advogados analisados, permitindo visualizar e comparar as dimensões das mesmas.




| | JPR | APG | ASS | JSP | AMB | MGL SL | MTC | MBF | JLSB | FXS | JPL | MAS |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Títulos | 204 | 203 | 151 | 114 | 82 | 75 | 62 | 59 | 57 | 56 | 53 | 15 |
| Volumes | 476 | 435 | 224 | 150 | 279 | 133 | 115 | 108 | 101 | 124 | 107 | 20 |

Fontes: AHMI – CSP (Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência – Casa Setecentista do Pilar) e ACSM (Arquivo da Casa Setecentista de Mariana) Inventários de Advogados do 1º e 2º Ofícios.

O gráfico mostra o quanto poderiam variar, em dimensão, as livrarias dos advogados. Nenhuma delas superou a marca de 204 títulos e 476 volumes. A menor das bibliotecas era do doutor Manuel da Silva Araújo, com parcos 15 títulos e 20 volumes. Ao contrário dos demais advogados, a livraria Manuel da Silva Araújo estava abaixo das médias de posse de livros encontradas entre os inventários de Mariana e Vila Rica. No caso específico desta vila, entre 1750 e 1808, a média de livros por proprietário era de 15,43 títulos e 34,77 livros. Em Mariana, a média calculada por Luiz Carlos Villalta, para o período de 1714 a 1822, é de 16,48 obras e 26,72

volumes. (VILLALTA, 1999, p.365.). Mas antes de considerar o profissional Manuel da Silva Araújo como alguém distante da cultura letrada, vale observar que possuir livros não era tão comum no século XVIII, mesmo entre pessoas de melhor formação. Tendo analisado todos os inventários de leigos e clérigos do segundo ofício de Mariana, entre os anos de 1714 e 1822, Luiz Carlos Villalta identificou a presença de livros em 8,34%, ou seja, 76 documentos. A análise que empreendi dos 776 inventários de Vila Rica, que perfazem o período de 1750 a 1808, foi possível identificar 80 inventários com livros, sendo 34 do segundo oficio e 46 do primeiro ofício. No cômputo geral, todavia, foram consideradas 79 bibliotecas, pois a mesma livraria pertencente a João Pita Loureiro foi registrada em dois inventários distintos.[10] Os 79 registros de bibliotecas encontrados em nossa pesquisa representavam cerca de 10,16% do total dos inventários pesquisados.[11] Uma análise desse gênero, contudo, não permite mais do que conhecer a extensão da posse de livros ou tamanho das livrarias.

Para se conhecer os gêneros de livros que compunham as bibliotecas dos advogados é necessário uma análise mais

---

[10] AHMI/CSP –2 Ofício, Códice 60, Auto 671e AHMI/CSP – 1 Oficio, Códice 57, Auto 685.

[11] Pouco mais que 1% acima dos 9% encontrados pelo trabalho de Thábata Araujo Alvarenga. Tal diferença pode ser explicada, principalmente, pelo recorte temporal diferenciado e pela identificação de outros 8 inventários com livros que perpassavam o período de 1763 a 1798. ALVARENGA, Thábata Araújo Alvarenga. **Homens e Livros em Vila Rica (1750-1800)**. São Paulo: USP, 2003. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

pontual. Para tanto, optei por uma classificação das obras segundo categorias formadas a partir de critérios de época e de informações contidas nos próprios inventários. Esse método, entretanto, traz perigos e limitações. Existe a dificuldade de se identificar determinados títulos e autores, por exemplo. Alguns registros são muito vagos, não trazem os títulos das obras ou o nome dos autores. Há, ainda, o "perigo" dos homônimos como os "Barbosa", que era forma usual de se referir tanto a Agostinho Barbosa, como a Manoel Barbosa, que se dedicavam a áreas distintas do Direito.[12] Como se não bastasse, Robert Darnton chama a atenção para a tendência de anacronismo que paira sobre o esforço classificador. Observa Darnton que cada historiador ou literato, à sua maneira e seguindo critérios extemporâneos, busca "reordenar o catálogo dos clássicos", tentando imobilizar as obras em categorias e esquemas interpretativos. (DARNTON, 1987, p.175)

Apesar de todos os equívocos passíveis de ocorrer, a classificação das bibliotecas pode ser considerada uma forma válida de análise, por permitir uma visão específica, mas com algum grau abrangência. Uma alternativa à classificação por categorias seria apresentar, uma a uma, as obras dessas livrarias, o que, além de enfadonho, tenderia a constatar o óbvio: "estas são as obras e ponto final". Apesar de todas as

---

[12] Essas foram algumas das razões que não permitiram classificar algumas obras que estavam arroladas nos inventários dos advogados.

armadilhas, a classificação se apresenta como a melhor das alternativas, ainda mais se houver o cuidado em trabalhar com critérios de época, sem deixar de estabelecer um diálogo com as perspectivas hodiernas.[13] Assim sendo, ainda que nos setecentos os limites entre filosofia e belas letras ou entre filosofia e física fossem imprecisos, fez-se necessário, em nome da compreensão, estabelecer alguns limites, ainda que extemporâneos. Em geral, todavia, buscou-se trabalhar com critérios utilizados no período estudado, por vezes, alertando para suas especificidades.

A análise e classificação teve por critério a distinção entre livros sacros e profanos, utilizada por Eveline Picard em "Une Bibliotèque conventuelle au XVII$^{e}$ siècle" (PICARD, 1979). A mesma forma de classificação foi utilizada por Luiz Carlos Villalta ao tratar dos livros de clérigos em Minas Gerais no século XVIII (VILLALTA, 1995.). Tais categorias remetem classificações utilizadas pelos próprios autores do século XVIII, como Nuno Marques Pereira, autor do *Peregrino da América.* Referendando a relação aqui apresentada entre

---

[13] Acerca das dificuldades de classificação, Robert Darnton observa que: "os problemas de identificação engrossam quando se procura classificar os títulos inscritos nos registros. Furet adotou o mesmo esquema de classificação usado pelos catálogos do século XVIII: cinco tópicos padronizados – teologia, jurisdiprudência, história, sciences et art e belles-letttres – e uma profusão de subcategorias que levariam qualquer biblioteca moderna a loucura. Para leitores rococós, os livros de viagens pertenciam à categoria de história, ao passo que a economie politique vinha com certeza, depois da química e da medicina, mas antes da agricultura e da agronomia, na protetora e vasta categoria de ciência e artes". DARNTON, Robert. **Boemia literária e revolução**: o submundo das letras no antigo regime. Trad. Luís Carlos Borges. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 175.

livros e ânimo, ou *anima*, isto é alma, Marques, num arrojo moralista, considerava que aquele que “lê livros espirituais paga dízimo a Deus e o que lê profano, paga terço ao Diabo” (PEREIRA, 1979, p.21-22). Profano, na concepção desse autor, era toda obra que não tratava de assuntos religiosos, obras que “ensina(va)m a falar para pecar”. Já os sacros, a exemplo do *Báculo pastoral*, eram considerados os livros edificantes e de explícito cunho religioso. Sacro e profano são categorias utilizadas nos setecentos e que servem para o escrutínio das livrarias dos advogados de Mariana e Vila Rica.

As categorias de Sacro e Profano, entretanto, vão além da idéia de “bem” e “mal” que se expressa no pensamento do moralista Nunes Marques Pereira. Elas remetem a dois poderes complementares, o secular e o religioso, que não guardavam uma área de atuação muito delimitada, permitindo que algumas obras fossem classificadas em uma categoria mista. Uma área de intersecção que se evidencia em títulos como *História Cronológica dos Papas, Imperadores e reis que tem reinado na Europa do nascimento de Cristo até o presente,* de 1731 ou ainda no *Tratado da forma de libelos e das alegações judiciais do processo do juízo secular, eclesiástico*..., de autoria de Gregório Martins Caminha. Assim, foi necessário criar uma terceira categoria para a classificação, a de livros sacro-profanos. A partir desses três grandes blocos foram estabelecidas subclassificações, que

tomaram por base elementos fornecidos pela própria documentação, conforme será apresentado a seguir.

## OBRAS SACRAS: O “DÍZIMO DE DEUS”

A avaliação das bibliotecas dos advogados levou à constituição de sete subcategorias no conjunto de obras sacras: História (eclesiástica e canônica); Teologia (incluindo a teologia moral); Liturgia (missais, bíblias, comentários aos evangelhos, livros de cânticos, sermões etc.); Devoção (vidas de santos, obras edificantes, novenas, livros de horas etc); Direito (eclesiástico e canônico); Dicionários que tratam de assuntos religiosos e indefinidos, para registros de obras que, apesar de reconhecidamente sacras, não ofereciam elementos para uma classificação mais refinada. Assim, a distribuição de obras sacras entre as livrarias dos advogados era a seguinte:

Quadro 1 –Distribuição de Obras Sacras (títulos) por Livraria dos advogados

| Sigla dos nomes dos Advogados | AMB | APG | ASS | FXS | JSCB | JPL | JPR | JSP | MSA | MBF | MGSLC | MTC |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| História | 3 | | 1 | | | | 9 | | | | | |
| Teologia | | | | | 1 | | 3 | | 1 | 2 | | 1 |
| Liturgia | 1 | | 2 | | 1 | | 2 | 2 | | | 1 | |
| Devoção | 2 | 1 | | 4 | | | 1 | 2 | | | 2 | 2 |
| Moral | 1 | | | | | | | | | | | |
| Direito | 8 | 13 | 13 | 1 | 3 | 2 | 20 | 8 | 1 | 6 | 5 | 4 |
| Dicionário | | | | | | | 2 | | | | | |
| Indefinido | | 4 | 1 | | 1 | 1 | 2 | 2 | | 1 | 1 | |
| Total | 15 | 18 | 17 | 5 | 6 | 3 | 39 | 14 | 2 | 9 | 9 | 7 |

Fontes: AHMI – CSP e ACSM Inventários de Advogados do 1º e 2º Ofícios.

As obras de moral, liturgia e devoção tinham alguma representatividade nas livrarias dos advogados, sugerindo um interesse desses advogados pelas categorias. Agostinho Monteiro de Barros possuía: a *Bíblia*; a *Arte de furtar...*, obra atribuída ao Pe.António Vieira; e o *David perseguido...,* de D. Cristóvão Lozano. (MACHADO, 1998, v.4, p.63.).[14] A *mística cidade de Deus,* proibida de circular em terras portuguesas, figuraria na livraria do Dr.João de Souza Pereira, proprietário também das *Constituições do Arcebispado da Bahia,* onde se proibia o ler e o ouvir obras consideradas defesas sob pena de excomunhão. Dono de uma das maiores bibliotecas de Mariana, António Pires da Gaia possuía entre as obras jurídicas de cunho eclesiástico: a obra do teólogo e canonista jesuíta Fernando Rebelo, autor de *De obligationibus justitiae religionis & charitatis;* Jordanis Pacis, autor de *Opera canônica*, de 1729; as *Instituições canônicas*; e a *Epítome canônica*, do Frei Lourenço Broncato. António Pires da Gaia ainda possuía duas obras que faziam referência a Graciano, autor central ao *Corpus iuris canonici.*[15]

---

[14] AHMI/CSP. 1 º Ofício, Códice 16, Auto 149.

[15] Na realidade, os *Decretos*, de Graciano, datado de 1140, é o primeiro de uma série cinco conjuntos documentais que visavam ordenar o direito canônico. Além dos *Decretos* de Graciano, havia: as *Decretais* de Gregório IX, de 1234, o *Livro Sexto*, de 1298, as *Clementianas*, de 1314, as *Extravagante*s de João XXII, de 1324, e as *Extravagantes Comuns*, referentes ao século XV. GILISSEN, John. **Introdução a História do Direito**. 3 ed.. Trad. Antonio Manuel Hespanha e L.M. Macaísta Malheiros. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. p.147. ACSM. 1 º Ofício, Códice 208, auto 3943.

O *Corpus iuris canonici* e outras fontes e autores do direito canônico estiveram presentes nas livrarias dos advogados de Mariana e Vila Rica, o que, talvez, tivesse correspondência com as determinações da universidade que exigia dos seus alunos a posse dos livros que seriam estudados durante o curso (OLIVEIRA, 1997, v.1. tomo II, p. 661 e 647.) . Manuel Brás Ferreira, formado pela Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra em 1739, possuía oito volumes da obra de Graciano, avaliados em 9$600 réis.[16] Manoel Teixeira de Carvalho, que se matriculou em Cânones no ano de 1717 e formou-se em 30 de maio de 1724, possuía 4 volumes avaliados em 7$200 réis.[17] Do mesmo autor, João da Silva Pereira, possuía quatro "volumes em pasta", avaliados em 7$200 réis.[18] Agostinho Monteiro de Barros, que se formou bacharel em cânones no ano de 1744, possuía em sua livraria oito tomos avaliados em 21$000 réis.[19] Trata-se, portanto, de gerações de estudantes da Universidade de Coimbra que possuíam em suas livrarias edições, variadas nos seus formatos e preços, da obra de Graciano.

O direito canônico, todavia, não ficava adstrito às obras de Graciano, monge e professor de teologia e direito canônico

---

[16] Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) – Actos e graus de estudantes da Universidade por Faculdade. Manoel Brás Ferreira. ACSM. 1 º Ofício, Códice 114, Auto 2368.
[17] AUC. Actos e graus de estudantes da Universidade por Faculdade. Manoel Teixeira de Carvalho. AHMI/CSP. 1 º Ofício, Códice 104, Auto 1312.
[18] ACSM. 1 º Oficio, códice 224, auto 4176.
[19] AUC. Actos e graus de estudantes da Universidade por Faculdade. Agostinho Monteiro de Barros.

em Bolonha do século XII. Nos inventários das livrarias dos advogados de Mariana e Vila Rica, é possível encontrar arrolados autores que, segundo Rui e Martin de Albuquerque, pertenciam ao grupo “de maior nomeada” no direito canônico português (ALBUQUERQUE e ALBUQUERQUE, 1983. p.115.). Entre os autores por ele mencionados, destacam-se Agostinho Barbosa, escritor do século XVII, famoso por sua memória e pelos comentários que teceu sobre os direitos civil e eclesiástico, entre outros temas, e Gonçalo Mendes de Vasconcelos e Cabedo, fidalgo que escreveu livros e apostilas para a Universidade durante o século XVI (ALBUQUERQUE e ALBUQUERQUE, 1983. p.104.). As obras de Barbosa e Cabedo estavam presentes nas livrarias de António Pires da Gaia, Francisco Xavier dos Santos, João da Silva Pereira, Manoel da Guerra Leal de Souza e Castro, Agostinho Monteiro de Barros, Manoel Teixeira de Carvalho, João Pita Loureiro, e António da Silva e Souza.[20]

Outra obra muito freqüente nas bibliotecas analisadas era a de Manoel Themudo da Fonseca, religioso formado em

---

[20] O *Corpus iuris canonici* foi difundido pelas Universidades nascentes da Europa e foi objeto de vários estudos e comentadores subseqüentes que ajudaram a consolidá-lo com o grande manancial da jurisprudência e legislação canônica. Na Espanha e em Portugal a legislação canônica foi objeto de estudos dos autores Martim Azpilcueta Navarro, Bartoloumeus Filipe, Fernando Paes, Pedro Afonso de Vasconcelos e Gonçalo Mendes de Vasconcelos e Cabedo, autores do século XVI. No século seguinte, em Portugal, Agostinho Barbosa será o grande expoente do direito canônico até então desenvolvido e influenciado pela idéias escolásticas e pela perspectiva de Bartolo. ALBUQUERQUE, Rui; ALBUQUERQUE, Martim. **História do Direito Português**. Lisboa: Faculdade de Direito, 1983, p.115.

Direito Canônico na Universidade Coimbra no século XVII, sob a influência da escolástica jesuítica. Ao que consta, Themudo escreveu apenas as *Decisiones senatus archipiscopallis ulyssiponensis,* de 1643, e não possuía homônimos, o que reduz, se não elimina completamente, as incertezas da classificação. Com exatidão, é possível localizar o nome de Themudo nas livrarias de João Caetano Soares Barreto, João Pita Loureiro, Manoel Brás Ferreira, Agostinho Monteiro de Barros.[21]

A explicação da presença de obras de direito canônico nas livrarias dos advogados mencionados não pode ser associada estritamente à titulação adquirida, em Leis ou em Cânones. Na pequena livraria de Manoel da Silva Araújo, formado em Cânones no ano de 1757, não havia nenhuma obra de Graciano, Cabedo ou Barbosa. Se essas obras não compunham a biblioteca de um bacharel em Cânones como Manoel da Silva Araújo, em contrapartida, elas figuravam nas livrarias de bacharéis em Leis, como José Pereira Ribeiro e António da Silva e Souza.[22] Aliás, entre os advogados selecionados, este possuía o maior número de obras de

---

[21] No campo das obras Sacras, as de Direito Canônico eram a mais freqüentes nas livrarias dos advogados. Isso teria uma explicação lógica que remete tanto a uma formação em Cânones, como uma necessidade prática. Nesse sentido, vale considerar que, à época, as causas judiciais distinguia-se entre aquelas que eram de competência do juízo eclesiástico e as que ficavam a cargo do juízo ordinário. Havia também as causas de fórum misto, que dependeriam de uma espécie de ação conjunta.

[22] ACSM. 2º Ofício. Códice Inconfidência Mineira (CIM). Auto. 1162; ACSM. 1º Oficio, Códice 208, Auto 3943. e 1º Ofício, Códice 82, Auto 1756. ACSM. 1º Ofício. Códice 92. Auto 1917.

Barbosa. No inventário de Silva e Souza, estão registrados "doze tomos de Barbosa ao Direito Canônico, Eclesiástico e Pontifício", avaliados em 21$600 réis, dois volumes de "Barbosa de solut. Matr.", avaliados em 2$400 réis; e dois tomos de "Barbosa as Remissões", avaliados em $900 réis.[23] Ou seja, a formação e os ânimos dos estudantes na Universidade de Coimbra interferiram na composição das livrarias dos advogados, mas não se pode associar de forma mecânica o título adquirido à composição das livrarias, uma vez que alunos de Leis possuíam livros de Cânones e vice-versa.

Como os demais advogados, José Pereira Ribeiro possuía a maior parcela das obras sacras ligadas ao Direito Canônico e Eclesiástico. Assim como alguns dos casos mencionados, ele possuía *Concilio Tridentino* e as *Constituições do Arcebispado da Bahia*. Ademais, entre os livros arrolados em sua livraria, encontravam-se: um *Dicionário de Direito canônico*; os comentários de Manuel Serafim Farias aos Cânones; *Análises dos concílios*; *De perfectione canonica*; o *Corpus iuris canonici*, de Bohemero; a "Opera" de Berardi, autor setecentista de diversas obras de direito eclesiástico e canônico, tais como *Institutiones juris ecclesiastici*...e *In Canones Gratiani...,* ambas obras com

---

[23] Talvez tratasse, respectivamente, da: *Collectanes bullarij, aliarum re summarum pontificum costitutionum ...;* a *Alegación de derecho sobre la nulidad del matrimonio...;* e *Remissiones doctorum in varia loca Concilis Tridentini...*

edições de 1777.[24] Afora as obras de direito é possível distinguir a existência de uma Bíblia, um livro sobre a vida de Dom Frei Bartolomeu dos Mártires, o *Catecismo de Montepellier,* enfim, obras de devoção e do cotidiano religioso. Havia, ainda, um *Dicionário histórico dos cultos* e um *Dicionário theológico*, classificado com "portativo" pelos avaliadores, sugerindo o formato menor e a facilidade de transporte da obra.

Na realidade, das livrarias analisadas, a do Dr.José Pereira Ribeiro era a que apresentava o maior número de obras sacras (39 títulos), não obstante fosse bacharel em Leis. Quanto a isso, cabe lembrar que formação do advogado nos primeiros anos da Universidade de Coimbra era a mesma de um canonista. Isto se evidenciaria em duas obras com o título de *História eclesiástica*, uma sem definição de autor, outra de Berti, estudada no segundo ano de Leis e Cânones. Ribeiro possuía também as *Instituições de Direito eclesiástico,* de Fleuri, autor estudado no segundo ano do curso. No período posterior à reforma, foram feitas algumas críticas à adoção dessa obra. Fleuri, autor elogiado por Voltaire, foi criticado por alguns setores da Igreja e da sociedade. (FRIEIRO, 1981. p.45.) Francisco Lemos, reitor da universidade, defendeu esse autor, avaliando a importância da sua obra nos seguintes termos: os seus discursos "são cheios de profundíssimas reflexões e de uma filosofia

[24] ANTT. Real Mesa Censória, Caixa 495, n.103.

sublime" (LEMOS, 1980, p.25). Na livraria do Dr.Ribeiro ainda era possível encontrar a obra de Von Riegger, autor que defendia a primazia do poder régio sobre o papal e que, a partir de 1780, constaria no currículo do curso de Cânones da Universidade de Coimbra.[25] Antes disso, a Universidade adotava a obra de Justino Febrônio, autor que alguns associavam ao Enciclopedismo e ao Jansenismo, e que criticava os fundamentos do poder papal.[26] Por razões claras, os autores não eram bem vistos por segmentos da Igreja, mesmo assim foram adotados no ensino de Teologia e Direito da Universidade de Coimbra. Esses autores, afinados aos interesses da coroa portuguesa, estavam presentes na livraria do Dr.Ribeiro, que estudou na reformada Universidade

---

[25] A obra de Genovese, que fazia parte do currículo da Faculdade de Filosofia, também estava presente na livraria do Dr.Ribeiro que possuía dois volumes da *Lógica metafísica*. O padre António Genovese, que era considerado o criador da Economia Política na Itália, propunha a separação entre Igreja e Estado e teve algumas de suas opiniões condenadas em Roma. MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: paradoxo do Iluminismo.Trad. de António de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p.103; FRIEIRO, Eduardo. **O Diabo na livraria do Cônego**; como era Gonzaga?; e outros temas mineiros. 2. ed. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981. p.26. e ACSM - 2 Ofício, Códice CIM, Auto 1162.

[26] Sob o pseudônimo de Justinus Febronius, Nicolaus Von Hotheim escreveu uma obra contundente na qual dissertava sobre os fundamentos do poder papal, afirmado que a monarquia clerical era uma usurpação. As idéias de Febronius, segundo Paul Hazard, eram "de nature à provoquer une crise dans la chrétienté", mas se afinavam com a política centralizadora do reinado de D. José I. Não por menos, o Marques de Pombal providenciou a tradução da obra de Febronius, que também foi adotada na reformada Universidade de Coimbra, sendo substituída, após 1780, pela obra de Von Riegger, autor que também defendia a supremacia do poder temporal. MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: paradoxo do Iluminismo.Trad. de António de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p.102. e HAZARD, Paul. **La pensée européenne au XVIII^e siècle**: de Montesquieu à Lessing. Paris: Fayard, 1993. p. 326.

coimbrã e adquiriu o *status* de “bacharel formado” em meados da década de 80 do século XVIII.[27]

O que se nota na livraria do Dr.Ribeiro, se comparada à dos demais advogados do grupo, é uma singular quantidade e variedade de obras religiosas. Não se trata da corriqueira presença de obras de devoção e liturgia, identificada em várias livrarias de Mariana e Vila Rica. Trata-se, isso sim, de uma composição mais requintada que vai além dos livros de devoção e mesmo dos livros de direito canônico e eclesiástico, comuns nas livrarias dos advogados. Ribeiro possuía dicionários, obras de Teologia e de História Canônica e Eclesiástica, gêneros presentes nas livrarias de alguns religiosos, mas que raramente apareciam nas livrarias dos demais advogados ou da grande maioria dos proprietários de livros cujos bens foram inventariados entre 1750 e 1808. O que se insinua na livraria do Dr.Ribeiro é um ânimo que extrapolava o imediato interesse profissional e sua formação em Leis. Era também um ânimo sensível às mudanças inauguradas durante o ministério do Marques de Pombal e que se evidencia, de forma mais pontual, nas obras que foram apresentadas e, de maneira geral, no seu interesse eclético (FALCON, 1982).

---

[27] AUC. Actos e graus de estudantes da Universidade por Faculdade. Curso de Leis. José Pereira Ribeiro.

## LIVROS SACRO-PROFANOS: ENTRE O BEM E DO MAL.

As reformas pombalinas no campo jurídico promoveram a valorização do Direito Natural. Na Lei da Boa Razão, de 1769, o Direito Natural era apresentado como sendo os "primitivos princípios, que contém verdades essenciais, intrínsecas e inalteráveis". Servindo de base para as regras morais e civis, tais princípios eram resgatados como o direito subsidiário, como a boa razão que deveria guiar os auditórios da justiça e a prática dos letrados (GILISSEN, 2001, p.334.). A mesma valorização do Direito Natural transparece nas considerações de Laerte Ramos Carvalho quanto ao ensino universitário. Segundo Carvalho, a reforma do estudo jurídico se caracterizou pela substituição do método analítico de Bartolo pelo método sintético cujaciano e, sobretudo, por restaurar o Direito Natural (LEMOS, 1980, p.161.).

Nas livrarias estudadas, era incomum a presença de obras que discutissem o jusnaturalismo, à exceção de algumas poucas referências, como *Direito Natural e Divino*, de Filipe José Nogueira Coelho. A livraria que mais se destacava nesse campo era, seguramente, a do Dr.José Pereira Ribeiro. Nela havia uma obra do alemão Samuel Pufendorf, um clássico no assunto que seria criticado por Tomás António Gonzaga, entre outros motivos, por querer afastar o Direito Natural da Teologia (GONZAGA, 1957.). Pufendorf afirmava que as leis da natureza teriam pleno poder de obrigar os

homens, ainda que Deus as não houvesse proclamado por meio de seu verbo revelado. Sem dúvida, uma inversão de poderes que colocava o saber do Direito Natural sobre o Direito Canônico. Consequentemente, o poder régio seria entendido como produto de uma ordem natural que tinha em Deus seu supremo fiador, mas que eliminava a Igreja como intermediária e intérprete.[28] Ou seja, tratava-se de uma concepção jurídica de poder legitimado que correspondia aos interesses de secularização do gabinete de D. José I.[29] No inventário do advogado identificam-se ainda três volumes de *Princípios do Direito Natural*, avaliados em 1$800 réis. Trata-se de uma obra de Christian Wolff, professor da escola de Halle, o mesmo que escreveu *Elementa Universae*, já referido anteriormente.[30] No quadro, essas e outras obras sobre jusnaturalismo foram apresentadas sob a classificação de obras de Direito.

| Quadro 2 – Distribuição de Obras Sacro-profanas (títulos) por Livraria de advogado | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Siglas dos nomes dos | A | A | A | F | J | J | J | J | M | M | M | M |

[28] No Compêndio Histórico, lê-se: "para dirigir o mesmo homem criado por Deus a sua semelhança e imagem e para facilitar-lhe a feliz posse do bem no estado natural, encarregou Deus à natureza racional de que o tinha dotado, a legislação e o magistério preciso". COMPÊNDIO Histórico do Estado da Universidade de Coimbra (1771).Coimbra: Universidade de Coimbra, 1972. p. 177-178.

[29] Pufendorf seria um autor tolerado em Portugal, apesar de ter dois de seus livros proibidos de circular, quais sejam: *Introdution à l'Histoire des principaux etats, qui sont aujourd hui dans l'Europe* e *Devoirs de l'homme et du cytoyen.*

[30] Wolf escreveu mais de sessenta livros, entre 1703 e 1753. Leibniz lhe ofereceu a base vôos mais altos. Não foi cristão; para ele a moral era racional, a fé era uma operação racional e Deus é produto da razão humana. "É neste sentido que Wolf será interpretado por seus sucessores." CASSIRER, Ernest. **A filosofia do Iluminismo**. Tradução de Álvaro Cabral. 2.ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1994. p.60.

| Advogados | MB | PG | SS | XS | SCB | PL | PR | SP | SA | BF | GSLC | TC |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Direito | 2 | 17 | 1 | 1 | 5 | 8 | 4 | 5 | | 4 | 4 | 3 |
| Dicionário | | | | | | | 1 | | | | | |
| História | 1 | | | | | | 1 | | | | | |
| Total | 2 | 17 | 1 | 1 | 5 | 8 | 6 | 5 | | 4 | 4 | 3 |

Fontes: AHMI – CSP e ACSM Inventários de Advogados do 1º e 2º Ofícios.

Afora uma ou outra obra como a *História cronológica dos Papas, Imperadores e Reis...,* pertencente a Agostinho Monteiro de Barros, a grande parte das obras sacro-profanas era de Direito. Nas livrarias de João Caetano Soares Barreto, José Pita Loureiro e Manoel Teixeira Carvalho encontravam-se as *Cogitationes juridicae atque forenses in quibus multa quae in utroque foro...* de Manoel Solano. António Cardoso do Amaral, autor da *Summa ser praxis judicum...*, estava presente nas livrarias dos doutores António Monteiro de Barros, João da Silva Pereira, Manoel Brás Ferreira, Manoel Teixeira de Carvalho, António Pires da Gaia, Francisco Xavier dos Santos entre outros. Também era comum a *Prática judicial muito útil e necessária para os que principiam os ofícios de julgar e advogar e para todos os que solicitam causas nos auditórios de um e outro foro,* obra escrita por António Vanguerve Cabral, autor adotado nos cursos da reformada Universidade de Coimbra. Vanguerve figurava nas livrarias de Agostinho Monteiro de Barros, António Pires da Gaia, João Soares Pereira, Manoel Brás Ferreira, Manoel

Teixeira Carvalho e não haveria de faltar na livraria do Dr.José Pereira Ribeiro.

O contraste ficava por conta da presença marcante nessa biblioteca de autores ilustrados e daqueles que se dedicavam ao estudo mais moderno do jusnaturalismo. De fato, são poucas as referências de obras sobre o assunto nas livrarias dos outros advogados, limitando-se a quatro ou cinco casos. Suas bibliotecas não revelavam o mesmo interesse sobre o assunto que transparece na livraria do Dr.Ribeiro. Tal diferença pode ser explicada, em parte, pela formação universitária do Dr.Ribeiro, que sentiu, de perto, a valorização da Razão e do Direito Natural promovidas pela reforma pombalina. A despeito da associação do Dr.Ribeiro com a ilustração difundida nos bancos da reformada Universidade de Coimbra, um interesse profissional e pessoal se insinuava na posse de livros, como os de Direito Natural e, em especial, entre as obras profanas, o “terço do diabo”, para lembrar a expressão de Nuno Marques Pereira.

## OBRAS PROFANAS: O “TERÇO DO DIABO”

Ainda que fosse significativa a presença de obras sacras e de obras sacro-profanas nas livrarias dos advogados, a maior parcela dos livros que possuíam eram profanos. Estes apresentavam influências diversas e abarcavam uma gama extensa de gêneros que envolviam:

História e Geografia (genealogia, crônicas etc); Filosofia e Matemática (lógica, metafísica, física, geometria); Belas Letras (poemas e prosa); Medicina e Química; Direito (criminal, civil, leis, assentos, regimentos etc); Economia e Comércio; Livros Didáticos e Gramáticas; Botânica; Artes (artes plásticas, desenhos, plantas e arte militar); Dicionários de Línguas, e obras que não oferecem elementos para classificá-las. A classificação das bibliotecas segundo essas categorias pode ser visualizada no quadro abaixo.

Quadro 3-Distribuição de Obras Profanas (títulos) por Livraria dos advogados

| Siglas dos nomes dos Advogados | AMB | APG | ASS | FXS | JSCB | JPL | JPR | JSP | MSA | MBF | MGSLC | MTC |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| História/ Geografia | 6 | 4 | 5 | | | | 33 | 3 | 1 | 1 | | |
| Filosofia/ Matemática | | | 1 | | | | 20 | | | | | |
| Belas Letras | 8 | 1 | 11 | | | | 21 | | | | | |
| Medicina/ Química | | 1 | 1 | | | | 6 | | | | 1 | |
| Direito | 33 | 95 | 98 | 22 | 29 | 26 | 57 | 45 | 11 | 37 | 42 | 29 |
| Economia/ Cómercio | | | | | | | 2 | 1 | | | 1 | |
| Didático/ Gramática | 1 | | 2 | 1 | | | 4 | 1 | 1 | | | |
| Botânica | | | | | | | 2 | | | | | |
| Artes militar e Plásticas | | | | | 1 | | 2 | | | | | |
| Dicionário | | 1 | 2 | | | | 6 | | | | | |
| Indefinido | 1 | 5 | 3 | 2 | 2 | 2 | 4 | 7 | | 2 | 2 | 3 |
| Total | 49 | 107 | 123 | 25 | 31 | 28 | 157 | 57 | 14 | 40 | 46 | 32 |

Fontes: AHMI – CSP e ACSM Inventários de Advogados do 1º e 2º Ofícios.

Seguindo a ordem do quadro, entre as categorias adotadas e mais representativas está a História. Essa

categoria possui certa elasticidade, abrangendo crônicas, genealogias, cronologias, geografia histórica etc. Entretanto, à época, ela abrangia gêneros bem mais variados e que pouco tinham a ver com os pretendidos critérios de objetividade e cientificidade que vigoraria no século XIX. Bluteau, por exemplo, caracterizava a História como a "narração das coisas curiosas", mas também como "a testemunha do tempo", "mensageira da antiguidade", "luz da verdade". Mas, a que luz ou verdade Bluteau se referia? Para Bluteau, "de todas as histórias, a mais certa era a Bíblia" e "quando em historiadores profanos achamos coisas contrárias às que estão na Bíblia, havemos que ter por certo que são falsas". (BLUTEAU, 1714. p.39-40.) A Bíblia, a verdade revelada pelo Espírito Santo, seria, portanto, o parâmetro e o mais confiável livro de História.

A partir dessa perspectiva, torna-se mais compreensível a classificação dada pelo escrivão aos livros do Agostinho Monteiro de Barros que os dividiu entre livros de advocacia e históricos. Entre estes constava a *História cronológica dos Papas*, a *Vida de Alexandre Magno*, mas também os *Casamentos perfeitos* e a *Bíblia*.[31] De fato, a História poderia abranger uma ampla e variada gama de gêneros e temas, como demonstra o referido inventário. Se fosse adotada essa perspectiva, todas as livrarias dos advogados poderiam ser reduzidas a essas duas categorias

[31] AHMI/CSP. 1º Ofício, Códice 16, Auto 149.

que mais encobrem do que revelam. Por isso, com objetivo de oferecer uma perspectiva mais detalhada, optou-se por limitar a História profana às genealogias, cronologias, crônicas, vidas de imperadores e reis e geografia.

No quadro, é possível identificar uma presença considerável de obras de geografia e história profana nas livrarias dos advogados. João de Souza Pereira possuía a Crônica da *Vida de Carlos Magno* e o *Nobiliário da família portuguesa,* de Gomes Valente.[32] Manoel Brás Ferreira contava com a *Nobliarquia portuguesa*, de António de Vilas Boas.[33] De fato, grande parte das obras citadas, dizem respeito a biografias ou histórias de famílias e pessoas importantes, consideradas grandes exemplos da História.

Retomando Bluteau, a História tinha um parâmetro, mas também um propósito, ou compromisso, de ser a "mestra da vida", narrar os grandes feitos, estabelecer os grandes modelos de conduta, apresentar os grandes homens. No mosaico das idéias ibéricas, a mesma finalidade se identifica no âmbito da história banhada pela ilustração setecentista, que tinha a dupla função de instruir e formar. Havia, contudo, uma perspectiva mais crítica dos fatos que partia do princípio de que a história "ne doit pas être indifférente aux actions humaines, il faut qu'elle montre la défaite du vice et le triomphe de la vertue" (HAZZARD, 1993. p.239.). António

---

[32] ACSM. 1 º Oficio, Códice 224, Auto 4176.
[33] ACSM. 1 º Ofício, Códice 114, Auto 2368.

Ribeiro dos Santos dava mostras dessa postura crítica ao se referir, em uma carta, um livro sobre a história da Ásia, possivelmente a história da *Ásia portuguesa*, de Manoel de Faria e Souza, obra que estava presente na livraria de Agostinho Monteiro de Barros e de outros advogados do grupo. Na carta, António Ribeiro dos Santos comenta:

> Amigo: remeto-vos os livros que emprestastes, de nossas façanhas na Ásia, que li com os mais, que aqui tenho, para fazer um curso da nossa História asiática. Mas que tirei desta lição? Fiquei cheio de horror, e assombramento: a humanidade é uma virtude a mais íntima do coração do homem e virtude de todos os tempos e de todas as idades. A barbaria e cegueira dos séculos mais duros não podem servir de desculpa à desumanidade, por maiores que fossem as trevas desses tempos, nunca se podia escurecer entre os homens a luz da razão [...].[34]

Com o Iluminismo, em Portugal, a História parecia manter-se como “mestra da vida”. Porém, o parâmetro para a crítica racional parecia ser muito mais a moral, do que o verbo revelado, a Bíblia. A razão ativa, e não mais a contemplativa,

---

[34] SANTOS, Ribeiro. Carta sobre os Escritores das nossas coisas da Índia. In: DIAS, Luiz Fernando de Carvalho. Algumas cartas do Doutor António Ribeiro dos Santos. **Revista Portuguesa de História**. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1974. p.455.

deveria nortear-se pela ética com o intuito de formar a sociedade.

O tom dessa razão crítica se evidenciava em *l'Histoire de l'Amérique* escrita por William Robertson, representante do Iluminismo escocês. Sua obra, proibida de circular em Portugal, denunciava as agressões cometidas pela colonização espanhola e atacava os clérigos, chamados de gananciosos, e a Inquisição, considerada um estorvo ao desenvolvimento da Ciência.[35] Em seu livro *Histoire générale*, Millot também criticou a superstição e a alguns padres da Igreja.[36] Ainda na História, distingue-se Voltaire, autor de *Carlos XII* e do *Siècle de Louis XIV*, um grande crítico da Igreja e analista da Monarquia francesa, o que levou à censura de várias de suas obras.[37] Todas essas obras, marcadas pelo pensamento ilustrado, poderiam ser encontradas na livraria do Dr.José Pereira Ribeiro.

Apesar das obras históricas estarem relativamente disseminadas pelas livrarias dos letrados de Mariana e Vila Rica, em variedade de títulos, nenhuma se comparava a do Dr.Ribeiro, que demonstrava ter um grande interesse sobre o

---

[35] CATÁLOGO dos livros defesos neste Reino desde o dia da criação da Real Mesa Censória athé o presente. In: Maria Adelaide Salvador Marques. **A Real Mesa Censória e a cultura nacional**. Coimbra: Universidade de Coimbra, s/d. p. 188.

[36] Milltot foi um dos vinte autores mais vendidos pela Sociedade Tipográfica Neuchâtel, com o livro "filosófico" *École de filles.* LEPAPE, Pierre. **Voltaire**: nascimento dos intelectuais no século das luzes. Trad. Mario Contes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. p.141.

[37] MACHADO, Diogo Barbosa Machado. **Bibliotheca lusitana**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998. CD-ROMv.3, p.482.

gênero. O advogado possuía livros de História sobre a Inglaterra, a França, da Espanha e, em maior número, sobre a História de Portugal. Ribeiro possuía: *Antigüidades de Portugal*, de Resende, a *Dedução cronológica e analítica*, obra atribuída a José Seabra da Silva, a *Descrição de ambas as Américas*, do brasileiro Sebastião Rocha Pitta, membro da Academia Real de História Portuguesa.

O interesse do advogado pela História era seguido pelo das Belas Letras, o que pode corresponder ao gosto do advogado pela poesia. Aliás, Ribeiro foi um grande poeta pelo seu sobrinho Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos que o nomeou pelo epíteto de "Anacreonte das Minas". (VASCONCELOS, 1994, p.163.) Anacreonte era um poeta erótico e satírico grego cuja obra, apesar de ser proibida pela censura portuguesa, não deixou de circular pela América, estando presente, por exemplo, na livraria de Cláudio Manuel da Costa. Entre os livros do Dr.Ribeiro, a verve satírica associada ao poeta grego ganhava força no *Dicionário de anedotas* e na *Macarronea*, também chamada de *Palito métrico*, obra composta em versos que mesclavam de forma "macarrônica" o latim e português, tecendo críticas e traçando um panorama bem humorado da sociedade e da Universidade de Coimbra. Ribeiro possuía ainda obras de autores do século XVIII, como: *o Caramuru*, de Santa Rita Durão*; Gil Braz de Santilhana,* de Alain René Le Sage*, Pamela or the virtude*

*reward*, Samuel Richardson; entre outros. (ANTUNES, 2004, p.121.).

A presença de obras de Belas Letras nas livrarias dos advogados pode ser associada aos deleites de uma leitura mais frugal e descomprometida, mas também revelava uma faceta “profissional” quando associada ao cultivo da poesia e, mais ainda, da oratória. Nas livrarias dos advogados era relativamente comum a presença de autores clássicos, verdadeiros modelos para as composições escritas e para a confecção de discursos, atividades fundamentais ao exercício advocatício. As obras de Virgilio, Homero e outros clássicos constavam em bibliotecas de advogados, como a do Dr.António da Silva e Souza e do Dr.Agostinho Monteiro de Barros. Este possuía, ainda, o poema heróico *El Alfonso*, escrito em princípios do século XVIII por Francisco Botelho de Morais e Vasconcelos.

A biblioteca do Dr. Agostinho Monteiro de Barros, bacharel em Cânones formado no ano de 1744, distinguia-se da dos demais advogados por contar com 12 tomos da obra de Bento Feijó, incluindo seu *Teatro crítico universal*. Bento Feijó, ou Benito Feijó, era considerado o grande representante da primeira fase do século ilustrado na Espanha (MORSE, 1988, p.72.). Trata-se de um dos poucos exemplos de difusão do pensamento iluminista entre o grupo dos advogados formados antes da reforma pombalina da Universidade de Coimbra. A presença dessa obra, embora

extremamente pontual, indicaria um ânimo que extrapolava os limites da instrução acadêmica deste advogado. Muito mais significativa era a presença do pensamento ilustrado na livraria do Dr.Ribeiro. Nela é possível associar tais livros à instrução que o bacharel recebera na universidade coimbrã, mas que também não se limitava a essa instituição, o que fica evidente entre as obras filosóficas que possuía.

Se comparada às demais bibliotecas analisadas, a livraria do Dr.Ribeiro apresenta o único conjunto apreciável de obras filosóficas, algumas delas vinculadas ao plano de ilustração portuguesa, outras nem tanto. Como primeiro gênero dessas obras, pode-se destacar a presença de sete volumes da *Recreação filosófica*, escrita pelo padre Teodoro de Almeida, talvez o pensador que melhor representava o pensamento ilustrado e eclético português. A *Lógica metafísica*, de autoria do padre António Genovese, também foi incluída entre os livros filosóficos do Dr.Ribeiro. No campo da política, Genovese, autor ilustrado italiano, propunha a separação entre Igreja e Estado, pois acreditava que a Igreja deveria se preocupar apenas com assuntos da fé cristã, deixando os de ordem mundana ao encargo do Estado. Não obstante fosse padre, Genovese teve algumas de suas opiniões condenadas em Roma, porém suas obras instruiriam os alunos na Universidade de Coimbra após a reforma pombalina (MAXWELL, 1996. p.103.).

No campo da “filosofia natural” e da matemática, destaca-se a presença da *Geometria* de Euclides e das obras de Wolfio ou Cristiam Wolf,. Cadeira subsidiária do curso de Leis, a Geometria seria fundamental a outros ramos do conhecimento.[38] Segundo Verney, sem a geometria e a álgebra não era possível entender os livros dos “melhores filósofos modernos”. O padre oratoriano sugeria a leitura dos cinco tomos de Wolfio àqueles que já tinham algum domínio da matemática, pois a obra desse autor trazia “um curso inteiro e é o melhor e mais moderno”. Porém, advertia o padre, a obra de Wolfio “não é para todos, porque diz muito em poucas palavras e requer a voz viva do mestre” (VERNEY, s/d, p.184 p.189.). Ribeiro, talvez inspirado por Verney, adquiriu e conservou obras como os *Elementa universae* de Wolfio e, quem sabe, tenha se aventurado a estudá-las com o auxílio da obra de Euclides.

De fato, as mudanças no ensino implementadas por Pombal conferiram um novo lugar às ciências. A chamada Filosofia Natural era cultivada nos gabinetes, observatórios e

---

[38] Conforme Wilson Martins, a geometria pode ser dividida em duas: a prática e a especulativa. Esta constaria, principalmente, de três partes: os Elementos de Euclides; Esféricos, de Teodósio; e Cônicos de Apolônio. Martins ainda observa: “enquanto a batalha liberal começava a se travar em torno dos nomes de Montesquieu, Voltaire, Rousseau, Helvécio e Holbach, em Portugal a batalha científica ainda se acendia em torno dos nomes de Descartes, Newton e Leibniz.” É somente a partir de 1773 que os respectivos sistemas começam a ser estudados no Curso matemático de quatro anos então instituído na Universidade de Coimbra, que tinha inicio com elementos de Euclides. MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1977. p.336

jardins botânicos criados com a reforma pombalina. O impulso dado às ciências naturais também teria atingido o ânimo de José Pereira Ribeiro, que adquiriu e conservou em seu poder um volume do *Dicionário* de Vandeli, um *Compêndio de Botânica*, em dois volumes, e a *Philosophia botaníce*, de Linei. Este autor era lido no segundo ano do Curso Filosófico da Universidade de Coimbra, na cadeira de História Natural ministrada justamente por Vandeli. O estudo da matemática, mas também a curiosidade científica e classificadora da botânica, serviria ao advogado para ampliar o leque de seus conhecimentos, mas também como inspiração à verdade, ordem, clareza e solidez, aspectos que refletiram na prática jurídica desse advogado, como se pode observar nas ações judiciais em que atuou.[39]

---

[39] Na França, propagava-se a idéia de que "o espírito geométrico não está tão exclusivamente ligado à geometria que não possa separar-se dela e transportar-se para outros domínios. Uma obra de moral, de política, de crítica até mesmo uma obra de eloqüência jamais será *ceteris paribus*, tão bela e tão perfeita quanto fosse concebida num espírito geométrico". Em Portugal, a matemática, desenvolvida até certo ponto pelos jesuítas, ganhará cores novas com a reforma. Segundo Francisco Lemos, "a geometria é hoje um estudo preparatório para todas as Ciências, e o foi sempre em todas as Nações ilustradas. Assim pensaram os sábios antigos e assim pensam hoje os modernos, por que é um ponto assentado, que não há instrumento mais apto para envolver a razão e para pôr os homens no caminho de pensarem solidamente das coisas, do que o estudo desta disciplina, a qual faz caminhar sempre por uma estrada de luzes e os habilita a procurar em tudo a verdade e a ordem, donde nasce a clareza e a solidez dos discursos, sendo certo que as ciências não encheriam de tantos sofismas e confusões incertezas e probabilidades [...]".LEMOS, Francisco. *Relação geral do estado da Universidade (1777)*. Atlântida Editora, Coimbra, 1980, p.95. CASSIRER, Ernest. **A filosofia do Iluminismo**. Tradução de Álvaro Cabral. 2.ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1994. p.35.

Entrementes, em Portugal, a Ilustração foi, ao mesmo tempo, algo almejado e repudiado. Houve uma valorização da razão e das Ciências, mas cuidou-se para que tais idéias não ferissem os pilares ao Antigo Regime, tal qual ocorrido na França. (DIAS, 1968; FALCON, 1982; NOVAIS, 1983.) Esse aspecto do pensamento ilustrado pensamento ilustrado francês, mais devastador e alvo de repudio da censura, também estava representado na livraria do Dr.Ribeiro. Uma faceta, em grande parte defesa, isto é, proibida, que não se distinguia nas demais livrarias analisadas. Eram autores vinculados ao pensamento ilustrado e que tinham algumas das suas obras proibidas de circular no Império português, à exceção, talvez, de Simon-Henri Linguet, cujo nome não figura no Catálogo de Livros Defesos.[40] Não obstante a possível ortodoxia da obra de Linguet, Robert Darnton o considerou como um "franco atirador competente" que teria poupado a Igreja e a Coroa de seus ataques.[41]

Essas instituições, todavia, não seriam poupadas por Voltaire. Embora considerasse a importância da religião no

---

[40] Uma cópia do "Catálogo dos livros defesos neste Reino desde o dia da criação da Real Mesa Censória athé o presente" pode ser encontrado na obra *A Real Mesa Censória e a cultura nacional*, de Maria Adelaide Salvador Marques. CATÁLOGO dos livros defesos neste Reino desde o dia da criação da Real Mesa Censória athé o presente. In: Maria Adelaide Salvador Marques. **A Real Mesa Censória e a cultura nacional**. Coimbra: Universidade de Coimbra, s/d.

[41] Todavia, Simon-Henri Linguet era um crítico fulminante de instituições francesas, em especial o judiciário parisiense, o que deveria instigar a um advogado como Ribeiro. DARNTON, Robert. **Edição e sedição**: o universo da literatura clandestina no século XVIII. Tradução de Myriam Campello. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.132.

ordenamento social, Voltaire não poupou críticas à Igreja católica, à Inquisição, ao fanatismo, à Coroa francesa, à portuguesa etc.[42] Só em Portugal foram condenadas mais de vinte obras de Voltaire ou atribuídas a ele. Na livraria do Dr.Ribeiro constavam três obras desse filosofo Francês, mas, até onde se sabe, nenhuma delas foi considerada defesa pelas autoridades. A mesma certeza não se pode ter dos seis volumes de obras de Montesquieu que se encontravam arrolados no inventário do Dr.Ribeiro, uma vez que não há qualquer referência ao título da obra. Talvez, se tratasse das *Lettres persanes*, proibida de circular em Portugal no ano de 1771. A incerteza também recaía sobre as obras de Mably, cujos títulos não foram revelados no inventário do advogado. Talvez, a obra velada trouxesse todo o ímpeto de seu autor, cuja postura política era favorável à revolução e contra a Inquisição. Ribeiro ainda possuía a obra *Traité de la morale des pères*, de Jean Barbeirac, proibida de circular em Portugal no ano de 1796. Poder-se-ia ainda citar a presença, nessa livraria, de: Felice, Condilac, Bielfeld, D'Albert e outros tantos. Ao que consta nos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, Ribeiro ainda teria trazido da Europa para a América duas obras defesas, quais sejam: *Histoire philosofique e politique des établissements et du commerce des européens*

---

[42] Considerado deísta e crítico da Igreja, Voltaire concebia a religião como instrumento capaz de ordenar o convívio social, de onde sua utilidade. VOLTAIRE. **Dicionário Filosófico**. Tradução de: Libero Rangel de Tarso. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d, p.68 e 141.

*dans les deux Indes*, do Abade Raynal, e do *Recueil de loix constitutives des États Unis de l'Amérique*.[43] Obras de difusão das idéias iluministas e, sobretudo, libertárias.

Enquanto nas livrarias dos moradores de Vila Rica e Mariana era possível localizar algumas obras defesas como *A Mística Cidade de Deus* ou *A Arte de Furtar*, na livraria do Dr. Ribeiro a faceta defesa era ilustrada. Nela, as Luzes se propagavam entre os livros de História, Belas letras, Medicina, Botânica, Filosofia...[44] Definitivamente, pelos seus ânimos ilustrados, a livraria do Dr.Ribeiro se distinguia das demais, de onde o destaque a ela atribuído pela análise empreendida. Não obstante a peculiaridade dessa biblioteca, ela manteria

---

[43] O bacharel Domingos Vidal Barbosa declarou que viu o Dr.Ribeiro de posse de um livro do abade Raynal e das leis dos Estados Unidos da América. Na realidade, tratava-se da *Histoire philosofique e politique de etablissements et du commerce dês européens dans lês deux Indes*, e do *Recueil de loix constitutives des etats Unis de l'Amerique*. Esta era a constituição das recém independentes colônias inglesas na América. Aquela obra de Raynal tinha uma forte posição revolucionária e teria servido aos inconfidentes mineiros na formulação dos planos da conjura. Raynal era um grande crítico da Igreja, atacava a intolerância religiosa, a escravidão, as guerras genocidas, a decadência dos costumes e o governo monárquico centralizado. Em *Histoire philosofique e politique*, Raynal comentava a independência das colônias Américas, indicando-a como uma alternativa à sujeição imprimida pelas metrópoles. No capitulo 5 de seu livro, Raynal afirmava que as: "colônias tinham o direito de se separar de sua metrópole, independente de todo descontentamento". RAYNAL, Thomas François Guillaume. **A revolução da América**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.p.73.

[44] Erroneamente Virginia Valadares afirma que estas obras faziam parte da livraria do advogado Ribeiro. O advogado as trouxe para Minas, mas não as conservou em sua livraria, pelo menos no momento do seu inventário. Outro engano que a autora comente é o de afirmar que a livraria do Dr.Ribeiro era composta, em sua maioria, por obras sacras. Muito pelo contrário, sua livraria era majoritariamente profana, como já demonstramos. VALADARES, Virginia Maria Trindade de. **Elites Setecentistas mineiras**: conjugação de dois mundos (1700-1800). Lisboa, 2002. Tese. (Doutorado em História dos Descobrimentos e da Expansão portuguesa) - Universidade de Lisboa.p.492.

alguns pontos de similitude com as demais no campo do direito civil e criminal.

Antes da reforma da Universidade de Coimbra no século XVIII, o curso de Leis era assentado quase que exclusivamente no direito romano. Esse fator e, principalmente, o uso de direito romano nos auditórios, podem explicar a freqüência com que se encontravam entre os livros arrolados dos advogados: o *Codex justiniani*, as *Instituitiones justinani*, as *Digestae* ou *Pandectas* e as *Novellae* ou Leis Novas. Tais obras formavam o *Corpus iuris civilis* e, em parte, em conjunto ou por meio de seus glosadores, poderiam ser encontradas arroladas nos inventários de quase todos os letrados analisados.

Se na Faculdade de Cânones os estudos giravam em torno da obra de Graciano, na Faculdade de Leis o eixo era a obra de Justiniano. Bacharel em Leis no ano de 1754, António da Silva e Souza possuía em sua livraria um volume "muito velho" do "Código Justiniano", avaliado em $300 réis. Tratava-se do chamado *Codex justiniane,* isto é, a recolha das leis romanas imperiais feitas por Justiniano no século VI.[45] No inventário de José Pereira Ribeiro, foi arrolado um volume das *Instituta* de Justiniano, avaliado em 1$200 réis e que muito provavelmente tratava-se de uma introdução escolar ao *Digesto*. Da mesma forma que os livros de Direito Canônico compunham as livrarias desses bacharéis em Leis, livros

[45] ACSM. 1º Ofício. Códice 92. Auto 1917.

abordados no curso de Direito Civil também foram encontrados nos inventários dos bacharéis em Cânones.[46] O "Código Justiniano" foi relacionado no inventário do Desembargador João Caetano Soares Barreto, falecido em Vila Rica no ano 1776.[47] No inventário de Manoel da Guerra Leal de Souza e Castro, de 1788, consta um tomo das "Institutas acrescentadas".[48] António Pires da Gaia possuía o "Corpo do Direito Civil", em 5 volumes no valor de 12$000, possivelmente, tratava-se do *Corpus iuris civilis*, denominação dada ao conjunto do *Digesto*, das *Institutas*, das *Novellae* e do *Código* de Justiniano.[49]

Antes das reformas, o ensino na Faculdade de Leis ficava restrito ao Direito Romano. Depois das reformas, ele não foi exilado das margens do Mondengo – o que poderia explicar a presença das *Instituta* de Justiniano na livraria do Dr.Ribeiro – mas teve sua hegemonia abalada pelo estudo das Leis pátrias. Estas seriam alçadas ao posto de "primeiro vínculo da união cristã e civil da nação portuguesa". Com o ensino das leis pátrias objetivava-se simplificar e dotar de coerência a prática jurídica, evitando os excessos praticados pelos advogados "enfarinhados unicamente em quatro petas de Direito Romano". A crítica que pesava sobre os advogados que se formaram na Universidade de Coimbra antes da

---

[46] ACSM. 2º Ofício. Códice CIM Auto. 1162.
[47] AHMI/ACSP. 1º Ofício, Códice 88, Auto 1065.
[48] ACSM. 1º Ofício, Códice 59, Auto 1302.
[49] ACSM. 1º Ofício, Códice 208, auto 3943.

reforma era a de que eles não conheciam o “Direito Pátrio, nem o Público, nem o das Gentes, nem Política, nem Comércio, finalmente, nada útil”. (COMPÊNDIO, 1972, p.276.)

É possível localizar, nas livrarias de alguns advogados, autores que criticaram e se opuseram à tradição literária encampada pelos jesuítas. As críticas à “antiga autoridade da Glosa” antecederiam a reforma empreendida em meados do século XVIII. A autoridade dos glosadores estaria abalada antes mesmo de 1653, embora a reforma dos estatutos da Universidade de Coimbra ocorrida neste ano referendasse as obras de Bartolo e Arcusio. Há de se relativizar, portanto, a influência direta dos referidos glosadores entre os advogados, sem, contudo, apagá-la, uma vez que era massiva a presença de seus partidários entre os livros dos advogados de Mariana e Vila Rica. Outrossim, há de se considerar que a posse desses livros revelasse o ânimo em adquiri-los e conservá-los e não propriamente a leitura que deles se fazia, que poderia ser extremamente crítica, ou ainda, utilitária, condescendente, partidária etc. A leitura dessas obras poderia, ainda, se alterar durante os anos, ao sabor de variáveis complexas, dentre as quais se poderiam citar as mudanças nas diretrizes educacionais e na prática jurídica.

O ânimo, a inspiração para a aquisição das obras de direito poderia vir tanto da Universidade de Coimbra, quanto de uma necessidade do ofício. No exercício da advocacia seria valioso o auxílio dos comentadores, praxistas e dos

causuístas. Contribui para essa hipótese a presença dos autores Manoel Mendes de Castro e Manoel Barbosa na livraria de José Pereira Ribeiro, bacharel que teria estudado em uma Universidade livre de Bartolo. Trata-se, bem entendido, de uma presença mais discreta do que a identificada na livraria de António Silva e Souza, que possuía vários autores influenciados por Bartolo. É evidente a função instrumental de que tais obras jurídicas estavam imbuídas. Estão nos livros de Direito os indícios da necessidade do ofício, um ânimo comum entre os advogados.[50] O que se quer evidenciar com essas considerações é que, para além da formação universitária dos advogados, esses livros de direito correspondiam a uma necessidade prática de se lidar com as leis e saber distinguir as referências literárias que eram feitas nos autos e nas audiências.

As livrarias arroladas nos inventários não estão dispostas a revelar mais que sua estática existência forjada por uma mecânica sem conseqüência. Se falo de um inquérito das letras, do escrutínio detalhado de uma livraria, é por necessidade de ir além... E para além do registro da posse estão os ânimos da composição. Os ânimos da instrução universitária interferiram na composição das livrarias dos

---

[50] Resumindo essa questão, Maria Beatriz Nissa da Silva observa que os livros eram instrumentos de trabalho, mais do que objetos de divertimento e lazer. SILVA, Maria Beatriz Nizza. **Cultura letrada e cultura da oralidade no Brasil***;* do fim do séc. XVIII e início do XIX. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/Instituto de História Econômica e Social, 1999. p.563.

advogados, sem, contudo, romper pronta e definitivamente com uma tradição literária assentada que influía nas bibliotecas dos letrados e, como pude averiguar em outra ocasião, na prática jurídica. Não se pode associar o livro adquirido apenas à formação acadêmica, pois existem outros fatores que intervinham na composição de uma livraria, como a necessidade profissional. Mas ânimos também extrapolavam o imediato interesse profissional. Nos ânimos intervinham as mudanças de uma época que almejava, de formas diversas, o saber ilustrado e, por vezes, eclético. Nos ânimos há também algo de pessoal, como poesia, devoção, arte da guerra...

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Rui; ALBUQUERQUE, Martim. **História do Direito Português**. Lisboa: Faculdade de Direito, 1983.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Livros de Devoção, Atos de Censura**: ensaios de história do livro e da leitura na América Portuguesa (1750-1821). São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2004.

ALVARENGA, Thábata Araújo Alvarenga. **Homens e Livros em Vila Rica (1750-1800)**. São Paulo, 2003. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

ANTUNES, Álvaro de Araújo. “Uma biblioteca, um estado d'alma: posse de livros em Vila Rica, Minas Gerais (1750-1808)”. In: **Escrita, memória e vida material** - formas de transmissão da cultura letrada no Império Português (sécs. XVI-XIX). São Paulo: Alameda, 2009. v.1 (no prelo)

_____. **Espelho de Cem Faces**; o universo relacional de um advogado setecentista.São Paulo: Editora Annablume/PPGH/UFMG, 2004.

_____. **Fiat Justitia**: os advogados e a prática da justiça em Minas Gerais (1750-1808). Campinas, SP: Pós-graduação do Departamento de História da UNICAMP, 2005 (Tese, Doutorado em História).

ARAÚJO. Ana Cristina. Livros de uma vida: critérios e modalidades de constituição de uma livraria particular no século XVIII. **Revista de História das Idéias**. Coimbra: Editora do Instituto de História e Teoria das Idéias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v.20, 1999.

BLUTEAU, Dom Raphael. Vocabulário Português e Latino, áulico, anatômico ... Coimbra: Coleção de Artes da Companhia de Jesus, 1714. CD-ROM.

CATÁLOGO dos livros defesos neste Reino desde o dia da criação da Real Mesa Censória athé o presente. In: Maria Adelaide Salvador Marques. *A Real Mesa Censória e a cultura nacional.* Coimbra: Universidade de Coimbra, s/d.

CASSIRER, Ernest. **A filosofia do Iluminismo**.Tradução de Álvaro Cabral. 2.ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1994.

COMPÊNDIO Histórico do Estado da Universidade de Coimbra (1771). Coimbra: Universidade de Coimbra, 1972.

DARNTON, Robert. **Boemia literária e revolução**: o submundo das letras no antigo regime. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **Edição e sedição**: o universo da literatura clandestina no século XVIII. Tradução de Myriam Campello. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DIAS, Luiz Fernando de Carvalho. Algumas cartas do Doutor António Ribeiro dos Santos. **Revista Portuguesa de História**. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1974.

DIAS, Maria Odila Leite Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n.278, jan./mar.1968.

FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina**: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ática, 1982.

FRIEIRO, Eduardo. **O Diabo na livraria do Cônego**; como era Gonzaga?; e outros temas mineiros. 2. ed. São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1981.

GILISSEN, John. **Introdução a História do Direito**. 3. ed. Tradução de Antonio Manuel Hespanha e L.M. Macaísta Malheiros. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001

GONZAGA, Tomás António Gonzaga. **Tratado de direito natural**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1957

HAZARD, Paul. **La pensée européenne au XVIII^e^ siècle**: de Montesquieu à Lessing. Paris: Fayard, 1993.

LARROSA, Jorge. Os paradoxos da repetição e da diferença; notas sobre o comentário de texto a partir de Foucault, Bakhtin e Borges. In: ABREU, Márcia. **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas: Mercado das Letras/Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999.

LEMOS, Francisco. **Relação geral do estado da Universidade (1777)**. Atlântida Editora, Coimbra, 1980.

LEPAPE, Pierre. **Voltaire**: nascimento dos intelectuais no século das luzes. Trad. Mario Contes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

MACHADO, Diogo Barbosa Machado. **Bibliotheca lusitana**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998. CD-ROM

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1977.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal**: paradoxo do Iluminismo.Tradução de António de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MORSE, Richard. **O espelho de Próspero**: cultua e idéias nas Américas. Tradução de Paulo Nevez. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

NOVAIS, Fernando António. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1983.

OLIVEIRA, António de. O quotidiano da academia. In: **HISTÓRIA da Universidade de Coimbra** 1537-1771. Coimbra: Fundação Galouste Gulbenkian, 1997.

PEREIRA, Numes Marques. Compendio Narrativo do Peregrino da América. In: Celina Junqueira (Dir.). **Moralistas**

**do século XVIII**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura/ Editora documentário, 1979.

PICARD, Evelyne. Une Bibliotèque conventuelle aux XVII$^{e}$ siècle: les théatins de Sainte-Anne_la -Royale. In: **REVUE d´Histoire Moderne et Contemporaine**, Paris, n.27, abr./jun., 1979.

RAYNAL, Thomas François Guillaume. A revolução da América. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1993.

ROCHE, Daniel. **Les republicans des lettres**: gens de culture et lumières au XVIII$^{e}$ siècle. França: Fayard, 1988.

SCHWARTZ, Stuart. B. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**: a suprema corte e seus juizes: 1609-1751.São Paulo: Perspectiva, 1979.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (18081821)**. 2.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

_____. **Cultura letrada e cultura da oralidade no Brasil**; do fim do séc. XVIII e início do XIX. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/Instituto de História Econômica e Social, 1999.

VALADARES, Virginia Maria Trindade de. **Elites Setecentistas mineiras**: conjugação de dois mundos (1700-1800). Lisboa, 2002. Tese. (Doutorado em História dos Descobrimentos e da Expansão portuguesa) - Universidade de Lisboa.

VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos. **Breve descrição geográfica e política da Capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994.

VERNEY, Luís António. **Verdadeiro Método de estudar**. 3. ed. Porto: Domingos Barreira, s/d.

VILLALTA, Luiz Carlos. Os clérigos nas Minas Gerais na segunda metade do século XVIII. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.8, n.1/2, jan./dez., 1995.

VOLTAIRE. **Dicionário Filosófico**. Tradução de Libero Rangel de Tarso. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

# Entre a casa e a rua: práticas de leitura na província de Minas Gerais (1828-1842)

*Luciano da Silva Moreira*

**Resumo:** Este artigo trata das diferentes práticas da leitura na província de Minas Gerais entre os anos de 1828 e 1842. Nesse interstício, percebemos um quadro híbrido, em que as práticas da leitura ligavam-se às permanências e alterações do universo cultural mineiro: de um lado, a continuidade presente no apelo à oralidade na formação dos discursos e na própria prática da leitura; de outro, a ruptura no sentido de uma leitura crítica, coletiva e extensiva. Durante esse período, a província de Minas Gerais foi inundada por produções impressas de variados tamanhos, formas e gêneros. Além disso, dos prelos mineiros saíam publicações que ganhavam os mais diversos espaços, como as casas, as tabernas, as sociedades políticas e literárias e a praça pública. Dessa forma, atentamos para a dinâmica dos espaços, no sentido da constituição de novas formas de sociabilidade, percorrendo os variados lugares da leitura.

**Palavras-chave**: Imprensa. Práticas de Leitura. Minas Gerais.

***Between the home and the street: reading practices in the province of Minas Gerais (1828-1842)***

***Abstract:*** *This article focuses on the various reading practices in the province of Minas Gerais from 1828 through 1842. In this period we can notice a hybrid situation in which reading practices were entangled with the permanence and the change inherent to the local cultural landscape. On the one hand, there was continuity in the appeal to oral practices in the shaping of social discourses and in reading practices themselves. On the other hand, there was a breach towards a more critical, collective and extensive reading practice. During this period Minas Gerais abounded in printed production which varied in size, format and genre. Moreover, the publications from the local press found their way into the most diverse spaces such as homes, taverns, political and literary societies, and the town square. In so doing, we traverse the various places of reading and highlight the dynamics of spaces and their shaping of novel forms of socialization.*
***Keywords****: Press. Reading Practices. Minas Gerais.*

No decorrer do Primeiro Reinado e das Regências, a Província de Minas Gerais foi tomada por produções impressas de variados tipos. Paulatinamente, o impresso invadiu o cotidiano das vilas e arraiais, tornando-se presente no universo cultural mineiro. Ao olharmos detidamente para

esse período, percebemos um quadro híbrido, em que as práticas da leitura ligavam-se às permanências e alterações culturais de Minas Gerais: de um lado, percebe-se a continuidade presente no apelo à oralidade na formação dos discursos e na própria prática da leitura; de outro, nota-se a ruptura no sentido de uma leitura crítica, coletiva e extensiva, influenciada pelo contexto liberalizante da "Era das Revoluções" (HOBSBAWM, 1981.). Essa relação pode ser percebida nos espaços de efetivação da leitura, como: casas, bibliotecas, sociedades políticas, tabernas e ruas. Por isso, atentando para a temática da sociabilidade, recorremos à dinâmica dos locais, os quais podem nos ajudar a solucionar, um pouco, os mistérios da própria prática da leitura.

Um "Constante Leitor" de *O Universal*, em correspondência, afirmava não deixar

> nunca de aproveitar o meu tempo, lendo o que encontro, embora pareça futil. Um dos dias passados estava eu em descanso, e tomando por acaso o Correio de Minas nº 103 do anno passado, deparei alli com o resto da sessão Provincial do dia 15 de março de 1841, puz-me a ler o magro extracto das discussões, e eis que encontro com um discurso do Sr. Antunes Correia (UNIVERSAL, 31 jan. 1842.).

O "Constante Leitor" provavelmente faz referência ao hábito da leitura individualizada realizada no ambiente

doméstico. Ao findar o dia, o leitor sentava-se na cadeira, tomava o periódico e, à luz da lamparina, se punha a “aproveitar o seu tempo” meditando de maneira introspectiva e solitária. Provavelmente, Manoel dos Santos Pinheiro Carvalho adotou esta postura quando “foi assassinado com um tiro de espingarda dentro de sua propria casa, estando a ler um jornal à noite” (UNIVERSAL, 02 mar. 1842.). Naquela época, a leitura de “folhas públicas” constituía-se num hábito para algumas pessoas, como afirmou o redator do *Tareco Militar*: “metido com a minha enchada e fouce e assim mesmo, pelo maldito costume que me poz a *Astréa*, gosto de ler o meu papelinho” (TARECO Militar. Ouro Preto. 31 ago. 1833.).

No recolhimento do lar, os periódicos dividiam a atenção com livros de horas, vidas de santos e obras de ficção. A leitura de romances era comum naquele tempo, como atestam os trabalhos de Luiz Carlos Villalta (2005) e Márcia Abreu (2003, 2008). Nesse sentido, em janeiro de 1833, a Typografia do Constitucional Mineiro anunciava a venda das “Fabulas Moraes e Politicas do Poeta Filósofo Persa Saady, traduzidas para o idioma Nacional, por Francisco Freire de Carvalho, Portuguez emigrado”. O redator do *Constitucional Mineiro* fez apreciação do livro, informando que

> esta Obra pela pureza da doutrina, amenidade do estilo, limpeza e correcção da frase, merece ser

> lida, e ate decorada por todas as pessoas de bom gosto; e he talvez uma das melhores, que pode ser posta nas mão da mocidade, que começa a familiarizar se com a leitura; por quanto as suas maximas, que nella se contem, illustrando lhe os entendimentos, formando ao mesmo tempo os seus corações para a virtude, alvo que deve tender todo o plano de uma boa educação: Preço de cada exemplar 640 réis (CONSTITUCIONAL Mineiro, 01 jan. 1833.).

Por meio da avaliação acima, o redator apresenta-nos alguns dos sentidos da leitura correntes na época. Como para os tratadistas do século XVII, a leitura possui três finalidades: formar um estilo, instruir e edificar. Por meio de uma prática seletiva ("bom gosto") e intensiva ("até decorando"), a leitura era tomada como fonte de modelos a serem imitados no momento da escrita, apreendendo a "amenidade do estilo, limpeza e correcção da frase". O livro era elemento para a instrução dos leitores, porquanto "[illustrava] lhe os entendimentos". Mas todo esse procedimento deve ter em vista edificar moralmente o indivíduo, orientando "os seus corações para a virtude". Por isso, o redator indicava a obra do "Persa *Saady*" à mocidade "que começa a familiarizar se com a leitura", prescrevendo-lhe uma prática intensa e valorizando a constituição de um "bom gosto" (ABREU, 2000: 213-233.).

Contudo, o uso de obras de ficção era cercado de cuidados, principalmente, no processo de instrução feminina. Para tanto, Beatriz Francisca de Assis Brandão[1] recomendava ao belo sexo, por intermédio do *Mentor das Brasileiras*, "adquirir o gosto da leitura", aconselhando às mães oferecer às filhas "bons livros". Beatriz Brandão ainda recomendava: "fazei-as ler, e até decorar aquelle capitulo, em que Fenelon faz fallar Telemaco sobre as qualidades de Antiope, e, se todas beberem esta sabia lição, será realmente *bello* o nosso *sexo*" (MENTOR das Brasileiras, 12 mar. 1830). Entretanto, deviam os pais evitar "consentirem a lição de novellas sem escolha", porque "o espírito das Senhoras ordinariamente se lisongea com vãs chimeras, e contos fabulosos de que nutre sua fantazia, e de que jamais se poderá tirar lições proficuas e huma boa educação" (MENTOR das Brasileiras. 07 dez. 1829.). Discursos neste tom retomaram um entendimento do romance "como forma de divertimento vil, que não continha informações que tivessem algum potencial instrutivo ou edificante, nem estilo enquadrável nas Belas Letras" (ABREU, 2003: 269.). A leitora de romances estaria sujeita às seduções do impresso, assumindo as posturas das personagens, freqüentemente reprováveis e perniciosas. Para refrear esta leitura "lasciva", indicavam-se obras portadoras de valores

---

[1] Beatriz Francisca de Assis Brandão nasceu em Vila Rica a 29 de julho de 1779 e faleceu no Rio de Janeiro a 5 de fevereiro de 1868. Foi autora de obras de poesia e prosa, reconhecida por sua capacidade intelectual. (SILVEIRA, 1926: 408).

morais e edificantes à mocidade. Por isso, as recomendações impressas no *Mentor* apresentam-nos aqueles que seriam os "bons livros", figurando sempre *As Aventuras de Telêmaco,* de Fénelon (MOREIRA, 2008a: 54.).

Porém, o acesso ao livro não era fácil. Algumas obras custavam caro e outras eram difíceis de se obter pela própria raridade do exemplar, ainda mais no interior do Brasil. Por isso, difundiu-se a prática do empréstimo, sinalizando para a formação de comunidades de leitores e para a circulação dos livros nas localidades mineiras. Em dezembro de 1827, o redator do *Astro de Minas* necessitava do "Tratado do Juri traduzido pelo illustre Deputado o Sr. Joaquim Gonçalves Ledo", rogando a qualquer pessoa que o possuir "e quizer vendê-lo, ou ao menos emprestar-nos por algum tempo", que enviasse o volume à tipografia (ASTRO de Minas, 11 dez. 1827.). O Sargento Mor Antonio Felisberto da Costa atendeu ao pedido do *Astro*, emprestando a importante obra (ASTRO de Minas, 15 dez. 1827.). No entanto, era duvidosa a devolução, como atesta um "sujeito que havia emprestado ha annos ao defunto Capitão Pena várias obras", recebendo-as "todas por via do Sr. Melo Franco, menos o primeiro vol. do ensaio sobre os costumes de Voltaire". Afirmava o incógnito "sujeito" que

> Este tomo isolado pouco pode servir a quem o possue, e faz muita falta ao antigo dono, que possuindo as mais obras d'aquelle grande homem,

> nellas vê citadas muitas passagens do tal volume. O Sr. que por engano o possuir faz grande obséquio em entregallo nesta typographia (UNIVERSAL. 20 MAIO 1831.).

Por meio dos exemplos citados, nota-se que a prática do empréstimo permitia a circulação dos objetos escritos. Nesse sentido, um volume das *Reflexoens sobre a questão entre os Estados Unidos e a França*, pertencente a Pedro Muzzi de Barros, passou de mão em mão em Ouro Preto. Sabemos do trajeto desse volume por meio do registro deixado pelos próprios leitores, onde pessoas como Nicolau Soares do Couto declararam que “tinham lido” no verso do próprio exemplar.

**Imagem 1**: Assinatura na última folha da obra: HARPER,

Roberto Goodloe. *Reflexoens sobre a questão entre os Estados Unidos e a França*. Londres: s.n., 1798. Volume pertencente ao Arquivo Público Mineiro.

No entanto, essa prática continha riscos. Por isso, temendo furtos ou desvios, os donos escreviam nos livros seus nomes ou a biblioteca que pertenciam:

> Este livro he meu
> Pedro de Barros
> Este livro he de Pedro Muzzi de Barros
> quem achar entregue a seu dono que pagara
> o achado. Imperial Cidade de Ouro Preto
> em 12 de março de 1825 (HARPER,1798).

Outro tipo de publicação bastante comum naquele tempo era a folhinha de algibeira. Uma *Folhinha d'Algibeira*, publicada em 1831, destinava-se ao "uso público e particular dos habitantes desta Província" (Folhinha d'algibeira, 1831: folha de rosto).[2] Percebe-se que ela se vinculava tanto à praça pública como ao foro privado. As folhinhas d'algibeira eram publicações de bolso destinadas ao uso constante, diário, de seu possuidor. Como um guia para o cidadão atuante, informava-se o número de periódicos, tipografias e "Sociedades Patrioticas da Província". Também o funcionamento da Biblioteca Pública de Ouro Preto, cujo expediente era "de manhã desde as 9 horas até ao meio dia, e de tarde das 3 às 6". Uma parte destinada à "notícia geográfica do Império do Brasil" trazia os principais dados geográficos da província e do país, principalmente o relevo, a hidrografia e a divisão político-administrativa. O uso particular provavelmente estava relacionado à leitura no recato doméstico. Recostado sobre a mesa, o leitor abria seu volume

---

[2] Sobre as folhinhas de algibeira e seu uso em Minas Gerais no século XIX, ver: MOREIRA, 2008: 36-39.

e se informava sobre o calendário, as sociedades políticas e a "Lei da Regência".

Todavia, não era somente a leitura silenciosa e individual que poderia ser realizada nas residências mineiras. Esses espaços poderiam abrigar diversas pessoas e oferecer ocasiões várias para a discussão literária e política. Tais reuniões eram permeadas pela leitura oral, nas quais um dos participantes se prestava a ler coletivamente o impresso em voz alta. O restante do grupo ouvia atentamente o discurso e se preparava para a discussão que geralmente se seguia. Assim, pelo canal da oralidade, a ação do escrito se multiplicava, ampliando o debate na Província. Ressaltamos que, no ambiente doméstico, o proprietário regulava o fluxo de pessoas, normalmente amigos e correligionários, que participariam do debate. Assim, o ambiente continuava privado. Contudo, ao favorecer a reunião de várias pessoas, tornava-se "público". Daí o sentido exposto pela *Folhinha d'Algibeira*: o uso individual e coletivo dos habitantes desta Província.

O ambiente privado também comportava reuniões "legalizadas", como as que ocorriam nas Sociedades Políticas e Literárias que se proliferaram pela Província de Minas Gerais durante as Regências. Por meio da documentação do Arquivo Público Mineiro, encontramos trinta e quatro associações instaladas na Província entre 1831 e 1838. Maurice Agulhon afirma que "o fenômeno associativo é

tributário das condições sociais e políticas, jurídicas e culturais”(tradução nossa) (AGULHON, 1984: VIII). De fato, a proliferação dessas sociedades está diretamente relacionada à efervescência política das Regências, momento propício para a prática associativa.

No Primeiro Reinado houve tímido empreendimento nesse sentido. Entre 1823 e 1825, funcionou em Ouro Preto uma Sociedade Literária. As referências a esta associação são poucas, mas o suficiente para percebermos que a “Illustração Pública” figurava como um dos objetivos latentes. Para contribuir na difusão das *Luzes*, a Sociedade Literária dedicava-se à formação de uma biblioteca interna. Para tanto, contava com o auxílio pecuniário de seus sócios, como o proprietário da Officina Patrícia de Barbosa e Cia. Explica-nos Manuel José Barbosa que, da renda de sua tipografia, aplicava “parte do total para a manutenção da Sociedade Literária desta Capital, e que se tem empregado na acquisição de Papeis, e de Livros” (ABELHA do Itaculumy. Ouro Preto. 08 nov. 1824.). Além disso, a formação desta biblioteca também poderia contar com doações, como sugere a *Abelha do Itaculumy*. Conta-nos o periódico que “a obra de Vertot em quatro volumes em Brochura” sobre as “Revoluções Romanas” foi oferecida à “Sociedade Literária do Ouro Preto” por “hum Amador da Literatura”. Cabe lembrar que o “esclarecimento” da sociedade passava, sobretudo, pelo cultivo das belas letras, como a obra do Abade Vertot que

tomava a história como “uma escola de moral, um tribunal soberano, um teatro para os bons príncipes, um cadafalso para os maus” (VILLALTA, 1999: p. 40.). Enfim, no alvorecer do Império, os súditos ainda atentavam para velhas lições.

As sociedades políticas e literárias também poderiam abrigar bibliotecas, como a que deu origem à Biblioteca Pública de Ouro Preto, que contava com a ajuda da Sociedade Promotora da Instrução Pública, especialmente instituída para tal finalidade. Naquela Biblioteca da capital, podia-se “ler, até certas horas, além dos livros que nella existem, os Periódicos desta Província, com mui poucas excepções, a maior parte dos do Rio de Janeiro, e alguns das Outras Províncias” (UNIVERSAL, 28 mar. 1831.). As folhas públicas desta e de outras províncias eram adquiridas pela Sociedade Promotora da Instrução Pública, que promovia sua leitura em recintos diversos:

> Se o Correio chegar a tempo, haverá leitura dos Periódicos da Sociedade Promotora de Instrucção Pública em uma das Sallas do Palácio do Governo que S. Ex. se dignou prestar para esse fim, e são convidados todos os cidadãos que ali quiserem concorrer para a leitura (UNIVERSAL, 18 abr. 1831).

Outras sociedades possuíam bibliotecas privadas, como a Sociedade Patriótica Mariannense que realizava suas reuniões na “Salla da Biblioteca”. Sua coleção era

incrementada por doações, como a que fizera o Marquês de Queluz, em setembro de 1832. Conforme correspondência da referida sociedade, o Marquês enviou um ofício "acompanhado de huma relação de livros, por elle offerecidos a esta sociedade para ornato de sua Biblioteca" (APM/PP[1] 7 Cx. 01 doc. 19).

Em São João del-Rei, Baptista Caetano de Almeida ofertou uma "pequena Livraria", que contava com cerca de oitocentos volumes, para a formação inicial de uma Biblioteca Pública. Além disso, para facilitar a aquisição de livros, Almeida requeria a isenção das taxas cobradas nos Registros para todas as obras destinadas ao empreendimento, o que viria a contribuir "sobre maneira para o progresso das luzes na Província" (RAPM, 1904: 654). Mesmo não conseguindo a isenção, a "Livraria Pública de São João del-Rei" foi oficialmente inaugurada em 19 de agosto de 1827. Para manutenção do estabelecimento, foi organizada uma subscrição no valor de 5$000réis. anuais, os quais seriam pagos por sócios subscritores. No entanto, poucos se animaram a continuar no empreendimento, levando Baptista Caetano de Almeida a prosseguir solitário a sua tarefa civilizadora.

Além da "Livraria Pública", algumas pessoas do círculo íntimo de Baptista Caetano de Almeida intentaram formar uma Sociedade Phylopolytechnica. A proposta de Estatutos foi enviada à Corte e submetida à apreciação do Visconde de

Cayru. Por meio dos “Projectos d’Estatuto” desta associação, percebemos uma idéia de difusão do pensamento ilustrado e de formação de um espaço público. Além da discussão científica, a sociedade ofereceria um espaço para a leitura de livros e periódicos. Esta prática era regularizada em seu interior. Para a leitura de obras em “língua vulgar”, os estatutos enfatizavam que

> por mais plausível que seja o motivo, nunca ele autoriza a romper o profundo silêncio, e continuidade na leitura, de sorte que nem consulta geográfica, ou filológica, nem qualquer dúvida, que sobrevenha, será resolvida se não por leitura, e nunca verbalmente (RAPM, 1899: 815-842.).

Em contrapartida, os periódicos estrangeiros poderiam “ser lidos a muitos por um interprete, q’ queira a isso prestar-se; mas em lugar separado”, para não distrair “os que não estão dispostos a atender, e se ocupam n’outras leituras” (RAPM, 1899: 815-842.). Desse modo, pensava-se em ofertar um lugar para uma leitura ordenada, submetida a certas normas e procedimentos. De fato, a leitura encontra-se sujeita a tipologias que remetem a práticas de poder definidas, que tem por objetivo sujeitar o leitor a maneiras determinadas de ler e interpretar o conteúdo escrito. Essa “informação” do leitor, no sentido de “dar forma” a uma prática social (CERTEAU, 1998: 260.), é verificável no interior desses espaços de sociabilidade. Ademais, uma leitura ordenada

remete-se a um procedimento de modelação do corpo e do saber.

Contudo, os projetos daquela Sociedade Phylopolytechnica não foram aprovados pelo visconde de Cayru, que alegara ser ela uma associação que poderia implicar “com a Religião e Política”, além de ser “tão remota da Corte, e sem Inspecção de Authoridade” (RAPM, 1899: 839.), ou seja, distante da vigilância dos olhos do governo. Assim, aquelas idéias permaneceram no papel. Não sabemos em que medida estas práticas se efetivaram, mas acreditamos que eram partilhadas por um grupo distinto, que tomara para si o papel de “esclarecer” a sociedade sanjoanense.

A leitura coletiva também ocorria em lugares menos ordenados, como é o caso das tabernas. Nelas ocorriam contendas vivas, como a relatada em 1851 por Hermann Burmeister. Relata o viajante que, na hospedaria em que pousava, “cerca de uma dúzia de jovens vinha fazer suas refeições. Ao que [lhe] pareceu, tratava-se de advogados e comerciantes, e suas palestras giravam sempre em torno das discussões na Câmara do Rio de Janeiro, ou das opiniões dos jornais locais a respeito” (BURMEISTER, 1956: 203.). As lojas e tabernas recebiam a concorrência de todo tipo de gente que, em meio às “fazendas secas” e toda sorte de “molhados”, participavam dos debates cotidianos. Nessa atmosfera, política, economia e maledicência permeavam as

conversas. Em vista disso, não devemos subestimar a importância desses estabelecimentos na vida social, pois suas "conversas" determinavam a sorte de várias pessoas e, até mesmo, de famílias inteiras. O Comendador João Antônio da Silva Mourão, na retidão de seu testamento, ordenava a seus filhos

> compulsando a maneira insolita e brutal com q. foi tratada nossa familia, não só em folhas pública como em palestras, nas lojas e tabernas, isto pela familia Mafras, nunca se unão em laço conjugal com parentes delles ate o 4º gráo, por assim como os filhos herdão dos seos Pais, seos Costumes, nome, e haveres, também devem sucessider-lhes (sic) em ofensas tão atroses e constante injustiça como estas (grifo nosso).[3]

Com efeito, discórdias familiares poderiam ser geradas e cultivadas no ambiente promíscuo das vendas. Também rivalidades políticas eram fomentadas por meio das "palestras" nesses ambientes que, de acordo com Villalta, "por permitirem a afluência indiscriminada de pessoas, fregueses ou alunos [no caso das aulas régias], não garantindo a privacidade, vinculavam-se ao [espaço] público" (VILLALTA, 1997: 382.). De fato, nas vendas, tabernas e boticas permitia-

[3] Museu Regional de São João del-Rei. Testamentos e inventários *post-mortem*. Testamento do Comendador João Antônio da Silva Mourão, f. 2. São João del-Rei, 26 jun. 1865.

se o trânsito de praticamente qualquer indivíduo, independentemente de etnia, idade, gênero e condição social.

Nas Regências, práticas de comunicação manuscritas, como os pasquins e a folha volante, aliaram-se à novidade da palavra impressa, como acenam as notícias publicadas em *O Universal* de 24 de fevereiro de 1826, que agitaram o arraial do Tijuco. Conforme relato do Intendente dos Diamantes, Caetano Pinto Ferraz, o Tenente Coronel Manoel Vieira Couto mandou publicar naquele periódico "huma calumniadora, e inepta diatribe", desacreditando-o com adjetivos como vingativo, intrigante, orgulhoso e chicaneiro (UNIVERSAL, 24 fev. 1826). A correspondência, que fora assinada "Por hum Tejucano", ocasionou um processo de proliferação da palavra escrita em diversos formatos. Conta-nos Ferraz que "logo que chegou a dita folha, publicarão-se pasquins, e proclamações de noute pelas esquinas". Algum tempo depois, desconhecidos mandaram "imprimir huma Proclamação assignada debaixo do nome do Amigo da Ordem" (RAPM, 1898: 111-119.).

Porém, o segredo do pseudônimo foi revelado. O Inspetor de Milícia dera um jantar em sua casa e, em dado momento da festa, o Capitão Bernardo da Silva Brandão "fizera uma saude dirigida para o Pe. Joaquim Gomes de Carvalho (íntimo amigo do ditto Tenente Coronel, e liberal como elle) concebida nas palavras – Viva o Amigo da Ordem – que este mais circunspecto olhara para o vigario e não

respondera". A este tempo, um certo padre Bernardino "andara pelas Lojas, lendo os folhetos, a ver se indispunha a população". Após alguns dias, "nas portas do Quartel Militar apparecião os mesmo pasquins com toda a impunidade" (RAPM, 1898: 111-119.).

Do impresso ao manuscrito e retornando ao primeiro, as proclamações e notícias contra Caetano Pinto Ferraz percorreram um tortuoso caminho. Isso aponta para a circularidade da notícia na sociedade mineira do alvorecer do Império, onde o que estava em jogo era certa "opinião pública" a respeito da autoridade no arraial. Mais do que isso. Notamos que o impresso não excluiu o manuscrito. Ao contrário, agiram juntos na transmissão de "insultos ocultos" contra o Intendente dos Diamantes. Insultos estes que tiveram como característica o anonimato. Ocultado por detrás de um pseudônimo, o "Amigo da Ordem", possivelmente o padre Joaquim Gomes de Carvalho, liberou a virulência de sua linguagem. Sob a sombra do anonimato, pretendia-se fazer com que o Intendente ficasse como naquela velha anedota: "quem quer pegar em sombras depois de apagar a luz, faz-se de cego, da bordoadas no ar, e por fim leva assobios dos rapazes" (RECOPILADOR Mineiro, 27 ago. 1836.).

Este fluxo de informação no arraial do Tijuco iniciou-se com a leitura do periódico, alastrou-se para as lojas e esquinas, adentrou nas residências e ganhou nova forma nas tipografias, retornando ao leitor inicial. Entretanto, este trajeto

da notícia, como salienta Robert Darnton, “não se trata simplesmente de uma relação de causa e efeito” (1998: 206), mas de um reforço mútuo de manuscritos, impressos e boatos na formação de um ambiente político dinâmico. A sociedade mineira partilhava esse dinamismo, e o local por excelência para essa movimentação foi a praça pública. No tempo das Regências, grande quantidade de pessoas circulava pelas praças e ruas. Para aqueles que conviviam com a pobreza e a negação de sua humanidade, isto é, os indivíduos livres e pobres, a praça pública representava o único local que lhes era permitida a frequentação.

Na praça pública, os impressos e mais papéis escritos eram divulgados coletivamente em voz alta. Nesse procedimento, o discurso rompia as barreiras do papel, efetivando-se como elemento ativo no processo político. A própria linguagem dos discursos levava em consideração esse público leitor/ouvinte, aproximando parte dos jornalistas a esse público “iletrado”, o que implicou a tomada da oralidade, recorrente no uso de uma linguagem forte e virulenta. Por meio dessa leitura e da oralidade dos discursos, processou-se a inserção da parcela “iletrada” da população na arena política, permitindo-lhe atuar, mesmo que de forma limitada, na definição dos rumos políticos da nação.

A prática da afixação de cartazes, panfletos e proclamações em lugares públicos era corrente nas vilas e arraiais mineiros. Este procedimento fazia parte do debate

político, tornando-se, mesmo, um elemento fundamental em conflitos armados, como relata José Maria Pinto Peixoto, Chefe das Forças Provinciais por ocasião da “Revolta do Ano da Fumaça”. Na manhã do dia 23 de abril de 1833, Peixoto despachou “um próprio [soldado] para Oiro Preto levando 60 proclamações para as metter por baixo das portas isto com as devidas cautelas, elles passam por Itaverava levando uma besta de farinha, e ellas dentro deste” (APM/PP $^{1}{}_{37}$ Cx. 01, doc. 35 de 23 abr. 1833). Na mesma data, Peixoto enviou para o Juiz de Paz da Capital, Francisco Xavier de Moura Leitão, alguns impressos e um ofício em que determinava “os mandar affixar nos Aquartelamentos e lugares publicos desta Cidade”. Moura Leitão, às “4 horas da noite” do dia 25, enviou resposta afirmando que

> Quando me propuz a execução da Ordem, emediatamente alguns do Povo, e Tropa me arrebatarão as Proclamaçõens e as desfizerão, dizendo-me, que em tudo me tinhão obedecido e pertendião obedecer, quanto à Paz; socego e tranquilidade, mas que lhe perdoace, que não querião saber de Proclamaçõens, que tendessem à admissão do Exmo Manoel Ignacio, e Vasconcelos. (APM/PP $^{1}{}_{37}$ Cx. 01 doc. 38, 25 abr. 1833.)

Valia tudo para divulgar o impresso, até mesmo escondê-los em sacos de farinha. Além disso, a escuridão da noite auxiliava a espalhar as folhas, como ocorreu em

Pitangui, quando “amanheceo em varios lugares desta vila papeis escritos, mesmo insultantes tendentes a morte de Manoel Cordeiro, atacando os Senhores Juizes” (APM/FJBP [3] Cx. 03 doc. 27, de 19 nov. 1832). Também em São João del-Rei, quando na manhã do dia 29 de março de 1831, apareceu um impresso considerado “verdadeiro alarme (...) contra os moradores desta vila”( APM/PP [1] $_{33}$ Cx. 270, doc. 53 de 31 mar. 1831). No entanto, nem sempre as proclamações alcançavam seus objetivos, e a população poderia enfastiar-se com os discursos e personagens, como indicou o Juiz de Paz Francisco Xavier de Moura Leitão.

A prática da leitura “enérgica” das proclamações procurava impor um sentido para os vivas à religião, ao imperador e à Constituição, legitimando posturas políticas. Estes tipos de impressos eram pródigos nesse tipo de retórica persuasiva. Em carta ao Presidente da Província, José Maria Pinto Peixoto relata o efeito destas leituras em seus pedestres. Na correspondência de 1º de maio de 1833, Peixoto conta: “V. Excia. não faz idéia do descontentamento que causou a tal Proclamação de Manoel Soares Leitão” (APM/PP [1] $_{37}$ Cx. 02, doc. 01 de 01 MAIO 1833.). O efeito desanimador da “tal Proclamação” foi tamanho que o “Chefe das Forças” teve dificuldades em contradizê-la e, conseqüentemente, reanimar seu exército. Num outro sentido é a carta de 4 de maio, em que afirma o “efeito terrível” que as proclamações da Regência teriam produzido sobre a tropa se

ele, o Chefe, não as tivesse censurado. O conteúdo desses documentos referia-se à mudança de Presidente da Província, o que seria, para o militar, prejudicial aos interesses legalistas (APM/PP [1] $_{37}$ Cx. 02, doc. 01 de 04 MAIO 1833.).

A leitura do impresso era carregada de energia e as apropriações, por parte dos leitores e ouvintes, poderiam ser infinitas. No dia 29 de setembro de 1831, Adolivo Julião Alexandre Cardozo leu "uma folha do *Astro* nº 594" no arraial de São Joaquim. Adolivo Cardozo compreendeu que o jornal afirmava a volta do ex-imperador, D. Pedro I, ao trono do Brasil. Conforme o relato do Juiz de Paz, que estava presente no momento da leitura do referido *Astro de Minas*, o pronunciamento de Adolivo "influiu isto por uma tal maneira que ainda demais alguns cinco acreditaram, foi tal o excesso que me obrigou a ir a casa daquele dito Cardozo para conter a ordem" (RAPM, 1913: 181-182.). Adolivo reconstruiu o discurso do jornal à sua maneira, levando parte dos ouvintes a agirem conforme o tom por ele empregado.

O exemplo ocorrido no arraial de São Joaquim nos aponta para uma apreensão do impresso de maneira distinta. Conforme Roger Chartier, "a leitura não é somente uma operação abstrata de intelecção; ela é engajamento do corpo, inscrição num espaço, relação consigo e com os outros" (1999: 16). Por intermédio de sua relação com o público ouvinte, Adolivo Julião conseguiu convencer os demais de sua interpretação do jornal, promovendo um "tal excesso" que

agitou o pequeno arraial. Devemos nos lembrar que a leitura não é a mesma de sempre. Quando as personagens das Regências encarnaram o periódico como local de debates, elas pressupuseram esse engajamento do leitor. Era uma prática da leitura diferenciada que promovia a interação entre os debatedores e permitia, assim, construir um espaço verdadeiramente comum.

Em abril de 1834, achava-se na cadeia de Ouro Preto, remetido do distrito de Meia Pataca (atual Cataguases), o escravo João Clemente. Conforme o anúncio publicado em *O Universal*, João Clemente, que se dizia oficial de carpinteiro, “sabia ler, escrever” (UNIVERSAL, 30 abr. 1834). A historiografia contemporânea tem se debruçado sobre vários aspectos do escravismo, trazendo a tona personagens que souberam se mobilizar nas sociedades em que viveram, desenvolvendo habilidades como a escrita (MORAIS, 2007.). Tal é o caso do escravo encontrado em Meia Pataca. Mas o que isso representa? Hipoteticamente, o escravo poderia receber uma quantia razoável pela jornada de trabalho como carpinteiro, o que lhe conferia a possibilidade de adquirir um periódico ao preço de 80 réis. Mesmo que não comprasse a folha, João Clemente poderia lê-la na oficina em que trabalhava ou nas “esquinas”, como fizeram outros sujeitos. Portanto, acreditamos que diversas pessoas tornaram-se potenciais leitores, contribuindo para alargar o uso do impresso na sociedade mineira daquela época.

Como vimos, a leitura está sujeita às transformações, lentas e graduais, da própria sociedade. Procedimentos antigos de decifração e divulgação do escrito, forjados no tempo da Colônia, conviviam com a novidade da imprensa periódica no Império. Dessa forma, uma prática coletiva e oralizada da leitura aliou-se à liberação da linguagem, produzindo novos sentidos para o objeto escrito. Essa prática potencializou-se com a leitura na praça pública, onde diversas pessoas poderiam ler ou ouvir a leitura de algum discurso. Sujeitos de camadas menos favorecidas, como o citado João Clemente, também poderiam realizar a prática da leitura e, mesmo que não conseguissem ler, puderam ouvir e, ao menos, ver o objeto escrito, extraindo-lhe significados e construindo uma nova visão de mundo.

## DOCUMENTAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (APM):

APM/FJBP $^{3}$ Cx. 03 doc. 27 Correspondência de Francisco Antonio Roiz ao Capitão Joaquim Antonio de Oliveira Campos. Pitangui (19 NOV. 1832).

APM/PP $^{1}{}_{33}$ Cx. 270 doc. 53 Correspondência do Juiz de Paz Martiniano Severo de Barro à Presidência da Província. São João del-Rei (31 MAR. 1831).

APM/PP $^{1}{}_{37}$ Cx. 01 doc. 35 (23 ABR. 1833), doc. 38 (25 ABR. 1833).

APM/PP $^{1}{}_{37}$ Cx. 02 doc. (01 MAIO 1833), doc. 01 (04 MAIO 1833).

APM/PP$^{1}{}_{7}$ Cx. 01 doc. 19. Correspondência da Sociedade Patriótica Mariannense à Presidência da Província. Mariana, 12 SET.1832.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Márcia (org.). **Leitura, história e história da leitura**. São Paulo: Fapesp; Campinas: Mercado de Letras/Associação de Leitura do Brasil, 2000.

_____. **Caminhos dos Livros**. Campinas: Mercado de Letras/ ALB; São Paulo: Fapesp, 2003.

AGULHON, Maurice. **Pénitents et Franc-Maçons de l'ancienne Provence**: Essai sur la sociabilité méridionale. Paris: Fayard, 1984.

BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo: Livraria Martins, 1952.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**: 1. artes de fazer. 3. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução

de Mary Del Priore. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

DARNTON, Robert. **O Beijo de Lamourette**: Mídia, Cultura e Revolução. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Os Best-sellers proibidos da França pré-revolucionária**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

**Folhinha d'Algibeira ou Diário Civil e Ecclesiastico do anno bissexto de 1832**. Ouro Preto: Typografia do Universal, 1831.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais**: São João del-Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.

HARPER, Roberto Goodloe. **Reflexoens sobre a questão entre os Estados Unidos e a França**. Londres: s.n., 1798.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções**: Europa 1789-1848. Trad. Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**: a formação do Estado imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: Access, 1999.

MORAIS, Christianni Cardoso. Ler e escrever: habilidades de escravos e forros? (Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850). **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, p. 493-504, 2007.

MOREIRA, Luciano da Silva. Combates tipográficos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Ano XLIV. Belo Horizonte, 2008: Imprensa Oficial, p. 24-41.

_____. O Mentor das Brasileiras: gênero, ficção e política em um periódico da Província de Minas Gerais (1829-1832). In: ABREU, Márcia (org.). **Trajetórias do Romance**: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2008a, p. 45-65.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial, 1820-1840. São Paulo: HUCITEC, 2005.

**Revista do Arquivo Público Mineiro** (RAPM). Ano III. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1898.

**Revista do Arquivo Público Mineiro** (RAPM). Ano IV. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1899.

**Revista do Arquivo Público Mineiro** (RAPM). Ano IX. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1904.

**Revista do Arquivo Público Mineiro** (RAPM). Ano XVIII, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1913.

SILVEIRA, Victor. **Minas Geraes em 1925**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1926.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se lê e o que se fala: língua, instrução e leitura. In: NOVAIS, Fernando (coord.). SOUSA, Laura de Mello e (org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano da vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 331-385.

_____. **Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura**: usos do livro na América Portuguesa. São Paulo: FFLCH/USP, 1999. (Tese, Doutorado em História).

_____. Censura e prosa de ficção: perspectivas distintas de instruir, divertir e edificar? **Anais de História de Além-Mar,** v. VI, Lisboa, 2005, p. 253-296.

# *O Recreador Mineiro* (Ouro Preto: 1845-48): Formas de Representação do Conhecimento Histórico na Construção de uma Identidade Nacional.

*Guilherme de Souza Maciel*

**Resumo:** A consolidação do Estado Nacional brasileiro exigiu a construção de uma identidade para o país. Nesse sentido, a elite letrada imperial mais próxima ao poder central criou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que, por meio das páginas de sua revista, engendrou a idéia de uma nacionalidade brasileira tendo como pano de fundo o discurso histórico. De maneira análoga, mas com perspectivas políticas distintas, o grupo sócio-político ligado à elite de Minas Gerais também procurou forjar uma identidade nacional para o país naquele período, porém através das páginas de um periódico literário intitulado O Recreador Mineiro. A proposta desse trabalho é analisar de que forma esse grupo ligado ao referido periódico apropriou-se de determinados elementos da Ilustração e do Liberalismo europeus no sentido de conferir uma identidade particular para o Brasil e para os brasileiros naquele contexto.

**Palavras-chave:** Imprensa. Identidade nacional. Liberalismo. Iluminismo. O Recreador Mineiro.

***Recreador Mineiro (Ouro Preto: 1845-48): Ways of Representing Historical Knowledge in the Development of a National Identity.***

***Abstract:*** *The consolidation of Brazilian National State required the development of the nations' identity. Thus, the most influent literate imperial elite established the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, which diffused the idea of a Brazilian nationality based on historical reasoning. In a similar way, however with distinct political perspective, the most influent socio-political group associated with Minas Gerais' elite also aimed to create a national identity during that time frame, utilizing the periodic entitled O Recreador Mineiro. The objective of this work is to analyze how the group related to the latter publication incorporated elements associated with the European Illustration and Liberalism, in the sense of developing a particular identify for Brazil and the Brazilians during that context.*

***Keywords:*** *Pres. National identity. Liberalis. Illuminism. O Recreador Mineiro*

O momento posterior à Independência do Brasil foi um período conturbado, onde as camadas populares e os grupos

políticos dirigentes das mais variadas tendências fomentaram a busca de efetiva participação política e de meios para o seu exercício.[1] O controle político durante o primeiro reinado ficou a cargo dos conservadores, representado pelo denominado "grupo português", que apoiou e foi apoiado por D. Pedro I. A massa populacional pobre ficou excluída dos mecanismos de participação política e os representantes do liberalismo fizeram o papel de oposição, lutando contra os abusos de poder do Imperador e de seus correligionários. No entanto, o medo da desagregação territorial e do caos social fez com que os grupos dirigentes desenvolvessem mecanismos de controle sobre a população pobre, excluindo-a do jogo político através da manutenção da ordem econômica e social vigente, baseada na concessão de privilégios aos donos de terras e de escravos.

Os aliados de D. Pedro I, preocupados com a difícil aceitação de seu governo junto ao povo, procuraram construir a idéia de que existia uma nação brasileira propriamente dita, vinculando a imagem do Imperador ao Estado e a Monarquia Constitucional como o único sistema capaz de assegurar a ordem política e social do país. Contudo, as inclinações absolutistas de D. Pedro I e o seu vínculo constante com Portugal suscitaram ainda mais a hostilidade da população,

---

[1] RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção**: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Campinas: UNICAMP, 1997. v.2 Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. p.9.

somada a um forte envolvimento político da oposição em relação ao seu governo, tendo como desfecho a sua abdicação, em 1831.

Na medida em que a coesão política se apresentava fragilizada, pode-se dizer que o sentimento de nacionalidade também o era, sobretudo durante as regências. Entre 1831 e 1840 ocorreram desdobramentos políticos que variaram, de uma inicial e significativa ascensão liberal para uma contra-reação conservadora. Em decorrência do intrincado jogo de interesses entre o grupo liberal e o grupo conservador, além dos riscos de desagregação territorial causados pelas chamadas rebeliões regenciais, a maioridade de D. Pedro II foi antecipada, num gesto de reafirmação do regime monárquico constitucional como a forma de governo capaz de restabelecer a ordem e assegurar a preservação da unidade nacional.

Com a maioridade de D. Pedro II em 1840, a elite política imperial novamente procurou delinear um perfil para a nação brasileira buscando integrar e legitimar a ordem política, social e econômica instaurada[2] e o Instituto Histórico

---

[2] A partir do chamado "Golpe da Maioridade" (1840) seguiu-se uma série de reformas constitucionais, todas de caráter conservador, determinantes para a regulação do jogo político do país por quase todo o Segundo Reinado. Os segmentos da sociedade que conseguiram fazer valer o direito de participar da política foram, majoritariamente, os grandes comerciantes e os latifundiários, os quais arregimentaram-se em torno dos partidos Liberal e Conservador, que se tornaram as únicas vias institucionais capazes de defender seus interesses. In: PAIM, Antônio. **História do Liberalismo Brasileiro**. São Paulo: Mandarim, 1998. p.73-74.

e Geográfico Brasileiro foi um elemento de suma importância nesse sentido.[3] Seu projeto era trazer à tona o caráter da nação brasileira através de uma concepção de história atrelada aos valores ilustrados, representada nas páginas de sua revista numa perspectiva linear e progressista. Articulando passado, presente e futuro, seu objetivo expresso era esclarecer e orientar aqueles que ocupavam um lugar privilegiado na sociedade através da veiculação de um saber particular sobre a história e a geografia do Brasil.[4]

Para o IHGB a gênese da nação brasileira inseriu-se na corrente da civilização e do progresso, na qual o Brasil foi "concebido" como o desdobramento natural de uma civilização branca e européia nos trópicos, ou seja, como a continuidade da obra iniciada pelos portugueses.[5] Essa ênfase sobre o nacionalismo, tomado como um processo sem rupturas com o passado colonial português, está, sem dúvida, associada às relações travadas entre o Estado e os membros do IHGB, muitos deles pertencentes ao partido conservador.[6]

---

[3] Doravante o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro será representado pela sigla IHGB.

[4] GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos, **Estudos Históricos**. n.1, 1988. p.7.

[5] *Idem. Ibidem*.

[6] Analisando a lista dos 27 fundadores do IHGB, têm-se uma amostra do perfil intelectual daquela instituição. Muitos de seus sócios foram educados dentro da tradição jurídica de Coimbra e exerceram funções burocráticas no Estado Imperial Brasileiro, como na magistratura ou no âmbito militar. Parte dos fundadores era nascida em Portugal e sua vinda para o Brasil estaria motivada pelas transformações ocorridas na Europa a partir das invasões napoleônicas na Península Ibérica. GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e civilização nos trópicos. In: *Op. cit*. p. 9-10.

É inegável a existência de uma relação estreita entre a produção historiográfica promovida pelo IHGB e governo do Estado brasileiro: uma história fortemente carregada de sentido político e legitimadora do presente.[7]

Também nesse contexto, o grupo liberal mineiro, através das páginas do periódico literário ouropretano *O Recreador Mineiro*, procurou pensar e representar a história procurando conferir um sentido de nacionalidade para o Brasil e para os brasileiros.[8]

Nesse periódico a literatura e a história são anunciadas como elementos específicos de sua abordagem, porém sem perder de vista o viés ideológico de seu grupo sócio-político.

---

[7] *Idem. Ibidem*. p.10.

[8] A circulação de *O Recreador Mineiro* teve seu início no dia 1º de janeiro de 1845, em Ouro Preto, na Rua do Jiló (atual Rua Paraná) número 9, onde se encontrava a *Tipografia Imparcial de Bernardo Xavier Pinto de Souza*. Sua circulação era quinzenal e, ao todo, foram publicados 84 números. Continha cerca de 16 páginas em cada edição, no formato *in-quarto* e dimensões 14x20 cm. O conjunto de 12 edições formava um tomo, sendo sete tomos ao todo, com numeração contínua. Era vendido sob assinatura anual ou semestral, custando, respectivamente, 6 e 3 mil réis. O preço dos números avulsos variava entre 400 réis e 1200 réis, quando incluía estampas. Eram publicadas, periodicamente, as listas dos assinantes do *Recreador Mineiro*. A partir da análise dessas listas, pode-se delinear um perfil geral desses assinantes. Trata-se de pessoas de elevado prestígio social, sendo grande parte deles integrantes da elite política e intelectual da província de Minas Gerais, liberais ou advindos de famílias tradicionalmente liberais. Dentre eles estavam presidentes e ex-presidentes de províncias considerados como tais, deputados, senadores, oficiais de alta patente, signatários da lista de Independência, muitos participantes da Revolução Liberal de 1842, incluindo aí alguns de seus principais membros, além de desembargadores, médicos, advogados, padres e vigários. Os trabalhos mais úteis para essa identificação foram: HORTA, Cid Rebelo. Famílias Governamentais de Minas Gerais. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 2,1956. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1956. VEIGA, José Pedro Xavier da. **Efemérides Mineiras**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais da Fundação João Pinheiro, 1998.

No *Recreador*, as dimensões política e literária não foram tratadas como categorias excludentes, pelo contrário, foram valorizadas e, numa perspectiva liberal e ilustrada, trouxeram à tona o desejo de se estender ao máximo os benefícios da instrução junto ao público, condição considerada pelos redatores como fundamental para que a autonomia intelectual e a liberdade de consciência pudessem ser adquiridas pela população. Contudo, não se pode desconsiderar algumas especificidades relativas às intenções dos redatores em relação a esse público. De acordo com os redatores, o *Recreador* foi criado com o objetivo de estender a todos os grupos da sociedade as luzes do saber através da difusão do conhecimento. A universalidade da cultura, a função pedagógica da literatura e da história como meios divulgadores da ciência e da técnica, a transmissão de idéias direcionadas à construção de uma nacionalidade e de um posicionamento crítico perante a sociedade são valores defendidos pelos redatores e podem ser percebidos em vários artigos publicados naquele periódico.

Procurando atingir seus objetivos, os redatores propuseram diferenciar os textos de acordo com as diferentes categorias de leitores por eles identificados. Na matéria *Contextura de um Periódico Popular*[9], os leitores foram divididos em três grupos, de acordo com o grau de instrução:

---

[9] **O Recreador Mineiro**. Tomo I. nº.1, 01/01/1845. p.7

> 1º - A dos que procuram unicamente as luzes da instrução considerada em si só; esta classe é pouco numerosa. 2º - A dos que amam a instrução recreando-se; esta classe é mais numerosa. 3º - A dos que buscam na leitura o tédio, que os domina, e que só se agradam de matérias frívolas, esta classe é com efeito de mórbida compleição e de difícil restabelecimento.[10]

Insiste-se na recuperação dessa última categoria de leitores: "Contudo ela não é digna de desamparo; e talvez, que adquirindo o hábito da leitura, possa ganhar o amor dos conhecimentos sólidos, permutando o sólido pelo superficial."[11]

Os redatores declaram que é impossível atingir as metas por eles estabelecidas se alguma dessas classes for desconsiderada. A conclusão revela o compromisso de abarcar as três categorias de leitores, pois: "(...) todo periódico consagrado à pública instrução sentirá a perda de seus esforços se, por ventura, abandona a graduada escala de inteligência que percorre somente a linha de um nível privativo."[12]

Portanto, a efetivação dessa tarefa seria completa não somente através de textos literários ou científicos, mas a partir de uma gama variada de textos, que deveriam veicular todo

---

[10] *Ibidem*. Tomo I. nº.1, 01/01/1845. p.7
[11] *Ibidem*. Tomo I. nº.1, 01/01/1845. p.7
[12] *Ibidem*. Tomo I. nº.1, 01/01/1845. p.7.

tipo de informação: "(...) *O Recreador Mineiro* convence-se da necessidade de seus passos, não só pelo domínio da literatura, como também pelas regiões do jocoseiro e da hilaridade."[13]

Decerto, os redatores tinham consciência de que os conteúdos e valores presentes nos textos não eram absorvidos de forma homogênea por todos os leitores, pois tinham a convicção de que o ato de ler é autônomo e que os textos permitem variadas apropriações. Pode-se, então, pensar nesse periódico como um espaço que se reconhecia aberto a múltiplas leituras e apropriações, como se lê no trecho a seguir: "Os RR. [redatores] acreditam com fé explicita que uma parte dos leitores lê na letra do escritor; a outra lê no seu espírito."[14]

O que se observa nessa passagem é uma relativização do ato de ler, ao considerar-se que os leitores podem tanto absorver o significado intrínseco dos textos de forma "eficaz", como se a leitura desencadeasse um efeito automático produzido pela própria estratégia de escrita específica da obra, assim como incitar uma prática criativa não redutível às intenções dos autores e dos textos.

De fato, os redatores determinam a possibilidade de uma leitura livre desses textos, porém, o que se realizou ao longo das edições daquele periódico foi, na verdade, um

---

[13] *Ibidem*. Tomo I. nº.1, 01/01/1845. p.7.
[14] *Ibidem*. Tomo VII. nº. 84, 15/06/1848. p.1157.

conjunto de estratégias para produzir uma leitura ortodoxa e autorizada do texto. Portanto, não se desconsiderou a liberdade dos leitores, mas procurou-se incutir os valores do grupo social em questão através dos textos, o que não deixou de ser um ato doutrinador.

Coube ao grupo liberal mineiro, derrotado na Revolução Liberal de 1842, comungar de algumas idéias particulares ao grupo conservador – o qual depositou nas mãos do Imperador o monopólio político – para não se ver completamente alijado do jogo político imperial. Assim, a idéia de nação que os liberais mineiros procuraram transmitir apresentava, ao mesmo tempo, uma identificação muito grande com o Imperador, a Monarquia e suas instituições, numa demonstração de aceitação e de fidelidade a essa instituição. Porém, não deixavam de expressar seu ponto de vista afinado com a perspectiva liberal e, de certa forma, crítico em relação ao sistema com o qual compactuavam.

Em relação a alguns aspectos da ilustração adotadas no *Recreador*, pode-se apontar a importância dada à difusão de conhecimentos à população para que ela possa, de posse do uso da razão, se posicionar criticamente perante a sociedade. Para tanto, a organização do periódico em questão aproxima-se daquela estabelecida por D'Alembert na *Enciclopédia*. No discurso preliminar dessa obra, D'Alembert determina o conhecimento como um atributo dos sentidos e que seu grande orientador é a razão, a qual combina as

informações dos sentidos trabalhando com as faculdades irmãs: memória e imaginação.[15] O *Recreador* também foi dividido de acordo com esse princípio, em três seções que orientaram todo o seu percurso: Memória/História, Razão/Filosofia e Imaginação/Poesia.

A questão do ensino, sua importância e suas demandas são apresentadas em destaque em artigos como *Instrução Popular*.[16] Nesse texto, defende-se a difusão do conhecimento e da educação, tomando tais elementos como bens inalienáveis à sociedade: "Uma explicação muito simples basta para demonstrar a necessidade e a utilidade da instrução popular, e para combater vitoriosamente, e reduzir ao silêncio os amigos e defensores da ignorância do povo."[17] O texto segue, indicando o valor do homem como um ser moral e, por isso, dotado de inteligência, afirmando também que seus deveres nascem e morrem junto com sua inteligência. A razão é colocada como instrumento de auto-controle; diz-se que se o homem a perder, seus deveres cessam ou ficam suspensos e só são recobrados quando recuperados o juízo e a inteligência. Ademais: "Para que o homem, porém, conheça e possa cumprir seus deveres, requer-se um certo grau de cultura em suas faculdades."[18]

---

[15] DARNTON, Robert. **O Iluminismo como negócio**: história da publicação da "Enciclopédia", 1755-1880. Tradução de Laura Teixeira Motta, Márcia Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.18.
[16] **O Recreador Mineiro**. Tomo I. nº. 2, 15/01/1845. p.17.
[17] *Ibidem*. Tomo I. nº. 2, 15/01/1845. p.17.
[18] *Ibidem*. Tomo I. nº. 2, 15/01/1845. p.17

Sem isso, não se pode considerar o homem capaz de cumprir seus deveres, educar seus filhos, dar conselhos à sua família nem prestar bons serviços à sociedade. Os redatores afirmam que comete um erro, ou melhor, um crime, aquele que se opõe a essa lida, reafirmando a importância da educação como fator de melhoria social, e que o melhor caminho para a sociedade é justamente: "(...) trabalhar incessantemente na instrução de todos os homens, sem exceção alguma, derramar a luz dos conhecimentos úteis, de maneira que a sua benéfica influência chegue a todas as classes da sociedade."[19]

Esse texto é riquíssimo, pois contém alguns princípios mais à ilustração, além de considerar a difusão do saber a todas as camadas da sociedade como um instrumento de reivindicação da liberdade. Porém, dentro dessas proposições, existem ressalvas colocadas pelos redatores que devem ser levadas em consideração, cabendo aqui questionar até que ponto essa liberdade advinda da instrução é estimulada e de que tipo ela é. Esse ponto começa a ser definido na passagem:

> Mas não nos enganemos, confundindo a idéias que estas palavras exprimem. Quando desejamos, por exemplo, que os homens destinados para o exercício da lavoura, para as artes fabris, para os vários misteres da sociedade, 'saibam ler', não

[19] *Ibidem*. Tomo I. nº. 2, 15/01/1845. p.17.

> queremos que eles se habilitem para ler muitos livros, para gastar nisto a vida, para virem a ser grandes letrados: não pretendemos encher o mundo de sábios e eruditos. Cumpre ter idéias mais justas da instrução que recebemos, e dos resultados que dela pretendemos obter.[20]

A liberdade proposta está inserida num campo limitado de possibilidades. A instrução promulgada por esse texto serve apenas para estabelecer um instrumental intelectual nos indivíduos instruídos, de forma que cada um possa empregá-la com maior proveito para si e para a sociedade. Portanto, a instrução é encarada como um fator de desenvolvimento moral dentro de limites pré-estabelecidos e que cada indivíduo deve adquiri-lo e empregá-lo apenas dentro do seu lugar na hierarquia social. A intenção dos redatores é fazer com que o gosto pelo conhecimento redunde no seu bom emprego, de acordo com a área de atuação do homem, e que o vício e a ociosidade desapareçam por completo. Os redatores salientavam, que:

> Ultimamente, se alguns destes meninos pobres saírem das escolas com uma grande e bem determinada propensão para os livros e para os estudos, o que, certamente, se não verificará na maior parte, nem por isso a Sociedade perderá. Muitos homens se tem colocado por este modo em

[20] *Ibidem*. Tomo I. nº. 2, 15/01/1845. p.17.

> uma ordem superior à sua primeira condição, e tem feito relevantes serviços às ciências, às artes, aos estados e à humanidade. Quanto mais que há livros cuja leitura é sempre boa e útil, e talvez necessária em qualquer situação ou estado do homem. Os meninos que freqüentam as escolas, aprendendo bem o seu catecismo, dão o primeiro passo para o amor da religião: depois de grandes lerão com gosto as obras elementares e populares que tratam de seu ofícios, artes e misteres. O hábito desta leitura influi pouco a pouco nos costumes, e é hum dos meios de evitar os vícios, que acompanham a ociosidade. Tais são os resultados da primeira instrução.[21]

Portanto, apesar de incentivarem a difusão do ensino para todas as camadas sociais, os redatores não tomam a educação como elemento primordial para acarretar mudanças sociais. Os redatores dizem que a educação, na verdade, não visa a esse fim e esse medo seria vencido a partir do momento em que se realizasse um teste no qual fossem criadas escolas nas mais simples aldeias matriculando juntos os filhos dos patrões e dos empregados. O homem rico, possuidor de uma “generosidade mais ilustrada”, ajudaria a construir futuros homens que:

---

[21] *Ibidem*. Tomo I. nº. 2, 15/01/1845. p.18

> (...) receberão ali princípios religiosos, idéias e máximas morais, regras de bons e virtuosos costumes, todos aprenderão a ler, escrever e contar: todos saberão bem o catecismo, e respeitarão as obrigações religiosas, civis e domésticas: nada os excitará a abandonar, e ainda menos a desprezar o oficio de seus pais; nada concorrerá para alterar essa igualdade, que se deseja conservada: enfim não haverá na aldeia senão uma única diferença, que os seus habitantes serão mais inteligentes, e menos ociosos: que terão mais juízo, e mais probidade: que valerão, conseqüentemente, um pouco mais do que dantes.[22]

Verifica-se, portanto, que a apropriação de certos valores ilustrados pelo grupo sócio-político ligado ao *Recreador Mineiro* sofreu variações consideráveis em relação às suas matrizes européias. Aquele grupo incorporou somente aquilo que lhes interessava e representou tais valores da maneira como lhes convinha. De forma análoga, determinados valores caros ao liberalismo político e ao liberalismo econômico também foram apropriados e representados nas páginas do *Recreador* de forma a legitimar o posicionamento político de seu grupo. Mesmo desgostosos em relação aos rumos tomados pela política brasileira após a

---

[22] Ibidem. Tomo I. nº. 2, 15/01/1845. p.18.

Maioridade, aquele grupo buscou exteriorizar aquilo que apreciava no liberalismo. O ponto de vista dos redatores do *Recreador Mineiro* em relação à questão da propriedade se aproxima da visão liberal clássica, como pode ser observado no artigo *Economia Política Resumida*, publicado logo na primeira edição do periódico:

> 1- O trabalho é uma propriedade.
>
> 2- O proletário vive dos produtos da sua indústria, assim como o proprietário vive das rendas do seu campo.
>
> 3- Um sem o outro é um corpo sem alma.
>
> 4- O proletário e o proprietário são os dois sexos do mundo social.
>
> 5- Sós, nada podem produzir.
>
> 6- A sua união faz a sua virtude.
>
> 7- Privar o proletário do trabalho e do salário, que dele espera, é roubá-lo, assim como se rouba ao proprietário seu trigo, ou sua farinha.
>
> 8- Não há rico nem pobre. Há duas condições passageiras da vida. Um revés faz um pobre; um olhar faz um rico. O casamento ou a morte muda todas as condições. A igualdade nasce da coragem.[23]

Alguns dos princípios liberais estão aqui delineados, como na defesa da propriedade como um bem inalienável e

---

[23] **O Recreador Mineiro**. Tomo I. nº.1, 01/01/1845. p.15.

na afirmação da diferença entre os homens na aquisição de riquezas, concebendo-se tal ordem como necessária e legítima, porque natural. Também divulga-se a idéia de que, através do trabalho, ou dos reveses da vida, o indivíduo pode ascender ou declinar socialmente. Entretanto, o escravo não é mencionado nesse artigo, ou em qualquer outra página do *Recreador*. Quais seriam as possibilidades de um escravo dentro de uma estrutura social defendida acima? Nenhuma, é claro. Para aqueles homens, o escravo era também parte integrante e fundamental de sua propriedade – isso, tanto para liberais quanto para conservadores.[24] Pode-se dizer que, de acordo com o texto supracitado, o proprietário de escravos tem o direito de receber os lucros advindos do seu trabalho porque seriam os frutos de uma propriedade que lhe pertence, e isso era fundamental dentro de um sistema econômico tão dependente desse tipo de mão-de-obra, como era o caso da economia brasileira. No caso específico de Minas Gerais, o fato dessa província ter contado com o maior plantel de escravos durante todo o século XIX[25], a expropriação dos frutos do trabalho escravo era, sem dúvida, imprescindível do ponto de vista econômico.[26]

Deve-se lembrar que todas essas informações eram transmitidas dentro da maior e mais diversificada seção do

---

[24] MATTOS, Ilmar R. **O Tempo Saquarema**. A formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: ACCES, 1994. p.141.
[25] IGLESIAS, Francisco. **Trajetória Política do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.179.
[26] *Idem. Ibidem*. p.168.

*Recreador*: a seção Memória/História. Nela foram divulgados um conjunto enorme de informações e referências estrategicamente alocadas de forma a situar o leitor no conjunto moderno das nações, de fazê-lo perceber o lugar do Brasil na história da humanidade, também de se perceber como membro integrante de uma comunidade civilizada e, portanto, filho de uma nação.

Assim como na revista do IHGB, a visão de história veiculada no *Recreador Mineiro* é de uma história clássica, "mestra da vida". Essa representação dialogou com a visão de história própria do período romântico, a qual deixou de ser puramente descritiva para se tornar interpretativa e formativa. Naquele período, a história passou a constituir-se como o discurso privilegiado para se edificar a civilização. O indivíduo passou a ser visto como o portador de uma identidade, não apenas aquela inerente à sua personalidade, mas do grupo social ao qual fazia parte. É nesse sentido que, no romantismo, a história passou a captar essas individualidades aglutinando-as em grupos, comunidades, nações, civilizações. Dentro desse contexto, começaram a ser formuladas as idéias propulsoras do sentimento de pertencimento e, por conseguinte, dos princípios de nacionalidade.[27]

Pode-se dizer que, tanto o IHGB quanto o *Recreador Mineiro* interiorizaram a visão de história própria do

---

[27] LIMA, Luiz Costa. **O controle do imaginário**. Razão e Imaginação no Ocidente. São Paulo, Brasiliense. 1984. p.119.

romantismo. O IHGB, por meio de sua proposta de pensar a história do Brasil comprometida com a tarefa de conferir uma identidade à nação brasileira a partir de aspectos, já delineados anteriormente. Já o *Recreador*, traz no artigo *O Romance* a chave para se compreender qual era a sua concepção de história:

> Mil vezes o historiador traça a seu jeito os fatos, dá-lhe outra aparência, orna-os de outras molduras; enquanto que o romancista, parecendo entregue todo à imaginação, descreve fielmente os costumes da época, e apresenta em seus quadros as virtudes e os vícios do seu tempo e povo; e deleitando, mais propende à verdade do que a história. A história, com todos os fumos de antiga aristocracia, apenas demora suas vistas soberanas sobre os altos casos, reis, suas vitórias, desastres e política: o romance, menos altivo, democrata moderno, compraz-se com poucas coisas, abraça a multidão, identifica-se com o povo e, modesto segue a índole e caráter nacional.[28]

Esse trecho é fundamental para se compreender sob qual ponto de vista história e literatura foram consideradas pelos redatores: a história é tomada como narrativa dos fatos do passado, atrelada a valores absolutistas e, por isso,

---

[28] **O Recreador Mineiro**. Tomo I. nº.2, 15/01/1845. p.19.

descreve somente aquilo que diz respeito aos “grandes homens” e seus feitos. A história é tida, então, como incompleta, justamente por não cumprir o papel social que lhe cabe que é ensinar através de exemplos. O romance, por sua vez, assemelha-se à história pelo fato de ser também uma narrativa. No entanto, possui uma abrangência temática maior e engloba aspectos que envolvem os mais diversos grupos da sociedade e, por isso, é merecedor de maiores méritos. Assim como a história, o romance passa a pertencer à categoria pragmática de “mestre da vida”:

> (...) o observador que atente com cuidado os romances dos diversos povos e idades tirará muitas vantagens para o conhecimento dos costumes e alcançará o fio que lhe servirá de guia no intrincado labirinto do coração humano. Outra vantagem também vê-se no romance, e é o desenvolvimento progressivo dos conhecimentos seguidos e aumentados na sua história; por isso que cada um romance, sendo o representante das idéias que dominam o país, e trazendo o cunho do século que foi composto, descobrirá destarte qual a marcha que em sua viagem tem feito certas crenças, quais os países em que foram adotadas ou repelidas e quais aqueles enfim em que ficaram naturalizadas.[29]

[29] *Ibidem*. Tomo I. nº.2, 15/01/1845. p.20.

Mas, no artigo supracitado não fica explícito que tipo de romance é levado em consideração. Os romances em questão, reproduzidos sob a forma de folhetins nas páginas do *Recreador* Mineiro são, na verdade, romances que se aproximam daquilo que Sandra Guardini T. Vasconcelos denomina "romance moderno"[30], surgido na Europa no século XVIII.[31] O que diferencia esses romances dos outros estilos literários anteriores, porém semelhantes, é o que essa autora, baseada na tese de Ian Watt[32], denomina como "realismo formal". Segundo ela, realismo formal é:

> (...) uma convenção que não significa que o relato da vida humana apresentado pelo romance seja mais verdadeiro do que aqueles apresentados através das diferentes convenções dos outros gêneros literários. Trata-se, nesse caso, de um conjunto de técnicas narrativas que buscavam produzir um relato autêntico das experiências reais dos indivíduos, de um modo de apresentação que

---

[30] VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. **A formação do romance inglês**: ensaios teóricos. São Paulo: FFLCH-USP, 2000. Tese [Livre-Docência].

[31] Os folhetins publicados no *Recreador Mineiro* são, na sua maioria, de referência estrangeira. Suas páginas relatam as facetas do dia-dia, porém, não revelam o olhar paisagístico, a descrição de tipos exóticos ou lista espécimes da fauna e flora brasileira, tampouco a descrição pitoresca de ambientes e costumes de tempos remotos, sejam eles de qualquer lugar. Nenhum romancista brasileiro assina-os, sequer a autoria é identificada. De modo geral, a referência é francesa ou inglesa, os episódios transcorrem em países diversos.

[32] WATT, Ian. **A ascensão do romance**: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. Texto de 1957.

> se apoiava no repúdio a enredos oriundos da tradição, na busca de uma linguagem mais referencial, e portanto mais próxima do cotidiano, na particularização das personagens e do espaço, na temporalidade, e no princípio da casualidade como motor do enredo.[33]

Portanto, o "realismo formal" não se resume a uma reprodução artística da realidade como imitação da natureza ou busca do "semelhante". A sua tendência é captar o típico, o característico do movimento social; é apreender a totalidade num destino individual e representá-los sob a forma artística. É na homologia entre a forma literária e o processo social que reside a força do argumento de Watt.[34]

Diante desse último indício, Sandra Vasconcelos embasa sua tese, afirmando que não é apenas o realismo formal a peça chave do romance. Segundo ela, além da rejeição aos enredos tradicionais, do individualismo e subjetividade, da coerência e unidade de concepção, da credibilidade e da probabilidade etc., os romances modernos também revelam a presença do surpreendente, do proibido, do bizarro, do inexplicado – elementos tão presentes, por exemplo, nos romances góticos[35] – que também pertencem à

---

[33] VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. *Op. cit*. p.14.
[34] *Idem*. Ibidem.
[35] No século XVIII, o romance gótico está ligado a tudo o que é produzido pela imaginação desordenada, o inacreditável. Além disso, outro aspecto desse tipo de literatura é a "mística" estranha, terrificante e sobrenatural aceita pelo público burguês consumidor de literatura. CARPEAUX, Otto Maria. Prosa e ficção do Romantismo. In: GISNBURG, J. (org.). **O Romantismo**. São Paulo:

ordem da experiência humana.[36] Essa autora questiona, portanto, a caracterização do romance pura e simplesmente a partir do realismo formal, afirmando que o mesmo é insuficiente para dar conta da multiplicidade de caminhos percorridos pelos romancistas do século XVIII. Em sua tese, Vasconcelos não busca caracterizar o romance a partir de elementos como a probabilidade, conduta moral, plausibilidade etc. mas, efetivamente, no espectro inteiro da experiência humana como sua matéria, e associando-o aos aspectos concretos entre a ascensão da burguesia e suas representações a partir da literatura.[37]

No *Recreador Mineiro* muitos dos elementos encontrados em seus folhetins estão vinculados aos valores burgueses, e foi exatamente nesse sentido que durante o século XVIII, diante dos preceitos iluministas, o romance foi apropriado como um instrumento de valor pedagógico, passando a adquirir prestígio social.[38] Dentre as premissas liberais burguesas mais constantes nesses folhetins estão: o casamento e a família, a moral cristã, a negação dos princípios aristocráticos ou do *Ancien Régime*.

---

Ed. Perspectiva, 1978. p.161. No *Recreador Mineiro* existem folhetins que evidenciam aspectos góticos. São eles: *O Padre Laurêncio* (*O Recreador Mineiro*, pp.179/185 e pp. 202/208), *Lúcifer* (*O Recreador Mineiro*, p. 308), *Uma alma do outro mundo* (*O Recreador Mineiro*, p.424), *Terror Pânico* (*O Recreador Mineiro*, p.469), *O noivo defunto* (*O Recreador Mineiro*, p.789 e 809), *O Palácio do Diabo* (*O Recreador Mineiro*, p.833 e 849).

[36] VASCONCELOS, Sandra G. Teixeira. *Op. cit*. p.22.

[37] *Idem. Ibidem*. p.24.

[38] *Idem. Ibidem*. p.10.

Em quase todas as edições do *Recreador Mineiro* existem folhetins que exemplificam muito bem a forma como alguns desses valores são apresentados. Esses textos exprimem como a mulher e os indivíduos de uma maneira geral, devem se comportar, apresentado normas de conduta e de princípios éticos, por meio dos quais os preceitos morais cristãos, de valorização da família – elemento primordial da sociedade burguesa – e de convivência harmônica, são postulados como legítimos, portanto, dignos de serem seguidos.

Aliás, a mulher é um dos personagens mais elementares no *Recreador Mineiro*. Ela transparece, na maioria das vezes, representada exatamente dentro dos moldes de uma nova ordem social advinda com a ascensão da burguesia. Nas palavras de Sandra Vasconcelos: "Na nova ordem burguesa, portanto, passamos a ter uma especialização de funções e uma nova divisão de tarefas: aos homens cabe trabalhar e sustentar a casa e às mulheres, a administração do mundo doméstico".[39] Dessa maneira, a representação das mulheres, a qual se dá nas mais diversas seções daquele periódico, incita à idéia de que a elas cabia apenas o casamento como uma das poucas ocupações legítimas à sua disposição. Tais "romances-folhetins" dão ênfase à exemplificação de mulheres ocupadas com a família, com a criação dos filhos ou, pelo menos, aquilo com que

---

[39] *Idem, Ibidem*. p.93.

deveriam se preocupar, ou seja: o mundo da casa e da família. Já para os homens, o mundo do trabalho, da política e do poder.[40]

São várias as formas como esses valores são disseminados nos folhetins publicados pelo *Recreador*. Colocados numa perspectiva pedagógica, esses "romances" contribuíram para forjar a imagem de uma mulher virtuosa, de cujo decoro dependia toda sua vida e futuro.[41] Dessa maneira, pode-se dizer que aqueles "romances" podem ter tido um papel crucial na construção do gênero no Brasil daquele período, articulando e propagandeando noções de domesticidade, remetendo os leitores à idéia de que às mulheres cabia apenas a esfera privada, de que elas eram seres biologicamente inferiores, socialmente subordinadas e portadoras de qualidades naturais que as tornavam mais afeitas ao mundo da casa, enquanto ratificavam a noção do homem como um ser público.[42] Aliás, de acordo com Antônio Cândido, é a função pedagógica um dos pontos chaves do romance, que se soma à função de divertir e edificar os leitores[43] e essa proposta se confunde com os objetivos do próprio *Recreador Mineiro*.

Esses romances, ou folhetins, também encontram-se na seção Memória/História, seção que abarca a mais variada

---

[40] *Idem, Ibidem*. p.95.
[41] *Idem. Ibidem*. p.96.
[42] *Idem. Ibidem*. p.97.
[43] CÂNDIDO, Antônio. **A educação pela noite & outros ensaios**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003. p.79.

gama de assuntos. Suas subdivisões englobam temas que vão desde a literatura, passando pela agricultura, trigonometria, geografia, indo até as anedotas. “Tudo” é história nas páginas do *Recreador*. Observa-se que a história é tomada como o espaço privilegiado para a irradiação do conhecimento e, “pensar historicamente” é também uma das principais posturas assumidas pelos homens do século XIX.[44] O seu laço cultural com a história se mostra, portanto, mais forte do que com o próprio romance. Ou seja: na concepção dos redatores do periódico, o romance, de fato, consegue captar o típico, revelar as especificidades dos homens em seu cotidiano para ensinar através de exemplos mais próximos da realidade, além de ser uma leitura mais deleitável. Porém, como a consciência histórica é aquela que conduz os homens na modernidade, eles invariavelmente atrelam seu discurso à história.

Já os artigos do Recreador auto-denominados “históricos”, no sentido lato da palavra, fazem o caminho que, num primeiro momento, parece ser o inverso daquilo que coube à história naquele período. Muitos dos relatos históricos tratam de assuntos que narram fatos da vida cotidiana, de camadas populares, dos costumes de outros povos. A escrita aparece nos textos acrescida de um certo tom ficcional de forma a romantizar os eventos. Nessas matérias, os acontecimentos históricos sofrem uma transformação

---

[44] LIMA, Luís Costa. *Op. cit*. p.99.

estilística de forma a aproximá-los das narrativas ficcionais dos romances, reabilitando-as como formas válidas de representação do passado. Verifica-se essa aproximação em artigos como, *Coragem de uma mulher*[45]:

> Um homem do condado de Clare havia metido a justiça sobre a pista de um malfeitor, e servido contra este de testemunha no tribunal que o condenou; e posto que bem soubesse achar-se votado á vingança dos amigos e sócios do condenado, não pôde resistir ao desejo de voltar ao seu país para abraçar sua mulher e seu filho. Poucos dias depois da sua volta foi a sua casa atacada durante a noite, a porta arrombada, e o infeliz assassinado a golpes e enforcado. Esta obra de sangue passou-se a vista de sua mulher. Enquanto seu marido lutava com a morte, ela toma seu filho, criança de 9 anos, e tendo-o escondido a um canto da chaminé, detrás de uns feixes de lenha, lhe diz (...): – Tu bem ouves os gritos de teu pai moribundo. Sem dúvida eu serei assassinada como ele; (...) porém, eu terei o cuidado de os puxar para aqui, e de lhes resistir o mais possível, para que tu tenhas tempo de ver bem as caras dos assassinos. (...) Examina-as com toda a tua atenção para que as possas reconhecer bem em

[45] **O Recreador Mineiro**. Tomo I. nº.9, 01/05/1845. p.142.

> qualquer parte que os vires, para os denunciares à justiça, e vingar assim a morte de teus pais.[46]

Enquanto o romance se compromete com a realidade histórica, inversamente, a história exibe seu talento descritivo, em certos casos ela, em vez de relatar cronologicamente, indaga os motivos e dispõe os acontecimentos em uma ordem interna. Já os folhetins são apresentados como relatos autênticos das experiências reais de indivíduos. Através da utilização de uma linguagem mais referencial e, portanto, mais próxima do cotidiano, têm-se a particularização dos personagens e do espaço; a organização da trama geralmente passa pelas ações das personagens através do tempo. Ou seja, no Recreador Mineiro o folhetim "historiciza-se" e se faz um instrumento elementar para a sociedade. De acordo com os redatores, esses seriam benefícios que o romance traz à sociedade:

> (...) este interessante gênero de produção, vinculado à nobreza, e utilidade do assunto, é empregado para inspirar com a jucundidade do amor e dos bons costumes, e incutir a virtude por meio de quadros simples, naturais, e engenhosos da vida humana. (...) O romance é a última instrução que resta a prescrever-se a um povo, quando por nimiamente corrupto se torna inacessível a outro qualquer

---

[46] *Ibidem*. Tomo I. nº.9, 01/05/1845. p. 142.

> gênero de lições morais. Encerra pois esta classe de composição tão grandes modelos de constância, e virtude; tão heróicos exemplos de ternura, e desinteresse; tão justos e perfeitos caracteres, que o seu espírito, refletidamente compreendido sem a fantasmagoria literal, moraliza o coração humano com o quadro de sentimentos, que lhe perscruta, ou as emoções que lhe excita.[47]

Portanto, no *Recreador*, o romance é tomado como o gênero capaz das mais altas realizações porque possibilita a sedimentação formal de uma experiência sócio-histórica através da arte. Assim, torna-se um instrumento fundamental na educação não só dos leitores, mas da sociedade como um todo. Os diversos tipos de textos contidos na seção Memória/História, acima de seu objeto particular, quais sejam, os folhetins, a investigação histórica, antropológica ou geográfica, procuram fornecer uma imagem verbal da "realidade", propondo aos leitores um patrimônio de referências culturais que ajudariam esses indivíduos a se situar em relação a si próprios e em relação aos outros povos, possibilitando, portanto, a construção de uma identidade através da alteridade.

Outro aspecto marcante no *Recreador Mineiro* é a importância dada àquilo que é estrangeiro. Muitas das matérias publicadas na seção Memória/História são

---

[47] *Ibidem*. Tomo VII. nº.84, 15/06/1848. p.1158.

descrições de viajantes naturalistas estrangeiros sobre o Brasil e sobre Minas. Para o Brasil da época, nada mais importante para a construção do nacionalismo romântico do que, por exemplo, um relato de um estrangeiro exaltando os valores do país, como fez o francês Auguste de Saint-Hilaire, em sua primeira viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais.[48] Uma matéria muito ilustrativa, que mostra a importância dada pelos redatores aos estudos feitos por aquele naturalista foi publicada em 1º de Agosto de 1845, intitulada, *As Viagens de Mr. Augusto de St. Hilaire pelo Brasil*. O conteúdo desta matéria faz menção, principalmente, a algumas características de sua obra, validando-a como depositária de "uma realidade inerente ao Brasil". No desfecho do texto, afirma-se que os escritos de Saint-Hilaire contribuem para o esclarecimento e conscientização daqueles "(...) cuja existência se conserva uma lacuna, que desejaríamos ver preenchida."[49]

O texto mais interessante publicado a partir das descrições de Saint-Hilaire sobre Minas Gerais é, sem dúvida, Minas Gerais: causas de sua decadência.[50] O que chama mais atenção é a forma como Saint-Hilaire critica os métodos pelos quais os portugueses colonizaram o Brasil. De acordo com ele, a decadência da província mineira adveio, sobretudo, da má administração dos portugueses e da forma

---

[48] SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem Pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.
[49] **O Recreador Mineiro**. Tomo II. nº. 15, 01/08/1845. p.226.
[50] *Ibidem*. Tomo II. nº.18, 15/09/1845. pp.276-279.

errônea que os mesmos exploraram os metais preciosos e a terra, métodos que se perpetuaram entre os habitantes dessa província e que ele considerava profundamente maléficos. Dentre as causas que levaram Minas Gerais à decadência, Saint-Hilaire se detém no que ele chama de "A maneira errônea que os mineiros tem sempre considerado o produto de seu trabalho."[51] O principal erro dos portugueses e mineiros foi, segundo Hilaire, considerar o ouro como uma renda e não como um capital, pois o capital, conseguido pelos exploradores do ouro, não foi investido de forma rentável e independente do sistema minerador, mas sim gasto na simples reprodução daquele sistema, comprando escravos e animais, sem que se importasse com o futuro dos habitantes da província, seus filhos: "Os pais foram opulentos, seus filhos, porém, ficaram pobres."[52]

Entretanto, a parte que mais se destaca no texto revela uma crítica ao elemento português, bem como ao seu modelo de colonização:

> Os homens, que assim dispunham a seu prazer de um território imenso, não tinham necessidade alguma de providenciar sobre a porção de terreno em que acabavam de colher alguns frutos. Por outra parte, eram mui raro, que passando à América, tivessem a intenção de se estabelecer

---

[51] *Ibidem*. Tomo II. nº.18, 15/09/1845. p.276.
[52] *Ibidem*. Tomo II. nº.18, 15/09/1845. p.276.

> neste país sem voltar jamais à sua pátria; eles só desejavam acumular riquezas, para orientá-las depois aos olhos de seus compatriotas; e apenas na sua existência contavam o tempo, que iam passando longe de seu país. Mas, durante este intervalo, era necessário viver, sem dúvida; e então o expediente, que seguiram em seus costumes, foi aquele que melhor convinha à vida errante, que haviam adotado semelhante ao das povoações as mais bárbaras. A morte, as enfermidades, e uma multidão de circunstâncias frustraram muitas vezes os cálculos destes homens aventureiros: seus filhos não podiam tornar-se saudosos das margens do Tejo, nem dos delicados frutos do Douro; fatigados de ouvir preconizar continuamente um país que não conheciam, ficaram naquele em que haviam nascido, e o Brasil tornou-se então povoado; porém, já se havia contraído o hábito dos costumes defeituosos dos primeiros habitantes que se perpetuaram até os nossos dias.[53]

Essa passagem é bem significativa porque está atrelada à postura política do grupo ligado ao Recreador, justamente porque revela uma negação das práticas políticas e econômicas oriundas de uma tradição portuguesa, adotada no Brasil Colônia. Assim sendo, apropriar-se das palavras de

---

[53] *Ibidem*. Tomo II. nº.18, 15/09/1845. p.277.

Saint-Hilaire, para contestar o modelo político-econômico empregado no Brasil anteriormente, configura adotar uma postura contrária à manutenção de certas práticas políticas e econômicas que se perpetuaram no país, bem como negar o ranço do atraso que a herança portuguesa nos legou.

Aliás, a referência estrangeira é dada em praticamente tudo o que se refere aos princípios de civilidade cultivados na Europa. Na concepção dos redatores, a construção da nação brasileira nos moldes da civilidade era uma tarefa ainda a ser cumprida, contudo, essa nação trazia consigo uma forte marca excludente, pois quem não era "letrado" não poderia participar de seus benefícios. Justamente os grupos sociais menos favorecidos seriam os excluídos: os homens livres pobres, os negros – que sequer são citados – e os índios, sempre vistos como um povo "atrasado" e incapaz de incorporar traços da cultura ocidental.

No *Recreador*, o ponto de vista do estrangeiro era valorizado, porém, isso não era uma unanimidade. O artigo *O Estrangeirismo*[54] – correspondência publicada a pedido de um leitor –, ilustra a forte aceitação dos textos estrangeiros pelo público, sobretudo de escritores franceses, em detrimento daquilo que é nacional:

> Ordinariamente e em toda parte gostamos mais do que é estrangeiro, do que é nacional. Ainda que um juízo sólido e amigo das realidades, nos mostre

[54] *Ibidem*. Tomo II. nº.23, 02/12/1845. p.365.

> uma cousa que é nossa, lá vem a imaginação frívola do homem, e por circunstancias que nada influem essencialmente na cousa, faz-nos achar melhor o que não é nosso.[55]

Esse desprezo, diz o artigo, acaba por intimidar os escritores nativos: "(...) não quer o poeta honrar com sua pena as belezas de nosso solo, narrar os nossos costumes, e reduzir a fatos nossa moral, nossos prejuízos e nossas preocupações, para a emenda de nossos erros e mais fins de importância."[56]

Tamanho desperdício de talentos influiria negativamente na produção literária nacional e diminuiria as possibilidades de apreensão do conhecimento por parte do público. No desfecho do texto, a literatura nacional e a estrangeira são apresentadas como bens a serem valorizados. "Podemos e devemos admirar o que for bom do estrangeiro, para o imitarmos, e nem por isso ficamos comprometidos a tratar com desprezo o que é nosso quando mesmo inferior."[57]

Esse alerta para uma "nacionalização da literatura brasileira" revela a identificação de um problema que nossa literatura enfrentou naquele momento. Entretanto, por outro lado, vislumbra a construção de uma identidade, garantida através de nossas peculiaridades, através da diferença, por

---

[55] *Ibidem*. Tomo II. nº.23, 02/12/1845. p.365.
[56] *Ibidem*. Tomo II. nº.23, 02/12/1845. p.366.
[57] *Ibidem*. Tomo II. nº.23, 02/12/1845. p.366.

meio do abandono de uma literatura servil e submissa aos cânones estrangeiros. Assim sendo, estaria garantido o atestado de nação, estaríamos incluídos no rol de territórios civilizados e progressistas, "(...) o mesmo onde imperava um regime político reconhecido internacionalmente e era dominado por uma elite ilustrada, de preferência alinhado à classe burguesa que dominava a Europa pós-revolucionária do século XIX."[58]

Por fim, pode-se dizer que tanto no *Recreador Mineiro* quanto na revista do IHGB a história seguiu sua pragmática e clássica designação de "mestra da vida", constituindo-se, portanto, como meio privilegiado para se alcançar os objetivos propostos: a história, através de seus exemplos, ensinava e, simultaneamente formava a nação brasileira. Porém, a perspectiva tomada pelo grupo ligado ao IHGB alicerçou-se no discurso da continuidade da obra "civilizatória" iniciada pelos portugueses, ou seja, na idéia de que a nação brasileira deveria ser encarada como um processo sem rupturas com o passado colonial. Já no caso do grupo ligado ao *Recreador Mineiro*, essa herança lusa foi tomada como um fator a ser superado, dado ao atraso legado ao Brasil no conjunto das nações civilizadas através de suas práticas políticas e econômicas atreladas aos valores do Antigo Regime. Para estes, novas referências deveriam ser buscadas, com

---

[58] ZILBERMAN, Regina. **História da Literatura e identidade nacional**. In: JOBIM, José Luis. (org.) Rio de Janeiro: Ed. UERJ. [s.d.]

destaque para determinados princípios e valores caros à ilustração e ao liberalismo. Para tanto, no periódico mineiro, a história sofreu uma reformulação conceptual que a tornou mais abrangente e próxima da literatura. Mais do que isso, o romance foi concebido como o único suporte capaz de alargar as fronteiras até então estabelecidas pela história. O *Recreador* incorporou-o como objeto fundamental para a construção da nacionalidade. Apegada a certos valores iluministas, a história (e também o romance) foi ainda considerada um espaço de experiências capaz de fornecer a sabedoria a todos que dela se aproximassem. De uma forma geral, toda a gama de informações e influências estrangeiras foi suscetível a uma filtragem, desde que se mostrasse conveniente aos princípios político-filosóficos do periódico – assim como foi no IHGB – e pudessem contribuir para a formação de um público leitor mais esclarecido, o qual deveria não apenas adquirir o hábito da leitura mas, sobretudo, a capacidade de interiorizá-la.

## FONTE

**O Recreador Mineiro**. Ouro Preto: Tipografia Imparcial de Bernardo Xavier Pinto de Souza: 1845-1848. Tomos I a VII. Arquivos do Centro de Estudos Literários Luso-Brasileiros. ICHS/UFOP. (Microfilmes)

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂNDIDO, Antônio. **A educação pela noite & outros ensaios**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.

CARPEAUX, Otto Maria. Prosa e ficção do Romantismo. In: GISNBURG, J. (org.). **O Romantismo**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.

DARNTON, Robert. **O Iluminismo como negócio**: história da publicação da “Enciclopédia”, 1755-1880. Tradução de Laura Teixeira Motta, Márcia Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos, **Estudos Históricos**. n.1, 1988. p. 5-27.

HORTA, Cid Rebelo. Famílias Governamentais de Minas Gerais. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 2, 1956, Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1956.

IGLESIAS, Francisco. **Trajetória Política do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LIMA, Luiz Costa. **O controle do imaginário**. Razão e Imaginação no Ocidente. São Paulo, Brasiliense. 1984.

MATTOS, Ilmar R. **O Tempo Saquarema**. A formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: ACCES, 1994.

PAIM, Antônio. **História do Liberalismo Brasileiro**. São Paulo: Mandarim, 1998.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção**: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado. Campinas: UNICAMP, 1997. 2.vol. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem Pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. **A formação do romance inglês**: ensaios teóricos. São Paulo: FFLCH-USP, 2000. Tese [Livre-Docência].

VEIGA, José Pedro Xavier da. **Efemérides Mineiras**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais da Fundação João Pinheiro, 1998.

WATT, Ian. **A ascensão do romance**: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ZILBERMAN, Regina. **História da Literatura e identidade nacional**. In: JOBIM, José Luis. (org.) Rio de Janeiro: Ed. UERJ. [s.d.].

# O Sacerdote de Direito e a mentalidade religiosa colonial: estratégias episcopais de conversão em Mariana no século XVIII

*Patrícia Ferreira dos Santos*[1]

**Resumo**: Neste estudo analisamos as queixas da população aos bispos de Mariana no século XVIII. A análise do sacerdote com cargo na Justiça Eclesiástica denuncia o contraste entre as práticas da população relatadas pelas testemunhas e o universo normativo em vigor. Os conflitos levados ao auditório episcopal e as múltiplas estratégias dos envolvidos permitem flagrar interfaces da atuação do Sacerdote de Direito: amparado pelo poder institucional e, ao mesmo tempo, defrontado com o universo heterogêneo das práticas desviantes e desafiadoras da ordem oficial que representava.

**Palavras-chave**: Tribunal episcopal. Justiça .Conflitos. Crimes. Padres

[1] À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), somos gratos por viabilizar a continuidade da presente pesquisa, fomentando o desenvolvimento de nosso doutoramento em curso.

***The priest of law and religious colonial mentality: episcopal strategies of the conversion in Mariana in the eighteenth century***

***Abstract**: In this study we analyze the complaints from the people to the Bishops of Mariana in the eighteenth century. The analysis of the priest of the Ecclesiastical justice denounces the contrast between the practices of the population reported by witnesses and the legal universe existing. The conflicts brought to the auditorium of bishops and the multiple strategies of the involved allow us to capture interfaces of the action of the priest of Law: supported by institutional power and at the same time, faced with the heterogeneous universe of deviant practices and challenging the official order that he represented.*

***Keywords**: Episcopal tribuna. Justice. Conflicts. Crimes priests*

## INTRODUÇÃO

Os estudos da religião e da religiosidade popular nas variadas partes das conquistas ibéricas encontram espaço crescente entre as pesquisas históricas de ponta no Brasil (VAINFAS,1986: 8.). Ao mesmo tempo, a produção historiográfica, de uma forma global, tem consolidado, nas décadas recentes, novos paradigmas na construção do

conhecimento histórico (GINZBURG, 1989: 9.). Inspiradas pela História das Mentalidades, pela História Cultural ou pela Micro-História – diferentes vias analíticas, como observou Ronaldo Vainfas (VAINFAS: 2002.) –, não é raro que as investigações em curso concordem que as práticas religiosas populares podem ser vistas como indícios de uma voz popular de difícil "audição" nos testemunhos oficiais – que predominam entre a documentação disponível para investigação (RAMOS, 1995: 138.).

Os testemunhos oficiais – cartas pastorais, atas de visitas pastorais, e mesmo as correições levadas a cabo por agentes ligados à Justiça secular, para citar alguns exemplos – eram produzidos para circular entre representantes do poder, dando conta, à Metrópole, do trabalho que desenvolviam para a manutenção da ordem social que de lá se ditava para as partes ultramarinas. Serviam, portanto, ao fito de impor normas ao comum das gentes. Muitos destes textos – pastorais ou não – eram lidos publicamente às localidades, em ocasiões religiosas e solenes, com grande concurso de pessoas. Não raro veiculavam descrições enviesadas ou restrições a algumas práticas, vistas como de forte potencial subversivo, ou nocivas ao sossego público. Com frequência, eram vistos desta forma os batuques, as artes divinatórias e curatórias e o culto ancestral, via de regra, criminalizados e admoestados em visitas e sermões, com punições previstas nas Constituições de bispados e nas atas

de visitas pastorais àqueles que participassem ou consentissem em tais práticas. Muito embora estudos asseverem que a recorrência das infrações pode sugerir um equilíbrio entre o rigor e a tolerância por parte das autoridades (RAMOS, 1995: 138.), é bom não perder de vista a forma como os desvios eram tratados nos textos normativos, e nos discursos oficiais.

Para dar conta deste universo, há quantidades massivas de textos legais e deliberativos elaborados pela hierarquia episcopal e pela Coroa. Muitas vezes o historiador necessita filtrar da informação oficial, elementos que dêm conta do universo das práticas populares. Há entre os estudiosos forte interesse sobre a multiplicidade de experiências vividas pelas centenas de anônimos que chegavam a lotar o espaço sagrado da Igreja no século XVIII. Muito embora esta instituição buscasse, unida ao Estado, apaziguar e converter os povos à sua ortodoxia, seus representantes não ignoravam que os fiéis não se pautavam puramente pela explicação doutrinal e ortodoxa católica no respeitante às suas vivências com a esfera do sagrado. Muito pelo contrário, os homens da Igreja – e aqui destacamos aqueles que atuaram na Justiça Eclesiástica - tiveram plena ciência de que o cotidiano popular pautou-se frequentemente pelo miraculoso, pelo inexplicável e pelo fantástico. Além de uma proximidade – por vezes, intimidade - com os santos e

com os elementos sobrenaturais, como já há muito têm indicado importantes estudos brasileiros (HOLANDA: 1936).

No presente artigo, buscamos esposar alguns casos que envolveram pessoas, instituições e agentes que atuaram em um pequeno arraial das Minas no final dos Setecentos. Eles nos possibilitam olhar um pouco aquele cotidiano pautado pela norma elaborada e reiterada pelas instituições, mas também pelas práticas desviantes e desafiadoras da ordem oficial que defendiam e justificavam.

## O SACERDOTE DE DIREITO E A MENTALIDADE RELIGIOSA COLONIAL

Arraial do Piranga aos 20 dias do mês de dezembro de 1793 anos. Estava indo pessoalmente o Escrivão do Juízo Eclesiástico, Padre Manoel Teixeira de Souza, reconhecer e conferir, junto ao Tabelião Antônio José Rodrigues de Azevedo, as assinaturas das testemunhas de acusação de um certo Cristóvão Jorge de Barcellos, padre Secular denunciado ao Juízo. As testemunhas haviam sido ouvidas pelo então Vigário-Geral do Bispado, Reverendo Dr. Ignácio de Souza Ferreira[2]. O Padre Cristóvão Jorge de Barcellos[3]

[2] Natural de Nossa Senhora do Rosário do Sumidouro, o então Vigário-Geral se ordenou em Coimbra, em 1771, onde cursou Cânones, com matrículas entre 1736 e 1744. No Livro de Informações Gerais da Universidade, não foi classificado como muitos, àquela época, por «medíocre», ou «Suficiente», mas sendo, como era comum às Formaturas, «para dar o vexame e o louvor a cada um conforme o seu merecimento», publicamente examinado, obteve de seus Lentes o conceito «Bom estudante». Arquivo da Universidade de

estava preso na cadeia pública de Mariana por participar do que no processo se denominou «tremenda luta em virulento desafio com armas curtas», entre o Médico Licenciado pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, o Dr. Francisco José Álvares da Silva e João José da Silva. Em 1792, o Médico denunciara ao Juízo Episcopal que havia sido gravemente injuriado e ameaçado por João José da Silva. Este último, desafiando-o para um duelo, ofendera as Ordenações do Reino, que previam o delito em seu Livro V, Título 43, parágrafo 1º (ORDENAÇÕES Filipinas: 1603.).

Para dar seguimento às investigações do processo impetrado pelo Médico, os advogados de defesa e de acusação arrolaram testemunhas. A maioria das testemunhas deveria ser reconhecida no Arraial de Guarapiranga – palco do conflito - pelo Escrivão. Uma destas era Manoel Ferreira de Azevedo: era de cor branca, morador no mesmo arraial. Como fora arrolada pelo advogado do Médico, tomava parte

---

Coimbra (AUC). Ordenações, Cx 566, D III, S 1ª E, E. 9, T. 1, n. 8. Livro de Informações Gerais (1730-1770), fl. 282.

[3] Padre Cristóvão Jorge de Barcellos não registraria muitos êxitos àquela altura. Apesar de possuir cabedal para contratar um dos advogados mais prestigiados da região, o Dr. João de Souza Barradas, desde a década de 1780 vinha tentando concursos promovidos pela Mesa da Consciência e Ordens para provimento de diversas Igrejas do Bispado de Mariana, sem sucesso. Nas melhores colocações que obteve do Bispo Dom Frei Domingos da Encarnação Pontevel, nunca passou do terceiro lugar, apesar de ser natural do Bispado - critério que, paralelo à prestigiada formação dada pela Universidade de Coimbra, pautou a escolha da Coroa e do referido Bispo nos provimentos das Igrejas do Bispado na segunda metade do século XVIII. Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Mesa da Consciência e Ordens. Secretaria do Mestrado da Ordem de Cristo. Padroados do Brasil, Bispado de Mariana, Cx. 5, Maço 5.

na estratégia de desqualificação das testemunhas pró-Réu. Após prestar seu solene juramento ao Vigário Geral, impondo a mão direita aos Livros dos Santos Evangelhos, Manoel Ferreira de Azevedo lançou-se ao ataque das testemunhas do Padre Cristóvão: reputou o Padre Antônio Leonardo da Fonseca como inimigo do Médico. Ele teria dito, em casa do Tenente Domingos Inácio, em Piranga, que “havia de fazer ao Médico Francisco José Álvares da Silva todo o mal que pudesse”. Padre Antônio não poderia ser, portanto, digno de crédito. Era público e notório em todo o arraial do Piranga que estava envolvido em desenterro de corpo e ritual de feitiçaria (GOVERNOS Episcopais, Armário 1, Pasta 1.).

A reação dos agentes eclesiásticos, não se sabe. Mas as testemunhas de acusação mostravam-se sintonizadas e reiteraram idêntica versão do desenterramento, com a participação do Padre Antônio. Leonardo Lopes Ferreira, homem branco, morador na Capela de São Miguel do Mestre de Campo, Freguesia de Piranga, nos detalha a aparição de alma do Além que motivara o desenterramento de corpo denunciado por Manoel Ferreira:

> Sabe pelo ouvir dizer a um fâmulo da casa do Reverendo Vigário por nome Antônio, que o Padre Antônio Leonardo era Procurador do Réu em Vila Rica. Sabe por ouvir dizer ao próprio Padre Mestre do tempo que o mesmo era capelão da Capelinha de São Miguel do Mestre de Campo, que queria

desenterrar o corpo de Pedro Machado para averiguar se as escravas de Dona Ana Martins o haviam desenterrado ao que lhe respondeu ele testemunha que tal não fizesse. (...) E sabe pelo ouvir dizer ao mesmo Padre Mestre que um mulato que morava na capela do Mestre de Campo, cujo nome ele testemunha ignorava, havia dito que lhe tinha aparecido a alma da defunta Rosa Dias, pedindo ao Padre Mestre a quisesse acompanhar em uma noite com água benta a irem ver ambos juntos o que queria a alma da dita Rosa Dias. Indo o Padre Antônio Leonardo, apanhara duas pedradas, dizendo-lhe mais o dito Padre que a alma havia aparecido ao mulato depois do referido, e lhe pedira que lhe mandasse dizer uma Missa na Capela do Divino Espírito Santo do Lamim, e para esmola da dita Missa andou o dito pardo tirando e pedindo esmolas pelos aplicados da Capela e ele testemunha ouviu ao mesmo Padre Mestre dizer nessa ocasião a algumas pessoas, que dessem esmolas para aquela Missa que era uma obra pia, e ele testemunha deu meia pataca de esmola para a dita Missa dizendo [corroído 1 palavra] ao Padre Mestre que não acreditava em semelhantes cousas de almas de outro mundo, ao que respondera o dito Padre que era verdade ter aparecido a alma de

> Rosa Dias, e o mesmo lhe disse mais que depois de ter ido dizer a Missa a Capela do Espírito Santo do Lamim para a qual lhe tinha dado o dito pardo quatorze oitavas de esmola que havia tirado pelos aplicados da capela, tornara a aparecer a alma da dita Rosa Dias, cercada de um clarão a dar os agradecimentos ao dito pardo daquela obra pia que havia feito, e que ele dito Padre Mestre, havia visto parte do dito clarão (...) (GOVERNOS Episcopais, Armário 1, Pasta 1.).

Este caso nos indica que, sancionando e estimulando o múnus do *Sacerdos Iuris*, a Igreja participava do controle de uma alçada importante na regulação da ordem e da vida pública: a judiciária. O *Sacerdos Iuris*, como é chamado em Direito Canônico o sacerdote do Direito, contemplado com cargo na Justiça Eclesiástica, se via diante de depoimentos e queixas que lhe ofereciam um manancial de informações; lhe desvelavam as redes de sociabilidades e solidariedades, bem como as inimizades e vinganças entre as pessoas das localidades. A atuação na Justiça Eclesiástica conferia ao sacerdote do Direito significativo campo de visão daquela intrincada teia das mentalidades e das múltiplas formas assumidas pela religiosidade colonial. Ali no Auditório Eclesiástico os recursos e estratégias episcopais de conversão não passavam, como nas Visitas Pastorais, Missas e Confissão, pela melíflua elaboração verbal, simbólica e ritual

na persuasão do fiel à conversão. No auditório, o juiz sacerdote deveria proclamar a Justiça, a partir de arrazoados jurídicos produzidos a partir de um emaranhado de denúncias, queixas, acusações, depoimentos e desqualificações no fogo cruzado entre as testemunhas no Tribunal Episcopal onde exercia, delegado pelo Bispo, o poder da Igreja de julgar. Mesmo ciente da distância existente na sociedade em que servia como juiz, entre o ser e o "dever ser", ali era chamado a proclamar a justiça. Atuando neste, a Igreja não prescindia da dimensão espiritual, mas reforçava-a: esta se fundava na promoção da unidade e da caridade na mediação das discórdias entre o rebanho cristão – a chamada *compositio fraternae*, ou a *correctio charitativa* buscada pelos réus que recorriam ao Tribunal Episcopal (HESPANHA: 1993.).

O Juiz Sacerdote era, desta forma, compelido a exercer a *caritas* – era essa a justificativa da autoridade da Igreja no campo judiciário. E não é arriscado afirmar –fundamentados nas fartas queixas ao Bispo no século XVIII –, que aquela população buscou significativamente sanar seus problemas cotidianos através dessa faculdade da Igreja. Veja-se o caso de Dona Maria dos Santos Ferreira, uma viúva que teve os seus riquíssimos bens roubados na diocese do Rio de Janeiro. Como era necessário fazer diligências em todas as dioceses da América Portuguesa – e visto que a Igreja possuía uma rede capilar de paróquias e capelanias que facilitavam a circulação das informações – a viúva recorrera

ao Pontífice Bento XIV, e lograra obter, mediante seu Termo de Juramento, um Breve Pontifício em 22 de setembro de 1747 (o papa poderia ordenar a todos os bispos a diligência, mas um Bispo não poderia ordená-las a outro). O Edital do Pontífice e o Breve Apostólico ordenavam ao Bispo de Mariana, Dom Frei Manoel da Cruz, e a todos os Bispos da América Portuguesa, não somente a sua publicação, mas a investigação do paradeiro daqueles bens roubados à viúva. O bispo de Mariana usara grave tom no seu Edital de 1748, expedido para conclamar denúncias e notícias dos bens de Maria dos Santos Ferreira. Ele deveria ser publicado em todas as freguesias do Bispado. (GOVERNOS Episcopais – Armário 1.).

Esse pode ter sido um caso mais raro, se levarmos em conta a maior soma de bens e o envolvimento da Santa Sé. Mas muitos outros fiéis mais humildes recorreram ao longo do século XVIII ao juízo Eclesiástico para obter informação sobre pequenas perdas. Ou para solicitar se lançasse excomunhão automática sobre os infratores que lhe causaram dano. Foi esse o caso de Dona Antônia Carvalho: ela pagou 1050,00 Réis ao juízo eclesiástico para que ficasse *ipso facto incorrenda* excomungado aquele que entrou em sua casa, certa noite, e roubou vários de seus trastes e jóias, causando-lhe uma perda que totalizava 80 oitavas de ouro. Dona Antônia Carvalho era parda e morava nas proximidades da Igreja do Rosário dos Pretos, em Mariana. Em 21 de junho de

1755, aparecera pessoalmente na casas do Dr. José dos Santos, àquela altura, Vigário-Geral do Bispado. Sendo reconhecida pelo Escrivão do Juízo, proferiu seu Termo de Juramento sob a mão do Ministro, que encarregou à queixosa dissesse a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado, o que D. Antônia jurou fazer. Mas sendo-lhe perguntado se sabia quem lhe fez o furto, ou se tinha meio para que o apanhasse, lhe respondera que valesse o que declarava em sua queixa: não tinha posse de meio para apanhar o malfeitor - somente a Carta de Excomunhão. A providência seguinte, tomada pelo Vigário Geral, foi expedir um aviso para ser lido às Estações da Missa, na antiga Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos:

> Por tal informa à Santa Madre Igreja Apostólica que na noite que se contara oito de fevereiro deste presente ano lhe entraram em sua casa de noite e lhe furtaram um tição de bata azul celeste, 3 camisas, [corroídas 2 palavras], um tonel, e uma toalha, tudo de pano de linho (…), uma camisa de mulher, uma peruca, dois cercados de bata branca, (…) um par de brincos, de [diamantes] outro de azofres, uma cruz de ouro, um cordão, 2 fios de contas de ouro, 2 ditos de prata, 4 pares de borzeguins de ouro, uma chinela, 2 varas de fitas de matizes; em que recebe de pouco mais ou menos 80 oitavas de ouro e porque não é certo

> nem sabe dizer quem lhe fez o dito furto pede a quem dele souber o descubra (QUEIXAS, Escrituração da Cúria)

Ao Juiz Eclesiástico, o Padre Manoel Francisco Pereira, Capelão do Rosário, emitira Certidão atestando que publicara o aviso na igreja, em três dias Sétimos às Missas "e até hoje não me saiu pessoa alguma com notícia do dito furto e nem eu o sei, o que tudo passo na verdade e o juro se necessário for, *in verbo sacerdotis*." Em 21 de junho de 1755, com um Despacho, o Dr. Vigário-Geral sentenciava:

> Atei por justificadores os requisitos da Constituição com o juramento da Queixosa e mando que se lhe passe Carta de Excomunhão, em que irão inseridas as admoestações e pague a mesma Queixosa os Autos. Mariana e de junho 21 de 1755. José dos Santos (QUEIXAS, Armário 1, Escrituração da Cúria.).

Este caso rendeu ao Reverendo Ministro, pela factura do Termo de juramento, 150,00. Por deferi-lo, 600,00. Por assinar a Carta de Excomunhão, 300,00. Os serviços judiciais do Juiz eclesiástico, somaram, com efeito, 1050,00. Ao Reverendo Escrivão, pela Autação, 195,00. Pelo Termo de Juramento, 300,00. Pelo Reconhecimento da queixosa, 150,00. Pelo Feitio da Carta de Excomunhão, 525,00. Pela conclusão e Publicação de Sentença: 170,00, somando 1340 réis. Mais a factura desta Conta: 300,00 (QUEIXAS, Armário

1, Escrituração da Cúria.). A população o praticava tendo em vista um componente marcante na mentalidade religiosa colonial: o temor de Deus. Mas a jurisdição episcopal sobre a Justiça conferiu aos sacerdotes de direito grande poder político e econômico.

Pode-se afirmar que esta faculdade sacerdotal de julgar seria plenamente utilizada nas freguesias e localidades. Os conflitos levados ao Juiz episcopal lhes expunham os arranjos de amigos e contendas entre inimigos, espertezas, velhacarias – ou, tentativas – além de outros elementos inusitados. Ouvindo os depoimentos das testemunhas e as suas posteriores desqualificações, o juiz sacerdote, além de arrecadar ricos emolumentos por seus serviços judiciários, ganhava elementos para promover devassas, oferecer denúncias à Inquisição, e, como era diretriz da Igreja pós-tridentina, vigiar a vida privada dentro daquela perspectiva microscópica compreendida em cada freguesia ou capelania.

O caso do Padre Cristóvão Jorge de Barcellos, que mencionamos no início, nos sugere o manancial de informações dado em denúncias. O Padre Antônio Leonardo era Procurador do Padre Cristóvão em Vila Rica e foi uma de suas testemunhas de defesa. Por isso, foi alvo cientral dos comentários de Leonardo Lopes Ferreira, do Piranga, ao relatar ao Vigário Geral que

> (…) ouviu dizer a Antônio Alexandre, oficial de carpinteiro, que o dito Padre Mestre Antônio

> Leonardo havia pedido os escravos do Ajudante Manoel Coelho para lhe carregar umas madeiras da casa de Dona Francisca Romana, que havia desmanchado, pedindo também os escravos do Tenente Domingos Teixeira para carregarem as ditas madeiras para uma obra de umas casas que se achava fazendo na Fazenda de Dona Francisca Romana, de quem tinha sido cria o dito Padre, por ter sido exposto, (...) e ele testemunha ouviu a uma filha da mesma queixar-se que o Padre Mestre lhe havia tirado aquelas madeiras do maciame (...) também portas, janelas e taboado das mesmas de noite, e sem autoridade dela dita ou de sua mãe (GOVERNOS Episcopais, Armário 1, Pasta 1.).

Amigo deste Padre Mestre, flagramos o Padre Cristóvão Jorge de Barcellos na inquirido em devassa feita pelo Escrivão, com ajuda do carcereiro. Estava o padre preso na cadeia de Mariana que serve de Aljube. O escrivão nos conta que Padre Cristóvão era de estatura mediana, rosto cheio e claro, sem sinal algum, olhos pretos, barba fechada, cabelo preto, e cheio de corpo. Sobre esta sua incumbência, o Escrivão diz: fui vindo assim e aí o achei preso na cela livre da mesma cadeia, vestido com vestido decente ao estado clerical. E:

> perguntado-lhe donde era natural, me respondeu que da freguesia do Sumidouro, assistente na

> freguesia de Guarapiranga exercendo ofício de coadjutor na mesma freguesia, filho legítimo de Manoel Jorge de Barcellos e de sua mulher Vicência Maria do Nascimento e que ali se achava preso por denúncia que contra ele havia dado falsamente o licenciado Francisco José Álvares da Silva da mesma freguesia de Guarapiranga. Notifiquei o dito carcereiro para que da mesma prisão o não deixasse sair sem ordem de Justiça, sob pena da custa de tudo e para constar fiz o termo que assinou o dito Réu preso, o carcereiro e eu, Escrivão (GOVERNOS Episcopais, Armário 1, Pasta 1).

Ao escrivão, o Reverendo alegara, indignado, que em tudo obrara para que o desafio não ocorrese. Ao mesmo tempo, escolhera advogados proeminentes. O primeiro era o Dr. José Pereira Ribeiro, formado em Coimbra e dono de uma das maiores bibliotecas ilustradas do período colonial, suspeito de haver feito entrar nas Minas livros proibidos, cooperando para a Inconfidência. O segundo, era mais velho, o Dr. João de Souza Barradas[4], considerado seu grande mestre e amigo (ANTUNES: 2004).

---

[4] Dr. João de Sousa Barradas é natural de Mariana, nascido à antiga Rua dos Monsús, como consta em sua Ficha de ex-aluno à Universidade de Coimbra. Estava em Portugal na época do Terremoto, em 01/11/1755 e se beneficiou da Mercê Geral dada pelo Rei aos estudantes daquele ano, devido ao estado de «notória consternação» que se encontrava o Reino após a catástrofe. Na década de 1757, concluiu sua formação em Leis, e foi considerado «Bom estudante» pelos Lentes, como se registrou. AUC. Seção Universidade. Livro

Era esta uma dupla de advogados temida nos Auditórios de Mariana e Vila Rica, por suas habilidades – aqui exemplificadas na maestria comque livraram o Reverendo Cristóvão nesse caso. Contestar o Libelo de acusação a um padre envolvido em um desafio não deveria ser mesmo tarefa para advogados inexperientes. O réu era acusado de articular um duelo e acompanhar José João em um desafio, soprando-lhe as palavras de insulto que bradara e saindo ambos convictos e resolvidos da casa do Dr. Lino Lopes de Matos, Vigário da freguesia, adonde se lhe teriam agregado outros ao local do desafio, proferindo descomposturas e chamando-lhe filho da puta, malcriado e outras mais palavras injuriosas, para escândalo dos circunstantes – tratava-se do Coadjutor do Notário de Guarapiranga. O Réu, no dia do desafio, teria passado em companhia do padre Cristóvão Jorge, e quando voltou, estava ainda na companhia do mesmo, conversando e rindo-se, havendo várias denúncias de que pessoas – como Antônio Martins Teixeira, que mandou a escrava Dorothéa, de sua fazenda, chamar ao Reverendo Réu para se fazer confissão, e constava ter ela lhe dado o recado - faleciam sem

---

de Informações Gerais *(1730-1770)*, ano académico de 1756 para 1757, fl. 241, (Dr. João de Sousa Barradas). Também logrou êxito o Dr. José Pereira Ribeiro, formando-se, três décadas depois, em Leis, pela mesma Universidade, matriculado entre 1781 e 1786. Filho de Jacinto Pereira Ribeiro, era natural de Congonhas do Campo, Minas Gerais, Brasil. Foi Bacharel em 09/11/1785. Sua Formatura em Leis foi em 22/07/1786 e sua carta de curso leva inclusa o seu diploma -, documento que passou a integrar as fichas após a Reforma dos Estatutos da Universidade de Coimbra. AUC. Seção Universidade. Cx 49, 2ª série, dep IV, Sec 2ª D, Est.13, Tab.4.

confissão enquanto o Reverendo Réu se encontrava envolvido na refrega (GOVERNOS Episcopais, Armário 1, Pasta 1.).

Dona Francisca Ignácia do Espírito Santo, viúva, branca, moradora no Arraial do Piranga, denunciava que em 22 de dezembro de 1791, achando-se o Médico em sua casa, fora João José da Silva a sua porta e perguntando por ele, ela lhe disse que se achava dentro com o Comandante Antônio Gomes de Sande. Ao que ele replicara dizendo que o Autor saisse cá para fora, tratando-o com os infames e injuriosos nomes de maroto, cachorro, filho da puta e que 'viesse mostrar a sua sepultura, que ele desafiante lhe mostraria a sua', que o havia de ensinar, que o havia de picar. O Médico, ouvindo estas palavras insultantes, nada teria respondido; nem teria saído para aceitar o desafio; somente disse ao Capitão Comandante que olhasse como o Réu o desatendia e que lhe fizesse justiça. E chegando o mesmo Capitão a porta da casa dela testemunha tornou o Réu a repetir os mesmos convícios.

João dos Santos França e Gato, branco, morador do Piranga, que vive de ser cobrador na botica do defunto Francisco de Magalhães Canavezes, de idade 31 anos, disse que saindo de sua casa, encontrara a Félix Gonçalves Aranha na sua porta, lhe dizendo que o réu brigava a segunda vez com o Médico e que o comandante do mesmo Arraial, Antônio Gomes de Sande, presenciando esta briga e o convício filho

da puta, lhe respondera que o doutor era filho de uma mulher casada. Ao que replicara o Réu dizendo que todas as mulheres brancas casadas tinham seus divertimentos e se esfregavam com mulatos e negros o que tudo sucedera no dia sucessivo àquele em que oferecendo o Réu tabaco ao Médico em casa do Padre Mestre Silvério, por ter aquele os dedos ocupados com outro tabaco, agradecera o oferecimento, o que causara escândalo pelo Médico não querer tomar tabaco de sua caixa, e no mesmo dia em que sucedera isto aconteceu o desafio (GOVERNOS Episcopais, Armário 1, Pasta 1.).

Disse também Dona Francisca que o Réu, quando descera da casa do Reverendo Vigário Lino Lopes, viera em companhia do Reverendo Cristóvão Jorge, e chegando ao Adro da Igreja seguira o Réu pela Rua do Estudo onde ela mora, e o Reverendo Cristóvão Jorge seguiu pela outra Rua, chamada da Botica, e pouco depois principiara o Réu a desafiar ao Autor a sua porta. Depois, tornara o Réu a descompor o Autor com os convícios e o Padre ficou à porta da mãe de Dona Francisca, até que finalmente se retiraram o Réu, o Padre e um Toucinheiro, Pedro de Tal. E ouvira dizer a João Manolo que quando o Réu se retirara da sua porta com o Padre Cristóvão Jorge e Pedro Toucinheiro, iam regozijando-se e rindo-se porque o Autor não saíra nem proferira uma só palavra (GOVERNOS Episcopais, Armário 1, Pasta 1.).

Junto com o Toucinheiro Pedro da Silva – relatou Francisco Nunes de Oliveira ao Vigário Geral –, ia um mulato, chamado Manoel Jorge, da casa do Padre Cristóvão. Eles acompanhavam o Reú, que continuava dizendo que o Médico não havia saído e que se saísse o havia de picar. Sobre o Toucinheiro Pedro da Silva, dissera o Alferes Anacleto Martins Teixeira, branco, morador na Capela de São Miguel, do Piranga, que fora preso por ser guarda-costa ao Réu. Mesmo casado, o Toucinheiro furtara uma escrava da casa do Alferes Manoel Joaquim, e de sua mulher e era público ter escondida a escrava em casa de Custódia, viúva, onde sempre vai o dito Pedro da Silva (GOVERNOS Episcopais, Armário 1, Pasta 1.).

As diversas denúncias acrescentavam detalhes sobre os costumes de pessoas de diferentes estados: eclesiásticas, solteiras, viúvas, casadas, concubinadas. Observe-se, no entanto, que, paralelamente, ao comum praticado nestas freguesias de Minas – mesmo havia muitos casos semelhantes no Reino, onde as visitas também autuavam sacerdotes e fiéis em flagrantes delitos (ARQUIVO da Universidade de Coimbra, autos de Denúncias: 1729.) – os bispos portugueses estimulavam uma produção bibliográfica pós-tridentina, voltada para a orientação e formação de padres como o Reverendo Cristóvão Jorge de Barcellos e o Padre Antônio Leonardo e outros.

Outro Padre Cristóvam – este, de sobrenome da Veiga - já era famoso a essa altura, por ter-se tornado um dos

maiores expoentes deste gênero de literatura religiosa pós-tridentina. Era autor dos *Casos raros de confissão*, de grande sucesso à época, alcançando setenta edições, em nove idiomas diferentes, entre 1653 e 1884. No arquivo arquidiocesano de Mariana encontramos um exemplar da edição de 1710 deste livro, feita em Lisboa (VEIGA: 1710). Também o Padre Lucas de Andrade foi influente no século XVIII, com sua obra inserida na vaga da literatura cristã pós-tridentina, elencando questões para o Visitador inquirir e para os párocos prepararem para a Visita. Das trinta e oito questões aconselhadas, quatorze eram respeitantes ao comportamento e à formação do sacerdote. Este manual reproduzia o modelo de clérigo engendrado em Trento, e afinado com o dos Bispos reformistas do século XVIII (LIMA: 1994.).

O Padre Cristóvão Jorge se enquadra em crimes condenados no manual de Lucas de Andrade, que refere, entre outras faltas, à vida profana (participação em negócios, portes de armas, saídas noturnas, atuação em comédias, autos folias, danças, uso de trajes indevidos ou falta de tonsura, freqüência a tavernas, excessos no comer e beber; solicitação e quebra de sigilo de confissão); absenteísmo ou negligência aos paroquianos, o que pressupunha a negligência a um vasto elenco de obrigações (ANDRADE: 1673, p. 1-2.). Na prática, contudo, o Vigário Geral não

deixava de escalonar a gravidade dos crimes. Isso foi favorável ao livramento do Reverendo Cristóvão:

> Ilustríssimo e Revmo.Sr. o crime de que é arguído não é de usura simonia, ou adultério mas sim, dizem, de ter concorrido para um desafio, não me parece ser dos mais escandalosos, parece estar em termos de se lhe continuar a graça. Vossa Senhoria, porém, mandará o que for servido. Mariana, 11 de dezembro de 1793 (GOVERNOS Episcopais, Armário 1, Pasta 1.).

Com base neste arrazoado, o Cabido Sede Vacante de Dom Frei Domingos da Encaranação Pontevel concederia Alvará de Fiança ao Réu. O mesmo Vigário Geral daria ao Reverendo Cristóvão a seguinte sentença:

> Absolvo ao reverendo réu do pedido pelo autor, e pelo dolo e malícia com que intentou a presente ação o condeno nas custas em dobro e deixo direito salvo ao réu para haver do autor e testemunhas do sumário perdas e danos e injúria da sua pessoa e absolvido da prisão. Mariana, 28 de janeiro de 1794 anos. José Botelho Borges (GOVERNOS Episcopais, Armário 1, Pasta 1.).

Malgrado o arrazoado favorável ao Réu, exarado pelo Doutor José Botelho Borges, o comportamento desse padre e seus companheiros, nem de longe se aproximava do modelo inspirado em Trento. Pesava sobre Padre Cristóvão, além da

acusação de violência e cumplicidade em desafios, diversos furtos e engodos à Irmandade do Rosário. Em 29 de abril de 1784, uma segunda Petição dos Irmãos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Guarapiranga era encaminhada ao bispo. Denunciava o Capelão da Irmandade, o Reverendo Padre Cristovão Jorge, de não cumprir a sua obrigação descrita no compromisso da Irmandade, recusando-se a devolver, entre outros “trastes” pertencentes a Irmandade as Constituições, e o Ritual Romano. “de tal sorte que o Ritual da Irmandade o barganhou com o Padre João Rodrigues Pacheco”,

> fiado no patrocínio do Reverendo Vigário seu coadjutor José Gomes de Oliveira, esquecido inteiramente de todo sentimento de verdade e honra e só levado de uma paixão cega por motivos a todos bem notórios o patrocina com escândalo geral de todo o povo de tal sorte que quando o dito Reverendo João de Souza pediu humildemente ao Suplicado a resposta que devia dar, rompeu o sobredito Reverendo em palavras alteradas e desconsertadas chegando ao excesso de chamar petulante ao mesmo Padre João de Souza ”. De sorte que foram tantas as desordens que urdiu na irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Piranga que os mesmos o expulsaram de seu Capelão de tal forma que nem de graça o

> quiseram mais admitir apesar de muitas instâncias e mil votos que para esse fim fizera (GOVERNOS Episcopais, Armário 1, Pasta 1.).

A defesa do Padre Cristóvão havia cuidado de realizar minuciosa investigação da vida privada e pública de cada testemunha. Desqualificando-as – estratégia na qual se mostraram ferinos – pretenderam lhes rechaçar a credibilidade:

> provará que a testemunha Francisco Nunes de Oliveira é um rapaz vadio, de maus costumes, inquietador de negras cativas, pelas quais arromba cercados e salta quintais, como aconteceu com as escravas do Alferes Joaquim Eloy de Almeida; é muito pobre e quase nunca trabalha pelo ofício de sapateiro de que tem alguma luz (...) Provará que a testemunha Francisco Nunes de Oliveira já tem sido espancado e preso por furtos e com eles o apanhou// Matias Corrêa Bento, de que surtiu tirar o Comandante do Distrito um Sumário de Culpa, e pelo sair culpado, foi remetido preso para Vila Rica, logrando-se afinal solto pelas choradeiras de seu pai, Eleutério Nunes. Provará que é também a mesma testemunha muito obrigada ao Autor e primo irmão de João Monteiro Ferreira e José Monteiro Ferreira que juraram falsamente no Sumário contra o Reverendo (...). Provará que a

mesma testemunha Francisco Nunes de Oliveira é muito inimigo do Reverendo, e jurou com tanta paixão que saindo de jurar proferiu publicamente na Rua do Rosário estas palavras: ‘parti o Padre com o meu juramento hei de ter o gosto de o ver brevemente sair deste Arraial com uma corrente’ e tudo isto o faz indigno de crédito. Provará que a testemunha João Monteiro Ferreira é rapaz sem pejo e vergonha pois anda pelas ruas e tavernas a jogar com negros e mulatos e é muito obrigado ao Autor que o cura e a sua mãe e irmãs nas enfermidades de graça. Seu irmão, José Monteiro Ferreira lhe insinuou tudo quanto jurou pois foi visto está-lo assim praticando (...). Provará que o mesmo João Monteiro Ferreira é também grande inimigo do Reverendo Réu e tanto assim que depois de jurar disse que para o ano não havia o dito Padre zombar com ele, sua mãe e irmãs trazendo-os da prática para a Desobrigar isto por ser o Reverendo Réu Coadjutor e fazer a sua obrigação (...) Provará que a testemunha José Pereira de Queirós é muito apaixonado pela casa de Marianna Nunes e pela filha desta. José Monteiro, João Monteiro e Angélica Monteiro não menos pelo Autor é muito inimigo do Reverendo Réu por este não admitir a Desobriga toda a casa

> da dita Marianna Nunes (...) Provará que a testemunha Serafim Afonso do Rego e sua mulher Genovesa Maria de Juno são pessoas de fácil convenção e de pouca vergonha (...) pois sabendo que sua mãe e sogra Juliane Maria de Jesus anda concubinada com José Monteiro Ferreira que a furtou do seu marido a consente em sua casa e conservam particular amizade com o dito Monteiro. Provará que a testemunha Antônio José Muniz é sujeito de pouco acento e mereceu ser despedido da casa do Alferes Antônio Carneiro (...) sendo também muito apaixonado pelo Autor que o cura de graça (...) Bento José de Araújo é de má conduta e (...) pouco temente a Deus por ter sido público na Pirapetinga e suas vizinhanças que a dita testemunha quisera casar com uma moça que havia furtado da casa de sua Mãe depois de lhe ter tido trato com a mesma Mãe (...) é igualmente público ter apanhado um tiro no Arraial da Piranga por ser mal dizente e revoltoso (...) (GOVERNOS Episcopais, Armário 1, Pasta 1.).

E assim seguiam denúncias e queixas ao Bispo. As devassas, inquirições e depoimentos – sem prescindir de muitas intrigas e especulações – eram matéria prima a promover a tessitura de imensa e emaranhada teia de credos, interesses e instituições no universo colonial. Deparando-se o

tempo todo com o desvio à norma, o *Sacerdos Iuris* e a mentalidade religiosa colonial se revelam partes de um elaborado mosaico, interfaces ambíguas, ora dos intentos reguladores e arrecadatórios da Metrópole, ora das estratégias e desafios representados nas pessoas. A população vivia suas crenças e costumes, amiúde na contramão da ortodoxia pregada pelo sacerdotes e juizes eclesiásticos. Estes prosseguiam seu múnus, conhecendo, fortalecendo, denunciando ou lançando mão das informações daqueles arranjos de solidariedade, amizades, inimizades e vinganças inevitavelmente presentes no interior da complexa sociabilidade colonial.

Paralelamente, a hierarquia episcopal não deixou de oferecer ao orbe cristão a possibilidade de retornar ao rebanho – através do estímulo às práticas pias e devocionais, à Confissão, à Desobriga, a concessão de Indulgências. Neste devir, as enormes diferenças entre o ser e o dever ser conviviam nuançadas pelas medidas de maior ou menor tolerância das autoridades locais e pertinácia das gentes em manter seus costumes, laços de solidariedade e estratégias de sobrevivência.

## ESTRATÉGIAS EPISCOPAIS DE CONVERSÃO: O PERDÃO E A PENA

Quando Dom Frei Manoel da Cruz adentrou estas montanhas, as notícias e impressões da nova terra e da nova gente não eram tranqüilizadoras. Naquelas minas recém-descobertas, afirmaria ele à Santa Sé, em 1757. Alastravam-se os vícios e maus costumes. A ganância e a soberba levavam seus moradores à ruína moral. O bispo não se utilizara de eufemismos para dizer que aquele era um território que induzia as pessoas a tudo que havia de mais torpe e violento. (RODRIGUES: 2006, p. 80.)

A historiografia brasileira tem enfatizado o múnus pastoral de um bispo: a diplomacia, o controle do clero, a condução da vida espiritual da população. Neste estudo, procuramos pôr em evidência a sua faculdade da administração da justiça, assim como o poder da aplicação de penalidades. Analisando este poder judiciário dos Bispos, Antônio Manuel Hespanha observou que eles eram "magistrados eclesiásticos ordinários de primeira instância", assessorados, até 1832, pelas chamadas Mesas de Justiça. Com segunda instância constituída nas Relações Eclesiásticas, e terceira, nas chamadas Legacias, ou Tribunal da Nunciatura, instituídas a partir do século XVIII. No entanto, desde uma lei de fevereiro de 1496 os Tribunais Eclesiásticos não dispunham mais de poderes para adotar meios

coercitivos envolvendo força física. Por isso, sempre que necessário, deveriam requerer ajuda do braço secular, por meio de pedido dirigido ao Juiz territorialmente competente (HESPANHA: 1993, 290.).

Essa ajuda do braço secular foi causa de muitas polêmicas na administração diocesana ultramarina sob o real padroado. Não devemos exagerar, levando-se em conta este e outros aspectos desta aliança, o papel da Igreja na articulação de forças que envolviam o controle do Reino e o poder do rei – pois sabe-se que, pelo Padroado, e apesar de inúmeros conflitos, foi regra geral que os homens da Igreja buscaram fazer valer a política de articulação mantida com a Coroa (PAIVA: 2007.). A Igreja possuía uma série de competências e imunidades cujo exercício no ultramar foi bastante negociado com a Coroa, e motivo de muitos atritos e prisões de ministros. Não foi, portanto, sem esforço e diplomacia que os bispos das dioceses defenderam aquelas competências que pretendiam exclusivas – como julgar e punir os clérigos em situações controversas que proliferaram na longa experiência de aliança entre os dois gládios, temporal e espiritual.

Os Bispos poderiam enquadrar os fiéis, usando de suas prerrogativas, informando-os em sermões e cartas pastorais das Constituições, regimentos paroquiais, róis de confessados e catecismos. As fugas dos fiéis à ortodoxia eram tipificadas e hierarquizadas, sujeitas a punição. Tais culpas poderiam se

apresentar subdivididas em duas categorias: pecados de incidência moral, como adultério, sodomia, bigamia; e pecados contra fé, como judaísmo, heresia, blasfêmia, perjúrio, visões, feitiçaria, pactos demoníacos, e afirmações orais ou escritas pondo em causa artigos de fé (GOUVEIA: 1993, 297.).

O quadro social das Minas, no entanto, mostrou-se desafiador, não seria espaço de uma religiosidade regida por normas e padrões doutrinais, ditados pela Teologia e pelo Direito Canônico (BOSCHI: 1984, p.59.). As Minas foram descritas como terra de aventura e de nomadismo, repleta de jovens portuguesas, baianas, mamelucas, paulistas, e aventureiros sequiosos de rápido e fácil enriquecimento. Em contexto inóspito e sendo dramática a falta de mulheres brancas, a moral encontraria pouco espaço para impor-se. De forma paralela ao concubinato, encontraria lugar a uma vasta margem de usos de magia, solicitação, alcovitice, prostituição, relaxações, muitas vezes de quem deveria servir de modelo de virtude - os clérigos (MOTT: 1993, p.33.). Os Batuques, considerados “coqueluche da época”, marcavam presença no culto divino de muitas irmandades e procissões, e acabavam por, segundo Tomás Antônio Gonzaga a penetrar em muitas casas honestas (CARRATO: 1969, p.9.).

A Igreja precisava, de certa forma, tolerar estes comportamentos desviantes, os batizados de filhos naturais, os desvios do próprio clero, a solicitação (LIMA: 1990.). Laura

de Mello e Souza considerou que o processo de colonização engendrou estes momentos de tolerância e de intolerância (SOUZA: 2005, p. 375.). Além deste panorama de constante tensão entre a norma e a infração, há um vasto campo de pesquisa no aspecto da aplicação de penalidades na época colonial. Rosa Egipcíaca, escrava e mística estudada por Luiz Mott, escandalizara seus contemporâneos com suas visões e revelações e fora chicoteada no Pelourinho de Mariana (MOTT: 1993, p.30.).

Outro caso conhecido de aplicação de penas em Mariana, foi a escrava Luzia, brutalmente chicoteada antes de ser encaminhada à Justiça Eclesiástica, e desta ao Foro Inquisitorial, demonstrando que também a Justiça particular se antecipava aos mecanismos judiciários vigentes (SOUZA: 2005.). Todas estas forças agiriam em paralelo a um esforço das autoridades seculares e eclesiásticas de enquadrarem a população, fazer com que se adaptassem às noções portuguesas de hierarquia. Lançava-se mão de medidas drásticas como açoites, prisões, ou moderadas, como admoestações, multas, proibições, vexames, penitências, ou estratégicas, com persuasão, como a publicação de editos de indulgências, sermões e estímulos sensoriais – incenso, sinos, procissões, imagens esculpidas e pictóricas – estratégias de convencimento, persuasão, intimidação e coerção. Empregadas cada qual a seu tempo, demonstrariam a conveniência de equilibrar rigor e tolerância, sem pôr em

risco o funcionamento de um todo institucional (SOUZA: 2005, p. 15.).

Neste breve balanço entre fontes e debate historiográfico sobre o Sacerdote do Direito e a população, buscamos evidenciar: a distância entre a norma estabelecida e o corrente praticado e observado nos costumes delatados; a importância da instância judiciária conduzida pela Igreja, a indicar um olhar da Igreja sobre si mesma, em idêntica medida que sobre o seu rebanho; a estratégia de mão dupla assumida pela Igreja no combate aos desvios, combinando uma interface melíflua e outra draconiana de aplicação de penas espirituais, pecuniárias e corporais. Circunscrevendo-se em tais liames, o poder do *Sacerdos Iuris*, talvez circunscrevesse um movimento pendular entre a centralização e a autonomia. Assim não deixaria de pautar-se ora pela violência, ora pela contemporização.

## FONTES

Manuscritas

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. AEAM. Governos Episcopais – Armário 1. EPISTOLÁRIO do Clero, Armário 1. Escrituração da Cúria. Livro de QUEIXAS, 1792.

Arquivo da Universidade de Coimbra. AUC. Caixas da câmara eclesiástica. III/D, 1,6,1, 2. Doc. 1, Ano de 1733 - Processo

contra Maria da Costa, da freguesia de São Cristovão de Coimbra, acusada de alcouceira.

Arquivo da Universidade de Coimbra. AUC. Ano de 1729 - Processo relativo ao pároco de S.Martinho de Montemor-o-Velho, João da Costa Pinto, que ao deslocar-se a Arazede, e estando aí o visitador, foi por este notificado a fazer um termo, por se não apresentar com decência. Recusando foi preso de imediato. III/D,1,6,1,4, doc 18.

Arquivo da Universidade de Coimbra. AUC. Ordenações, Cx 566, D III, S 1ª E, E. 9, T. 1, n. 8. Livro de Informações Gerais (1730-1770), fl. 282.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo. ANTT. Mesa da Consciência e Ordens. Secretaria do Mestrado da Ordem de Cristo. Padroados do Brasil, Bispado de Mariana, Cx. 5, Maço 5.

AEAM. Prateleira W, códice 41, f. 7v-9. Carta pastoral pela qual se patenteiam as graças e inteligências que Sua Santidade foi servido conceder a quem visitar quatro igrejas em quinze dias por tempo de seis meses. ca. 1750.

AEAM, Seção de Livros Paroquiais, Prateleira H, Livro 14 de Visitas e Fábrica (1727-1831), Capítulo 12, fl. 50. Visita

pastoral de Dom Frei Manoel da Cruz à freguesia de Catas Altas, em 20/08/1749.

Impressas

ANDRADE, Lucas de. *Visita Geral que se deve fazer um prelado no seu Bispado apontadas as cousas por que deve perguntar e o que devem os párocos preparar para a visita*. Lisboa: Oficina de J. da Costa, 1673, p. 1-2.

*Cadernos Históricos do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana: as Visitas Pastorais do Século XVIII no Bispado de Mariana*,. Organização e notas de Mons. Flávio Carneiro Rodrigues. Mariana: Editora Dom Viçoso, 2004-2005, v 2. p. 28ss.

*Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Feitas e ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Dom Sebastião Monteiro da Vide*, 3º Arcebispo do dito Arcebispado e do Conselho de Sua Majestade, propostas e aceitas em o Sínodo Diocesano que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do ano de 1707. Impressas em Lisboa, 1719; Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1720 e ora reimpressas nesta capital - São Paulo: Tipografia 2 de dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853.

GONZAGA, T. A. *Cartas chilenas*. In: LAPA, J. R. M. **As cartas Chilenas**: um problema histórico e filológico – Edição Crítica. Rio De janeiro: MEC/Instituto Nacional do Livro, 1958.

FREYREISS, Georg Wilhelm (1789-1825). *Viagem ao interior do Brasil*. Trad. A. Löfgren. Rev. e notas de M. G. Ferrei; Belo Horizonte: Itatiaia, 1982, p. 17ss (Reconquista do Brasil: Nova Série, 57).

*Regimentos do Auditório Eclesiástico do Arcebispado da Bahia feitas e Ordenadas pelo Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide*. São Paulo: Typografia 2 de dezembro de 1853. Título II, parágrafo 1º : Do Vigário-Geral e do que a seu Ofício pertence.

VEIGA, Cristóvão da. *Casos Raros de Confissão*. Com regras e modo fácil para fazer uma boa confissão geral ou particular. E umas advertências para ter perfeita contrição e para se dispor bem em o artigo da morte. Composto em Castellano pelo Padre Cristóvão da Veiga, da Companhia de Jesus. Pelo D. Baltazar Guedes, Clérigo do Hábito de São Pedro (...) & agora nesta sexta Impressão acrescentados uns solilóquios para bem fé confessar, e para bem morrer. Lisboa, na Oficina de José Lopes Ferreira. Ano: 1710.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Álvaro de Araújo. **Um espelho de cem faces**: o universo relacional de um advogado setecentista. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/Pós-Graduação História da UFMG, 2004. (Olhares)

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário da terra e da gente de Minas**. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro/ SEC-MG, 1985. (Publicações do Arquivo Público Mineiro, 5), Verbete “Batuque”.

BOSCHI, C. C. *Os leigos e o poder*. São Paulo: Ática, 1984.
FONSECA, C. D. **Des terres aux Villes de l’Or** : pouvoir et territoires urbaisn dans Minas Gerais aux XVIIIe siécle. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

CAMPOS, A. A. **A terceira devoção dos setecentos mineira**: o culto a São Miguel e almas. São Paulo: USP, 1994. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

CARRATO, J. F. **Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras coloniais**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

FONSECA, C. D. **Des terres aux Villes de l'Or** : pouvoir et territoires urbains dans Minas Geraus aux XVIIIe siécle. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. Trad. F. Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. Tradução de Maria Betânia Amoroso e José Paulo Paes, revisão técnica de H. Franco Júnior. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOUVEIA, A. C. In: MATTOSO, J. (Org.) **História de Portugal**. Lisboa: Estampa, 1993.

HESPANHA, A. M. A Igreja. In: MATTOSO, J. (Org.) **História de Portugal**. Lisboa: Estampa, 1993, v. IV p. 287ss.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936. (Documentos Brasileiros).

LIMA, L. L. da G. *A* **Confissão pelo Avesso**: o crime de solicitação no Brasil Colonial. São Paulo: USP, 1990. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990, 3v.

MOTT, L. R. B. **Rosa Egipcíaca**: uma santa africana no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

_____. "Escravidão e Homossexualidade". In: VAINFAS, Ronaldo. (Org.) **História e Sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. (Biblioteca de História, 17).

PAIVA, José Pedro de M. **Os Bispos de Portugal e do Império**: 1495-1777. Coimbra: Imprensa Universitária, 2006.

_____. **El Estado em la Iglesia y la Iglesia em El Estado**: contaminaciones, dependências y disidencia entre la monarquia y la Iglesia del reino de Portugal (1495-1640). *Manuscrits* 25, 2007: 45-57.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 333-335.

RAMOS, Donald. A ‘voz popular’ e a cultura popular no Brasil do século XVIII. In: SILVA, M. B. N. **Cultura Portuguesa na Terra de Santa Cruz**. Lisboa: Estampa, 1995.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Precondições e Precipitantes do Movimento de Independência na América Portuguesa. In: FURTADO, J. F. (Org.) **Diálogos Oceânicos**: Minas Gerais e as novas abordagens para uma História do Império Ultramarino Português. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p. 426-433. (Humanitas, 67)

SANTOS, Patrícia Ferreira dos. **Poder e palavra**: discursos, contendas e direito de padroado em Mariana (1748-1764). São Paulo: USP, 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. O maravilhoso e o terrível nas visitas pastorais a Catas Altas e Curral del Rei: poder episcopal e direito de padroado (1748-1764). **LPH - Revista de História** (UFOP), v. 16. p. 160-174. 2006.

SOUZA, L. de M. **O sol e a sombra**: política e administração na América Portuguesa do século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial, 9ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 375.

_____. **Desclassificados do Ouro**: a pobreza mineira no seçulo XVIII, 4ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

_____. **Opulência e Miséria das Minas Gerais**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

TORRES-LONDOÑO, F. **Público e Escandaloso**: igreja e concubinato no antigo bispado do Rio de Janeiro. São Paulo, 1992. (Tese de doutorado) - FFLCH/USP.

_____. **A Outra Família**: Concubinato, Igreja e escândalo na Colônia. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. O crime do amor. In: D'INCAO, M. A. **Amor e família no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. (Org.) **Paróquia e comunidade no Brasil**: perspectiva histórica. São Paulo: Paulus, 1997.

TORRES-LONDOÑO, Fernando. Sob a autoridade do pastor e a sujeição da escrita. **História: Questões e debates**, nº 36. Curitiba: Editora da UFPR, 2002.

_____. Las cartas pastorales del Brasil del siglo XVIII. **Separata Anuario de Historia de La Iglesia**, XII. Navarra: Faculdade de Teología/ Instituto de História de La Iglesia, 2003.

_____. Cuestiones Teológicas en el Brasil Colonial. In: SARANYANA, Josep-Ignasi (Dir.); GRAU, C. A. (Coord.) **Teología en América Latina**: Escolástica barroca, Ilustración y preparación de la Independencia (1665-1810), v. II/t.1. Vervuert: Iberoamericana, 2005, capítulo IV.

TRINDADE, R. O. (Côn.) **A Arquidiocese de Mariana**: subsídios para sua História, 1ª edição. Liceu Coração de Jesus, São Paulo, 1929, 2v; 2ª edição. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1953, 3 v.

VAINFAS, Ronaldo. (Org.) **História e Sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. (Biblioteca de História, 17)

_____. **Micro-história**: os protagonistas anônimos da História. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

VENÂNCIO, R. P. A História e a Micro-História: uma entrevista com Carlo Ginsburg. Mariana, **LPH: Revista de História**, 1: 1-6, 1990.

_____. Nos limites da Sagrada Família. In: VAINFAS, R. (Org.) **História e Sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986. (Biblioteca de História, 17).

# “Ele valia um exército...”.[1] Carreira, trajetória social e governação de Francisco Barreto de Meneses, governador geral do Estado doBrasil.[2]

*Caroline Garcia Mendes*
*Francisco Carlos Cosentino*

**Resumo:** Esse artigo reconstrói a carreira e a trajetória de Francisco Barreto de Meneses, governador geral do Estado do Brasil e o exercício por ele de alguns dos poderes próprios do governo geral. Destaca sua fidalguia e a sua ação governativa na concessão de mercês, no provimento de cargos e na manutenção dos espaços de jurisdição entre o governo geral e o governo das capitanias da América portuguesa.

**Palavras-chave:** Francisco Barreto de Meneses. Trajetória social. Governo geral. Governação.

***“Ele valia um exército...”: career, the social trajectory and governação of Francisco Barreto de Meneses, governor-general of the State of Brazil.***

[1] CALMON, Pedro. *Francisco Barreto. Restaurador de Pernambuco*. Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral das Colônias. 1940, p. 7.

[2] Esse artigo foi possível graças aos recursos de projetos e as bolsas fornecidas pelo CNPq e pela FAPEMIG.

***Abstract:*** *This work intends to analyze the trajectory of the general governors of the State of Brazil Francisco Barreto de Meneses emphasizing his importance and elevated social position occupied in the Portuguese monarchy. This work also intends aims the government of the general government during the times of Meneses.*
***Keywords:*** *Francisco Barreto de Meneses. Social trajectory, Governor-general.*

O objetivo desse trabalho é resgatar a trajetória social e ação de governo desenvolvida no Estado do Brasil num período do século XVII, realizada pelo servidor régio mais elevado na conquista americana da monarquia pluricontinental portuguesa, o seu governador geral. Por meio da trajetória e da governação do governador geral Francisco Barreto de Meneses pretendemos recuperar aspectos da história da América portuguesa pouco tratados pela historiografia contemporânea, destacadamente a vida política e administrativa do Estado do Brasil durante o Antigo Regime, em particular na segunda metade do século XVII.

Por isso mesmo, esse trabalho está inserido num processo de revigoramento vivenciado pelos estudos da política e do político dentro de uma perspectiva renovada em profunda articulação com o social e a cultura[3]. É o político

[3] Ver a respeito PUJOL, Javier Gil. **Tiempo de política**. Perspectivas historiográficas sobre la Europa moderna. Barcelona: Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona, 2006.

pensado sob o ponto de vista da vida política e os aspectos que lhe são inerentes (a negociação, o conflito, o consentimento, e outros), mas também das culturas políticas, da história das idéias políticas, dos personagens aqui observados de perto nas suas carreiras. É o político articulada ao social e sua história, percebidos como elementos indissociáveis. Essa renovação vivenciada pela historiografia mundial há mais de trinta anos tem superado a secundarização imposta aos estudos do político pelos Annales e o seu rechaço a histoire événementielle que, de maneira simplista, era identificada com todo tipo de história política[4], com Lucien Febvre chamando-a de "história de pernas curtas".[5]

Assim sendo, o estudo da vida política e da administração régia portuguesa no Estado do Brasil esteve por muito tempo marginalizado e isolado, concebido como um trabalho menor, produto de uma historiografia tradicional. Só recentemente esse enfoque de estudo vem sofrendo um processo de reativação e, nesse contexto, ganha destaque o pequeno conhecimento existente a respeito da ação política e governativa desenvolvida nessa conquista ultramarina da monarquia pluricontinental portuguesa.

---

[4] PUJOL, Javier Gil. Notas sobre el estudio del poder como nueva valoración de la Historia Política. In: **PEDRALBES Revista d´Història Moderna**., n. 3. Universitat de Barcelona, 1983, 62.

[5] LOPES, Marco Antônio. **Para Ler os Clássicos do Pensamento Político**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 23.

Esse trabalho se propõe a estudar a ação governativa de Francisco Barreto de Meneses, governador geral do Estado do Brasil na segunda metade do século XVII, para através dessa escala de análise responder a algumas perguntas referentes não apenas ao seu governo, mas também, iluminar a governação realizada pelo governo geral do Estado do Brasil. Quais os poderes e atribuições desses governadores? Como se relacionavam esses governadores com os outros ofícios régios presentes nessa conquista americana? Por fim, qual a trajetória social na monarquia portuguesa desses servidores? Consideramos que a resposta a essas perguntas permite-nos avançar na compreensão do governo do Estado do Brasil e na caracterização dos seus governadores, assim como, no posicionamento e importância dessa conquista americana de Portugal no contexto dessa monarquia pluricontinental.

Por tudo isso, esse é um estudo que se pretende livre das amarras e dos anacronismos das análises dicotômicas presentes em muitos estudos de história "colonial". Nosso objetivo é estudar o governo geral do Estado do Brasil percebendo e captando a multiplicidade de relações, redes e ações que caracterizaram a vida política e a administração no interior do império português, concebido não apenas como resultado da monarquia lusa, mas também como produto da vida das suas conquistas ultramarinas. Percebendo inclusive, como faz Ângela Barreto Xavier, que "não há processos

duráveis de dominação sem o consentimento (nas suas mais variadas formas) das populações dominadas".[6]

Inicialmente vamos caracterizar a carreira e a trajetória social de Francisco Barreto para em seguida, reconstruir alguns momentos do exercício do seu governo geral do Estado do Brasil.

## 1. ACRESCENTAMENTO E MERECIMENTO: UMA CARREIRA E TRAJETÓRIA SOCIAL BEM SUCEDIDA

Francisco Barreto de Meneses foi um fidalgo português bem sucedido na sua carreira e trajetória social. Ele teria nascido quando seu pai, Francisco Barreto, foi para o Peru com o primo, o vice-rei Dom Fernandes de Borja[7], onde foi "Governador de Calhao: não se casou, e teve de huma mulher principal natural da Nova Espanha a Francisco Barreto de Menezes"[8]. No *Testamento do General Francisco Barreto de Menezes* está dito que a ida de Francisco Barreto ao Peru é confirmada por "alvará e carta, ambos de 3 de março de 1618,

---

[6] Ângela Barreto Xavier. *A invenção de Goa. Poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII.* Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008, p.24.

[7] Don Francisco de Borja y Aragón era conde de Mayalde e de Ficalho, além de Comendador de Azuaga pela Ordem de Santiago e "caballero de Montesa y Toisón de Oro". Casado com a princesa de Esquilaches, chegou a Lima quando tinha 38 anos. Ver em: MONTERO, José. *Los Virreys Españoles en América*. Barcelona: Editorial Mitre, s/d. p. 243-244.

[8] SOUSA, Antonio Caetano de. *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Tomo XII. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2007. p. 271.

pelos quais o rei lhe concedia permissão para ali ser armado cavaleiro e lhe ser lançado o hábito da Ordem de Santiago".[9] A historiografia ainda indica que seu pai "foy Senhor do Morgado da Quarteira, e da mais Casa de seus avós (…)."[10] E ainda, "alcaide-mor de Faro e comendador da Ordem de Cristo".[11]

Apesar das indicações quanto ao seu nascimento no Peru[12], o próprio Francisco Barreto de Menezes alegava ser filho, "de Francisco Barreto e D. Isabel de Borja, natural da Vila de Madrid e bautizado na freguesia de Santa Maria (…)"[13] atitude que provavelmente pretendia esconder a sua bastardia de origem.[14]

Apesar de ilegítimo, Barreto era filho único e, portanto, herdeiro de seu pai. Dessa forma, Francisco Barreto de Meneses era um filho natural que, legitimado ou não[15], herdou do seu pai sua fidalguia e os seus bens.

---

[9] MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Testamento do General Francisco Barreto de Menezes.* Parque Histórico Nacional dos Guararapes/Recife: IPHAN/MEC, 1976. p. 9.
[10] SOUSA: 2007, t. XII, 271.
[11] CUNHA, Mafalda Soares da & MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII**. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo *et all*. Optima Pars: Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p. 222.
[12] Segundo Mello, Menezes era "'natural do Peru, donde seu pai o houve de uma mulher nobre e casada' e que esta e os pais dela 'eram naturais da mesma província" (MELLO:1976, 14). Segundo Pedro Calmon, Menezes seria do ano de 1616. Para Mello, Menezes teria nascido por volta do ano de 1619 (MELLO:1976, 9).
[13] MELLO:1976, 9.
[14] MELLO:1976, 9.
[15] Ver Ordenações Filipinas. Livro IV, Título XCII. E provavelmente foi legitimado, ato que precisa necessariamente de aprovação régia.

São poucas as informações sobre sua juventude. Segundo Pedro Calmon “as primeiras armas êle as fêz na expedição que o conde da Tôrre trouxe ao Brasil em 1638”.[16] Em 1644, em carta patente de D. João IV, há a descrição da sua atuação, onde se destacam os

> serviços que me tem feito desde o anno de seiscentos e trinta e oito ate o prezente em que passou ao Brazil na Armada do Conde da Torre, achandosse em todos os encontros que teve com o inimigo, e na jornada que o mestre de Campo Luis Barbalho fez por terra para [...] a Bahia em ocaziao em que se foy impedir a fortificação que os olandezes intentarão fazer no Rio Real(...).[17]

Ao se alistar na Armada do Conde da Torre, recebeu a “promessa régia do hábito da Ordem de Cristo”[18], recebendo ainda, em “alvará de 17 de dezembro de 1641 a mercê de 200 cruzados anuais até ser provido em comenda da mesma Ordem”.[19]

Após o seu retorno do Estado do Brasil, nas batalhas da Restauração, entre 1643/44, esteve “nas fronteiras de alentejo em que ocupou os postos de capitão de infantaria capitão de cavallos e mestre de campo na provincia da beira, procedendo sempre com valor”.[20] De acordo com Mello havia

---

[16] CALMON:1940, 8.
[17] ANTT - Chancelaria D. João IV. Livro 16, fls. 204v. /205.
[18] MELLO: 1976, 9.
[19] MELLO: 1976, 10.
[20] ANTT - Chancelaria D. João IV. Livro 17, fls. 347/347v.

da parte de D. João IV muita confiança em Francisco Barreto demonstrada quando, discordando da Consulta feita ao Conselho de Guerra sobre o comando de um novo terço de infantaria no Alentejo, nomeou **"**a Francisco Barreto para servir enquanto durar esta campanha".[21]

A nomeação para comandar a revolta em Pernambuco contra os holandeses, apesar das opiniões contrárias, reafirma essa confiança. Segundo alguns membros do Conselho de Estado "Francisco Barreto, pondo-se de parte a sua qualidade, valor e merecimento, não tinha idade, autoridade e experiência necessárias para ocupar tal posto".[22]

Em 1647 Francisco Barreto foi nomeado Mestre de Campo General[23] do Estado do Brasil e neste mesmo ano recebeu do rei como mercê a "consignação de 180$ na comenda de Santo Isidoro do Eixo, da Ordem de Cristo, e de 100$ de renda na alcaidaria-mor da Vilar Maior".[24]

Essa nomeação de Francisco Barreto respeita a natureza hierárquica do Antigo Regime e demonstra em parte

---

[21] MELLO: 1976, 11.
[22] MELLO: 1976, 11.
[23] De acordo com Bluteau, marechal de campo general "He aquelle, que não estando presente o General do exercito, governa com mero, & mixto imperio toda a infanteria, cavalleria, & artelharia, & estando ambos juntos, o General dà ao Mestre de Campo General todas as ordens para o que toca ao governo da infanteria, para que por sua via se distribuão aos Mestres de campo, & delles a outros officiaes subalternos. Ao Mestre de Campo General toca fazer a distribuição dos alojamentos por mayor, dar as licenças para os vivandeiros do exercito, &c. & tem o privilegio de usar da mesma insignia, q o General" (BLUTEAU, D. Raphael. **Vocabulario Portuguez e Latino**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, s/d, CR-ROM, tomo V, p. 457).
[24] MELLO: 1976, 15.

a carreira militar de um fidalgo. Antes de ser nomeado como Mestre de Campo General em 1647, já havia ocupado os cargos imediatamente anteriores de Mestre de Campo da Beira e Capitão de Cavalos. Acima de Mestre de Campo General havia apenas os cargos de Capitão Geral e governador de Armas, cargos que possuíam o mesmo soldo[25]. Por outro lado, o acrescentamento social é visível. No período em que Barreto serviu em Portugal, um Mestre de Campo ganhava aproximadamente 46.000 réis, enquanto um Mestre de Campo General recebia 200.000 réis, mais de 4 vezes o valor do primeiro soldo.[26]

A historiografia expõe versões sobre a vinda de Barreto para o Estado do Brasil. Varnhagen, Pedro Calmon e Antonio Gonsalves de Mello afirmam que Barreto teria vindo para expulsar os holandeses. Leonor Freire Costa, baseada em Charles Boxer afirma que "*a pretexto de rapidamente terminar com a rebelião*, o rei nomeou Francisco Barreto de Meneses para mestre-de-campo general".[27] Sua juventude e inexperiência poderiam contribuir para que a "rebelião" não desse certo, dando cumprimento às ordens de Portugal de não expulsar os holandeses do Brasil.[28] Uma outra alternativa

---

[25] HESPANHA, António Manuel. As finanças da Guerra. In: _____. (coord.). **Nova História Militar de Portugal**. v. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004. p. 181.

[26] HESPANHA: 2004, 181.

[27] COSTA, Leonor Freire. Pernambuco e a Companhia Geral do Comércio do Brasil. In: **Penélope**, n. 23. 2000. p. 45 (Itálico nosso).

[28] De acordo com Evaldo Cabral de Mello, "a restauração fora assim alcançada não apenas sem o Rei, mas contra ele, desobediência que,

de explicação, seria as relações de Francisco Barreto com o conde de Penaguião, membro importante do Conselho de Estado e com interesses no nordeste do Estado do Brasil.[29]

Além do comando de todos os terços de infantaria ao Mestre de Campo General, ele também foi nomeado governador da Capitania de Pernambuco, em abril de 1648.

---

contudo, não se considerava incompatível com a lealdade da nobreza da terra" (MELLO, Evaldo Cabral. *Rubro Veio.* **O imaginário da restauração pernambucana**. 3ª edição. Alameda. São Paulo, 2008, p. 95). Segundo Leonor Freire Costa, o Conselho Ultramarino foi condenado em 1645 por se corresponder com os revoltosos. Trata-se de um "decreto real que condenaria o tribunal por se corresponder em nome do monarca com os cabecilhas André Vidal de Negreiros e João Fernandes Vieira, 'homens que comtra a forma das ordens de V. Magestade estavão fazendo guerra aos holandezes com que V. Magestade tinha celebrado tregoa e que entendesse o Conselho que estes homens tinhão feito a V. Magestade grande desserviço'" (COSTA: 2000,45).

[29] A primeira esposa de Barreto era filha do "III Conde de Penaguião, Camareiro mór delRey D. João IV" (SOUSA: 2000, t.XIV, 266). São grandes as influências do sogro na monarquia portuguesa. Ser camareiro do Rei era um ofício que, segundo Pedro Cardim, estava incluído ente os ofícios maiores da Casa Real (CARDIM, Pedro. A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade de Seiscentos, **Tempo**, Rio de Janeiro, nº 13, p. 22). O casamento expôs a "existência prévia de relações estreitas entre a casa de Penaguião e Barreto, [e] esclarece a surpreendente designição deste último para mestre-de-campo general do exército de Pernambuco em 1647, designação que tivera de vencer a oposição do Conselho de Estado" (MELLO, Evaldo Cabral. **Olinda Restaurada**. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. 3ª edição. São Paulo: Editora 34, 2007. p. 391/392). Acrescenta-se a essas relações o fato de que, segundo Evaldo Cabral de Mello, em 1689 havia um engenho em Pernambuco denominado Moreno, que estava em nome da viúva de Penaguião, que nos permite inferir que durante estas batalhas pela restauração do nordeste do Brasil este engenho já fosse da Casa de Penaguião. Assim, a oposição do camareiro-mor à paz com a Holanda (MELLO:2007,338), a condenação do Conselho Ultramarino por se corresponder com os revoltosos pernambucanos (COSTA:2000,45) e o envio de Francisco Barreto como comandante das tropas, mesmo que inexperiente, pode ter sido um meio de proteger as posses dos Penaguião na conquista americana. Ou, simplesmente, o apoio da Casa dos Penaguião a ascensão de um dos membros da sua clientela e que futuramente comporia a Casa pelo casamento.

Depois de 8 anos de batalhas em Pernambuco e 24 anos de ocupação holandesa, os flamengos foram expulsos do Brasil e por conta disso, Francisco Barreto recebeu diversas mercês régias: o cargo de Conselheiro de Guerra, dois mil cruzados de renda consignados em comendas vagas ou quaisquer outros efeitos, o cargo de Governador e Capitão General do Estado do Brasil e o direito de edificar uma vila na Capitania de Pernambuco que lhe pertenceria de juro e herdade.[30]

Tendo concluído três anos de governo como consta de todas as cartas patentes – "o sirva por tempo de tres annos & o mais emquanto eu o houver por bem e nam mandar o contr$^{o.}$"[31] – Barreto pede em carta de 25 de Maio de 1661 seu retorno: "em consideração do tempo que há que governo este Estado supponho haver-me Vossa Magestade feito mercê de successor; e o espero cada hora".[32] O acesso às instâncias decisórias e a proximidade com o Rei, tornava a volta a Portugal necessária e essencial para que os súditos continuassem a obter mercês. Assim, ainda que a estadia no

---

[30] MELLO: 1976, 12-13. Com a mesma data da Carta Patente para governador-geral do Estado do Brasil encontramos um alvará régio que autoriza Barreto a constituir uma villa no Estado do Brasil. Este alvará afirma que o Rei lhe concede autorização para edificar uma vila "aonde lhe paresser mais conveniente naquellas capitanias para que nella fique sempre memoria deste particular serviço a qual villa lhe [....] casa de juro e herdade na forma da ley mental" (ANTT - Chancelaria de D. João IV. Livro 28, fol.76-76v.). De acordo com Raphael Bluteau, villa é "uma povoação aberta, ou cercada, que nem chega a Cidade, nem he tão pequena, como Aldea. Tem Juiz & Senado da Camara, & seu pelourinho (…)."(BLUTEAU: s/d, t.VIII, 489).

[31] BNRJ – Seção de Manuscritos, 1, 2, 5.

[32] *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional,* v. 4. Rio de Janeiro: Augusto Porto & Cia., 1928, p. 418.

Brasil tenha sido benéfica para Francisco Barreto, a permanência aqui foi entendida como prejudicial conforme ele afirma em carta para o governador do Rio de Janeiro, Pedro de Mello,

> quando eu esperava que V. Sa. Me succedesse nelle (entendendo se equivocavam as novas) considero a V. Sa. nesse, sendo esphera tão limitada a seu merecimento, e empresa tão ociosa a seu valor; não posso deixar de o sentir malogrado, pois em tempo que podera ser continuado nas Guerras do Reino, occupação da fama, *o vejo ser sepultado no Brasil*, escandalo do serviço de Sua Magestade (…) Mas abstraindo dessa razão,bastarão as de 16 annos ausente da minha Casa, em que ella recebe seus dissabores dos Camaradas em que eu perco o gosto(...). [33]

A prestação de serviços dos vassalos portugueses é fundamental para a conquista de benesses reais. Daí a situação contraditória vivida por Francisco Barreto no Brasil. Estava prestando serviços a monarquia e acumulava condições de reivindicar mercês, entretanto, longe da corte e do rei corria risco, afastado do centro das decisões. Dessa forma, encontramos dois momentos distintos na vida de Barreto: quando em 1637 ele se oferece para vir ao Brasil na

---

[33] *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional*, v. 5. Rio de Janeiro: Augusto Porto & Cia, 1928, p. 146.

armada do Conde da Torre e quando, em 1663 ele afirma que estar no Brasil é ser “sepultado”. Se no início de sua trajetória social ele necessitava de prestar serviços a Coroa para receber mercês que o tornariam superior dentro da sociedade portuguesa, agora ele percebe que a distância do Reino tem seus prejuízos como a distância do centro das decisões e do monarca, locais de usufruto de prestígio, exercício de poder e fonte de obtenção de mercês.

Por outro lado, reforçando o que indicamos anteriormente, “a permanência de Barreto no Brasil de 1647 a 1663, fizera, de fato, de um militar pobre um homem de grande fortuna”.[34] Ao contrário do que afirma Pedro Calmon, que Barreto teria morrido pobre[35], é possível perceber através de seu testamento a quantidade de procuradores que Barreto possuía para cuidar de seus negócios.

Francisco Barreto se casou duas vezes, sendo sua primeira esposa, D. Maria Francisca de Sá, filha do conde de Penaguião e com ela teria tido uma filha, D. Antónia Maria Francisca de Sá. Antonio Caetano de Sousa indica que essa sua filha

> foy Senhora da Casa de seu pay, I. Condessa do Rio Grande, Senhora em quem concorrerão grandes virtudes, e gravidade; (…) casou em Outubro de 1684 com Lopo Furtado de Mendonça,

[34] MELLO: 1976, 14.
[35] CALMON: 1940, 27.

> Commendador de Loulé, e por sua mulher Conde do Rio Grande.[36]

É importante destacar que a primeira esposa de Francisco Barreto era irmã da Condessa de Atouguia.[37]. Assim, D. Maria Francisca de Sá era cunhada do conde de Atouguia, D. Jerônimo de Ataíde, que também foi governador do Estado do Brasil (1654-1657), no período imediatamente anterior a Barreto. Mesmo sem informações sobre este assunto, é possível sugerir a existência de uma relação entre eles, tendo em vista a proximidade entre as famílias. A ponta de uma rede de clientela pode ser percebida nessas relações familiares, principalmente entre dois governadores que se sucedem no governo do Estado do Brasil, e nos indica outra possibilidade de explicação para a sua vinda para o Brasil.

Em novembro de 1663 Francisco Barreto de Meneses retornou a Portugal e tomou posse do cargo de conselheiro de Guerra[38]. Seis anos depois, foi nomeado presidente da Junta da Companhia do Comércio Geral conforme indica a patente a seguir,

> Fr.$^{co}$ Barretto do meu conc.$^{o}$ de guerra q' nele me servira m.$^{to}$ e minha satisfação como [fes em tudo] o de q' fis encarrego tendo [...] e aos merecimentos

---

[36] SOUSA: Tomo XII, 271-272. Este título, contudo, não continua na família de Barreto por ter seu neto, Joseph Antonio Barreto Furtado de Mendonça e Menezes, morrido ainda jovem acompanhando seu pai em batalhas (SOUSA: Tomo XII, 273).

[37] SOUSA: Tomo XII, 266.

[38] BELLO, Conde de Campo. **Governadores-Gerais e Vice-reis do Brasil**. Artes Gráficas: Porto, 1940. p. 80.

> e serv.ços de sua pessoa me pras e hei por bem de o nomear por Presidente da d.ª Junta da comp.ª do Comércio per tempo de tres annos(…). [39]

Em 1672 teve seu mandato renovado devido a "experiencia com que se acha das cousas do Comercio".[40] Pelo seu testamento, podemos entender esses dizeres. Ao longo da sua vida, Francisco Barreto, como muitos outros fidalgos durante o Antigo Regime português[41], ampliou suas posses, participando indiretamente de negócios diversos por meio de procuradores. Como exemplo temos casas arrendadas no Recife e um "padrão de juros" no valor de 40$ anuais "consignados no Almoxarifado do Reino do Algarve".[42]

Francisco Barreto de Meneses faleceu em Lisboa no ano de 1688 com cerca de 70 anos de idade.[43] Pela quantidade de mercês recebidas por ele, inclusive a promessa do título de conde do Rio Grande a se realizar na sua filha, indica uma carreira e trajetória social bem sucedida segundo os padrões da remuneração de serviços adotados pela

---

[39] ANTT – Chancelaria de Afonso VI. Livro 20, fol. 414 – 414v.
[40] ANTT – Chancelaria de Afonso VI. Livro 30, fol. 74v.
[41] Em trabalho pioneiro de Virginia Rau, encontramos um exemplo deste envolvimento com negócios comerciais na carreira de António Teles da Silva, conselheiro de guerra e governador e capitão-geral do Estado do Brasil (RAU, Virgínia. **Estudos sobre a História Econômica e Social do Antigo Regime**. Lisboa*:* Editorial Presença, 1984. p. 30).
[42] MELLO: 1976, 20. Padrão de juros era um "título de renda de juros da coroa." Ainda, segundo Bluteau, era passado por um "alvará delRey de merce hereditaria, lançado em pergaminho, com seus sellos pendentes"(BLUTEAU:s/d, t.VI, 181).
[43] MELLO: 1976, 14.

monarquia portuguesa no Antigo Regime. Podemos mesmo dizer que Francisco Barreto constitui-se num caso exemplar da sua época na medida em que, de simples fidalgo, prestando serviços com qualidade, chegou a postos elevados na hierarquia da administração da monarquia portuguesa – governador geral do Estado do Brasil, presidente da Junta de Comércio – a postos cimeiros da carreira militar – mestre de campo general e conselheiro de guerra – e da fidalguia – conde de Rio Grande –, mesmo que a ser realizado em sua filha. No caso do título, esse se constituiu na mercê mais elevada e pretendida pelos fidalgos que prestavam serviços aos monarcas portugueses, pois colocava o súdito que o recebia na posição mais elevada da hierarquia aristocrática. Nesse sentido, Francisco Barreto fazia parte de um grupo social com trajetórias bem semelhantes, que seria o dos governadores gerais do Estado do Brasil neste período, segunda metade do século XVII, fidalgos com serviços militares prestados para a Coroa nas batalhas da Restauração e que por esse merecimento, galgaram posições sociais, governos importantes nas conquistas, comendas e alguns, títulos. Dessa forma, conhecer a sua trajetória social e sua atuação no governo-geral do Estado do Brasil é esclarecedor e relevante para a historiografia, pois permite desvendar a dinâmica social e a ação governativa desenvolvida pelos governadores que passaram e atuaram

nessa conquista, cada vez mais importante, da monarquia pluricontinental portuguesa.

Por outro lado, não podemos dizer que Francisco Barreto de Meneses foi um personagem comum na sua época. Se assim fosse, não teria tido a ascensão que ele teve. Segundo Mafalda Soares da Cunha, na remuneração de serviços, pelo lado da monarquia, "os fatores que intervinham no parecer final articulavam as qualidades do requerente com a situação concreta do despacho de serviços anteriores, ponderando-as com o estado de necessidade do território em causa".[44] Diz ela ainda que, "a existência de conflitos militares abertos ou outras dificuldades conhecidas reforçavam a capacidade negocial do governante indigitado e propiciavam maior liberalidade da Coroa".[45] Francisco Barreto, como bem o disse Pedro Calmon, que nós tomamos como título desse artigo, "Êle só valia um exército....".[46] Ainda segundo ele, "Nascera para comandar; foi enérgico e inteligente na luta e no governo; e deixou na história americana, entre 1638 e 1663, um vestígio indelével".[47] Ou seja, sua trajetória foi compatível às qualidades demonstradas, justificando, por merecimentos, as mercês recebidas.

---

[44] CUNHA, Mafalda Soares da. Governo e governantes do Império português do Atlântico(século XVII). In: BICALHO, Maria Fernanda, FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Modos de governar**. Idéias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda Editorial, 2005, p. 73.
[45] CUNHA:2005, 73.
[46] CALMON: 1940,7.
[47] CALMON: 1940,7.

## 2. GOVERNAÇÃO NO ESTADO DO BRASIL NOS SEISCENTOS: FRANCISCO BARRETO DE MENESES

A historiografia, há algumas décadas, tem minimizado e menosprezado a reconstrução da atuação governativa dos governadores gerais do Estado do Brasil, particularmente nos dois séculos anteriores ao Setecentos. Por isso mesmo, apesar das suas limitações teóricas, ganha relevo os trabalhos de Varnhagen e Pedro Calmon que por meio de pesquisa empírica valiosa procuraram, a sua maneira, tratar dos governos do Estado do Brasil. Importância também teve o esforço comparativo realizado por Eulália Maria Lahmeyer Lobo[48] no sentido de procurar caracterizar a ordem administrativa portuguesa e espanhola na América.[49] Importante contribuição, pelo seu caráter visionário, foi dada por Sérgio Buarque de Holanda no seu *História Geral da Civilização Brasileira*, trabalho isolado num contexto onde a historiografia minimizava o poder dos governadores gerais de diferentes maneiras: seus governos eram analisados como produtos ou de uma centralização de um Estado absolutista metropolitano ou de uma administração confusa de poderes indeterminados. Esses foram estudos que pela historiografia

---

[48] LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Processo Administrativo Ibero-Americano*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1962.

[49] Na última década alguns estudos sobre o governo das conquistas portuguesas começaram a ser produzidos e publicados e merecem destaque. Entre eles estão os trabalhos de Nuno Gonçalo Monteiro e Mafalda Soares da Cunha, Maria de Fátima Silva Gouvêa e Marília Nogueira dos Santos, entre outros.

da época apresentam limites e são motivo de crítica, seja pelas atitudes anacrônicas que procuram encontrar no século XVI e XVII Estados nação, naquele momento, absolutistas, que seriam a origem dos modernos Estados contemporâneos, ou pela análise dualista que, de forma simplista, reduz o estudo da política a lógica da soma zero: dominador e dominado.

Nosso trabalho, afinado com a renovação dos estudos da história política, como indicamos no início desse artigo, pretende trabalhar o exercício do governo na conquista portuguesa da América recuperando o exercício do poder no Antigo Regime, como era a monarquia pluricontinental portuguesa. Por isso, começamos essa parte do nosso trabalho resgatando alguns significados essenciais para a compreensão da ação de governo nesse período histórico.

Nos últimos anos, embalados pela renovação dos estudos da política, particularmente aqueles relacionados ao período moderno,

> una serie de dicotomías que entonces servían para encuadrar y a menudo explicar las diversas situaciones producidas (estado-sociedad, corte-país, centro-periferia, revuelta-obediencia, público-privado, incluso ideas-realidad) se han revelado como altamente insatisfactorias para dar cuenta de

> una sociedad de Antiguo Régimen que ahora es reconocida como mucho más compleja y viva.[50]

Em razão disso, um conjunto de certezas começaram a ser questionadas, entre elas, a caracterização de absolutista para as monarquias européias dos Quinhentos e dos Seiscentos.[51] Muitos foram os historiadores que contribuíram com suas críticas para aprofundar a compreensão das monarquias do Antigo Regime e, no caso das monarquias ibéricas, os trabalhos de John H. Elliott[52] desempenharam um papel fundamental, seja para caracterizar a monarquia compósita espanhola, seja para sinalizar na direção das particularidades portuguesas, permitindo a elaboração do conceito de monarquia pluricontinental. Ou seja, era essa monarquia "a cabeça de um desproporcionado império

---

[50] PUJOL, Xavier Gil. Del estado a los lenguajes políticos, del centro a la periferia: dos décadas de historia política sobre la España de los siglos XVI y XVII. In: _____. **Tiempo de política**. Perspectivas historiográficas sobre la Europa Moderna. Barcelona: Universitat de Barcelona,2006, 271.

[51] Entre outros, ver: HESPANHA, António Manuel. **As vésperas do Leviathan**. Coimbra: Almedina, 1994; PUJPL: 2006; LADURIE, Emmanuel Le Roy. **O Estado Monárquico**. França, 1460 – 1610. São Paulo: Cia das Letras, 1995; ALBALADEJO, Pablo Fernández. *Fragmentos de Monarquia*. Madrid: Alianza Editorial, 1993; OESTREICH, G. Problemas estruturais do absolutismo europeu. In: HESPANHA, António Manuel. **Poder e instituições na Europa do Antigo Regime**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 181-200; XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, António Manuel. A representação da Sociedade e do Poder. In: HESPANHA, António Manuel (org.). **História de Portugal**. O Antigo Regime. v. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 113-140.

[52] Merece destaque no conjunto da substancial e volumosa obra desse historiador: ELLIOTT, John H. Uma Europa de monarquias compuestas. In: _____. **España em Europa. Estudios de historia comparada**. Valencia: Universitat de València, 2003. p. 65-91.

colonial, que fornecia à coroa portuguesa recursos financeiros largamente independentes da pressão tributária sobre o interior do território”[53], sendo que, essa “monarquia coincidiu sempre com o reino, apoiada nos proventos das suas ‘conquistas’” .[54]

No nosso entendimento, essa monarquia pluricontinental tinha por base uma ordem social corporativa, uma estrutura política sinodal e um funcionamento baseado em regras jurisdicionais. Nessa ordem fundada no dar a cada um o que é seu, em decorrência do seu status, numa estrutura decisória baseada na consulta de órgãos colegiados – Conselho de Estado, Desembargo do Paço, Conselho Ultramarino, etc – e fundamentada nas regras do direito, ou seja, numa ordem típica do Antigo Regime, fazer política e governar possuíam sentidos bem distintos do que compreendemos nos dias de hoje e essas particularidades tem que ser respeitadas para que os estudos não caiam em interpretações anacrônicas.

Segundo Pedro Cardim, na documentação portuguesa dos séculos XVI e XVII, a palavra “política” era pouco empregada enquanto um termo “que designa a acção de criação e de manutenção da ordem dentro de um determinado

---

[53] MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Monarquia, poderes locais e corpos intermédios no Portugal Moderno (séculos XVII e XVIII). In: _____. **Elites e Poder**. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, 2ª ed*. Lisboa: ICS, 2007, 24.
[54] MONTEIRO: 2007, 25.

território".[55] Falava-se mais de "governo" para identificar "a arte de reger, a actividade de conduzir um grupo de pessoas com vontades e com comportamentos diversificados".[56] Enfim, como indica o mesmo autor, "mais do que em 'fazer política', falava-se sobretudo em 'governar', em 'governação' e em 'governança' e todos estes vocabulários designavam a actividade de manutenção da ordem".[57] Ou seja, a governação indica a condução de uma comunidade apoiada no "pressuposto de que a pessoa a quem era confiada essa tarefa reconhecia a capacidade racional, o arbítrio livre daqueles que por ele eram conduzidos".[58]

Miguel Artola define governação como manifestação do governo monárquico, segundo ele "la *unidad del poder* es la condición de todo gobierno monárquico mientras que *gobernación* puede servir para referirse a sus manifestaciones".[59] Não temos um sentido próprio para governação nos dicionários do Antigo Regime. Em Covarrubias, governação aparece como sinônimo de governar e, segundo ele, significa "regir, encaminar y administrar, o la republica o personas y negócios particulares, su casa y su

---

[55] CARDIM, Pedro. "Governo" e "Política" no Portugal de Seiscentos. In: **Penélope**, nº 28, 2003, p.61.
[56] CARDIM: 2003, 61.
[57] CARDIM: 2003, 61.
[58] CARDIM: 2003,62.
[59] ARTOLA, Miguel. **La Monarquía de España**. Madrid: Alianza Editorial, 1999, p. 23.

persona".[60] Em Bluteau encontramos o verbete *governacam*, mas associado a governar que, segundo ele, significa "Mandar com supremo poder,& autoridade. Governar hum Reyno, hum Imperio (…) Governar a Republica (…)".[61] Por essas razões, Artola indica que, "la disponibilidad que, por tanto, le caracteriza nos permite darle un contenido propio, para designar el ejercicio del poder antes de su división en legislativo, ejecutivo y judicial"[62], para em seguida concluir que, "en la gobernación se confunden las funciones hasta el punto de que todas las autoridades participan de ellas, en particular de la jurisdicción".[63] Por fim, Artola complementa o debate a respeito da ação de governação afirmando que "cuando la Corona confiere jurisdicción a los políticos autoriza su iniciativa, e incluso la posibilidad de decidir sobre estas materias".[64]

Por tudo isso, fazemos nossas as palavras de Nuno Gonçalo Monteiro quando este procura definir o resultado da governação afirmando que as fontes narrativas do Antigo Regime "permitem identificar com clareza a existência de uma esfera bem definida da política, da disputa política e da decisão política".[65] Segundo Monteiro,

---

[60] COVARRUBIAS, Sebastián de. **Tesoro de la Lengua castellana o española (facsímil de 1943)**. Barcelona: Editorial Alta Fulla, 2003, p. 652.
[61] BLUTEAU:s/d, vol. IV, 103-104.
[62] ARTOLA: 1999, 23.
[63] ARTOLA: 1999, 23.
[64] ARTOLA: 1999, 24.
[65] MONTEIRO, Nuno Gonçalo. A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal Barroco: Centros de poder e trajetórias sociais (1668-

> de forma abreviada, essa esfera pode resumir-se aos seguintes tópicos: nomeação de pessoas para os cargos e ofícios superiores, remuneração de serviços (mercês), decisão final sobre contendas judiciais especialmente relevantes, política tributária e alinhamentos políticos externos (incluindo guerras) (…).[66]

As prerrogativas, as funções e as responsabilidades próprias da governação foram em parte, transferidos pelos monarcas portugueses aos governadores gerais do Estado do Brasil através dos seus regimentos e cartas patentes.[67] Os governadores gerais eram representantes do rei e receberam essas funções que permitiram aos monarcas portugueses, mesmo que distante, exercer no Estado do Brasil certos poderes que não poderiam ser exercidos se, para cá, não tivessem sido enviados esses oficiais, com a gama de

---

1750) In: TENGARRINHA (org.). **História de Portugal**. São Paulo: Editora UNESP/EDUSC, 2000, p. 129.

[66] MONTEIRO: 2000, 129.

[67] Os governadores gerais como representantes do rei no Estado do Brasil recebiam quando da sua nomeação alguns poderes régios – as *regalias* – entre eles a de conceder mercês, sagrar cavaleiros e arbitrar jurisdições em conflito constituindo-se assim na autoridade maior nessa conquista ultramarina da monarquia pluricontinental portuguesa. É importante ressaltar que "A delegação, no entanto, tinha seus limites, e certos poderes eram mantidos em seus dispositivos fundamentais pelo centro do poder (…)". Além disso, "merecem destaque as questões relacionadas com as graças ou mercês nas quais temos um claro exemplo de delegação dos poderes régios aos governadores-gerais" (COSENTINO, Francisco Carlos. O ofício e as cerimônias de nomeação e posse apra o governo-geral do Estado do Brasil (séculos XVI e XVII). In: BICALHO, Maria Fernanda. FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Modos de governar**. Idéias e práticas políticas no Império português (séculos XVI-XIX). São Paulo: Alameda, 2005. p. 139-140.)

poderes que dispunham. Por todas essas questões e fundamentados nelas, nos propomos a estudar o governo de Francisco Barreto de Meneses para, com esse trabalho, contribuir para uma melhor compreensão dos governos gerais desse período pós-restauração.

Estamos conscientes dos limites e das possibilidades de estudar aspectos de um só governo. Por um lado há os condicionamentos, limites e determinações da conjuntura do Estado do Brasil, da monarquia portuguesa e do seu império ultramarino, associada à situação européia e de inserção do reino luso nesse contexto. Por outro, há as particularidades de um governante e seu governo: suas características pessoais, seus interesses sociais e dos grupos com os quais ele se relaciona. Todos esses elementos atuam no sentido de limitar o alcance de nossas conclusões. Por fim, estamos analisando um governo de Antigo Regime onde as alternativas de mudança são reduzidas pela natureza continuista e imobilista imposta pelos paradigmas da escolástica presente na sociedade e na política portuguesa além do fato de que, na administração das conquistas portuguesas,

> é possível perceber que o exercício de determinados cargos administrativos – especialmente o de governador geral – possibilitou certas permanências que tornaram possível a construção de uma memória ampliada de práticas

> e estratégias governativas implementadas no Império português.[68]

Apesar desses prós e contras, a redução de escala que fazemos para analisar o governo geral do Estado do Brasil, na segunda metade do século XVII, estudando o governo de Francisco Barreto de Meneses, nos leva a fazer nossas, as colocações de Peter Burke, que afirma que "a redução da escala é um procedimento analítico que pode ser aplicado em qualquer lugar, independente das dimensões do objeto analisado" [69], sendo que "o princípio unificador de toda a pesquisa micro-histórica é a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados" .[70] Assim, tratar de um governador-geral mostrará especificidades da administração do Estado do Brasil não observadas quando se analisa o conjunto destes governadores.

Tendo como referência e desdobrando o que governação significava, como indicou Nuno Gonçalo Monteiro, a nomeação de pessoas para os cargos e ofícios, a remuneração dos serviços (mercês), a decisão sobre

---

[68] GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos Trópicos**: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 303-304.

[69] BURKE, Peter. Sobre a micro-história – Giovanni Levi. In: **A escrita da História**. Novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1992. p. 136.

[70] BURKE: 1992, 139.

contendas judiciais, a política tributária e os alinhamentos políticos externos, incluindo as guerras[71], vamos reconstruir parcialmente a atuação governativa de Francisco Barreto em alguns desses aspectos: a concessão de mercês, o provimento de cargos e os conflitos de jurisdição.

**a. A *economia do dom* e o governo-geral[72]**

Segundo Fernanda Olival, a economia de mercê vigente no período analisado era o que movia a prestação de serviços dos vassalos portugueses para sua Coroa.[73] Além disso, como bem indicam António Manuel Hespanha e Ângela Barreto Xavier, o dom, na sociedade do Antigo Regime, fazia parte "de um universo normativo preciso e detalhado que lhe retirava toda a espontaneidade e o transformava em unidade de uma cadeia infinita de actos beneficiais, que constituíam as principais fontes de estruturação das relações políticas".[74] Francisco Barreto de Meneses na sua ação de governo, como representante régio cimeiro no Estado do Brasil não só é produto desses mecanismos remuneratórios e políticos como

---

[71] MONTEIRO: 2000, 129.

[72] Parte das informações aqui trabalhadas são originárias de MENDES, Caroline Garcia. **"Ele só valia um exército":** Francisco Barreto, carreira, trajetória e governação. Viçosa/Minas Gerais: Universidade Federal de Viçosa, Monografia de Bacharelado, 2009.

[73] OLIVAL, Fernanda. **As Ordens Militares e o Estado Moderno**. Lisboa: Estar Editora, 2001, p. 21.

[74] HESPANHA, António Manuel e XAVIER, Ângela Barreto. As redes clientelares. In HESPANHA, António Manuel (dir.) **História de Portugal**. Quarto Volume. O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. p. 382.

também os reproduz. A documentação investigada indica a reprodução dessas relações concedendo mercês a indivíduos que de alguma maneira se relacionam com as malhas clientelares nas quais ele estava inserido.

Nosso primeiro exemplo pode ser encontrado em carta de novembro de 1657, onde Francisco Barreto escreveu ao rei, intercedendo por um tenente, lembrando ao monarca,

> com a submissão devida, que será dignamente empregado em Antonio Jacome Biserra o referido terço. Entendi que devia repetir a Vossa Magestade esta lembrança; porque a teve elle sempre mais de servir a Vossa Magestade que de solicitar melhoramentos seus (…).[75]

Podemos aqui constatar algumas informações importantes sobre a dinâmica governativa do Estado do Brasil e a natureza superior do ofício de governador-geral. Ao interceder por um vassalo prestador de serviços no Estado do Brasil, detentor de uma lembrança de cargo régia, Francisco Barreto coloca em movimento um mecanismo típico da economia do dom[76], pois se conseguisse o terço prometido, Biserra se tornaria um devedor de Barreto, sendo obrigado através dessa troca de favores a ajudar-lhe quando este lhe pedisse um favor: “este sistema acabava sempre por revelar a

---

[75] *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional,* v. 4. Rio de Janeiro: Augusto Porto & Cia., 1928. p. 316.

[76] Ver GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

existência de um 'dever vazio', correspondente a um benefício prestado, mas ainda não retribuído".[77] Barreto e Biserra ajudam-se num sistema de troca de favores típico da economia do dom, mecanismo presente na sociedade portuguesa.

Outro exemplo, mais complexo, da economia do dom pode ser constatado na troca de correspondência entre Francisco Barreto de Meneses e Salvador Corrêa de Sá e Benavides, governador do Rio de Janeiro. Barreto pede um ofício para "Antonio de Siqueira sobrinho do Bispo de Angola frei Matheus de São Francisco" [78] que havia sido nomeado por Barreto para um "posto da Conceição para assistir na villa de Capitão-mor".[79] Entretanto, Antonio de Siqueira foi expulso pelos moradores por razões que Barreto diz ignorar

> mas as que tenho para lhe desejar accrescentamentos me obrigam a pedir a V. Sa. se sirva occupal-o na primeira Companhia que vagar de infanteria nessa Cidade, porque receberei nisso particular gosto, em razão da obrigação que tenho a seu tio, e maior confessarei ter a V. Sa. quando me occupar nas occasiões de seu serviço porque

---

[77] HESPANHA, XAVIER: 1993, 382.
[78] Carta para Salvador Corrêa de Sá e Benavides, governador do Rio de Janeiro. Bahia, 12 de dezembro de 1657 (*Documentos Históricos da Biblioteca Nacional,* v. *5*. Rio de Janeiro: Augusto Porto & Cia., 1928, p. 106).
[79] DHBN, v. 5, 1928, p. 106.

> nellas saberei mostrar emprego bem seus favores.[80]

A carta demonstra uma complexa relação de favores típica de uma sociedade ordenada pela economia do dom. À primeira constatação que ressaltamos, decorre da afirmação feita por Barreto de que seu pedido foi feito "em razão da obrigação que tenho a seu tio".[81] Francisco Barreto de Meneses e Frei Mateus de São Francisco, bispo de Angola conviveram quando da guerra contra os holandeses conforme indicado em carta da Câmara de Salvador pedindo que o frei substituísse o bispo do Estado do Brasil por ser ele "dezejado dos moradores deste estado considerando nos que muitos serviços que fes annos (…) nas guerras de pernambuco, e a sua grande virtude (…)".[82] Por outro lado, não podemos ignorar a influência exercida por Salvador Corrêa de Sá em Angola por ter sido ele quem coordenou a retomada de Luanda dos holandeses para Portugal. Os homens "envolvidos nessa empreitada não seriam esquecidos pela Coroa posteriormente, recebendo uma complexa trama de mercês e privilégios (...)"[83] o que nos permite concluir que também Salvador Correia de Sá e Benevides tinha relações com o bispo de Angola. Um triângulo de dívidas e favores se constrói. Francisco Barreto pede ao governador do Rio de

---

[80] DHBN, v. 5, 1928, p. 106.
[81] DHBN, v. 5, 1928, p. 106.
[82] Projeto Resgate Avulsos da Bahia: AHU-ACL-CU, cx. 15, doc. 1723, 10 de Março de 1658.
[83] GOUVÊA: 2001, 295.

Janeiro que coloque o sobrinho do Bispo em algum cargo nesta capitania, pelas dívidas que tem com ele. Por sua vez, contrata dívidas com Salvador Corrêa de Sá e Benavides e afirma na carta que, uma vez concedido o favor, será lembrado por Barreto "quando me occupar nas occasiões de seu serviço".[84] Essa disposição à prestação de favores a Salvador Correia de Sá e Benevides aparece em outra correspondência quando Barreto afirma que espera "mostrar a V. Sa que não tem nem terá mais affectuoso servidor do que Francisco Barreto".[85]

A rede de favores volta a funcionar quando o pedido se inverte e Salvador Correia de Sá e Benevides pede a Francisco Barreto e este responde que

> Sobre o Padre Antonio da Silva Vigario do Recife que V. Sa. me encommenda farei todo o possível porque se lhe defira com favor, se bem está mal avaliado, e os Cônegos tão obstinados contra elle, que não posso assegurar-me na resolução de seu negócio (…)". [86]

---

[84] DHBN, v. 5, 1928, p. 106.

[85] Carta para Salvador Corrêa de Sá e Benavides. Bahia, 29 de Abril de 1659 (DHBN, vol. 5, 1928, 107). Promessas desse tipo podem ser encontradas em outras cartas como a enviada a Francisco de Brito Freire onde Barreto afirma que: "Não sei negar aos que de mim se valem as occasiões que me dão de pedir favores a VS., por dar a VS. as que sei deseja ter de me duplicar"( Bahia, 12 de Abril de 1661, *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional,* v. 4. Rio de Janeiro: Augusto Porto & Cia., 1928, p. 29).

[86] Bahia, 11 de Abril de 1659. Carta para Salvador Corrêa de Sá e Benavides (DHBN, vol. 5, 1928, 109).

Apesar de não termos a carta com o pedido de Benevides – entendemos que houve um pedido para Barreto em favor do Padre Antonio da Silva que se envolveu em problemas com os cônegos de Recife – a correspondência é exemplar quanto a dois aspectos. De um lado, a troca de favores, peça fundamental da economia do dom que perpassa o exercício da governação no Antigo Regime português envolvendo em suas malhas funções cimeiras do governo e da Igreja no ultramar, como o governador geral, o governador do Rio de Janeiro e o Bispo da Angola, e funções subalternas e pessoas com relações familiares, que também se tornam devedores entre si. Por outro, esse triângulo Bahia-Rio de Janeiro-Angola, envolvendo o governo geral do Estado do Brasil, o governo da capitania do Rio de Janeiro e o bispado do reino de Angola, demonstra a dinâmica imperial que atravessa as conquistas portuguesas no Atlântico sul demonstrando que os mecanismos próprios do Antigo Regime português percorriam e envolviam todo o império ultramarino lusitano. Essa dinâmica de troca de favores entre servidores demonstra uma sociedade interligada por uma rede que transpassa as distâncias, a qual era muito importante se estar vinculado, pois, "era freqüente que o prestígio político de uma pessoa estivesse estreitamente ligado à sua capacidade de dispensar benefícios, bem como à sua fiabilidade no modo de retribuição dos benefícios recebidos".[87]

---

[87] HESPANHA,XAVIER: 1993, 382.

Ainda a esse respeito, ressaltamos que todos os regimentos dados aos governadores gerais autorizavam a concessão de mercês e a concessão do título de cavaleiro[88], inclusive o regimento que norteou a ação de governo de Francisco Barreto de Meneses.[89] No governo de Barreto, o governo geral estava autorizado pelo rei de Portugal a conceder mercês aos soldados que lutaram contra os holandeses nas próprias capitanias – "Capitanias restauradas" – onde estes teriam lutado, que foi o caso de Bento Bandeira de Melo, como indica a carta de dezembro de 1657, enviada por Francisco Barreto ao rei onde ele afirma e pede,

> em virtude do poder q V. Mag.e se servio conceder-me p.a prover as propriedades dos officios das Capitanias restauradas nos soldados beneméritos, e em consideração do honrado procedim.to e serviços de Bento Bandeira de Mello continuadas muitos annos naquellas guerras ate se acabarem aprovido officio de escrivão da Fasenda Real da Capitania da Parahiba, (…) Pertende a confirmação de sua propriedade. E [também] q' seu merecim.to excede este premio q lhe dei em nome de V. Mag.e (…).[90]

---

[88] COSENTINO:2009,272-278
[89] COSENTINO:2009,223-244
[90] Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - Sessão de Manuscritos. Cartas da Bahia, Códice 07, 30, 54, fol. 76.

Por um lado, temos nessa carta explicitadas as condições de concessão de mercê: o merecimento alcançado pela prestação de serviços ao rei. A concessão da mercê sendo feita pelo governador, mas a exigência quanto a confirmação régia, pois se o governadores gerais são autorizados a "prover as propriedades dos officios", eles devem pedir "a confirmação de sua propriedade" ao monarca. Por outro lado, a correspondência também demonstra que os monarcas estavam também

> sujeito aos constrangimentos e contingências impostos pela economia de favores, e podia ser clara e eficazmente pressionado (…) o seu poder, apesar de considerado absoluto, era, na prática, muito mais restrito do que podia o discurso político deixar entender.[91]

A economia de mercês impunha regras que deveriam ser seguidas por todos, inclusive o elemento central do seu mecanismo, o monarca, pois esta economia era o principal instrumento de estruturação social e institucional não só no centro da monarquia portuguesa, mas também nas suas conquistas ultramarinas, sendo a concessão de mercês a espinha dorsal do relacionamento da monarquia com a fidalguia[92], o princípio básico de remuneração de serviços

---

[91] HESPANHA,XAVIER: 1993, 392.
[92] OLIVAL: 2001, 22.

prestados à coroa, instrumento central da valorização e reconhecimento da nobreza portuguesa.

**b. o provimento de ofícios**

Ainda a respeito do provimento de ofícios, função essencial da ação governativa no Antigo Regime, era responsabilidade dos governadores-gerais o provimento de diversos ofícios, como estabelecido no parágrafo 44 do regimento em uso para os governadores gerais do Estado do Brasil na época de Barreto. De acordo com o regimento, cabia ao governador geral,

> prover as serventias dos officios que vagarem da Relação assim por morte, como por qualquer outra via que seja e da mesma maneira todos os outros da justiça guerra fazenda *e de todo estado* em que *eu não ordenar outra couza em contrário* as quaes serventias provereis em pessoas aptas preferindo aos que forem meos criados e entre elles os demais serviços, e merecimento e que me avisareis logo mui particularmente devendo o cargo, que vagou e porquem se deixou filho em que o provestes.[93]

O governador provem ofícios em cargos diversos, que vagarem em todo o Estado do Brasil, em pessoas que forem

[93] Regimento de Diogo de Mendonça Furtado. APEB. S.C., estante 1, caixa 146, livro 264, § 44 (Itálico nosso).

dignas de tal merecimento. Na pesquisa empírica encontramos vários exemplos do exercício desse poder acompanhado da justificativa do merecimento e do bom serviço que se espera do nomeado. Em correspondência para os oficiais da Câmara da vila da Conceição, Barreto informa que nomeou Antonio de Siqueira para governá-la, como Capitão-mor e ouvidor "por esperar delle que em tudo o de que o encarregar do serviço de Sua Magestade dará sempre a boa conta em que o tive (…)".[94] Em outra carta, com a mesma data, escreveu diretamente ao capitão de Infantaria informando da mesma nomeação "para evitar duvida que VM sem fundamento podia mover de sendo capitão de Infanteria estar á sua ordem sendo elle capitão-mor; me pareceu dizer-lhe que lh'a não deve VM pôr e ordenar-lhe que em tudo esteja VM a sua ordem emquanto nessa Capitania se detiver"[95] reforçando a jurisdição do capitão mor, principal dessa região.

Esse poder era também exercido diante do não cumprimento de nomeações. Em correspondência de Francisco Barreto para o mestre de campo João Fernandes Vieira, o primeiro exige que se dê posse aos nomeados pelo governo geral. Barreto inicialmente afirma, demonstrando descontentamento, que "tenho entendido que ainda estão

---

[94] Documentos Históricos. v. 3 Rio de Janeiro, Augusto Porto & Cia., Praça dos Governadores n. 6, 1928. p. 390. Bahia e Julho 10 de 1657.
[95] *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional,* v. 3.Rio de Janeiro: Augusto Porto & Cia., 1928, p. 392-393. Bahia 10 de julho de 1657.

nessa capitania sem effeito todas as Provisões, e Ordens que como Mestre de Campo General passei" [96], e exige, que se "de posse todos os providos, e me dê conta na primeira occasião de o ter feito assim (…)"[97], pois considera que "convém que logo se dêm a su devida execução" [98] conforme estabelecia sua jurisdição enquanto governador geral.

Ainda sobre provimento de ofícios, temos desacordos entre o governador geral e o monarca. A questão envolve Paulo Machado de Vasconcellos e se estendeu ao governador geral que sucedeu a Francisco Barreto de Meneses. O governador geral Francisco Barreto escreveu ao rei afirmando que Paulo Machado de Vasconcellos, mesmo tendo sido escolhido pelo rei com o aval do Conselho Ultramarino para ocupar o cargo de capitão em um oficio que estava vago no Brasil[99], não seria empossado no dito cargo por ser "inhabil para o exercício de Capitão"[100]. O dito Paulo Machado de Vasconcellos não foi empossado, como podemos constatar, na correspondência enviada pelo rei ao governador geral seguinte – D. Vasco Mascarenhas – para que "se informe co' toda a certesa, e segredo, do que escreveo seu antescessor; e que do que achar, avise a

---

[96] *Documentos Históricos da Biblioteca Nacional,* v. 4. Rio de Janeiro: Augusto Porto & Cia., 1928, p. 4. Bahia 6 de julho de 1657.
[97] (DHBN:1928, 4). Bahia 6 de julho de 1657.
[98] (DHBN:1928, 4). Bahia 6 de julho de 1657.
[99] Lisboa, 27 de fevereiro de 1660. Projeto Resgate, Avulsos da Bahia, AHU-ACL-CU, cx. 1, doc. 115.
[100] Bahia, 15 de maio de 1661. Projeto Resgate, Avulsos da Bahia, AHU-A CL-CU, cx. 16, doc. 1796.

VMg.[de] mas que não lhe constando ser verdade, o que se diz, meta logo de posse da dita companhia ao dito Paulo Machado". [101]

Estas cartas demonstram a autonomia decorrente dos poderes detidos pelas diversas jurisdições e que possibilitam que um governador-geral, no exercício dos poderes a ele atribuídos, pode argumentar em contrário a uma decisão régia. Em uma monarquia sinodal e jurisdicional, onde diversos poderes e jurisdições atuam com autonomia e onde o direito regulamenta o exercício dos poderes, esses conflitos são recorrentes.

Na pesquisa empírica encontramos cartas de Francisco Barreto de Menezes para as capitanias de Pernambuco, Paraíba, São Vicente, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Cabo Frio, Rio Grande do Norte e Sergipe del Rei e Itamaracá.[102] E, apesar do conteúdo dessa correspondência ser diverso, o provimento de ofícios tem destaque. Por isso, com esses exemplos de provimento de cargos apresentados anteriormente, reafirmamos e lembramos a definição de Nuno Gonçalo Monteiro sobre o fazer política no Antigo Regime, onde o provimento de cargos é parte importante. Nosso personagem, Francisco Barreto de Meneses, exerceu esta

---

[101] Lisboa, 23 de novembro de 1662. Projeto Resgate, Avulsos da Bahia. AHU-ACL-CU, cx. 17, doc. 1898.

[102] Segundo Eulália Maria Lahmeyer Lobo, a capitania de Itamaracá, que teria sido recentemente incorporada a Coroa portuguesa pois "Francisco Barreto se encarregava da compra de Pernambuco e Itamaracá, em novembro de 1654, por ordem de D. João IV" e, dessa forma, Itamaracá pertencia aos domínios do governo geral do Estado do Brasil (LOBO: 1962, 387).

função, sem se omitir de exercê-la na sua plenitude, reforçando o seu poder de governador e reafirmando a sua jurisdição no Estado do Brasil.

**c. Conflitos de jurisdição e governo geral**

No império português encontramos dois tipos de jurisdição: a ordinária, constituída em alguma dignidade ou poder, e a delegada, que remete à uma jurisdição por delegação do príncipe. Essa era a jurisdição detida pelos governadores gerais do Estado do Brasil e os seus regimentos estabeleciam a delegação de poderes do monarca para o governador-geral, delimitando sua atuação e estabelecendo os poderes que lhe cabiam. Assim sendo, como indica Artola, quando a Coroa confere jurisdição, autoriza a iniciativa "e incluso la posibilidad de decidir sobre estas materias, sin privarles por ello de una participación en la administración de justicia que equivale a un veto".[103] Isso significa que, ao mesmo tempo que a transferência de jurisdição dava aos governadores poderes, estes eram limitados pelo monarca, senhor último dessa jurisdição. Por isso, nessa sociedade sinodal, corporativa e jurisdicional adquiriu-se uma importância destacada na ação do governo à manutenção da autonomia político-jurídica (*iurisdictio*) dos corpos sociais e o respeito as suas articulações naturais.[104]

---

[103]ARTOLA: 1999, 24.
[104] Ver HESPANHA, Antonio Manuel. **As vésperas do Leviathan**. Coimbra: Almedina, 1994, p.301.

Em uma monarquia de Antigo Regime, governar também significava viabilizar a autonomia dos vários corpos políticos formadores do governo, garantindo o respeito ao seu *iurisdictio* ou jurisdição. Nessa sociedade onde a "acção de cada um desses corpos era condicionada pela possibilidade de acção dos demais, e nessas condições a sociedade acabava por formar um aglomerado de ordenamentos corporativos justapostos e coexistentes", [105] os conflitos de jurisdição aconteciam recorrentemente, pois regularmente um poder – jurisdição – avançava sobre o outro ou, dito de outra maneira, "as fricções e os conflitos ocorriam sempre que um dos corpos via a sua área jurisdicional violada ou desrespeitada" .[106]

A pesquisa empírica que contribuiu para a elaboração desse trabalho[107] permitiu que fossem encontrados conflitos de jurisdição envolvendo o governador geral Francisco Barreto de Meneses e André Vidal de Negreiros, governador de Pernambuco. Essa é a disputa que passamos a analisar a seguir, finalizando nosso estudo sobre a governação no Estado do Brasil na época do governo de Francisco Barreto de Meneses.

Existe copiosa correspondência sobre as disputas envolvendo Francisco Barreto de Menezes e André Vidal de

---

[105] CARDIM, Pedro. **Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime**. Lisboa: Edições Cosmos, 1998, p. 19.
[106] CARDIM: 1998, 19.
[107] MENDES:2009.

Negreiros, antigo companheiro de Barreto nas lutas contra os holandeses no nordeste do Brasil. Os estudos feitos até então não analisaram, como faremos a seguir, essa disputa a luz dos conflitos de jurisdição próprios e recorrentes numa monarquia de Antigo Regime.

Inicialmente apresentamos a carta de Francisco Barreto enviada ao Conselho Ultramarino em agosto de 1657 apresentando o problema, segundo ele, criado pelo governador da capitania de Pernambuco,

> Vagando nos terços de Pernambuco três Companhias (...) as provy em patentes minhas na forma que os Governadores e capitaens Generaes, a que succedy no Governo deste Estado costumaram sempre, por consulta minha sendo eu ally Mestre de Campo General. Agora me chegou aviso que André Vidal de Negreyros Governador daquela Capitania, não dera cumprimento a patente ou provisam algua minha: tomando por fundamento, nam me haver elle feito as consultas, para se fazer os provimentos.[108]

Apesar de disposto no Regimento do governador-geral que seria dele a responsabilidade de prover os ofícios que vagassem no Estado do Brasil, André Vidal de Negreiros não acata as ordens de Francisco Barreto e “vay exccedendo em

---

[108] Bahia, agosto de 1657. Projeto Resgate, Avulsos da Bahia. AHU-ACL-CU, cx. 14, doc. 1703-1704.

todas as mais de seu Governo, que podem tocar a jurisdicam deste, como se aquelle estivera separado, e independente do Estado".[109] A resposta de Vidal de Negreiros foi anexada à carta enviada para o Conselho Ultramarino e o que se depreende dela é que ele demonstra não ter conhecimento do regimento e, em conseqüência, dos poderes detidos pelo governo geral do Estado do Brasil. Assim sendo, para Andre Vidal de Negreiros, o envio de oficiais nomeados por Francisco Barreto era uma forma de não o respeitar. Segundo ele, "esperando as honras, que vs.ª sempre me assegurou, e asegura, se resolvesse vs.ª em lugar dellas a mandar de sua cidade providos os postos que nestas Capitanias estão vagos, até o de Alfz' e sargento, e licença a soldados para o Reino (...)".[110]O governador de Pernambuco encara esta situação como novidade e afirma que foi nomeado governador da capitania, e que, portanto, tem jurisdição para prover quem quiser nos cargos que vagarem naquela capitania. Também coloca que seus antecessores possuiam esta jurisdição e que portanto ela também lhe cabia.

José Antonio Gonsalves de Mello, organizador do Testamento de Francisco Barreto, elabora uma explicação e afirma a respeito dessa desavença que

---

[109] Bahia, agosto de 1657. Projeto Resgate, Avulsos da Bahia. AHU-ACL-CU, cx. 14, doc. 1703-1704.
[110] Pernambuco, 7 de agosto de 1657. Projeto Resgate, Avulsos da Bahia. AHU-ACL-CU, cx. 14, doc. 1703-1704.

> a disputa com André Vidal originou-se do fato de que Barreto de Menezes tinha sido nomeado e exercido as funções não só de Governador de Pernambuco como de Mestre de Campo General, com jurisdição sobre os territórios ocupados pelos holandeses. Quando passou o governo a Vidal fê-lo apenas, nos termos da patente deste, do cargo de governador; entretanto Vidal considerou-se sucessor da plenitude das atribuições exercidas por Barreto e, assim, não só se considerou independente de qualquer subordinação ao Governador-geral, como assumiu jurisdição sobre a Capitania de Itamaracá.[111]

Entretanto, o que está em jogo não é apenas uma incompreensão a respeito dos poderes que cada jurisdição detinha, por isso, no ano seguinte Francisco Barreto escreve ao rei afirmando que André Vidal

> guarda tão mal as minhas [ordens], q se pode duvidar se só enviar esta de V. Mag.e varias veses. De novo peço a V. Mag.e com a submissão devida a resolução de tudo p.a q' ou conheça André Vidal q' errou em negar-me a obediência sendo Governador de uma Capitania, ou q' não acertei em entender, q' era elle subdito dos Governadores e Capitães Geraes deste Estado, pois se eu

[111] MELLO: 1976, 13.

> sempre as obedeci com inviolavel respeito as suas ordens occupando naquella Capitania maior posto d' q' hoje tem André Vidal não será justo q' não lhe servindo eu então de exemplo no q' soube obedecer o fique dando a meus successores ñ o que não posso mandar neste Governo (…) [112]

Além disso, Francisco Barreto já havia enviado a André Vidal, como prova de sua autoridade, cópia de parte do Regimento do governador-geral, informando a Vidal a proibição da criação de cargos e a autoridade do governo da Bahia para o provimento de ofícios.[113] Dois anos depois, o debate tem continuidade e em carta de janeiro de 1659, Francisco Barreto esclarece as suas reclamações contra Andre Vidal de Negreiros. O governador de Pernambuco não só não colocou os enviados de Barreto em seus ofícios, como também fez eleições[114] naquela capitania "de sujeitos para os postos vagos, (…) o tempo que a todos desengana dará occasião para que conheça o governador a limitada jurisdição que tem, e então o haverá para servir a Vm no que pretende".[115] Em outra carta, onde Barreto afirma que gostaria de ter ido pessoalmente a Pernambuco "se esse Regimento que aqui achei me não prohibira sahir desta praça sem ordem

---

[112] Biblioteca Nacional. Sessão de Manuscritos, códice 07-30-54 fl. 95v., carta de 24 de setembro de 1658.
*Documentos Históricos da Biblioteca Nacional, vol. 4*. Rio de Janeiro: Augusto Porto & Cia., 1928, p. 13-14. [113] Bahia, 24 de julho de 1657.
[114] Eleição naquele período significava "Fazer eleição de uma cousa, escolher" (BLUTEAU:s/d, vol. III, 22) não remetendo ao termo atual.
[115] (DHBN, vol4, 1928, 17). Bahia 30 de janeiro de 1659.

de Vossa Magestade, sem duvida fora ensinar André Vidal todas as obrigações a que faltava”[116] temos uma pista importante das causas do problema em questão. No limite da exasperação, Barreto envia oficiais para Pernambuco para prender André Vidal de Negreiros, sendo repreendido pelo rei por tomar uma decisão sem esperar a resposta real. Francisco Barreto afirma que não entende como excesso defender sua jurisdição, e diz que “foi mais prompto e publico o castigo para mim, do que entendo mereciam minhas ações”[117], e coloca ainda que “humildemente prostrado aos pés de Vossa Real Magestade se sirva mandar logo tirar-me o posto que occupo, porque (não) me atrevo a servil-o entre desobediencia(s) applaudidas, e supostas culpas castigadas”.[118]

É preciso ressaltar que essa foi uma conjuntura onde as regras instituídas para o funcionamento dos governos existentes no Estado do Brasil – o regimento do governo geral e dos governadores das capitanias – ou não eram reconhecidas igualmente por todos os personagens envolvidos, no caso do governo geral, ou não existiam, no caso dos governadores das capitanias.[119] O regimento dos

---

[116] (DHBN,vol. 4: 1928, 326-331). Bahia, 21 de fevereiro de 1658.
[117] (DHBN,vol. 4: 1928, 367-368). Bahia, 22 de agosto de 1659.
[118] (DHBN,vol. 4: 1928, 326-331). Bahia, 22 de agosto de 1659.
[119] Tema pouco estudado ainda, as capitanias hereditárias do estado do Brasil, por diversas razões, ao longo do século XVII e XVIII foram sendo transformadas em capitanias régias e os seus governadores, nomeados pelo rei, só recebem regimento próprio no governo de D. Pedro I, no final do século XVII.

governadores gerais pós 1640, tinha por base o texto dado a Diogo de Mendonça Furtado em 1621 e, por mais que tenha sido transladado, como podemos constatar nos regimentos de Antonio Telles da Silva[120] de 1642 e de D. Jerônimo de Ataíde, conde de Atouguia[121] de 1653, suas instruções são praticamente iguais ao de 1621.[122] E, por mais que esses regimentos fossem conhecidos e trazidos a cena como fundamento de ações de governo pelos governadores gerais, como faz Francisco Barreto, não era reconhecido pelos outros atores políticos, restringindo assim sua eficácia enquanto instrumento ordenador da ação de governo.

Essa situação permaneceu até a elaboração do Regimento de Roque da Costa Barreto em 1677 e pode ser percebida tanto nos governos que antecederam como nos que precederam o de Francisco Barreto de Meneses. Por isso mesmo, a falta de regras claras e aceitas por todos os

---

[120] BNRJ-SM. 9, 2, 20. 1.
[121] BNRJ-SM. 9, 2, 20. 5A.
[122] O regimento de D. Antonio Telles da Silva é praticamente uma cópia do regimento de Diogo de Mendonça Furtado e as diferenças estão mais ligadas à forma. Outras, no entanto, identificavam procedimentos adequados ao período, como a extinção do Tribunal da Relação, que funcionava durante o governo de Mendonça Furtado. Por isso, o regimento de Telles da Silva voltou a fazer referência ao ouvidor mor. O que predominava, entretanto, era a cópia literal e no regimento de António Telles podemos perceber essa conduta num parágrafo que tratava da vigilância que devia ter o governador sobre “os Letrados, Julgadores, e Pessoas que tem obrigação de administrar Justiça”( BNRJ-SM. 9, 2, 20. 1). Nessa instrução, o monarca autoriza o governador geral a “saberdes alguma couza dos ministros da Relação ou de minha fazenda de qualquer qualidade que sejão os podereis mandar chamar a vossa caza (...)”(BNRJ-SM. 9, 2, 20. 1). Ora, por cópia feita sem crítica, tratavam do Tribunal da Relação que, naquele momento, não estava em funcionamento.

personagens envolvidos na governação da conquista americana levou o governo português, a instruir Afonso Furtado de Mendonça, governador que antecedeu Roque da Costa Barreto, para que reunisse informações que servissem de base para a elaboração de novos regimentos, o que aconteceu na década de 70 do século XVII.[123]

Por outro lado, visualizando a lógica que move os atores políticos em cena, temos a importância do costume numa sociedade de Antigo Regime onde a monarquia se sustenta no direito, entre eles o costumeiro. Se os antecessores de Barreto possuíam uma determinada jurisdição, era inconcebível para Vidal que ele não a tivesse; para ele, se seus antecessores possuíam autonomia para nomear oficiais, ele também possui.[124] O que chamamos a

---

[123] Em carta datada de 4 de março de 1671, foi elaborada a *Instrução que ha de guardar o Governador e Cap.$^{m}$Geral deste Estado Afonço Furtado de Mendonça*, instruindo o visconde de Barbacena para que ele ordenasse informações para a elaboração de novos regimentos para o Estado do Brasil. Dizia a instrução: "E por quanto no tempo prezente se tem alterado as couzas de maneira que para o bom Governo do Brazil convem reformar-se o Regimento do Governador e Capitão Geral, como dos governos e Capitanias de todo o Estado, ordenareis as pessoas a que tocar, vos enviem os traslados, e dem as noticias necessárias, e todos os regimentos e ordens antigas e modernas que houver pertencentes ao governo, Fazenda, Justiça, e Guerra, que facão a este cazo, e os haja nos Livros antigos da Secretaria desse estado, Livros de minha fazenda e Relação, e Câmaras, ordens pró e contra dos Senhores Reys meus Predecessores, ou dos Governadores, ou de outras pessoas que tivessem faculdade p$^{a}$ as passar" (BNRJ-SM. 9, 2, 20. 13). No governo seguinte tivemos o regimento para o governo geral e para as capitanias: regimento dado ao governador do Rio de Janeiro, Manuel Lobo (**Revista do IHGB**. Tomo LXIX. I$^{a}$ Parte. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908, p. 99-111), em 1679, base para o de outros governos como o de Pernambuco (Revista do IHGB: 1908, 99-111).

[124] Numa monarquia jurisdicional, na qual o costume desempenha papel relevante e a memória da governação se torna fundamental, a

atenção é que as dificuldades relacionadas à problemas de jurisdição se estendem inclusive entre o governo-geral e as demais capitanias, mesmo o regimento sendo específico quanto a esta questão das nomeações.

Finalizando nosso artigo, gostaríamos de ressaltar a relevância desse pequeno esforço de reconstrução da ação de governo de um governador geral de meados do século XVII no Estado do Brasil. Pretendemos com esse trabalho, historiando parcialmente a carreira e a trajetória de Francisco Barreto de Meneses, destacar a qualificação social, o preparo e a experiência de comando dos fidalgos enviados para o Estado do Brasil na segunda metade do século XVII. Demonstramos assim que aqueles que eram nomeados para o exercício do cargo cimeiro da administração portuguesa na América portuguesa eram, como foi Francisco Barreto de Meneses, fidalgos qualificados na ordem social portuguesa desse período. Pretendemos também, ao contrário do que a historiografia tem ressaltado, chamar atenção para o papel protagônico dos governadores gerais do Estado do Brasil e os alargados poderes próprios da governação em uma conquista de uma monarquia de Antigo Regime exercidos por eles.

---

"desatualização" de um regimento ou a sua ausência, pode gerar conflitos. Para Evaldo Cabral de Mello, a tradição autonomista de Pernambuco – tendo em vista, segundo o autor, que a capitania tomou frente na guerra contra os holandeses mesmo contra ordens régias – teria gerado este conflito entre Vidal e Barreto. Durante os anos da guerra, por exemplo, Evaldo Cabral afirma que Pernambuco continuava livre da subordinação da Bahia (MELLO, Evaldo Cabral de. Rubro Veio. **O imaginário da restauração pernambucana**. 3.ed. Alameda. São Paulo, 2008. p. 108-109).

# REFERÊNCIAS BIBLIGRÁFICAS

ALBALADEJO, Pablo Fernández. **Fragmentos de Monarquia**. Madrid: Alianza Editorial, 1993.

ARTOLA, Miguel. **La Monarquía de España**. Madrid: Alianza Editorial, 1999.

BELLO, Conde de Campo. **Governadores-Gerais e Vice-reis do Brasil**. Artes Gráficas: Porto, 1940.

BICALHO, Maria Fernanda, FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Modos de governar**. Idéias e práticas políticas no Império Português, séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda Editorial, 2005.

BLUTEAU, D. Raphael. **Vocabulario Portuguez e Latino.** Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, s/d, CD-ROM.

BURKE, Peter. Sobre a micro-história – Giovanni Levi. In: **A escrita da História**. Novas perspectivas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

CALMON, Pedro. **Francisco Barreto. Restaurador de Pernambuco**. Divisão de Publicações e Biblioteca Agência Geral das Colônias, 1940.

CARDIM, Pedro. A Casa Real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade de Seiscentos, **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 13.

_____. **Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime**. Lisboa: Edições Cosmos, 1998.

_____. "Governo" e "Política" no Portugal de Seiscentos, **Penélope**, n. 28, 2003.

COSENTINO, Francisco Carlos. O ofício e as cerimônias de nomeação e posse apra o governo-geral do Estado do Brasil (séculos XVI e XVII). In: BICALHO, Maria Fernanda. FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Modos de governar**. Idéias e práticas políticas no Império português (séculos XVI-XIX). São Paulo: Alameda, 2005.

COSTA, Leonor Freire. Pernambuco e a Companhia Geral do Comércio do Brasil, **Penélope***,* n. 23, 2000.

COVARRUBIAS, Sebastián de. **Tesoro de la Lengua castellana o española (facsímil de 1943)**. Barcelona: Editorial Alta Fulla, 2003.

CUNHA, Mafalda Soares da & MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Governadores e capitães-mores do império atlântico português nos séculos XVII e XVIII. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo *et all*. **Optima Pars**: Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

ELLIOTT, John H. Uma Europa de monarquias compuestas. In: _____. **España em Europa**. Estudios de historia comparada.Valencia: Universitat de València, 2003.

GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: FRAGOSO, João, BICALHO, Maria Fernanda, GOUVÊA, Maria de Fátima. **O Antigo Regime nos Trópicos**: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HESPANHA, António Manuel. As finanças da Guerra. In: _____ (coord.). **Nova História Militar de Portugal**. v. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2004.

_____. **As vésperas do Leviathan**. Coimbra: Almedina, 1994.

HESPANHA, António Manuel e XAVIER, Ângela Barreto. As redes clientelares. In HESPANHA, António Manuel (dir.) **História de Portugal**. Quarto Volume. O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

LADURIE, Emmanuel Le Roy. **O Estado Monárquico**. França, 1460 – 1610. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **Processo Administrativo Ibero-Americano**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1962.

LOPES, Marco Antônio. **Para Ler os Clássicos do Pensamento Político**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

MELLO, Evaldo Cabral. **Olinda Restaurada**. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2007.

_____. **Rubro Veio**. O imaginário da restauração pernambucana. 3. ed. Alameda. São Paulo, 2008.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Testamento do General Francisco Barreto de Menezes**. Parque Histórico Nacional dos Guararapes/Recife: IPHAN/MEC, 1976.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal Barroco: Centros de poder e trajetórias sociais (1668-1750) In: TENGARRINHA (org.). **História de Portugal**. São Paulo: Editora UNESP/EDUSC, 2000.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Monarquia, poderes locais e corpos intermédios no Portugal Moderno (séculos XVII e XVIII). In: _____. **Elites e Poder**. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo, 2.ed. Lisboa: ICS, 2007.

MONTERO, José. Los Virreys Españoles en América. Barcelona: Editorial Mitre, s/d.

OESTREICH, G. Problemas estruturais do absolutismo europeu. In: HESPANHA, António Manuel. **Poder e instituições na Europa do Antigo Regime**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

OLIVAL, Fernanda. **As Ordens Militares e o Estado Moderno**. Lisboa: Estar Editora, 2001.

PUJOL, Xavier Gil. Del estado a los lenguajes políticos, del centro a la periferia: dos décadas de historia política sobre la España de los siglos XVI y XVII. In: _____. **Tiempo de política**. Perspectivas historiográficas sobre la Europa Moderna. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2006.

_____. **Tiempo de política**. Perspectivas historiográficas sobre la Europa
moderna. Barcelona: Publicacions i Edicions de la Universitat de Barcelona, 2006.

_____. Notas sobre el estudio del poder como nueva valoración de la Historia Política, **PEDRALBES**. Revista d´Història Moderna, n. 3. Universitat de Barcelona, 1983.

RAU, Virgínia. **Estudos sobre a História Econômica e Social do Antigo Regime**. Lisboa: Editorial Presença, 1984.

SOUSA, Antonio Caetano de. **História Genealógica da Casa Real Portuguesa**. Tomo XII. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2007.

XAVIER, Ângela Barreto. **A invenção de Goa**. Poder imperial e conversões culturais nos séculos XVI e XVII. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, António Manuel. A representação da Sociedade e do Poder. In: HESPANHA, António Manuel (org.). **História de Portugal**. O Antigo Regime. v.4. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

# Elite regional nos trilhos: fazendeiros e comerciantes da Praça de São João del-Rei nas últimas décadas do Império[1]

*Welber Santos*

**Resumo:** A modernização viária do século XIX, representada pelas estradas de ferro e iniciada na Europa, ao chegar ao Brasil, gerou grande interesse em todas as regiões. Se os primeiros movimentos de construção ocorreram nas regiões de *plantation*, a começar pela cafeicultura do Vale do Paraíba fluminense, e depois paulista, e pela cultura da cana-de-açúcar no Vale do São Francisco, logo se expandiram por onde o mercado interno já era prioridade. Em Minas Gerais o surto ferroviário é iniciado na Zona da Mata Mineira, de economia cafeeira, e logo a elite mercantil do Rio das Mortes entra com seu projeto de construção de uma ferrovia que possa melhorar sua ligação com o oeste de Minas, área produtora de gado *vacum*, suíno e derivados, açúcar e algodão, e o mercado representado principalmente pelo Rio de Janeiro. A febre ferroviária se dá na união do capital acionário e do erário público.

[1] Este artigo é o capítulo quarto de minha dissertação de mestrado, defendida na Universidade Federal de Ouro Preto sob orientação da Prof.ª Dr.ª Andréa Lisly Gonçalves, com algumas modificações.

**Palavras-chave:** Surto ferroviário. Oeste de Minas. Elite mercantile. Mercado interno

***Regional elite in rails: farmers and merchants from São João del-Rei in the last decades of the Empire***

***Abstract:*** *The nineteenth century roadways upgrading, represented by the railways and initiated in Europe, when arrived in Brazil, has generated great interest in all regions. If the first movement of construction occurred in plantation areas, starting with coffee culture from Paraiba River Valley and then São Paulo, and the culture of sugar cane in São Francisco Valley, soon it expanded to where the internal market was already a priority. In Minas Gerais the railway boom starts in the Zona da Mata Mineira, where coffee economy was the main culture, and soon the merchant elite of Rio das Mortes appears with his project to build a railroad that could enhance its connection to the west of Minas, neat, dairy and swine, sugar and cotton producing area, and the market, represented mainly by the Rio de Janeiro. The railway fever takes the union of bonds owners and public money.*
***Keywords:*** *Railway boom. West of Mina. Merchant elite. Internal market*

A Lei nº100,[2] de 1835, de autoria de Bernardo Pereira de Vasconcelos, “um dos formuladores e organizadores dos princípios liberais no plano da organização do poder e da administração”[3] no período regencial, abriu o caminho para a modernização das vias de comunicação. Apesar de sua prematuridade, em relação à efetivação das intenções nela presentes, a Lei nº100 foi uma das bases do princípio saquarema de definição do Rio de Janeiro como referência central, ficando a Corte como ponto de convergência das estradas de ferro no Brasil.

A proposição da lei em questão, qual seja, a ligação do Rio de Janeiro às províncias do sul, Minas Gerais e Bahia, foi a base da construção da linha tronco da Estrada de Ferro Dom Pedro II (EFDPII) que ligou a Corte a São Paulo e Minas, recebendo o papel de “ferrovia nacional”.[4] Com a expansão dos trilhos da EFDPII pela Zona da Mata Mineira em direção ao centro da província, muitas concessões surgiram para a construção de mais ferrovias para outras direções, partindo do tronco representado pela estrada de ferro imperial. Os concessionários da Zona da Mata Mineira eram

---

[2] A Lei nº100 acabou sendo esquecida por ter sido suplantada pela Lei nº101, conhecida como Lei Feijó.

[3] SILVA, Wlamir. **Liberais e Povo**: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). São Paulo: Hucitec, 2009. p.123.

[4] Cf. BLASENHEIM, Peter L. As Ferrovias de Minas Gerais no século dezenove, **Locus: Revista de História**. Juiz de Fora, v. 2, n. 2, jul. - dez. 1996; EL-KAREH, Almir Chaiban. **Filha Branca de Mãe Preta**: A Companhia da Estrada de Ferro Dom Pedro II (1855-1865). Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

invariavelmente barões do café. Depois da elite da região "Leopoldina" dar realidade à suas ferrovias para o escoamento do café da Zona da Mata através do Rio de Janeiro, também a elite mercantil de São João del-Rei, grande entreposto comercial da província, entrou em ação para modernizar sua ligação com a Corte, principal mercado, e com as áreas produtoras no oeste de Minas.

Após período de acumulação de capitais e fortalecimento de posições sócio-políticas na região, fazendeiros, comerciantes e descendentes de comerciantes de São João del-Rei apresentavam capacidade comprovada para investir em novos negócios. E mais do que a capacidade de desenvolver empresas de tipo capitalista,[5] aquele momento exigia dessas elites posição de defesa de seus interesses políticos e econômicos afetados pelas transformações que ocorriam, principalmente a partir de 1850.

A elite mercantil são-joanense era resultante, em sua essência, da relação comercial entre o sul e o oeste de Minas Gerais e a Corte, intermediando o comércio do oeste de Minas, demonstrado tanto por Lenharo para o início do século XIX como, principalmente, por Afonso Graça Filho para o decorrer da mesma centúria, principalmente nos dois quartéis

---

[5] Lançamos mão aqui do conceito weberiano de capitalismo, cf. WEBER, Max. **A Gênese do Capitalismo Moderno**. Organização e comentários Jesse Souza; tradução Rainer Domschke. São Paulo: Ática: 2006, p.13.

centrais.[6] Ao lado dos negociantes havia ainda os fazendeiros, às vezes as duas posições combinavam-se no mesmo indivíduo.[7]

São João foi uma das cidades de economia mais dinâmica da província no oitocentos, tanto isso é fato que o capital acumulado na praça permitiu que sua elite tentasse combater a crise pela qual passava no último quartel do século XIX, tendo como um dos marcos principais a fundação da estrada de ferro que deveria permitir a manutenção, ou a recuperação, de sua posição de pólo regional. Tal empreendimento era visto por alguns como uma das alternativas econômicas para a solução de algumas questões iminentes como a abolição da escravatura e a crescente concorrência de outras regiões do Império ou mesmo da província mineira.

Apesar de ninguém saber quando a abolição do regime escravista se daria, essa já era uma ameaça real, haja vista, na década de 1870 as preocupações para o estabelecimento de colônias de imigrantes italianos era uma realidade. Severiano Resende traduz, em parte, o sentimento coevo sobre as mudanças que vinham afetando a elite são-joanense naquelas últimas décadas do oitocentos:

---

[6] LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação**. São Paulo: Símbolo, 1979; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais**. São Paulo: Annablume, 2002.

[7] Cf. TEIXEIRA, Paula Chaves. **Negócios Entre Mineiros e Cariocas**: família, estratégias e redes mercantis no caso Gervásio Pereira Alvim (1850-1880). Niterói: UFF, 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

> A reunião popular havida no Paço da Câmara Municipal para deliberar sobre a encorporação [sic] da Companhia revelou-nos o estado de adiantamento do povo desta cidade. Estamos certos, pois, que encontrarão os dignos diretores o apoio e coadjuvação publica para desempenho de suas funções. Conhece ele que é a viação férrea o mais poderoso elemento para prosperidade de nosso país. Suprimindo as distâncias, aumenta o valor da produção, já pela barateza dos fretes, já por abrir mais vastos mercados de consumo. Facilita a aquisição de máquinas, que realizam prodígios nas indústrias, centuplicando as forças do homem, dão-nos por isso o mais seguro substitutivo aos **braços que se vão lógica e naturalmente diminuindo**. Por outro lado deixa à indústria capitais disponíveis, remindo assim os produtores da necessidade de meios de seus transportes. Só estas estradas resolvem o problema da colonização, vital para a nossa prosperidade, pela revolução social produzida pela **LEI ÁUREA**.[8] (grifos nossos)

Por esses motivos, devemos atentar para a amplitude do significado das ações do Estado e da participação dos

---

[8] **Jornal O Arauto de Minas**. Ano I, n. 05, 08/04/1877, p. 01.

grupos sociais na estruturação e consolidação de instituições novas para o ambiente brasileiro no oitocentos. Por outro lado, devemos, e aqui uma ênfase ao objeto ora em questão, tentar perceber como o aparato criado pelo Estado, seja a partir do governo central, ou pelos governos provinciais, afetou o comportamento dos habitantes no último quartel do século XIX.

O investimento em ações de estradas de ferro, de estradas de rodagem, companhias de navegação, entre outras empresas que adotavam o estatuto de sociedades anônimas, começava a se transformar num hábito devido principalmente às garantias de juros que superavam até mesmo o valor relativo pago pelos títulos da dívida pública (que ainda assim mantiveram-se na preferência da maioria pela maior segurança que representavam). Devemos, aqui, pensar na participação dos indivíduos da região na realização da Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas. Para podermos realizar essa avaliação, partimos do pressuposto de que os nomes dos envolvidos estariam disponíveis em documentos oficiais ou não oficiais, tais como relatórios da companhia ou relatórios de governo, seja dos ministérios do Império ou dos presidentes de província.

O memorialista Francisco Mourão Sênior nos forneceu a lista de acionistas da companhia em seu capítulo sobre a

mesma ferrovia no livro *Tradições de S. João d'El-Rei*.[9] Confirmamos a lista de Mourão Sênior com as edições iniciais do periódico do Partido Conservador, "O Arauto de Minas", que poderia até mesmo receber a alcunha de "Arauto da Oeste" devido à ligação direta entre sua direção e a diretoria da empresa. Todo o processo de formação da companhia foi acompanhado pelo "*hebdomadário político, instrutivo e noticioso*".[10]

O padrão de grandes acionistas da Oeste de Minas na primeira lista é bastante diferente do padrão de grandes acionistas de outras companhias ferroviárias do mesmo período, como a Estrada de Ferro Rio Claro (província de São Paulo). As próprias emissões demonstram números bastante díspares para trechos de mesma quilometragem. Enquanto na ferrovia dos barões do café do oeste paulista 15.000 ações foram emitidas na primeira chamada, sendo os maiores acionistas proprietários de milhares de títulos, a companhia mineira emitiu 4.350 do mesmo tipo com maior distribuição individual. Segundo Grandi,

> [s]omente o Visconde do Pinhal com 3.607 ações, o Barão de Araraquara com 1.607, o barão de Mello Oliveira com 1.047 e a Viscondessa de Rio

---

[9] SENIOR, Francisco Mourão. **Tradições de S. João d'El-Rei**. São João del-Rei: Typ. Commercial, 1924, pp. 99-121.
[10] **Jornal O Arauto de Minas**, várias edições, a partir de dezembro de 1877.

> Claro com 1.204, totalizavam 7.835 ações, ou seja, mais de 50% do capital total da companhia.[11]

Esses números demonstram a alta concentração do poder de decisão sobre a companhia sob o comando de alguns poucos indivíduos, além da concentração sob o capital cafeeiro, maior interessado naquela ferrovia.[12] O valor em ações gasto pelo Visconde do Pinhal, concessionário da estrada de ferro de Rio Claro, alcançava a cifra de 721:400$000, o que equivalia a 82,91% do capital social da primeira chamada da Oeste de Minas que era de 870:000$000. Enquanto a ferrovia paulista simbolizava a força do capital cafeeiro, com relativa facilidade para reunir os milhares de contos de réis entre o baronato do oeste paulista, a ferrovia tipicamente voltada para o mercado interno, fundada em Minas Gerais na mesma época, viu-se impossibilitada de reunir o capital necessário para sua realização.

A receita da companhia mineira tinha parte de seu lastro nos 892:764$000 pagos pelo governo provincial pelos 99,19km construídos.[13] Com o capital acionário estabelecido a 1.200:000$000, a despesa gerada pelo cumprimento da concessão de Sítio a São João del-Rei atingiu a cifra de

---

[11] GRANDI, Guilherme. **Café e Expansão Ferroviária**: A Companhia E. F. Rio Claro (1880-1903). São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007, p.52.
[12] *Idem.*
[13] Fala de Presidente de Província, Minas Gerais 1884: Antônio Gonçalves Chaves, p.99.

2.071:697$059,[14] portanto, deduz-se que só o erário da província de Minas Gerais financiou 43,09% da construção da estrada. E daí retirou-se os dividendos garantidos aos portadores das ações. Apesar da existência de saldo nas contas da empresa entre 1881 e 1883, a quantia não era suficiente para o repasse de dividendos aos subscritos. O presidente da província, Francisco Gonçalves Chaves, já observava em sua fala que "[n]ão [era] lisongeiro [sic] o estado de finanças da Companhia".[15] Com receita de 220:689$557 e despesa de 187:342$172 em 1883, o saldo era de apenas 33:347$385, o que equivalia a 2,43% do capital dos acionistas, segundo o texto do mesmo Gonçalves Chaves, ou 3,83%, segundo nossos cálculos. Dessa forma, se era essa a renda destinada ao repasse de dividendos, esses se mostravam bastante aquém dos 60:900$000 que representavam os 7% dos juros objetivados.

O caso Oeste de Minas se diferencia bastante da E. F. Rio Claro nos números absolutos e também nos relativos em referência aos mesmos aspectos. Grandi fala de pagamentos de dividendos que vão de 8% a 11% aos acionistas da Rio Claro no primeiro triênio,[16] lembrando que aquela não gozava de garantias de juros ou subvenção quilométrica.

---

[14] BMBC-SOR: Relatório da diretoria da Estrada de Ferro de Oeste (Minas), 29 de março de 1882. Rio de Janeiro: Typ. Lenzinger & Filho, 1882, p.22.
[15] Fala de Presidente de Província, Minas Gerais 1884: Antônio Gonçalves Chaves, p.99.
[16] GRANDI, 2007, *op.cit.* p.54.

Não só a Companhia E. F. Oeste de Minas emitiu um número bastante inferior de ações por quilômetro de estrada, como essas foram divididas entre maior número de indivíduos. Se os grandes acionistas da Rio Claro ultrapassavam o limite de milhar para a quantidade de ações, com alta taxa de concentração, sobre a Oeste o mesmo tipo de contagem reduz o número de ações emitidas e concentradas, como aumenta o número de acionistas. O quadro 1 nos dá a noção da baixa emissão, porém da baixa concentração individual sobre essa emissão. Os vinte maiores acionistas da Oeste eram proprietários, juntos, de 24,48%, contra os já citados mais de 50% entre quatro acionistas da E. F. Rio Claro.

**QUADRO 1**

**Lista dos maiores acionistas da primeira chamada de capitais**

| ***Maiores acionistas da Cia. E.F. Oeste de Minas da 1ª chamada*** | |
|---|---|
| Nome | nº ações |
| D. Anna Thereza de Jesus | 25 |
| Dr. Carlos Baptista de Castro | 25 |
| Coronel Custodio de Almeida Magalhães | 25 |
| Dr. Francisco Ignacio de Carvalho Rezende | 25 |
| Francisco Martins Ferreira | 25 |
| Marçal de Souza e Oliveira | 25 |
| Thomaz Duffles | 25 |
| D. Francelina Leopoldina de Almeida Xavier | 30 |
| José Lopes Bahia | 40 |
| João da Silva Mourão | 45 |
| D. Carlota Augusta de Castro | 50 |
| Dr. Eduardo de Almeida Magalhães | 50 |
| Gabriel Ferreira da Silva | 50 |
| José Antonio de Almeida | 50 |
| Coronel José de Rezende Carvalho | 50 |

| | |
|---|---|
| D. Maria Thereza Baptista Machado | 55 |
| Antônio Victor de Assis | 70 |
| Antonio José Dias Bastos | 100 |
| José da Costa Rodrigues | 100 |
| Miguel Archanjo da Silva & Companhia | 200 |
| | 1065 |

A sede da companhia, por sua formação local, foi estabelecida na cidade de São João del-Rei, sendo transferida em 1886 para a capital do Império.[17] O que nos interessa aqui é perceber o grupo, o conjunto de indivíduos, e o destaque a determinadas personagens que se sobressaem, seja pela ação política, pela participação econômica ou pelo simples fato de ser o que mais deixou legados informativos para a posteridade. Para isso, mostrou-se necessário um recorte espacial para a investigação, e essa é nossa justificativa para a ênfase sobre o grupo são-joanense.

Se nos perguntam por que tal opção investigativa, respondemos com as palavras de Andréa Lisly Gonçalves:

> De um lado, porque enfoca uma personagem [ou algumas personagens] que, pela imprecisão que marca o termo, poderia[m] facilmente ser identificado[s] com as 'elites', apontando, sobretudo, a capacidade de seus membros de **se adaptarem às condições surgidas das mudanças históricas que marcam determinadas**

[17] Arquivo Nacional: Fundo da Junta Comercial, Código 46, Registro 522A – Cia. Estrada de Ferro Oeste de Minas – 1886. Estatutos reformados em 16/12/1885: "Art. 2º - A sede da Companhia será na Cidade do Rio de Janeiro".

> **conjunturas** (grifo nosso). Não menos importante, indica a relevância que as biografias, individuais ou coletivas, representam para o estudo de determinados temas de conteúdo histórico.[18]

José Murilo de Carvalho também nos auxilia na justifica sobre a opção pela investigação de elites, em seu *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras*. Pela clareza de suas palavras, não há síntese que dê melhor conta do que podemos entender por elites do que as palavras do autor:

> Fiquem, por isso, claros alguns pontos. Em primeiro lugar, quando falarmos aqui de elites não nos referimos a grandes homens e às teorias que, à moda de Carlyle, procuram explicar os acontecimentos em função de sua atuação. (...) elas sempre atuam dentro de limitações mais ou menos rígidas, oriundas de fatores de natureza vária, entre os quais estão sem dúvida em primeiro lugar os de natureza econômica. (...) o fato de se ser contra o monopólio de decisões por grupos minoritários, e creio que todos os somos, não deve obscurecer o outro fato de que existem grupos

[18] GONÇALVES, Andréa Lisly. Minas Gerais nos primeiros anos das regências: elites declinantes e acomodação política. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; SILVEIRA, Marco Antônio (orgs.). **Território, Conflito e Identidade**. Belo Horizonte: Argvmentvm; Brasília: CAPES, 2007, p.208.

> minoritários que realmente têm influência decisiva em certos acontecimentos.[19]

Algumas famílias são presença marcante na lista, famílias de cabedal são-joanenses, especialmente ligadas ao setor mercantil. Duas se destacam explicitamente: Carvalho Mourão, encabeçada pelo primeiro presidente da companhia, o bacharel Aureliano Martins de Carvalho Mourão, e Almeida Magalhães, que possuem em Custódio de Almeida Magalhães a figura do grande capitalista local. Entre todas essas personagens, a última é a que mais referências possui sobre a sua trajetória.

**Os diretores**

Para iniciar a descrição dos indivíduos, citaremos o caso do capitalista, comerciante, Antônio José Dias Bastos.

O comendador Dias Bastos era membro da diretoria da Companhia Estrada de Ferro d'Oeste, de sua versão provisória, formada no momento da incorporação da empresa em 1º de abril de 1877,[20] até 1884. Seu inventário *post-mortem* revela relação de bens de condição no mínimo interessante. No documento consta que o comendador possuía 75,4% de sua fortuna, de montante 161:832$100, em títulos e ações, ou seja, 121:766$000 era dividido entre

---

[19] CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem/Teatro das Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p.20.

[20] O Arauto de Minas anuncia a reunião de incorporação da companhia na edição da véspera e noticia a realização da mesma na edição seguinte. **O Arauto de Minas**. Ano I, n. 04, 31/03/1877, p.02; n. 05, 08/04/1877, p.01.

apólices da dívida pública e ações das estradas de ferro Oeste de Minas e Leopoldina.[21]

Esse inventário não surpreende tanto pelos valores absolutos de cada item separadamente, o que faz dele interessante é a distribuição relativa da fortuna. O termo "capitalista", na ocasião, deve caber bem ao comendador, que possuía 100 ações da Oeste de Minas e 117 apólices da dívida pública no momento de seu falecimento. Do monte-mor verifica-se 16,72% em bens de raiz, 1,29% em escravos e 1,77% em semoventes. Desses semoventes, a maior parte era caracterizada como animais destinados à atividade comercial, entre os quais encontramos quarenta e dois bois de carro e algumas mulas de carga. Tal descrição nos faz supor que os "pretos" Gregório, Pedro, Daniel, José e Francisco eram seus escravos para a lida na atividade comercial que exercia.[22]

O Comendador Dias Bastos foi o diretor tesoureiro da Oeste de Minas e um dos três a emprestar à companhia a quantia de 100:000$000, quando da construção da linha entre Sitio e São João.[23] Entre mais uma de suas atividades estava a de usurário, visto que possuía dívidas ativas em 5:706$180. Em contra partida, era devedor de nada mais que

---

[21] IPHAN-ETII, Inventário *post-mortem*: Antônio José Dias Bastos, 1886, cx.316.
[22] *Idem*.
[23] Biblioteca Municipal Baptista Caetano - Seção de Obras Raras: Relatório da diretoria da Estrada de Ferro de Oeste (Minas), 29 de março de 1882. Rio de Janeiro: Typ. Lenzinger & Filho, 1882.

55:874$236. As dívidas ativas eram bastante fragmentadas em pequenos devedores e, pelo visto a companhia já havia quitado o que lhe devia, provavelmente em ações.[24] Este caso confirma a difusão do crédito na praça, para além do meio bancário.

Outro caso de confirmação da força do crédito na praça é o do fazendeiro Tenente Gabriel Ferreira da Silva. O tenente também foi um dos diretores da companhia. Falecido em 1883, o fazendeiro são-joanense, único dos diretores a viver na zona rural, distrito de Conceição da Barra, forneceu alguns dados, para nossa apreciação, registrados em inventário.[25]

É um indivíduo que representa postura mais tradicional em termos de negócios, seu inventário reflete suas atividades creditícias, sejam relacionadas a empréstimos concedidos a juros ou referentes aos negócios de fazenda. O monte-mor da fortuna do tenente era de 103:770$928, dos quais 66:605$928 (64,18%) eram descritos como dívidas ativas; em bens de raiz, ele apresentava 26:010$000 (25,06%), entre casas de morada e edificações de fazenda, a maior parte no Distrito de Conceição da Barra.[26] Entre os diretores da companhia, o tenente Gabriel Ferreira era o único a não apresentar a posse de títulos da dívida pública. Entre os acionistas individuais, era um dos que podemos chamar de “grande acionista” no

---

[24] IPHAN - Escritório Técnico II, São João del-Rei, Inventário *post-mortem*: Antônio José Dias Bastos, 1886, cx.316.
[25] IPHAN - Escritório Técnico II, São João del-Rei: Inventário *post-mortem*: Gabriel Ferreira da Silva, 1883, cx.249.
[26] *Idem*.

caso da Oeste. Quando da primeira chamada, em 1877, o fazendeiro possuía 50 títulos, permanecendo com os mesmos 50 até o arrolamento dos bens, o que representava a quantia de 2:500$000 (2,41% da fortuna).[27]

Dois eram os diretores com título de barão. Um deles era o Barão de Conceição da Barra, José Resende de Carvalho.

O fazendeiro capitalista José de Resende Carvalho foi uma provável "vítima" da Lei Áurea. Veio esta personagem a sofrer óbito já no período republicano, em 1892. Dos seus 268:274$500 de monte-mor, o barão apresentava 109:200$000 (40,70%) em bens de raiz, entre propriedades na cidade de São João del-Rei e os arraiais de Matosinhos e Nazareth. Era um dos clientes da ferrovia, já que a mercadoria de maior destaque no quadro dos gêneros transportados era o sal. Resende Carvalho possuía 19:080$000 (7,11% da fortuna) em gado *vacuum*, setenta e oito cabeças ao todo. Em títulos e ações a quantia alcançava 132:383$000 (49,34%), o que talvez não seja surpreendente devido ao período caracterizado por expansão especulativa e industrial devido à política do encilhamento.[28] Esses 132:382$000, subdividem-se da seguinte maneira:[29]

---

[27] *Idem*.
[28] CROCE, Marcus Antônio. **O Encilhamento e a Economia de Juiz de Fora**: o balanço de uma conjuntura (1888-1898). Juiz de Fora, MG: FUNALFA, 2008.
[29] IPHAN - Escritório Técnico II, São João del-Rei: Inventário *post-mortem*: José de Resende Carvalho, 1893, cx.698.

- 5:250$000 (3,96%) em ações da E. F. Oeste de Minas;
- 3:600$000 (2,71%) em ditas da *Leopoldina Railway*;
- 4:000$000 (3,02%) em ditas do Banco Popular de Minas Gerais;
- 3:860$000 (2,91%) em ditas da Companhia Industrial São Sebastião;
- 114:873$000 (86,77%) em títulos da dívida pública.

Os números acima indicam a tendência dos proprietários de terras a confiarem sobremaneira nos títulos da dívida pública, quando passaram a acompanhar o mercado de títulos de valor, em detrimento das instituições mais novas, como as empresas de transporte e as indústrias.

Sobre o diretor José da Costa Rodrigues (ou José Rodrigues da Costa), secretário geral da companhia, sabemos apenas que foi o terceiro credor da companhia na ocasião do empréstimo de 300:000$000 em 1880, junto com Custódio de Almeida Magalhães e o Comendador Dias Bastos.[30]

Outro membro da diretoria foi Eduardo Ernesto Pereira da Silva, Barão de São João del-Rei. O nome do barão não consta na lista de subscritos que encontramos. A participação do mesmo na diretoria foi efêmera, dado que faleceu a 30 de junho de 1881, dois meses antes da inauguração da ferrovia

---

[30] Biblioteca Municipal Baptista Caetano - Seção de Obras Raras: Relatório da diretoria da Estrada de Ferro de Oeste (Minas), 29 de março de 1882. Rio de Janeiro: Typ. Lenzinger & Filho, 1882.

(28/08/1881). Ainda assim, consta que sua residência foi a hospedaria de Dom Pedro II na ocasião da mesma inauguração. Eduardo Ernesto foi o único membro da primeira diretoria a não fazer parte do Partido Conservador. Sobre sua fortuna, não temos informação por não termos tido acesso ao inventário *post-mortem*. Apenas sabemos que investia em títulos da dívida pública como podemos ver em parte de seu testamento:

> Minha terça será reduzida em apólices da dívida pública para ser dividida por todos os meus herdeiros para usufruírem os rendimentos, e por morte de cada um passar a sua parte para seus legítimos herdeiros e quando não os tenha para os meus herdeiros legítimos.
>
> Deixo livre de Décima a quantia de seis contos de réis em seis apólices da dívida pública para que minha testamenteira entregue os respectivos juros para a alimentação e educação dos menores Ernestina e Josefina filhas de D. Malvina, filha do Senhor José Nunes Cardoso, sendo a pensão da primeira de vinte mil réis mensais e da segunda de dez mil réis. E continuará enquanto vivas forem e por morte de cada uma passará o capital respectivo a meus legítimos herdeiros.[31]

---

[31] Testamento de Eduardo Ernesto Pereira da Silva, <http://br.geocities.com/projetocompartilhar3/eduardoernestopereiradasilva1881.htm>. Acessado em 12/03/2009.

Aureliano Martins de Carvalho Mourão foi peça chave para fazer da Oeste de Minas uma ferrovia real. Na dificuldade que se encontrava a companhia no período de incorporação, tendo sido constatado que seria impossível levantar o capital necessário para construir os 200km entre Sítio e Lavras, Aureliano Mourão, deputado provincial até 1877, conseguiu a aprovação na assembléia legislativa da redução da concessão para os 100km entre Sítio e São João del-Rei, portanto, metade do caminho da concessão original.[32]

Pelo falecimento da esposa de Aureliano Mourão, Dona Ana Isabel de Castro Mourão, em 1894, pudemos constatar no inventário do casal[33] a fortuna acumulada, parte dela devido à ascendência. Aureliano era filho do negociante, com casa de negócios na Corte, João Antônio da Silva Mourão.[34]

O pai de Aureliano possuía negócios no Rio de Janeiro, para onde enviou os filhos para ali representá-lo e darem seqüência aos negócios.[35] O diretor da Oeste de Minas permaneceu na província de Minas, seguindo a carreira de bacharel em direito e inserido na política, tendo sido vereador, presidente da câmara, deputado provincial[36] e deputado geral na 20ª e última legislatura do Império.[37] No período de incorporação e construção da estrada, Aureliano Mourão foi o

---

[32] **Jornal O Arauto de Minas**. Ano I, n. 37, 18/11/1877, p. 1.
[33] IPHAN - Escritório Técnico II, São João del-Rei, Inventário *post-mortem*: Ana Isabel de Castro Mourão, 1894, cx.170.
[34] GRAÇA FILHO, 2002, *op.cit*. p.81.
[35] *Idem, ibidem*.
[36] **Jornal O Arauto de Minas**. Ano I, n. 37, 18/11/1877, p. 1.
[37] **Revista do Arquivo Público Mineiro**,Ano I, janeiro a março de 1896, p.49.

procurador de todos os diretores pelos interesses da companhia. Por exemplo, nas negociações sobre a concessão junto à presidência da província.[38]

A fortuna de Aureliano Martins de Carvalho Mourão apresentava o monte-mor de 318:756$000. Desse total, 179:700$000 (45,48%) eram representados por bens de raiz, entre casas de morada e estabelecimentos comerciais em São João del-Rei e na capital federal.[39] As dívidas ativas do deputado representavam percentual considerável no montante, o valor de 73:136$000 (22,94%).[40] Os títulos e ações foram transcritos em 29:850$000 (9,36%); desses títulos tiramos os seguintes valores:

- 23:850$000 (79,90%) em ações da E. F. Oeste de Minas;
- 5:000$000 (16,75%) em ações da Companhia Industrial de Minas;
- 1:000$000 (3,35%) em apólices da Câmara Municipal pelo empréstimo para construção do Teatro Municipal de São João del-Rei.

Dos 23:850$000 em ações da Oeste de Minas, 14:400$000 representavam 600 ações a 37 ½ % de capital realizado, referente à execução das linhas em bitola métrica da concessão Barra Mansa a Formiga, e 9:450$000 em ditas

---

[38] Relatório de Presidente de Província, Minas Gerais 1878: Elias Pinto de Carvalho, pp.15-16.
[39] IPHAN - Escritório Técnico II, São João del-Rei, Inventário *post-mortem*: Ana Isabel de Castro Mourão, 1894, cx.170.
[40] *Idem*.

integralizadas, referentes à primeira seção entre Sítio e São João del-Rei.

Custódio de Almeida Magalhães foi outra personagem de grande destaque entre os envolvidos na construção da ferrovia. Fundador da primeira casa bancária de Minas Gerais, em 1860,[41] depois Banco Almeida Magalhães, teve seu nome relacionado a vários segmentos sociais, entre a vereança e presidência da câmara e a atividade creditícia, além de ter participado em várias atividades relacionadas à ampliação das atividades capitalistas.

De família tradicional em São João, de ascendência portuguesa,[42] Custódio e seu meio irmão, Sabino de Almeida Magalhães, representavam muito bem a relação entre negociantes de inserção em praças distantes, estando ambos conectados com o Rio de Janeiro. Filhos do comendador Francisco de Paula Almeida Magalhães, sendo Sabino filho natural e Custódio o único filho legítimo do primeiro casamento do comendador,[43] ambos alcançaram posição de destaque em São João. Enquanto Custódio permaneceu em São João del-Rei, participando da vida política e econômica da cidade, compondo a diretoria da E. F. Oeste de Minas, enquanto esta permaneceu com sede no município mineiro; seu sobrinho, Sabino de Almeida Magalhães Júnior,

---

[41] GRAÇA FILHO, 2002, *op.cit*.
[42] BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal**: Família e Sociedade (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007, p.248; GRAÇA FILHO, 2002, *op.cit*.
[43] *Idem*.

estabeleceu-se no Rio de Janeiro, onde foi diretor da mesma companhia a partir de 1887,[44] o que permitiu, ao último, maior acumulação de capitais que a do pai e do tio ao se inserir no comércio grossista da Corte.[45]

Em 1857, quando o então Capitão Custódio de Almeida Magalhães tornou-se viúvo, foi aberto inventário do casal, o que revelava o monte mor de 81:764$087, com destaque para crédito, dívidas ativas e comércio.[46] Por seu falecimento, em 1891, percebemos que sua fortuna multiplicou-se à razão de oito vezes, sendo este aumento reflexo, de acordo com o inventário *post-mortem*, de suas atividades capitalistas.[47] A fortuna do Comendador Custódio de Almeida Magalhães, ao final da vida, era contabilizada na soma de 650:497$439, a maior entre os subscritos são-joanenses na relação de acionistas da Oeste de Minas.

Desse valor, subtrai-se 544:835$000 em ações e títulos públicos, nada mais que 83,75% do monte. Ainda relativamente ao monte-mor, esses papéis estavam divididos em 326:656$000 em fundos públicos (50,21% da fortuna) e 228:179$000 em ações (35,07%).[48] Os outros itens

---

[44] Arquivo Nacional. Fundo da Junta Comercial, Livro 28 – Registro 620 – Galeria 3: Cia Estrada de Ferro Oeste de Minas, 1888, f. 4.
[45] TEIXEIRA, 2009, *op.cit*. pp.109-15.
[46] GRAÇA FILHO, 2002, *op.cit*. pp.55-91; TEIXEIRA, 2009, op.cit. p.108.
[47] IPHAN - Escritório Técnico II, São João del-Rei, Inventário *post-mortem*: Custódio de Almeida Magalhães, 1891, cx.326; *Op. Cit*. GRAÇA FILHO, 2002, pp.55-91.
[48] IPHAN - Escritório Técnico II, São João del-Rei, Inventário *post-mortem*: Custódio de Almeida Magalhães, 1891, cx.326.

expressivos no documento são as dívidas ativas em alto valor absoluto, 49:036$607, mas de valor relativo de apenas 7,53% da fortuna; o dinheiro em espécie que aparece na soma de 32:396$332 (4,98%); e os bens de raiz, avaliados em 12:000$000 (1,84%).[49]

A vida pela "via capitalista" do comendador Custódio de Almeida Magalhães foi uma das mais dinâmicas entre os negociantes são-joanenses. Custódio não apenas foi uma das figuras essenciais para a modernização viária da região. Além de ser um dos grandes acionistas da Oeste de Minas, teve participação em praticamente todas as atividades associativas comerciais e industriais de São João, bem como de algumas da Zona da Mata Mineira, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Dos 228:179$000 em ações, Custódio possuía:

- 29:200$000 (12,79%) em ações da E. F. Oeste de Minas integralizadas a 100$000 (referente à primeira seção – Sítio a São João del-Rei);
- 9:500$000 (4,16%) em ações da E. F. Oeste de Minas com 25% de capital realizado a 50$000;
- 1:600$000 (0,70%) em ações da E. F. Oeste de Minas integralizadas a 200$000;
- 19:500$000 (8,54%) em ações do Banco da República a 195$000;
- 21:000$000 (9,20%) em ações do Banco Comercial do Rio de Janeiro a 300$000;

---

[49] *Idem*.

- 22:880$000 (10,02%) em ações do Banco Rural e Hipotecário a 440$000;
- 49:500$000 (21,69%) em debêntures da E. F. Leopoldina a 165$000;
- 74:999$000 (32,87%) dividido em títulos, ações e debêntures de variadas empresas como bancos, empréstimos municipais e companhias industriais de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

Custódio de Almeida Magalhães não nos parece uma personagem que tenha se prejudicado com as mudanças ocorridas na segunda metade do século XIX, soube se movimentar com desenvoltura entre as novas instituições. Apesar de inserção política e econômica baseada em solidez na sociedade são-joanense, capitão, e depois coronel, da Guarda Nacional, agraciado com uma comenda imperial, não aparece com destaque na municipalidade são-joanense.[50]

Sobre Marçal de Souza e Oliveira apenas sabemos que aparecia na lista de acionistas como detentor de 25 desses títulos. Pela sua ausência na lista de fazendeiros e negociantes grossistas de Graça Filho, deduzimos que Souza e Oliveira fosse um dos muitos comerciantes locais. Esta personagem apenas aparece na lista de acionistas e na relação de diretores, sem maiores detalhes.[51]

---

[50] GRAÇA FILHO, 2002, *op.cit. passim*.
[51] **Jornal O Arauto de Minas**. Ano I, n. 08, 28/04/1877, p. 2.

José Antônio de Almeida é outro nome sem referências documentais detalhadas, dele apenas sabemos que era proprietário de 50 ações da Oeste de Minas.[52]

Carlos Baptista de Castro era juiz de órfãos de São João,[53] e na lista de subscritos se apresenta possuidor de 25 ações da companhia.[54]

**A diretoria QUADRO 2**

| ***Diretor*** | ***Cargo*** | ***Obs.*** |
|---|---|---|
| Aureliano Martins de Carvalho Mourão | Presidente | Advogado |
| Custódio de Almeida Magalhães | - | Negociante/Comendador |
| José da Costa Rodrigues | Secretário | Comerciante/Comendador |
| Antônio José Dias Bastos | Tesoureiro | Negociante |
| Marçal de Souza e Oliveira | - | Comerciante |
| José Antônio de Almeida | - | - |
| Gabriel Ferreira da Silva | - | Fazendeiro |
| Eduardo Ernesto Pereira da Silva | - | Negociante/Barão de São João del-Rei |
| José de Resende Carvalho | - | Fazendeiro/Barão de Conceição da Barra |
| Carlos Batista de Castro | - | Juiz de Órfãos |

**Os acionistas são-joanenses**

[52] MOURÂO FILHO, 1924, *op.cit.*.
[53] LOMBELLO AMARAL, Alex. **Cascudos e Chimangos**: Imprensa e política pelas páginas dos periódicos de São João del-Rei (1876-1884). Juiz de Fora: UFJF, 2008**.** p.107.
[54] MOURÂO FILHO, 1924, *op.cit*.

Até aqui descrevemos os membros da primeira diretoria da Companhia E. F. Oeste de Minas. As descrições mais detalhadas sobre tais personagens se basearam, quase exclusivamente, nas informações fornecidas por inventários *post-mortem*. Admitimos que nosso questionário, realizado sobre tais documentos, não explorou todo o potencial desses inventários, entretanto, tentamos demonstrar como poderiam contribuir para a coleta de dados relacionados à estrutura em torno da modernização viária na região.

A partir da lista nominal dos acionistas da primeira chamada, buscamos, nos bancos de dados disponíveis no Laboratório de Documentos da Universidade Federal de São João del-Rei (LABDOC-UFSJ), as referências aos nomes indicados na lista de acionistas nas listas nominais de documentos disponíveis no arquivo do Escritório Técnico II do IPHAN, em São João del-Rei. Dos 519 nomes de acionistas indicados na referida lista de 1878, apenas 34 deixaram inventários de seus bens para a posteridade entre 1879 e 1898. Descartamos os documentos anteriores e posteriores a tal marco cronológico, principalmente os posteriores a ele, devido às mudanças ocorridas a partir do momento em que a falência da companhia fora declarada.

A opção pelo tema e objeto deste trabalho impôs certos limites à pesquisa. Nem todos os nomes, por exemplo, estariam disponíveis em documentação cartorária; ou pelo fato de extravio ou perda documental, ou pelo recorte

temporal fora do tempo de feitura de testamento ou ocorrência de óbito, ou simplesmente pelo fato de que

> [n]em todos faziam inventários porque estes eram obrigatórios somente em três casos: quando havia menores, quando o falecido, sem herdeiros forçados, morreria *ab intestato* e quando, não tendo herdeiros, sua fortuna passava às mãos do Estado.[55]

Dos 34 inventários encontrados e recolhidos, 21 tinham, entre os bens relacionados na partilha, ações de companhias ferroviárias ou de qualquer outro tipo. A partir da presença ou ausência desses títulos entre os bens partilhados pudemos vislumbrar algumas informações. Uma delas era a cotação das ações da Oeste de Minas no decorrer dos anos entre a fundação e a falência. O valor real dos títulos demonstra, junto com a análise do coeficiente de tráfego, a oscilação do desempenho da empresa no decorrer dos anos. Outra informação, desta vez pela ausência das ações na partilha, nos levou a deduzir que algumas personagens desistiram do investimento, certamente devido aos riscos que tais papéis apresentavam no caminhar do tempo. Um trecho do inventário de Carlos de Almeida Magalhães, sobrinho de Custódio de Almeida Magalhães, pode ilustrar bem os riscos em ser acionista da primeira chamada da Oeste de Minas, a

---

[55] ARAÚJO, Maria Lúcia Viveiros. “Documentação e método de trabalho”. In: **Os Caminhos da Riqueza dos Paulistanos na Primeira Metade do Oitocentos**. São Paulo: HICITEC/FAPESP, 2006, p.61.

partir de 1888, já que os juros de 7% das ações daquela chamada estavam lastreados na subvenção quilométrica e não nas garantias de juros das chamadas posteriores. Assim encontra-se em uma declaração feita pelo irmão e inventariante, Sabino de Almeida Magalhães Filho:

> Sabino de Almeida Magalhães inventariante dos bens do Carlos de Almeida Magalhães pede alvará para vender as 25 ações da Cia. E. de Ferro Oeste de Minas 1ª série, cotadas por 2:500$000 por que se não vender até amanhã, o preço abaixará muito, porque tais ações já não tem garantia de juros, por ter findado a indenização quilométrica.[56]

Notemos que os acionistas descritos no tópico anterior formavam a diretoria da companhia, daí podermos compreender a permanência dos mesmos como subscritos devido aos interesses ligados à questões de representação de poder. Envolvia uma série de efeitos dentro da rede a que estavam ligados como agentes de conexão entre a região e a Corte, onde, como já dito, passou a se encontrar a sede da companhia.

Dentre os outros acionistas, grosso modo, de expressão não tão relevante, em se tratando das ações da primeira série, permanecer acionista poderia não gerar o

---

[56] Arquivo Nacional, Juízo dos Órfãos, 2ª Vara; Notação: 3890, Inventário *post-mortem*: Carlos de Almeida Magalhães; Caixa: 4263; Ano: 1888; fls. 26-27 e 84-87: Declarações do inventariante e Auto de Partilha. Agradecemos a Paula Chaves Teixeira pela gentil seção do documento.

retorno esperado. Seria essa a nossa maneira de justificar a ausência das ações no inventário de personagens que aparecem na lista da primeira chamada como subscritores de menos de dez ações. Deixar de ser acionista da estrada de ferro – e no caso da maioria desses ex-acionistas, indica que apenas investiram na Oeste de Minas como forma de participar do empenho em dotar a cidade de um símbolo máximo do "progresso" naquela ocasião – poderia ter sido uma forma de resguardar suas contas devido às incertezas sobre o lucro. Outra hipótese, surgida na análise de inventários de grandes credores, como Aureliano Mourão, Custódio Magalhães e Antônio Bastos, aponta para a possibilidade de que os ex-acionistas poderiam ter quitado parte de suas dívidas com os títulos que possuíam. As três personagens citadas tinham muito mais ações da primeira chamada do que conta da lista original. Mesmo que tenham adquirido ações posteriormente à elaboração da lista diretamente dos cofres da companhia, a possibilidade de transferência inter vivos por dívida se mantém.

As observações feitas por William Summerhill,[57] sobre o impacto da modernização dos transportes no Brasil, devem ser levadas em consideração em nossa análise. O ganho realizado no âmbito particular, em se tratando do aspecto econômico, não demonstrou ter sido a estrada de ferro uma

---

[57] SUMMERHILL, William. *Order Against Progress: government, foreign investment, and railroads in Brazil, 1854-1913*. Standford, California: Standford University Press, 2003.

“mina de ouro”. O que podemos perceber no caso ora em análise é o fato de que a construção da estrada de ferro fez parte de um movimento estratégico para tornar real um projeto de ligação ferroviária em direção ao oeste do Brasil, com o “ponta-pé” inicial dado pela elite mercantil são-joanense para calçar com dormentes e trilhos os caminhos que suas tropas faziam entre Oliveira, Tamanduá, Formiga, Pium-í, Pitangui, entre outras vilas e cidades. Uma estratégia que envolveu a) o discurso de progresso e civilização, muito bem representado pelo “cavalo de aço”, para propagandear o empreendimento; b) as tão lembradas garantias e subvenções geradas no âmbito do poder público, a opção correta por uma modalidade ou outra (subvenção quilométrica ou garantia de 7% sobre o capital) poderia salvar ou arruinar o projeto.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Maria Lúcia Viveiros. Documentação e método de trabalho. In: **Os Caminhos da Riqueza dos Paulistanos na Primeira Metade do Oitocentos**. São Paulo: HICITEC/FAPESP, 2006.

BLASENHEIM, Peter L. As Ferrovias de Minas Gerais no século dezenove, **Locus: Revista de História**. Juiz de Fora, v. 2, n. 2, jul. - dez. 1996.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal**: Família e Sociedade (São João del-Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem/Teatro das Sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CROCE, Marcus Antônio. **O Encilhamento e a Economia de Juiz de Fora**: o balanço de uma conjuntura (1888-1898). Juiz de Fora, MG: FUNALFA, 2008.

EL-KAREH, Almir Chaiban. **Filha Branca de Mãe Preta**: A Companhia da Estrada de Ferro Dom Pedro II (1855-1865). Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

GONÇALVES, Andréa Lisly. Minas Gerais nos primeiros anos das regências: elites declinantes e acomodação política. In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças; SILVEIRA, Marco Antônio (orgs.). **Território, Conflito e Identidade**. Belo Horizonte: Argvmentvm; Brasília: CAPES, 2007.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais**. São Paulo: Annablume, 2002.

GRANDI, Guilherme. **Café e Expansão Ferroviária**: A Companhia E. F. Rio Claro (1880-1903). São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.

LENHARO, Alcir. **As Tropas da Moderação**. São Paulo: Símbolo, 1979.

LOMBELLO AMARAL, Alex. **Cascudos e Chimangos**: Imprensa e política pelas páginas dos periódicos de São João del-Rei (1876-1884). Juiz de Fora: UFJF, 2008.

SENIOR, Francisco Mourão. **Tradições de S. João d'El-Rei**. São João del-Rei: Typ. Commercial, 1924.

SILVA, Wlamir. **Liberais e Povo**: a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). São Paulo: Hucitec, 2009.

SUMMERHILL, William. **Order Against Progress**: government, foreign investment, and railroads in Brazil, 1854-1913. Standford, California: Standford University Press, 2003.

WEBER, Max. **A Gênese do Capitalismo Moderno**. Organização e comentários Jesse Souza; Tradução de Rainer Domschke. São Paulo: Ática: 2006.

# SOBRE OS AUTORES

**Luiz Carlos Villalta** possui graduação em Bacharelado Em História pela Universidade de São Paulo (1984), graduação em Licenciatura Em História pela Universidade de São Paulo (1984), mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo (1993) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1999). Tem pós-doutorado pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, sob a supervisão do Professor Rogério Fernandes e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, de Paris, sob a supervisão de Roger Chartier, supervisor geral do estágio pós-doutoral desenvolvido nas duas citadas instituições com bolsa da CAPES. Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Minas Gerais. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Colônia, atuando principalmente nos seguintes temas: bibliotecas - leitura - livros - brasil colônia, libertinagem - inquisição - brasil-portugal, brasil - d. joão VI - carlota - corte, romance - brasil colonial - leitura - circulação e brasil - colônia - ensino – *site*.

**Álvaro de Araújo Antunes** possui graduação em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (1996), mestrado

em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1999) e doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (2005). Cursou estágio de pós-doutorado na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa (2008) e na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Foi professor da Universidade Federal de Ouro Preto e da Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal de Viçosa. Tem experiência na área de História, com ênfase em Prática de Ensino de História, História do Brasil Colônia e Metodologia de Pesquisa, atuando principalmente nas seguintes áreas: organização de arquivos históricos, advogados coloniais, prática da justiça, história do direito, história da educação, história dos livros e das práticas de leituras, história de Minas Gerais e administração colonial.

**Luciano da Silva Moreira** possui graduação (2003) e mestrado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006). Atualmente é doutorando do programa de Pós-Graduação em História da mesma Universidade. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Moderna e Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: imprensa, patrimônio, práticas de leitura e culturas políticas nos séculos XIX e XX. É professor do

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG).

**Guilherme de Souza Maciel** possui graduação em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (2001) e mestrado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2005). Atualmente é professor ensino básico técnico tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - *Campus* Ouro Preto. Ministrou oficinas e cursos ligados às áreas de história da arte, literatura e turismo na rede federal de ensino, tanto no nível técnico como no superior.

**Patrícia Ferreira dos Santos** possui graduação em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (2004), e Mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo (2007). Atualmente desenvolve doutoramento na Universidade de São Paulo, com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Tem experiência em Paleografia e em Projetos Pedagógicos para o ensino de História. Atua como pesquisadora da História de Minas Gerais.

**Caroline Garcia Mendes** é Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Federal de Viçosa. Mestranda em História pela UNICAMP. Possui pesquisa na área de Brasil Colônia.

**Francisco Carlos Cosentino** possui graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1986), mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (1992) e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2005). Atualmente é professor adjunto do Curso de História da Universidade Federal de Viçosa. Tem experiência na área de História, com ênfase em História da América e do Brasil Colônia. Sua atividade de pesquisa são os governos gerais do Estado do Brasil e o vice-reinado da Nova Espanha nos séculos XVI e XVII. possui graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (1986), mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (1992) e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2005). Atualmente é professor adjunto do Curso de História da Universidade Federal de Viçosa. Tem experiência na área de História, com ênfase em História da América e do Brasil Colônia. Sua atividade de pesquisa são os governos gerais do Estado do Brasil e o vice-reinado da Nova Espanha nos séculos XVI e XVII.

**Welber Santos** possui graduação em História pela Universidade Federal de São João del-Rei (2006) e mestrado em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (2009).

Atua principalmente nos seguintes temas: Estado, Poder, Região, Ferrovia, Brasil, Minas Gerais e História Econômica.

# NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

- Os artigos devem ser acompanhados de resumo, abstract ou Résumé entre 250 a 300 palavras, espaço simples, em parágrafo único e de três (03) palavras-chave, *keywords* ou *Mots clés* que caracterizam o seu conteúdo.
- As resenhas devem ser apresentadas em no máximo seis (06) laudas.
- O artigo deverá ser submetido sem numeração de páginas.

1. O texto deverá ter as seguintes configurações:

- Fonte *Times New Roman*
- Tamanho da Fonte: 12
- Título: 12, centralizado, sem caixa alta, observando maiúsculas e minúsculas.
- Nome do autor: 12, com entrada pelo nome, na margem direita do texto. A titulação e demais informações sobre o autor e /ou co-autor deverá constar em nota de rodapé, pelo sistema numérico arábico.
- Subtítulos: 12, em caixa alta sem negrito, à margem esquerda do texto.

- Texto: tamanho da fonte: 12
- Configuração de Página (margens): Superior – 3 cm, inferior – 2 cm, esquerda – 3 cm, direita – 2 cm
- Espaçamento: No texto entre linhas: espaço duplo; da margem superior ao título: dois espaços duplos; do título para o nome do autor: dois espaços duplos; do nome do autor para o corpo do texto: dois espaços duplos; do corpo do texto para o subtítulo: dois espaços duplos; do subtítulo para o corpo do texto: espaço duplo.

2. Referências, Citações e Outros:

- As referências e citações bibliográficas devem aparecer no corpo do texto, conforme normas da ABNT de outubro de 2002.

* Citações com até 3 linhas, no corpo do texto, entre aspas, seguidas pela referência, no sistema autor, data, página, entre parênteses. (SILVA, 1999:32.)

* Citações com mais de 3 linhas, em novo parágrafo com recuo de 4 cm, espaço simples, tamanho de letra tamanho 10, sem aspas, sem itálico, seguidas pela referência, no sistema autor, data, página, entre parênteses.

- Usar o sobrenome do autor em caixa alta, somente ao final de citações que estiverem entre aspas e dentro de parênteses, o que equivale dizer que no texto, quando aparecer citações de autores, devem ser escritos somente

com iniciais maiúsculas. Ex.: Conforme Silva (1999), o instituto de linguagem...

- As subpartes do texto, se numeradas, devem vir à margem esquerda, sem recuo, seguindo as orientações da ABNT.
- As referências bibliográficas devem constar ao final do trabalho, conforme normatização da ABNT de outubro de 2002.
- As notas deverão ser apenas de caráter explicativo; deverão ser resumidas e colocadas ao final do artigo; e as remissões para o final do artigo devem ser feitas pelo sistema numérico arábico, sobrescrita ao texto a que se refere.
- O autor deverá encaminhar, para o endereço abaixo, três cópias impressas, sendo que em duas das cópias não deverá constar nem nome do(s) autor (es), nem o da instituição à qual está (estão) filiado(s), nem qualquer outro tipo de referência que possa identificá-lo(s), e na terceira, o nome e a instituição de filiação deverão estar presentes.

Universidade Federal de Ouro Preto - ICHS
Departamento de História – LPH – Revista de História
Rua do Seminário, s/n. – Centro Cep: 35.420-000
Mariana – MG